

TESE DE DOUTORADO

Estudo da norma
escrita brasileira
presente em
textos jornalísticos
e técnico-
científicos

Rosângela Borges Lima

Junho de 2003

Rosângela Borges Lima

**Estudo da norma escrita brasileira
presente em textos jornalísticos
e técnico-científicos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais; como requisito parcial para a obtenção do título de DOUTOR em Lingüística.

Área de concentração: Lingüística

Linha de Pesquisa: Lingüística dos Gêneros e Tipos Textuais

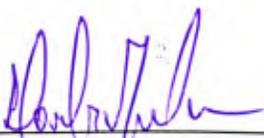
Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Assis Rocha

Belo Horizonte

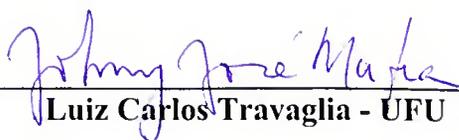
Faculdade de Letras da UFMG

2003.

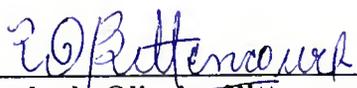
Tese aprovada em 23/06/2003 pela Banca Examinadora constituída
pelos Professores Doutores:



Luiz Carlos de Assis Rocha - UFMG
Orientador



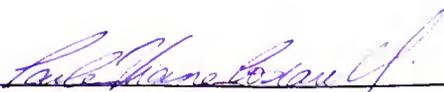
Luiz Carlos Travaglia - UFU



Vanda de Oliveira Bittencourt - PUC/MG



Maria da Graça Ferreira da Costa Val - UFMG



Carla Viana Coscarelli - UFMG

A Deus, pela vida e por tudo o que ela significa, sou eternamente grata.

Ao Prof. Luiz Carlos de Assis Rocha, pela idéia inicial e pelo constante estímulo, agradeço sensibilizada.

Dedico este trabalho aos meus filhos
Carlinhos
Rodrigo
Larissa

e aos meus pais
Sílvia
Cena

Resumo

Este trabalho pretende **contribuir** para a descrição científica da variedade padrão escrita da língua portuguesa usada no Brasil atual; com vistas à

- elaboração de obras de consulta destinadas ao usuário da língua portuguesa que tenha necessidade de utilizar a língua padrão em suas produções e revisões de textos escritos;
- produção de material didático para o ensino de Língua Portuguesa;
- melhoria do ensino de Língua Portuguesa, a ser estruturado a partir da realidade lingüística brasileira dos dias atuais

Para o alcance de tais metas, estudaremos a variedade padrão escrita da língua portuguesa usada no Brasil atual, nas suas manifestações em textos técnico-científicos e textos jornalísticos. Os passos a serem dados são os seguintes: selecionados os tópicos gramaticais que julgamos mais relevantes, buscaremos, em gramáticas tradicionais, em manuais de normas de estudiosos da língua portuguesa (dicionários e livros de “correção lingüística”) e em manuais de estilo e redação da imprensa brasileira, o estabelecimento dos pontos convergentes e dos divergentes na norma preconizada por tais obras de consulta. Coletado o *corpus*, levantaremos as ocorrências de fatos lingüísticos, registrando-os em duas classes: a dos que correspondem à norma canônica e a dos que desta se desviam. Computaremos os dados levantados em termos de percentuais de ocorrência e, assim, descreveremos a configuração da norma padrão do português escrito efetivamente em uso na atualidade pelos brasileiros cultos.

Abstract

This work aims at contributing for the scientific description of Written Standard Brazilian Portuguese at the present time; also aiming at

- creating reference materials for the user of Portuguese who needs to use the standard variety of the language in his or her work of writing and reviewing texts;
- creating didactic materials for the teaching of Portuguese;
- improving the teaching of Portuguese, so that teaching is structured taking into account today's linguistic reality.

So as to reach these goals, the standard written variety of Portuguese will be studied as it is used in technical-scientific and journalistic texts. The following steps are to be taken: once grammatical topics judged to be more relevant have been selected, research will be done in traditional grammars, in normative manuals for the use of Portuguese (dictionaries and books of "correct language") and in manuals of style and composition usually followed in parts of the Brazilian press. Research will then establish convergent and divergent views as presented in these reference works. After the corpus has been collected, occurrences of linguistic facts will be divided into two classes: those that correspond to the canonical norm and those that depart from it. Data thus gathered will be then interpreted in terms of percentile so as to establish patterns for Standard Written Brazilian Portuguese actually used by present-day educated Brazilians.

Sumário

Lista de Tabelas e Quadros.....	10
1. Por que a preocupação com a norma culta?	14
2. A norma culta atual: que formato tem? Onde buscá-la?	17
3. Norma culta e valores ideológicos	28
4. Interferências da oralidade na língua escrita	46
5. Consulta a professores e estudantes da área de Letras	53
6. Pesquisa realizada com textos técnicos, científicos e jornalísticos	164
Análise das ocorrências dos fatos lingüísticos encontrados	172
A. Estruturas morfossintáticas prototípicas	172
6.1. Sintaxe de colocação: colocação pronominal em início de oração e de período	172
6.1.1. Pronomes átonos em encontros verbais	173
6.1.2. Colocação do pronome oblíquo em início de oração e de período	178
6.1.3. Colocação pronominal no meio do verbo - mesóclise	180
6.2. Sintaxe de concordância: concordância verbal	183
6.2.1. Sujeito em expressões partitivas	183
6.2.2. Sujeito posposto	184
6.2.3. Voz passiva sintética (1 núcleo verbal)	186
6.2.4. Voz passiva sintética com encontros verbais	188
6.3. Emprego de algumas classes de palavras	189
6.3.1. Pronomes	190
6.3.1.1. Pronome relativo <i>cujo</i>	190
6.3.1.2. Pronomes demonstrativos	193
6.3.1.3. Pronomes pessoais	195
6.3.2. Emprego de conjunções	197
6.3.3. Verbo	199
6.3.3.1. Impessoais <i>ter/haver/existir</i>	199
6.3.3.2. Futuro do indicativo simples ou composto X futuro com auxiliar <i>ir</i> ...	201
6.3.3.3. Pretérito mais que perfeito simples X composto	204
6.3.4. Preposição	206
6.4. Sintaxe de regência	208
6.4.1. Regência nominal: alguns casos que provocam oscilações de usos	208
6.4.2. Regência verbal	212
6.4.2.1. Casos que provocam oscilações de uso	212
6.4.2.2. Emprego de complemento comum a verbos de regências diferentes ...	215
6.4.2.3. Regência e pronome relativo	217
B. Estruturas morfossintáticas complementares	224
6.5. Estruturas morfossintáticas complementares	224
6.5.1. Concordância verbal	224

6.5.1.1. Caso: é que	224
6.5.1.2. Caso: percentuais e numerais fracionários	226
6.5.1.3. Caso: um dos que	228
6.5.1.4. Caso: Sujeito oracional composto	229
6.5.1.5. Caso: núcleos de sujeito unidos por <i>OU</i>	230
6.5.1.6. Caso: um e outro	231
6.5.1.7. Caso: sujeito é pronome relativo	231
6.5.1.8. Caso: Sujeito é nome próprio precedido de artigo plural	232
6.5.2. Concordância nominal	233
6.5.2.1. Caso: predicativo / oração reduzida, antepostos ao núcleo do sujeito	233
6.5.2.2. Caso: sujeito posposto	233
6.5.2.3. Caso: O plural se dá no <i>substantivo</i> e não no <i>adjetivo</i>	234
6.5.2.4. Caso: Hegemonia do masculino	236
6.5.3. Paralelismo sintático	237
6.5.4. Fuga da passiva sintética	239
6.5.5. Ambigüidade no possessivo	240
6.5.6. Estrutura sintática alternativa	240
C. Recursos lexicais e morfossintáticos especiais	241
6.6. Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais	241
6.6.1. Termos técnicos	241
6.6.2. Opção entre formas	241
6.6.2.1. Advérbio ou adjetivo?	242
6.6.2.2. Entre dois verbos	244
6.6.2.3. Entre dois substantivos	247
6.6.2.4. Construções com preposição <i>em</i> ou <i>a</i>	248
6.6.2.5. Construções com locuções diversas	259
6.6.2.6. Construções com conjunções	263
6.6.2.7. Construções com pronomes	264
6.6.3. Coloquialidade	265
6.6.3.1. Opções por gradações variadas	265
6.6.3.2. Substantivos empregados expressivamente	268
6.6.3.3. Adjetivos empregados expressivamente, quase sempre com efeito de ironia/humor	271
6.6.3.4. Advérbios empregados expressivamente, por meio de mudança de classe	272
6.6.3.5. Verbos empregados expressivamente, por intermédio da opção pela linguagem descontraída, de cunho mais popular, muitas vezes com interferência de gírias	273
6.6.3.6. Expressões variadas empregadas estilisticamente, conforme o uso cotidiano da fala informal, em especial a de caráter mais popular	275
6.6.3.7. Metáforas da cultura geral, constituídas de expressões conotativas	279
6.6.3.8. Artigo precede nome próprio, empregado, assim, em construções típicas da linguagem mais íntima	280
6.6.3.9. Contração de preposição com artigo, construção típica da fala espontânea.....	280

6.6.3.10. Conjunção e outros articuladores morfossintáticos, utilizados para o estabelecimento de coesão entre informações de um texto, resultando a construção em algo eminentemente informal	281
6.6.3.11. Interjeição (simples ou em forma de locução) empregada de modo a dar ao texto a leveza própria da fala descontraída e/ou natural continuidade das idéias	282
6.6.3.12. Repetição	282
6.6.3.13. Sentenças que buscam contato mais íntimo com o interlocutor, travando em certo diálogo com o leitor	283
6.6.4. Expressões condenadas por certos gramáticos como vício de linguagem (figura de sintaxe): <i>o pleonasm</i> o	284
6.6.5. Estrangeirismos	285
6.6.5.1. Emprego de termos já consagrados na língua portuguesa usada no Brasil	288
6.6.5.2. Emprego de formas alternativas, propostas pelos puristas para substituição a estrangeirismos	290
6.6.5.3. Emprego de estrangeirismos característicos de acervo vocabular técnico	291
6.6.6. Emprego de vocábulo <i>com sentido pouco comum</i>	295
6.6.7. Emprego incomum de <i>classes de palavras</i>	296
6.6.8. Neologismos	296
7. Conclusões	305
I. Quanto à valorização da gramática tradicional pelos informantes	306
II. Quanto ao grau de coincidência com a norma canônica	307
III. Quanto à deriva da língua escrita formal: reflexões e explicitações de tendências da norma canônica	309
IV - Quanto à nossa contribuição para o ensino de Língua Portuguesa, para a elaboração e revisão de textos escritos em registro formal e para a construção de uma gramática do texto formal escrito atual	314
Referências	317
Anexos	326

Lista de Tabelas e Quadros

TABELA 01 - Consulta questão 01	56
TABELA 02 - Consulta questão 02	58
TABELA 03 - Consulta questão 03	59
TABELA 04 - Consulta questão 04	60
TABELA 05 - Consulta questão 05	62
TABELA 06 - Consulta questão 06	66
TABELA 07 - Consulta questão 07 - Frase 01: informantes	75
TABELA 08 - Consulta questão 07 - Frase 02: Gramáticas e outras obras	78
TABELA 09 - Consulta questão 07 - Frase 02: informantes	80
TABELA 10 - Consulta questão 07 - Frase 03: informantes	81
TABELA 11 - Consulta questão 07 - Frase 03: gramáticas e outras obras	83
TABELA 12 - Consulta questão 07 - Frase 04: gramáticas e outras obras	84
TABELA 13 - Consulta questão 07 - Frase 04: informantes	86
TABELA 14 - Consulta questão 07 - Frase 05: informantes	87
TABELA 15 - Consulta questão 07 - Frase 06: gramáticas e outras obras	89
TABELA 16 - Consulta questão 07 - Frase 06: informantes	89
TABELA 17 - Consulta questão 07 - Frase 07: informantes	93
TABELA 18 - Consulta questão 07 - Frase 08: informantes	96
TABELA 19 - Consulta questão 07 - Frase 09: informantes	98
TABELA 20 - Consulta questão 07 - Frase 10: informantes	99
TABELA 21 - Consulta questão 07 - Frase 11: informantes	101
TABELA 22 - Consulta questão 07 - Frase 12: informantes	104
TABELA 23 - Consulta questão 07 - Frase 13: informantes	107
TABELA 24 - Consulta questão 07 - Frase 13: gramáticas e outras obras	108
TABELA 25 - Consulta questão 07 - Frase 14	111
TABELA 26 - Consulta questão 07 - Frase 15: informantes	115
TABELA 27 - Consulta questão 07 - Frase 17: informantes	115
TABELA 28 - Consulta questão 07 - Frase 27: informantes	116
TABELA 29 - Consulta questão 07 - Frases 15, 17 e 27: gramáticas e demais obras	117
TABELA 30 - Consulta questão 07 - Frase 16: gramáticas e outras obras	125
TABELA 31 - Consulta questão 07 - Frase 16: informantes	128
TABELA 32 - Consulta questão 07 - Frase 18: informantes	128
TABELA 33 - Consulta questão 07 - Frase 19: informantes	131
TABELA 34 - Consulta questão 07 - Frase 20: informantes	132
TABELA 35 - Consulta questão 07 - Frase 21: informantes	134
TABELA 36 - Consulta questão 07 - Frase 22: informantes	136
TABELA 37 - Consulta questão 07 - Frase 23: informantes	137
TABELA 38 - Consulta questão 07 - Frase 24: informantes	138

TABELA 39 - Consulta questão 07 - Frase 25: informantes	141
TABELA 40 - Consulta questão 07 - Frase 26: informantes	143
TABELA 41 - Consulta questão 07 - Frase 28: informantes	144
TABELA 42 - Consulta questão 07 - Frase 29: informantes	146
TABELA 43 - Construções com relativos	151
TABELA 44 - Consulta questão 07 - Frase 30.....	153
TABELA 45 - As estatísticas de todos os grupos	157
TABELA 46 - Estatísticas dos julgamentos.....	158
TABELA 47 - Colocação de pronomes átonos em encontros verbais.....	175
TABELA 48 - Colocação de pronomes átonos em encontros verbais - Fontes dos dados	177
TABELA 49 - Colocação de pronomes átonos em início de orações e de períodos....	178
TABELA 50 - Colocação de pronomes átonos em início de orações e de períodos - Fontes dos dados	180
TABELA 51 - Futuro do indicativo com pronome átono.....	181
TABELA 52 - Futuro do indicativo com pronome átono: uso e não-uso da mesóclise - Fontes dos dados	181
TABELA 53 - Concordância verbal - expressões partitivas	183
TABELA 54 - Concordância verbal - expressões partitivas - Fontes dos dados	183
TABELA 55 - Concordância verbal - sujeito posposto	185
TABELA 56 - Concordância verbal - sujeito posposto - Fontes dos dados	186
TABELA 57 - Concordância verbal - passiva sintética com 1 núcleo verbal.....	187
TABELA 58 - Concordância verbal - passiva sintética com 1 núcleo verbal - Fontes dos dados	187
TABELA 59 - Concordância verbal - passiva sintética com 2 verbos	188
TABELA 60 - Concordância verbal - passiva sintética com encontros verbais - Fonte dos dados	189
TABELA 61 - Emprego de <i>cujo</i>	190
TABELA 62 - Emprego de <i>cujo</i> - Fontes dos dados	192
TABELA 63 - Emprego de pronomes demonstrativos <i>este/esse</i> (e flexões)	194
TABELA 64 - Emprego de pronomes demonstrativos <i>este/esse</i> (e flexões) - Fontes dos dados	195
TABELA 65 - Emprego de pronomes pessoais na função de objeto e de sujeito de infinitivo	196
TABELA 66 - Emprego de pronomes pessoais na função de objeto e de sujeito de infinitivo - Fontes dos dados	197
TABELA 67 - Posição das conjunções adversativas no período: no meio X no início.....	198
TABELA 68 - Posição das conjunções adversativas no período: no meio X no início - Fontes dos dados	199
TABELA 69 - Emprego de <i>ter, haver, existir</i>	200
TABELA 70 - Emprego de <i>ter, haver, existir</i> - Fontes dos dados	200

TABELA 71 - Emprego do futuro do indicativo simples ou do tempo composto X futuro marcado com o auxiliar <i>ir</i>	201
TABELA 72 - Emprego do futuro do indicativo simples ou do tempo composto X futuro marcado com o auxiliar <i>ir</i> - Fontes dos dados	202
TABELA 73 - Emprego do futuro do indicativo marcado com o auxiliar <i>ir</i> - Fontes dos dados	203
TABELA 74 - Emprego do futuro do indicativo simples ou do tempo composto X futuro marcado com o auxiliar <i>ir</i> - modelo II.....	204
TABELA 75 - Emprego do pretérito mais-que-perfeito: simples e composto.....	205
TABELA 76 - Emprego do pretérito mais-que-perfeito: simples e composto - Fontes dos dados	206
TABELA 77 - Núcleo de sujeito precedido de preposição.....	207
TABELA 78 - Núcleo de sujeito precedido de preposição - Fontes dos dados	208
TABELA 79 - Regência nominal	210
TABELA 80 - Regência nominal - casos que provocam oscilações de usos - Fontes dos dados.....	212
TABELA 81 - Regência verbal: verbos coletados que provocam oscilações de uso	213
TABELA 82 - Regência verbal: verbos coletados que provocam oscilações de uso - Fontes dos dados.....	215
TABELA 83 - Regência verbal: dois verbos de diferentes regências – um ou dois complementos?	216
TABELA 84 - Emprego do pronome relativo preposicionado	218
TABELA 85 - Emprego do pronome relativo preposicionado - Fontes dos dados.....	220
TABELA 86 - Os usos nos textos formais e as normas tradicionais.....	221
TABELA 87 - Concordância com numerais e percentuais fracionários.....	228
TABELA 88 - Fuga da passiva sintética.....	239
TABELA 89 - Passiva sintética e estruturas alternativas.....	239
TABELA 90 - Independentemente / independente - Fontes dos dados.....	242
TABELA 91 - Dizer / falar - Fontes dos dados.....	246
TABELA 92 - Construções com preposição <i>em</i> ou <i>a</i> , com sentidos diversos.....	247
TABELA 93 - Estruturas morfossintáticas complementares / Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais e norma tradicional	251
TABELA 94 - Estruturas morfossintáticas complementares / Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais e norma tradicional - versão II.....	302
QUADRO 1 - As frases da consulta e a avaliação dos vernaculistas	155
QUADRO 2 - É que.....	224
QUADRO 3 - Percentuais e numerais fracionário.....	226
QUADRO 4 - Um dos que	228
QUADRO 5 - Sujeito oracional composto.....	229
QUADRO 6 - Núcleos de sujeito unidos por <i>OU</i>	230
QUADRO 7 - Um e outro	231
QUADRO 8 - Sujeito é pronome relativo.....	231

QUADRO 9 - Sujeito é nome próprio precedido de artigo plural.....	232
QUADRO 10 - Predicativo / oração reduzida, antepostos ao núcleo do sujeito.....	233
QUADRO 11 - Sujeito posposto.....	233
QUADRO 12 - Substantivo é que concorda com o adjetivo.....	234
QUADRO 13 - Hegemonia do masculino.....	236
QUADRO 14 - Ambigüidade no uso do possessivo.....	240
QUADRO 15 - Estrutura sintática alternativa.....	240
QUADRO 16 - Justamente / justo.....	243
QUADRO 17 - Diferençar / diferenciar.....	244
QUADRO 18 - Justificação / justificativa.....	247
QUADRO 19 - Construções com <i>em/a</i> - idéia de tempo.....	249
QUADRO 20 - Construções com <i>em/a</i> - idéia de espaço.....	250
QUADRO 21 - Construções com <i>em/a</i> - idéia de modo.....	250
QUADRO 22 - Construções com <i>em/a</i> - idéias de modo e espaço.....	251
QUADRO 23 - Construções com <i>na medida em que X à medida que</i>	253
QUADRO 24 - <i>Em seu (meu) ver / a seu (meu) ver</i>	255
QUADRO 25 - <i>Em (no) nível de / a(o) nível de</i>	256
QUADRO 26 - <i>Em princípio / a princípio</i>	258
QUADRO 27 - <i>Através de / por meio de (por, mediante, por intermédio de)</i>	259
QUADRO 28 - <i>À custa de / às custas de</i>	261
QUADRO 29 - <i>Em vez de / ao invés de</i>	262
QUADRO 30 - <i>Enquanto / como</i>	264
QUADRO 31 - <i>Cada / cada um</i>	265
QUADRO 32 - Metáforas da cultura mundial e da cultura popular brasileira.....	279
QUADRO 33 - Estrangeirismos “desnecessários”, segundo a gramática tradicional..	282
QUADRO 34 - Neologismos.....	297
QUADRO 35 - Regência dos verbos de acordo com os sentidos usados no corpus....	327

1. Por que a preocupação com a norma culta?

“Sabe-se que todo país precisa de uma norma lingüística oficial, geral, sem a qual seria impensável o próprio estado. Sabe-se também que a língua é um dos componentes da cultura de um povo, e o mais importante dentre eles. Assim como a cultura em geral é produzida por esse povo, assim também o é a língua. Em suma, a língua de um povo é a língua usada por esse povo como salienta nosso fato óbvio.” (COUTO, 1986, P. 74)

Durante séculos, os estudos lingüísticos se fundamentaram na arte do ‘bem dizer’, que se pautava no domínio de um certo número de regras, ao longo do tempo tidas, por convenção, como as únicas possíveis. No Século XX, surgiram os estudos revolucionários da Lingüística Moderna, que jogaram por terra a crença do caráter sagrado de todo o conhecimento acumulado sobre o assunto. Passadas algumas décadas, o equilíbrio vem à tona e estudiosos buscam, hoje, definir o que ainda funciona e o que deve ser abandonado no campo da linguagem: é o momento da definição sobre os limites entre o pertinente, o aceitável e o inadequado em relação à correção idiomática de textos.

É preciso conseguir clareza na resposta que se possa dar a uma questão tão simples e corriqueira como: em um artigo científico que será publicado em uma revista especializada, deve-se (ou não) aceitar o registro de sentenças, tão naturais na fala comum das pessoas cultas, como as seguintes:

- A proposta que o público mais gostou foi a...
- Nos foi dada essa informação, quando...
- No projeto, tinha uma seção que...
- Chegou a hora do ensino mudar...?

Os professores de Português têm freqüentemente defrontado com a constrangedora situação de apontar uma falha gramatical qualquer em um texto de seu aluno e ouvir da classe e de seus colegas de trabalho que não se justifica tal atitude, tendo em vista a ampla liberdade com que os falantes de todos os níveis culturais usam a linguagem coloquial nos tempos atuais. Intimamente, o próprio

professor se questiona: “Se eu mesmo falo dessa maneira, por que exigir que o meu aluno escreva como manda a gramática tradicional?”

Os textos modernistas estão recheados de construções condenadas pelas regras tradicionais.

Afinal, não há limites? Tudo é possível? Ou as rígidas normas canônicas devem ser observadas? Até que ponto?

Dúvidas como estas estão presentes na cabeça talvez da maioria dos profissionais da área de Letras e até mesmo de boa parte dos cidadãos comuns.

2. A norma culta atual: que formato tem? Onde buscá-la?

“Somente por algumas normas poderemos guiar-nos, normas que só logram mostrar que o verdadeiro legislador é o uso, tão discricionário e falho quão soberano.”

(ALMEIDA, 1996, p. 88)

Os estudos lingüísticos produzidos ainda são insuficientes para o conhecimento científico da língua usada pelos brasileiros, de tal sorte que a norma prescrita pelas gramáticas tradicionais, supostamente fixada no uso que da língua fazem as classes mais cultas, nada mais é, segundo Gnerre do que um conjunto de opiniões sobre como a língua deveria ser segundo os gramáticos. Esse autor abona as palavras de Antônio Houaiss, que afirmou:

“(...) a realidade nua e crua é que, malgrado o número ponderável de estudos gramaticais, não sabemos efetivamente **o que é e como é** a língua portuguesa, sobretudo no Brasil, e assistimos estarecidos ao divórcio crescente entre a norma gramatical canônica e a criação literária viva.” (GNERRE, 1985, p. 12. Grifos nossos).

A tradição dos estudos da Língua Portuguesa sempre apontou para a definição da norma canônica como aquela usada “pelos bons autores” e, tautologicamente, define os “bons autores” como aqueles que fizeram ou fazem “um bom uso da língua”. As gramáticas tradicionais, invariavelmente, buscam exemplos que abonem suas teorias nas obras literárias:

“Fundamentam-se as regras da Gramática Normativa nas **obras dos grandes escritores**, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou.” (LIMA, 1987, p. 6. Grifo nosso)

Em nota à 15ª edição de sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, afirma LIMA:

“(...) cabe (...) uma observação importantíssima, que vem (...) à guisa de pôr os pontos nos *is*: a de que, em matéria de **bom uso** da língua literária, os ensinamentos até aqui esposados pela *Gramática Normativa* são confirmados, em sua quase totalidade, pela **lição dos prosadores e poetas de hoje** – o que patenteia, de maneira solar, a continuidade histórica das formas verdadeiramente afinadas com o sentimento idiomático.” (LIMA, 1987, xviii. Grifos nossos)

CEGALLA (1988), no Prefácio da 30ª edição de sua *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, informa:

“Na bibliografia que figura no fim do livro encontrará o estudante minuciosa referência às fontes consultadas bem como a relação das principais obras literárias de onde extraímos as abonações e os exemplos que servem de apoio à teoria gramatical.”

Na *Introdução* da mesma gramática, diz o autor:

“A Gramática Normativa enfoca a língua como é falada em determinada fase de sua evolução: faz o registro sistemático dos fatos lingüísticos e dos meios de expressão, aponta normas para a correta utilização oral e escrita do idioma, em suma, ensina a falar e escrever a língua-padrão corretamente. Este livro pretende ser uma Gramática Normativa da Língua Portuguesa do Brasil, conforme a falam e escrevem as pessoas cultas na época atual.” (CEGALLA, 1988.)

É de se notar a referência que faz o renomado gramático às “normas para a correta utilização oral e escrita do idioma”, conforme **falam e escrevem as pessoas cultas na época atual**”. Na verdade, a norma tida como padrão, descrita pelas gramáticas tradicionais, refere-se à **língua escrita**. Que usuário do português do Brasil atual, ainda que se inscreva no grupo das “pessoas cultas”, **diria** as seguintes frases “Falar-lhe-ei a teu respeito” ou “...parecia uma múmia viva, no fundo de cujas órbitas se houvessem enxertado os olhos lustrosos e limpos dum homem de trinta anos” ou mesmo “Se ele no-la pedisse, nós lha emprestaríamos”? (Exemplos retirados de CEGALLA, 1988, p. 444; 468 e 461.) Nem mesmo o próprio gramático ousaria **dizer** frases tão estranhas aos ouvidos dos usuários do português do Brasil. Talvez ele as escrevesse...

A escolha do texto literário como fonte para os estudos da norma canônica também é opção de LESSA, para quem

“... a elaboração de uma gramática expositiva ou normativa há de ser feita tomando-se por base a linguagem culta, muito especialmente a **língua**

literária, visto que esta permanece sempre como uma espécie de língua-padrão, aonde se hão de ir colher os exemplos abonadores das normas gramaticais apresentadas.” (1976, p. 27)

Lessa faz suas as palavras de ELIA (1955, p. 64) ao definir o critério de “correção lingüística”: “é gramaticalmente correto aquilo que o uso das classes superiormente cultivadas impõem como tal”.

As idéias de Lessa representam, em certa medida, um avanço no que se refere à definição do *corpus* para a prescrição da norma dita culta usada na atualidade pelos brasileiros. Ele propõe a inclusão dos textos literários dos autores modernistas no elenco de frases com que trabalham as gramáticas expositivas. Sabe-se da escolha quase que exclusiva pelas gramáticas tradicionais dos chamados clássicos. Em BECHARA (1987), por exemplo, encontram-se, predominantemente, citações de Alexandre Herculano, Afonso Arinos, Almeida Garret, Antônio Vieira, Camilo Castelo Branco, Euclides da Cunha, José de Alencar, Luís de Camões, Machado de Assis, Marquês de Maricá, Rui Barbosa, Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga.

Lessa selecionou 10 escritores modernistas e realizou pesquisa exaustiva, ao longo de seis anos e meio, com mais de três mil exemplos, o que significa “alguns milhares de páginas por eles produzidas” (p. XII). Detectou o pesquisador que,

“...do ponto de vista estritamente filológico, há, em a nossa literatura modernista, três grandes tendências (...): 1ª - tornar cada vez menos nítida a delimitação entre os domínios da língua escrita e da língua falada, pelo acolhimento, na língua literária, de termos e expressões e fenômenos sintáticos peculiares à linguagem corrente, senão mesmo a plebéia; 2ª - considerar já de todo inevitáveis e irreprimíveis certas divergências que, no campo da sintaxe, se observam entre o português do Brasil e o de Portugal e, por isso mesmo, incorporar ostensivamente à linguagem literária algumas construções brasileiras, que, conseqüentemente, devem ser, em definitivo, sancionadas, sem titubeios e sem subterfúgios, pelos nossos gramáticos; 3ª - combater, inflexivelmente, o purismo. Em síntese, a idéia predominante nos parece esta: o

povo é quem faz a língua, e esta, mesmo quando cristalizada nos esplendores das obras literárias, deve, tanto quanto possível, aproximar-se do linguajar corrente e refletir, com fidelidade, as variantes regionais.” (LESSA, 1976, p. 7-8)

A pesquisa realizada por Lessa fez que ele concluísse que uma gramática moderna do português usado no Brasil, tendo como base obras de escritores do Modernismo, deve sancionar formas execradas pela tradição, tais como:

- incorporação ao texto escrito de determinados termos populares;
- emprego dos pronomes retos *ele eles, ela, elas* como objetos diretos;
- emprego do pronome *mim* como sujeito de um infinitivo;
- emprego do verbo no plural com sujeito coletivo geral;
- contração da preposição com o artigo ou pronome dentro do sujeito de um infinitivo;
- colocação de pronome átono em início de oração e de período;
- etc.

Apesar de ter executado um respeitável trabalho de pesquisa, a proposta de Lessa não foi ainda considerada por gramáticos da atualidade, na tarefa de caracterização da norma culta padrão da atualidade brasileira. A causa da não aceitação de sua proposta talvez esteja no fato de que as gramáticas do tipo tradicional utilizam a literatura para abonar apenas as formas que *a priori* o autor considera dignas de serem sancionadas, ou seja, aquelas estruturas que já foram canonizadas. Os casos de formas literárias divergentes são apresentados, nesses compêndios normativos, como meras exceções e, muitas vezes, em notas de rodapé.

É do conhecimento geral que a literatura modernista surgiu como uma ruptura em relação ao mundo velho, inclusive à norma canônica. Sendo assim, as alterações registradas pelos literatos adeptos do Modernismo não receberam a sanção dos gramáticos tradicionalistas brasileiros, conforme se pode constatar em

consulta às mais recentes versões de nossas gramáticas. E, além do texto literário, o que dizer das outras formas de expressão da língua escrita, como os textos técnicos, científicos, jornalísticos? Terá havido nesses textos, quanto à norma lingüística, incorporação de mudanças impulsionadas pela modernidade? Há nesses textos uma nova configuração da norma ou não?

Consideramos que Lessa cometeu um equívoco ao eleger como modelo para a norma escrita culta atual o texto literário modernista. Defendemos como mais apropriado tomar como referência, no estabelecimento de tal norma, o texto técnico-científico e o jornalístico, formas de expressão amplamente utilizadas, no mundo atual, pelas pessoas comuns, escolarizadas, em suas leituras mais freqüentes e, no caso do técnico-científico, em suas eventuais escritas.

É o que também pensa ROCHA (1999, p. 7), quando reflete:

Devem “as regras da língua padrão – ou seja, a língua em que são escritos os livros técnicos e científicos, os artigos acadêmicos, as dissertações e teses universitárias, os ofícios e os relatórios, os documentos oficiais e as cartas comerciais – tomar como base a língua dos escritores? Parece haver nessa posição uma contradição muito grande, e não é isso o que de fato acontece. Como sabemos, a língua padrão caracteriza-se pela tradição e pela obediência aos cânones gramaticais, ao passo que a língua literária contemporânea caracteriza-se pela ruptura, pela rebeldia às normas tradicionais (...).”

Este trabalho que realizamos buscou respostas para as seguintes questões:

Que formato tem a norma culta escrita atual? Há correspondência de formas entre os textos técnicos, científicos e jornalísticos e a norma canônica? Há rupturas? Se há correspondências, se há rupturas, isso acontece em que nível? Qual é o percentual de correspondência e/ou de ruptura?

Parece-nos adequado que a norma culta atual deva ser buscada nos textos acadêmicos, científicos, jornalísticos (editoriais, reportagens de jornais e de revistas

de grande circulação no País), nos comunicados de autoridades públicas e nas leis, pois esses são “textos com sintaxe, léxico e universo referencial independentes da oralidade e dos valores do senso comum.” (BRITO, 1997, p. 93). Além disso, são textos não marcados pelos regionalismos: configuram-se em um padrão uniforme em todo o País.

Outro estudioso do português adepto do ensino da norma padrão escrita a partir de textos científicos e jornalísticos, e não com base na “literatura antiga”, é POSSENTI, que explica:

“Falo em literatura antiga porque, na moderna, se nós a lêssemos, encontraríamos muitas formas condenadas pelas gramáticas. Seria certamente ridículo que condenássemos alunos por não utilizarem corretamente o verbo *haver* e, depois, lêssemos na aula o célebre poema de Drummond que começa assim: ‘No meio do caminho tinha uma pedra/ tinha uma pedra no meio do caminho...’. Ou, mesmo que o prestígio literário do autor não seja igual ao de Drummond, seria estranho condenar um aluno por escrever (ou falar) como Chico Buarque: ‘Tem dias que a gente se sente/como quem partiu ou morreu...’.” (1999, p. 41. Grifo nosso)

Concordamos com Possenti na sua defesa pela utilização dos textos científicos e jornalísticos para o ensino da norma padrão, mas consideramos que tal norma só tem validade para a língua escrita. A língua falada tem regras próprias, muitas vezes diferentes daquelas da escrita: trata-se de outra modalidade, cujas regras e normas são complexas e ainda pouco estudadas. O Projeto NURC – Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta – iniciado em 1988, revela a complexidade de se elaborar a gramática do português culto falado no Brasil, ainda que seus dados estejam sendo buscados em apenas cinco capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. As demais capitais brasileiras não estão sendo consideradas em tal projeto, em virtude dos critérios adotados, e,

ainda com tal restrição, os estudos referentes à língua culta falada nas cinco capitais trazem poucos resultados, se considerarmos a complexidade da língua efetivamente falada pelos usuários da variedade culta.

Comentando o pensamento de Possenti, acima registrado, acreditamos que o texto literário deve ter espaço privilegiado na escola, mas não como modelo para a escrita comum (relatórios de pesquisa e outros textos que utilizam a escrita formal a serem produzidos pelo aluno) e, sim, como objeto de leitura obrigatória e *possível* produção de textos literários pelo aprendiz. Afinal, nem todas as pessoas têm o dom artístico da palavra, como nem todas têm o dom artístico para a pintura, a música... Por outro lado, é freqüente as pessoas escolarizadas se virem diante de situações concretas na vida diária em que têm de produzir um texto em língua formal. Assim, para a aquisição da língua escrita formal, o modelo é o texto formal; para a formação do leitor e possível escritor, o modelo é o texto literário. Dessa forma, não há por que o professor de Português sentir o constrangimento ou sentir como “ridícula” a situação de ensinar a norma padrão e apresentar aos alunos textos de escritores renomados que contrariam tal norma. Drummond e Chico Buarque fazem uso do verbo *ter* em lugar de *haver*, buscando como modelo a língua oral comum, que, voltamos a afirmar, tem regras próprias. A aproximação da linguagem literária com a linguagem oral é uma das características da revolução modernista, que buscou o rompimento com os valores da tradição, especialmente valores lingüísticos. Nas suas produções literárias, se as fizer, o aluno terá a mesma liberdade de infração da norma vigente; o que não poderá se dar (conforme justificaremos ao longo deste trabalho) se o texto produzido é um relatório de

pesquisa ou uma correspondência para uma autoridade qualquer, como o diretor da escola, o secretário de educação, o prefeito municipal.

Retomando a indagação que apresentamos anteriormente a respeito da definição do formato da atual norma padrão do português escrito, propomos como item de reflexão as observações de PERINI (1999, p. 56): da mesma forma que um professor de biologia nunca determina como deve ser a natureza, o professor de Português deve deixar de lado a pretensão de **determinar como deve ser a língua**. Da mesma forma, o gramático vai precisar aprender a dizer o que a língua é, e não o que (segundo ele) deveria ser. Terá ele de procurar inicialmente qual é a forma efetivamente usada.

Assim, o uso é que deve ser o parâmetro que determina a configuração da norma atual. Se o uso da língua nos textos formais coincide com a norma prescrita pela tradição, parece-nos racional que se continue pautando o ensino de Língua Portuguesa em tais preceitos. Se há divergência entre o uso efetivo nos textos escritos formais e as regras convencionais presentes nos compêndios gramaticais, não faz sentido insistir no ensino de regras ultrapassadas.

Temos consciência da complexidade que significa definir e aceitar o uso formal da língua atual para o ensino do português nas nossas escolas, mas isso não deve ser motivo para cruzarmos os braços. ALMEIDA, a esse respeito, argumenta (ou lamenta):

“O uso, o inflexível uso, nosso grande amigo, nosso maior inimigo. Se umas vezes o invocamos em testemunho de um certo acerto, muitas outras o maldizemos, dizendo-o culpado do erro. Aqui aclamamo-lo, ali o maldizemos. Contradição? Não: Fatalidade. Na sua cegueira, o uso hoje acerta para errar amanhã.” (1996, p. 358)

Não pensamos, como Almeida, que haja esse conflito, a não ser que, de antemão, já tenhamos definidos quais usos desejamos abonar ou condenar. Se, sem qualquer idéia previamente concebida, ou seja, se desprovidos de preconceitos, nós nos dispusermos a conhecer a realidade lingüística da norma atual retratada nos usos efetivos em textos formais, não há por que julgar o uso amigo ou inimigo, bendito ou maldito, certo ou errado. Simplesmente, o uso mais adotado é este ou aquele. Aliás, é o próprio ALMEIDA que, em outra passagem da mesma obra, dá-nos o caminho:

“As regras de gramática são sempre posteriores aos fatos e nisso está o seu valor. O gramático compila exemplos, expõe-nos, estuda-os e tira a conclusão; esta conclusão é a regra.” (1996, p. 379)

Não é nossa intenção, neste trabalho, viver essa experiência de um gramático, mas temos esperança de que esta nossa pesquisa possa ser útil a eventuais estudiosos, fornecendo-lhes subsídios que contribuam para a produção de futuros estudos e até mesmo de uma gramática do português formal atualmente usado no Brasil. A descrição das tarefas do gramático está bastante clara nessas palavras de Almeida. A diferença entre o que está feito e o que está por fazer reside no *corpus* onde se buscam os dados para a descrição da norma formal.

Ao contribuir para a caracterização da norma padrão da escrita atual, cremos que este trabalho poderá abrir espaço para a sistematização da gramática (conjunto de regras) dessa variedade lingüística. A importância de tal contribuição pode ser vista na proposta de RAMOS:

“...dentre o conjunto de fatos ali [na gramática normativa] explicitados há um conjunto que poderia ser classificado como anacrônico. Um trabalho útil e realizável a curto prazo seria apontar estes pontos problemáticos com precisão e detalhe para que, por sua supressão, se chegue a um conjunto de fatos/dados mais simples e mais adequado.” (1997, p. 6)

Não há como negar a importância do texto técnico, do científico e do jornalístico como fontes rotineiras de leitura do brasileiro escolarizado. Segundo O GLOBO, “O jornal é a única leitura habitual de milhões de cidadãos (...)” (1992, p. 58). É incontestável o alto número de publicações técnicas e científicas em nosso País. Como a oferta busca atender à demanda, supõe-se existirem milhões de leitores de tais textos. Isso justifica a eleição do texto técnico-científico e jornalístico como base fundamental para a verificação do tipo de linguagem que está sendo diariamente exposta aos cidadãos brasileiros e que pode ser entendida como modelo a ser seguido pelos aprendizes da língua materna.

Para concluir essas reflexões iniciais, cremos até ser desnecessário, mas deixaremos aqui o seguinte registro: nosso trabalho não consiste em uma operação de “caça aos erros gramaticais” de textos para a emissão de julgamentos de valor sobre a qualidade dos jornais, revistas, livros. Não há de nossa parte qualquer motivação normativista. O que pretendemos é a descrição científica do uso social da escrita formal do português contemporâneo brasileiro.

3. Norma culta e valores ideológicos

“Hoje é perseguir antipatia acusar erros de redação, cochilos de emprego de vocábulos, barbarismos, anacolutos desarrazoados, cacografias.”

(ALMEIDA, 1996, p.154 - *Gramático*)

“Todo professor de Português tem uma lista de frases – retiradas de suas gramáticas e de seu material do dia-a-dia – que não são analisáveis, ou que são analisáveis de várias maneiras, ou que nada têm a ver com o item gramatical em discussão, ou que simplesmente não fazem sentido.”

(DILLINGER, 1995, p. 34 - *Linguista*)

“Há em Ribeirão Preto uma professorinha que se autodenomina filóloga. Sua tese de doutoramento consistiu numa crítica a todas as gramáticas existentes no mercado, inclusive a NOSSA. Ninguém lhe escapou à verrina. Alguns colegas, ao lerem a tese, riram; outros reagiram com o natural desdém que merecem os tolos, mas houve quem lhe escrevesse cartas desaforadas. Eu, de minha parte, ignorei-a, que é como se deve fazer a quem só possui méritos entre amigos e apaniguados.”

(SACCONI, 1990 a, p. 362 - *Gramático*)

Enfocando o ensino da norma culta, DILLINGER (1995, p. 39) argumenta que ninguém sabe explicar por que exatamente estudar uma variante da língua seria melhor, nem por que privilegiar esta variante específica da língua em vez de outra.

Nesse ponto, discordamos do lingüista. Defendemos a idéia de que o aluno deve aprender a variedade padrão, sim, pois é por meio desta que ele vai ler e produzir textos técnicos e científicos em sua vida diária, tendo acesso aos bens culturais da sociedade e é por meio da variedade padrão que o cidadão é avaliado pela sociedade como uma pessoa culta (prestigiada) ou inculta (estigmatizada). Movimentos político-ideológicos que poderiam reverter essa injusta situação existem, mas são esparsos e de ação bastante lenta. Não se circunscrevem ao âmbito da linguagem, e extrapolam de muito os limites das ações individuais. Resta ao falante adaptar-se – e esperamos que isso se dê provisoriamente – às normas existentes. É incontestável que a linguagem pode ser usada como elemento ideológico capaz de impedir a ampla comunicação de informações de interesse de grandes setores da população. Segundo GNERRE (1985, p. 15):

“Todos nós sabemos quanto pode ser entendido nas notícias políticas de um Jornal Nacional por indivíduos de baixo nível de educação. A linguagem usada e o quadro de referências dado como implícito constituem um verdadeiro filtro da comunicação de informações: estas podem ser entendidas somente pelos ouvintes já iniciados não só na linguagem padrão mas também nos conteúdos a ela associados. Assim, também, se a televisão e o rádio alcançam uma enorme difusão, a comunicação de notícias e informações fica restrita a grupos relativamente reduzidos entre os que têm acesso aos instrumentos de tais comunicações.”

No acesso à informação, a exclusão de setores sociais, provocada pela caracterização da linguagem dos meios de comunicação de massa, é uma realidade

que não pode ser relegada ao esquecimento pela escola: daí uma das causas do ensino ao aluno da norma lingüística usada pela mídia.

Comprovando a afirmação de Gnerre reproduzida acima, citamos a pesquisa realizada por MENDES, que analisou textos telejornalísticos veiculados, durante 12 horas em 1993, pela Rede Globo e pelo SBT. Interessam-nos, aqui, as conclusões da pesquisa relacionadas ao telejornalismo da Rede Globo:

- *Condições de comunicação – racionalidade e reflexão / distanciamento / desvinculação situacional*: “Mesmo na transmissão de notícias dramáticas, (...) os jornalistas da Rede Globo não se deixam mostrar.”;
- *Organização da informação – densidade informacional / planejamento e elaboração*: é grande a “condensação informacional da Rede Globo”, que dedica pouco tempo mesmo às matérias tratadas ao vivo e o “padrão de concatenação lingüística é bastante fechado”;
- *Organização lingüística – norma lingüística supra-regional / predominância da subordinação / ausência de expressões correntes* (‘um tipo de’, ‘coisas do gênero’, ‘coisa’ etc.) / *esmero na pronúncia com “oralidade muito tratada, muito pasteurizada”/ ausência de gírias/ ausência de metáforas populares / ausência de erros gramaticais/ riqueza de vocabulário*: atendendo positivamente a todos esses traços da organização lingüística, identificados por MARCUSCHI (1993) como parâmetros da língua escrita formal, o jornalismo da Rede Globo pode ser caracterizado como exemplo de língua oral calcada na língua escrita: “A Rede Globo teria descoberto que, para atingir sua fatia de mercado, é boa estratégia utilizar um padrão de língua escrita”. (MENDES, 1999, p. 403-414)

Como a *Rede Globo* tem sido, já há algumas décadas, líder nacional de audiência, acreditamos que a sua “fatia de mercado” reúne os diversos setores da sociedade brasileira e as diversas camadas sociais: ela fala a língua das classes privilegiadas econômica e culturalmente, por se identificar com estas e reforça o uso

do padrão lingüístico de prestígio social, tomado como modelo pelas classes populares.

Cabe, aqui, uma reflexão. Unindo as conclusões de Mendes conseqüentes da pesquisa realizada e as observações de Gnerre apresentadas acima, como conciliar fatos aparentemente contraditórios? De um lado, a grande audiência dos jornais criados pela Rede Globo, com toda a densidade da língua escrita formal e, de outro, a impossibilidade de entendimento das notícias recebidas por parte dos telespectadores que se incluem na categoria de pessoas semialfabetizadas das classes populares. Uma resposta possível está no fato de a língua padrão – usada pela Rede Globo – exercer fascínio sobre o telespectador “de baixo nível de educação”. A língua padrão é, portanto, um elemento ideológico que cumpre seu papel de se manter viva, ainda que impeça a efetiva comunicação de informações.

Para cumprir uma de suas importantes funções sociais, a escola tem como tarefa o ensino da norma padrão, de forma a garantir ao aluno das classes populares o acesso aos bens culturais da sociedade de que participa. Mais que isso: as classes populares vivem duas faces do mesmo problema – uma, relacionada à compreensão de mensagens e conteúdos veiculados pelas classes privilegiadas; outra, vinculada à produção de suas próprias mensagens. “A começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder”. Para, por exemplo,

“redigir um documento qualquer de algum valor jurídico, é realmente necessário não somente conhecer a língua e saber redigir frases inteligíveis, mas conhecer também toda uma fraseologia complexa e arcaizante que é de praxe. Se não é necessário redigir, é necessário pelo menos entender tal fraseologia por trás do complexo sistema de clichês e frases feitas.” (GNERRE, 1985, p. 16)

Enfocando o ensino da variedade padrão a alunos das classes populares, conclui acertadamente SOARES que, entre os instrumentos que permitem a esses alunos conquistar mais amplas condições de participação cultural e política e de reivindicação social,

“avulta como fundamental o domínio do dialeto de prestígio, ou, nos termos da economia das trocas lingüísticas, do capital lingüístico socialmente rentável, pois o exercício da dominação e a preservação de privilégios se dão através do monopólio, pelas classes dominantes, não só dos bens materiais, mas também do capital lingüístico socialmente rentável e do capital cultural a que só esse capital lingüístico dá acesso. Por isso, a aquisição, pelas camadas populares, do dialeto de prestígio é o meio de retirar do controle exclusivo das classes dominantes um de seus principais instrumentos de dominação e de discriminação e fazer dele um instrumento também das camadas populares. Estas disporão, assim, de igualdade de condições de uso da linguagem considerada legítima e de acesso ao capital cultural considerado legítimo, para sua luta por maior participação política e mais justa distribuição da riqueza e dos privilégios.” (1986, p. 74)

Rebatendo crenças de sociolingüistas que promovem ampla defesa do ensino gramatical pautada no argumento de que o aluno teria o direito de aprender a gramática da norma culta porque esta seria um instrumento importante na luta de classes, DILLINGER chega a ser irônico:

“Se o objetivo for realmente esse de dar armas importantes para a luta de classes, parece ser muitíssimo mais eficiente ensinar o aluno a fazer cirurgia, a ganhar ou roubar dinheiro, a descobrir brechas na lei, a jogar futebol ou a desenvolver habilidades de persuasão e liderança. Mesmo sabendo gramática, não é possível entender a legislação vigente ou o funcionamento da ciranda financeira, duas coisas imprescindíveis para ser bem sucedido hoje em dia. O que é que a análise sintática e a Nomenclatura Gramatical Brasileira têm a ver com o progresso econômico e social? Nada.” (1995, p. 41)

Não se pode deixar de reconhecer a boa intenção do lingüista, mas algumas das “armas” substitutivas da gramática propostas por ele são evidentemente inadequadas no conjunto das tarefas do educador. Não se trata de entender o domínio da variedade de prestígio, conforme sugere Dillinger, como a única arma

de imposição do cidadão na sociedade. Não há a menor evidência disso na vida real, mas essa é para muitos estudiosos uma delas. Nas palavras de GERALDI:

“... as atividades de ensino deveriam oportunizar aos seus alunos o domínio de uma outra forma de falar, o dialeto padrão, sem que isso signifique a depreciação da forma de falar em sua família, em seu grupo social, etc. Isto porque é preciso romper o bloqueio de acesso ao poder, e a linguagem é um de seus caminhos. Se ela serve para bloquear – e disto ninguém duvida – também serve para romper o bloqueio. Não estou com isso querendo dizer que através das aulas de língua portuguesa se processará a modificação da estrutura social. Estou, tão e somente, querendo dizer que o princípio de que ‘quem não se comunica se trumbica’ não pode servir de fundamento do nosso ensino: afinal, nossos alunos se comunicam em seu dialeto, mas têm se trumbicado que não é fácil... E é claro que este ‘se trumbicar’ não se deve apenas à sua linguagem.” (1987, p. 45-46)

ROCHA também defende a idéia de que o ensino de Português deve se fundamentar na preocupação “com a língua padrão e a língua não-padrão” e argumenta: “o objetivo primordial da escola é ensinar a língua padrão, sem se esquecer, contudo, de outras manifestações da linguagem.” (2002, p. 18)

POSENTI compartilha da mesma idéia:

“o objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico.” (1999, p. 17)

Enfocando mais de perto a ideologia no tratamento que é dado à gramática e à norma de prestígio social, percebemos que ressalta nos trabalhos de autoria de Lessa, de Lima e de Cegalla algo que, hoje, provoca a reação dos sociolinguistas: a aceitação e propagação de idéias preconceituosas em expressões como: “norma do bem-dizer e do bem-escrever”, “bom uso da língua”, “correta utilização oral e escrita do idioma”.

Tais avaliações da língua carecem de base científica e passam pelo campo ideológico. O uso da língua escrita feito pelas classes dominantes social, cultural e economicamente tem sido, por pressão da tradição, tomado como o “correto”, o

“exemplar”. E todo desvio desse uso elevado a padrão tem sido historicamente recriminado como erro, aberração. Veja-se, a propósito, o que nos diz o professor Napoleão Mendes de Almeida, em entrevista concedida à revista ISTO É, de 24.01.90:

“Há um conceito de educação e tal conceito não admite distinção entre falar e escrever, a não ser a liberdade entre amigos, numa reunião muito íntima, aí saem as piadas que não se podem ouvir em família. E saem também os erros. Não há em país realmente civilizado uma distinção formal, oficial, entre língua falada e língua escrita. Revista nenhuma inglesa ou americana tem inglês com linguagem de caipira, inglês com linguagem de criança. Não. Por quê? Essa linguagem de caipira ou de criança vai ensinar mal. É uma aberração, uma estorinha trazer ‘nóis vai’ e cortar o final dos verbos infinitivos: ‘passeá’, ‘falá’. Isso é incongruente com civilização. (...)”

Quem diz ‘nós vamos’ não vai escrever ‘nóis vai’. Eu estou exagerando um pouco, mas vamos para uma outra comparação: ‘Eu deixei eles fazer o que querem’. Não, quem é educado e está acostumado a falar direito não diz ‘deixei eles fazer’, mas ‘deixei-os fazer’. O inglês por acaso diz *I left she to go* (Eu deixei ela ir?). Não. É *I left her to go* (Eu deixei-a ir)”. (...)”

Quando eu ouço ‘record’, eu desligo a televisão e mudo de canal. ‘Record’ nunca existiu na Língua Portuguesa. É ‘recorde’. Isso é um contra-senso, isso é um abuso da ignorância do povo brasileiro. (...)”

Existe uma ignorância: não saber distinguir ‘ter que’ de ‘ter de’. ‘Ter de’ indica necessidade, ele ‘tem de’ fazer esse trabalho. Agora, ele ‘tem que’ fazer esse trabalho não indica necessidade, apenas diz que existe um trabalho para ser feito, não obrigatoriamente. São coisas distintas. (...)”

No Brasil, faz-se reformas ortográficas para efeito de caixa.” (p. 3-4)

Almeida demonstra seu dogmatismo preconceituoso em diversas passagens de sua fala: sem explicitar os critérios que utiliza, compara línguas de culturas diferenciadas, usando sistema de valores – tal língua e tal nação são superiores a outras, e usa os mesmos critérios (não definidos) para, dentro de uma mesma língua, distribuir, de um lado, a variedade lingüística (ou suas manifestações) que merece atenção por sua pretensa “superioridade” e, de outro, as variedades que não passam de “aberrações”, “contra-sensos”, “ignorância” (*passeá, falá, deixei eles fazer* – manifestações da língua comum coloquial, usada, inclusive, pelos brasileiros da faixa mais escolarizada; *nóis vai* – manifestação da língua popular). As formas lingüísticas

consideradas por ele corretas em oposição às variantes de tais formas (*ter que/ ter de*) se baseiam em mera preferência pessoal,¹ com distinção de sentidos não percebida pelo falante atual do português. Trata-se de um caso típico em que as normas gramaticais nos impingem “regrinhas pífias e arbitrárias” (LESSA, 1976, p. 106), que traduzem o gosto pessoal do gramático: este, mais uma vez, frisa a sua autoridade, sem se preocupar com a ocorrência objetiva dos fatos lingüísticos no uso atual da língua.

Faremos uma breve pausa para alguns comentários. As nossas críticas a determinadas afirmações de Almeida não significam, de forma alguma, recriminação à obra desse ilustre autor nem às dos gramáticos tradicionais. Temos por esses intelectuais a mesma admiração e respeito que nutrimos pelos lingüistas mais avançados de nosso tempo. Cada um dá a sua contribuição para iluminar os estudos de nosso idioma. E a cada um deles – estudiosos tradicionalistas e modernos cientistas da linguagem – agradecemos a iniciativa de compartilhar altruisticamente seus conhecimentos nas mais diversas obras à disposição do público leitor. Graças à parcela de informações que cada um deles nos concedeu é que vamos construindo a nossa bagagem cultural. Ademais, a bem da verdade, é de se notar que todos nós temos as nossas preferências pessoais em relação a tudo, e isso não seria diferente em relação aos fatos lingüísticos. Apenas para ilustrar, colocamos a nós próprios como o alvo na vitrine: por vermos o emprego abusivo da locução *sendo que*² nos textos

¹ ALMEIDA tem companhia em sua aversão pelo uso indiscriminado de *ter que*. GONÇALVES, usando novas sutilezas de argumentação, ensina: “Usa-se a regência de com o verbo *ter* quando, após o verbo, se subentendem palavras, como: necessidade, precisão, desejo, obrigação. (...) Emprega-se o relativo *que* depois do verbo *ter*, quando podemos subentender para antecedente: algo, alguma coisa, coisas, tarefa, etc.” (1965: 195; 196). CEGALLA (1999: 392) é mais flexível nesse ponto, afirmando: “Não constitui erro usar *ter que* nessa frase, pois tal sintaxe já se incorporou ao português de hoje.”

² Da mesma opinião é ALMEIDA, que censura: “*Sendo que* – É uma locução conjuntiva causal (...). Sem essa indicação de causa, a expressão não passa de mais um caso de abuso do gerúndio, como neste exemplo: *As frutas estão geralmente caras, sendo que as estrangeiras nem se podem comprar*. O remédio é simples:

escritos, em substituição a uma gama de conjunções e pronomes conectores, abolimos definitivamente tal locução “camaleônica” de nossas produções escritas, apesar de não nos darmos o direito de legislar sobre a sua extinção nos textos escritos por outros usuários da língua, adeptos de tal uso, digamos, “polissêmico”. Um outro exemplo de preferência bastante pessoal é o de um colega, membro da equipe de elaboração de provas do vestibular de uma universidade brasileira, que invariavelmente propõe a substituição, nas questões elaboradas pelos colegas, da expressão “baseado em X” por “com base em X”, com o curioso argumento de que “baseado lembra maconha, droga”. Raciocínio frágil do ponto de vista lógico, sem qualquer base gramatical, mas de grande peso para quem o engendrou e sustenta...

Para Almeida, gramático e pessoas comuns se colocam em pólos opostos: o primeiro “é educado e está acostumado a falar direito”, os outros são marcados pela “ignorância”.

E o professor, que preconiza a não-distinção entre fala e escrita, deixa de fazer uma concordância verbal exigida pela gramática clássica (“faz-se reformas”): fato perfeitamente normal e justificável na língua oral de que se utilizou na entrevista e que certamente não apareceria se estivesse o gramático usando a escrita. Sobre a descontração da fala e o monitoramento da língua escrita, em trabalho em que analisa falas de adolescentes, PIRES (1997, p. 117) comenta:

“Nenhum dos participantes das situações de diálogo registradas, independentemente do grupo sócio-econômico de origem, preocupou-se em reformular as suas intervenções visando a atender aos preceitos normativos

por não encerrar idéia circunstancial nenhuma - nem de causa, nem de concessão, nem de nada - substitua-se o insosso ‘sendo que’ por ‘e’ ou por ponto e vírgula ou por outra construção: ‘*As frutas estão geralmente caras e as estrangeiras nem se podem comprar. Encontrei-me com um grupo de advogados, dos quais três eram já meus conhecidos* (e não: *sendo que três...*) - *Contento-me com este dicionário, mas o outro seria melhor* (e não: *sendo que o outro...*)’ (1996: 517).

da língua padrão. Essa constatação me conduz a duas explicações possíveis. Primeiramente, o falante desconhece alguns usos da variedade padrão e, por isso, não os aplica. Em segundo lugar, ele convive, no mínimo, com dois sistemas de regras e aplica, durante as situações de interação espontânea, as que considera mais adequadas para obter os resultados desejados.”

Como acréscimo às duas hipóteses levantadas por Pires, propomos uma terceira, que caracterizaríamos de não tão científica como as apontadas pela autora, mas bastante prosaica. Nesta, encaixa-se o falante sob nossa análise, pertencente a um grupo diferente daquele com que a autora trabalhou. No caso em questão, um professor rigoroso em relação ao padrão culto, gramático, que, numa entrevista, tratando exatamente da “correção idiomática”, utiliza em sua fala uma concordância desviante da norma padrão. Acreditamos que isso tenha se dado porque o ser humano normal se cansa de se policiar, deixando desfalecer por segundos seu papel de guardião da “boa linguagem” e, num “cochilo”, deixa escapar a sua verdadeira forma de se expressar na vida comum, do dia-a-dia.

Contrariando a tendência natural de evolução da língua e conseqüente atualização de seu registro pela gramática, ALMEIDA assume o papel que julga seu de vigilante da língua portuguesa e chega a decidir que:

“A gramática não deve evoluir. A Gramática, não. A conjugação do verbo ‘amar’ vai ser sempre a mesma. A flexão dos nomes não vai evoluir. A língua pode evoluir num sentido de progredir porque os vocábulos têm de ser criados para corresponder a criações científicas. Não somente criações materiais, mas criações de relação social.” (Isto É Senhor, 24.01.90, p. 6)

A norma criada por Almeida vai de encontro ao bom-senso. Como é possível alguém determinar que uma gramática não pode evoluir, se esta é a codificação do que se encontra na língua, que está em permanente evolução? Todas as línguas sofrem evoluções decorrentes dos usos que delas se fazem: não existe

qualquer sociedade ou comunidade na qual todos falem da mesma forma. “A variedade lingüística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de *status* ou de papel entre os indivíduos ou grupos, estas diferenças se refletem na língua” (POSSENTI, 1999, p. 34). Em trabalho apresentado em evento promovido pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais afirma com razão LEAL:

“... as línguas humanas não constituem realidades estáticas; ao contrário, sua configuração estrutural se altera continuamente no tempo. O funcionamento de uma língua não entra em conflito com a sua incessante mudança. A mudança lingüística é da natureza da língua, é intrínseca a sua essência”. (1997, p. 19)

Pensamento próximo aos expostos é o de CAGLIARI, que comenta:

“Por sua própria natureza, uma gramática normativa está fadada ao fracasso, já que a linguagem é um fenômeno dinâmico e as línguas mudam com o tempo; e, para continuar sendo a expressão do poder social manifestado por um dialeto, a gramática normativa deveria também mudar.” (1997, p. 38)

A gramática normativa, para se sustentar enquanto tal, tem de se atualizar, de acordo com as alterações produzidas na norma pelo uso efetivo que fazem os usuários da variedade que essa gramática descreve e, conseqüentemente, prescreve.

A única evolução possível do português, segundo ALMEIDA, só poderá se dar no campo do léxico, mesmo assim, com restrições, pois o gramático desautoriza determinadas mudanças (empréstimos, neologismos), ainda que estes já tenham sido abonados por dicionaristas:

“Tenho um [dicionário Aurélio] para ver até onde vão as barbaridades, às vezes, porque ele é uma espécie de rede de arrastão. (...) Ela vai buscar toda a sujeira do fundo do mar, porque ela vai buscar camarões e camarões vivem na sujeira. Então não queira saber o que vem naquela rede. (...) E o povo se diverte: ‘Ah, mas tal fulano dá a palavra!’ Claro que dá, a rede de arrastão também traz.” (Isto É Senhor, 24.01.90, p. 4)

De nossa parte, acreditamos que uma das facetas ideológicas de subserviência dos falantes aos cânones gramaticais é a busca neurótica do abono de formas pelos dicionaristas: tal palavra não existe, ainda que esteja em uso pelos falantes, porque não está nos dicionários. A glória e a satisfação do usuário da língua se apresentam quando em algum dicionário se encontra o registro do vocábulo.

GNERRE (1985, p. 13-14) considera os dicionários um inventário dos signos “legitimados”; os dicionários são, para ele, manuais que conferem aos vocábulos neles recolhidos uma existência abstrata, destino totalmente diferente do relacionado aos signos excluídos desse inventário. No entanto, adverte esse autor:

“(...) as palavras não têm realidade fora da produção lingüística; as palavras existem nas situações nas quais são usadas. Isto é tão verdadeiro que a identidade da forma através das variações dos contextos pode passar despercebida. Entender não é reconhecer um sentido invariável, mas ‘construir’ o sentido de uma forma no contexto no qual ela aparece. Os dicionários são instrumentos centrais no processo chamado de *Estandartização*, que constitui um dos aspectos lingüísticos do processo mais amplo da ‘legitimação’. Os dicionários estão geralmente em relação complexa e talvez ‘dialética’ com a literatura aceita e em geral com o que é considerado o ‘corpus’ escrito de uma língua, na medida em que não só sancionam a aceitação de itens lexicais já produzidos na língua, mas também constituem a base de futuras aceitações.” (1985, p. 13-14)

POSSENTI afirma que o fato de uma palavra não constar de um dicionário é devido a duas possíveis causas: a palavra não existe na língua ou o dicionário tem deficiências (1999, p. 22).

Refletindo sobre essa segunda causa apontada por POSSENTI, concluímos que a possível desconfiança do falante em relação à autoridade do dicionário é bastante louvável, pois revela a visão que faz de si mesmo não como um servo do que está impresso, mas como alguém que reflete sobre os dogmas estabelecidos e, mais, que reconhece na língua um processo gramatical produtivo, em permanente

mudança. Assim, questionar o que está impresso, especificamente a gramática e o dicionário, é promissor, tendo em vista que ambos “são bons lugares para conhecer aspectos da língua, mas não são os únicos e podem até não ser os melhores.” (POSSENTI, 1999, p. 23).

Chamam a atenção, também, na reprodução da entrevista concedida por Almeida à revista *Isto É Senhor*, traços típicos de oralidade que ele condena por se distanciarem da língua escrita, como, por exemplo, a sintaxe da frase construída com repetição – perfeitamente cabível na língua oral como recurso de ênfase – (“Ela vai buscar toda a sujeira...vai buscar camarões e camarões vivem.” “tal fulano dá a palavra! Claro que dá”), emprego do verbo *dar* em uma de suas múltiplas significações, no caso como sinônimo de *registrar* (ou *registar*, como querem os puristas). É com a autoridade de gramático que ALMEIDA sentencia:

“Não existe [a palavra posicionamento]. São as invenções de locutores. Eles inventam para se tornar mais atraentes. É a variação é uma atração. Os políticos também falam do posicionamento político. Em virtude da televisão e do rádio, isso entra no ouvido. O que quer dizer eufonia? Eufonia não tem um sentido absoluto, próprio. Eufonia tem um sentido relativo. É eufônico aquilo a que se está acostumado a ouvir. (...) Há locutores que abusam de tal forma a ignorância do povo brasileiro (...) que dizem o que bem entendem, como se fossem pregadores da verdade, na concepção, no teor e na forma. É de desanimar.” (*Isto É Senhor*, 24.01.90, p. 4)

Almeida critica os “abusos” da “ignorância do povo brasileiro” cometidos por locutores e condena esses profissionais da mídia por se mostrarem como pregadores da verdade. Não seria a sua pregação da verdade lingüística tão “abominável” quanto às dos locutores que condena? Não seria arbitrária a condenação que faz de certos usos da língua por motivo de eufonia, já que esta é, como ele mesmo reconhece, relativa, portanto subjetiva? Parece claro que a eufonia é mais uma das

manifestações do preconceito, mais uma das amarras normativas usadas para estigmatizar formas lingüísticas em uso na língua comum.

Para arrematar nossas observações sobre o dogmatismo e arbitrariedade de Almeida, renomado representante da tradição gramatical, registramos sua definição de linguagem coloquial e de sua visão sobre a correlação “falar bem/escrever bem”: “A linguagem coloquial é uma permissão que existe em todas as línguas do mundo.”

“Quem é educado, quem fala bem por natureza, por hábito educacional, também escreve bem e vice-versa.” (*Isto É Senhor*, 24.01.90, p. 4). Permissão exige dois lados: um – em situação inferior (o que pede), outro – em situação de superioridade (o que concede). No caso, quem permite ao falante o uso da linguagem coloquial? O gramático? E mais: está a “natureza” privilegiando uns e discriminando outros com o domínio da fala e da escrita? Estão os homens, então, isentos da culpa de distribuírem tão mal a riqueza no planeta, impedindo o acesso à educação a milhares de seres da raça humana?

Tratar do assunto *preconceito*, de qualquer ordem, é extremamente difícil para todos nós, criaturas imperfeitas no campo moral, ainda que muitas sejam portadoras de grandes virtudes no campo intelectual. Ao refletirmos sobre as discriminações, as manifestações veladamente preconceituosas, acabamos sendo compelidos a confessar a nós mesmos que esse nosso inimigo – o preconceito – está de tal forma incrustado em nossa intimidade que, ao combatê-lo, em geral nos deixamos também aprisionar pelas suas teias quase invisíveis.

Que nos perdoe, a propósito, Bagno, por cujo trabalho temos grande admiração (certamente, de nossa parte, estaremos também dando demonstrações da

existência dessa moléstia moral em nosso íntimo), mas não podemos nos furtar a ver resquícios de preconceito em sua obra *Dramática da Língua Portuguesa*. O colega, ao tratar da ideologia gramatical, mito, preconceitos, em especial em partes de seu texto que dedica ao estudo do preconceito lingüístico, das páginas 26 a 116, não estaria, também, “menosprezando, rebaixando, ridicularizando” o ser humano que atua como professor de Português? Vejamos concretamente a passagem, que fala por si.

“Quanto ao professor de português (isto é, de gramática normativa, como é o caso no Brasil), seu conhecimento, por maior que seja, de uma única forma de utilização da língua – a norma escrita literária formal conservadora veiculada pela Gramática Tradicional – não lhe permite emitir pareceres cientificamente embasados acerca de todos os fenômenos que caracterizam a linguagem humana, sua estrutura complexa e seus múltiplos usos.”

Não temos conhecimento da existência de algum professor de Português que exiba a pretensão absurda de ter conhecimentos científicos sobre “todos os fenômenos que caracterizam a linguagem humana, sua estrutura complexa e seus múltiplos usos”. Ainda que fosse um intelectual dotado de excepcional QI, ele certamente teria todas as limitações próprias de qualquer ser humano. E, a bem da verdade, acreditamos que, por mais que todas as inteligências humanas se unissem, não conseguiriam nunca apreender todos esses fenômenos, pois a realidade é sempre muito mais rica do que qualquer teoria que possamos construir sobre ela, em especial a realidade lingüística, que nada mais é do que uma singela amostra da capacidade da mente humana, grande mistério para todos nós, em especial para os cientistas mais avançados.

Nenhuma pessoa de bom-senso se julgaria capaz de tamanha proeza.

O que, afinal, lamentamos é a “troca de delicadezas”, fundada no mais puro preconceito, que caracteriza brilhantes inteligências: Bagno, lingüista, desmoraliza o professor de Português. Almeida, professor de Português, dá demonstração de mesquinhez quando diz:

“A lingüística não estuda idioma nem gramática nenhuma, a lingüística estuda a fala, explica fatos naturais de articulação, de formas de expressão oral do ser humano; como estudo da estrutura das línguas em geral, não vai além da fonética. Enganam-se os pais, enganam-se os filhos quando pensam estar a escola, a faculdade ensinando gramática, ensinando a língua da terra porque o programa consta ‘lingüística’. (...) é um estudo sem utilidade específica para este ou aquele idioma. É um dos grandes enganos de certas faculdades de letras fazer alunos acreditar que estão a aprender a língua de sua terra com explanações de estrutura da fala do homem. É a lingüística um dos estorvos do aprendizado da língua portuguesa em escolas brasileiras.” (1996, p. 316)

Tamanha demonstração de preconceito, que tem por base o total desconhecimento dos estudos promovidos pela Lingüística moderna e suas repercussões no ensino de línguas, em especial no de Língua Portuguesa, faz-nos ansiar pela extinção, o mais rápido possível, do duelo intelectual entre as grandes lideranças acadêmicas brasileiras e da guerra fratricida entre duas grandes áreas da linguagem: a Lingüística e a Língua Portuguesa. A aliança é sempre uma boa saída: favorece todos os lados. E, certamente, há lugar para todos.

Não nos parece possível negar uma das grandes evidências do Século XX, no campo da linguagem, da língua, do ensino de Língua Portuguesa. É óbvia para qualquer pessoa que atua em escolas a imensa contribuição promovida pela Lingüística no ensino da língua materna, exatamente no ponto de que estamos tratando nesta parte de nosso trabalho: a quebra de preconceitos contra todas as variedades lingüísticas que não aquela prestigiada pelas classes dominantes – a chamada língua padrão. Em geral, o professor de Português com formação

universitária tem em sua bagagem cultural sérios compromissos com a promoção do ser humano na pessoa de cada um de seus alunos, e isso significa um profundo respeito pela sua forma de se expressar, pelo dialeto que usa, pelas diferenças lingüísticas que leva para a escola, oriundas de sua origem familiar, geográfica, sócio-econômico-cultural. A Lingüística, com todas as reflexões que faz, com todas as polêmicas que promove no seio da comunidade acadêmica e da sociedade escolar, tem levado o professor de Português a repensar o seu papel técnico-social na formação do aluno, na construção da sociedade. Talvez as mudanças não sejam muito visíveis ainda, mas nas escolas certamente está instalada a situação de um certo **incômodo** com referência à multiplicação inconsciente e eterna da tradição. As sementes estão sendo lançadas pela Lingüística e germinam aqui e ali. É preciso saber esperar...

Achamos que falta a alguns colegas lingüistas a maturidade necessária (perdoem-nos a ousadia, também estamos na infância emocional) para entender o verdadeiro papel do ensino da(s) norma(s). Radicalismos não levam a lugar nenhum: “*O lugar da gramática é no lixo*” sentenciou o lingüista DILLINGER (1995, p. 35). Embora se possa imaginar que tal frase possa ter sido engendrada no intuito de causar impacto entre os professores de Português, todos hão de convir que há lugares mais nobres para algo que representa a concentração do esforço e da reflexão de muitas e muitas mentes, ao longo de séculos e que é a base dos estudos lingüísticos modernos. Aqui vale uma das maiores lições aprendidas por toda a humanidade: *Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma...*

O preconceito contra a gramática, a norma, alcança os mais diversos segmentos sociais. No caso da redação de jornais, escreve o autor do manual de O GLOBO:

“Há os que se recusam a qualquer esforço para superar as deficiências da formação escolar por julgarem que dominar a língua portuguesa não chega a ser virtude. Na opinião deles, bastaria saber apurar com muita atenção e escrever com alguma graça; cuidar de acentos, regência e concordância seria atribuição de algum duende de plantão na memória do computador. A realidade é diferente. Nas redações informatizadas não há lugar – talvez fosse melhor dizer que não há tempo – para um **copy** que se preocupe prioritariamente com o léxico; nem existe mais o revisor de antigamente (que, em verdade, tinha a incumbência de conferir o trabalho do linotipista, não o do jornalista). Algumas revistas podem usar preparadores de texto para todos os originais; nos jornais, a preparação é luxo reservado a quantidade mínima do material. Enfim, e como o tal duende não existe, é responsabilidade exclusiva do autor zelar pela integridade gramatical de seu texto.” (1992, p. 57-58)

4. Interferências da oralidade na língua escrita

“O caso do uso de **mim** em construção do tipo *para mim atalhar*, registrado por Taunay há mais de 130 anos, mostra o quão inútil é a tentativa de impor uma regra à revelia do movimento natural da língua. Somente um pequeno segmento dos falantes da língua em situações de forte monitoração do discurso adere a ela.”

(BRITTO, 1997, p. 197)

A convivência permanente entre a língua falada e a escrita promove interferências uma sobre a outra, resultando dessa permuta modificações significativas em ambas as modalidades lingüísticas, se consideradas dentro da ótica da evolução.

Por mais que os puristas protestem, a língua segue a sua própria deriva, que escapa ao controle das sentinelas do idioma. E isso de uma forma tão natural e imperceptível, tal qual as águas de um rio correndo em direção ao mar. A marcha das mudanças é definida não pela vontade expressa de um ou outro gramático, mas pelo uso natural e espontâneo da língua pelos falantes.

Essa transformação dá-se de forma quase sempre inconsciente por parte até mesmo dos especialistas, conforme se pode perceber por meio dos resultados da pesquisa que realizamos, que tem como informantes pessoas ligadas à área de Letras, tanto professores quanto alunos. O que detectamos é, em muitos momentos, uma grande aproximação entre esses dois grupos, que muitas vezes se unem e se fazem parceiros em franca oposição à rigidez normativa da tradição gramatical. Como explicar esse fato?

Uma hipótese seria a sensibilidade desses dois grupos de especialistas da língua para o caráter dinâmico do idioma, até mesmo em virtude da percepção que têm da inexorabilidade das mudanças. Esses grupos vêm a si mesmos como participantes de uma sociedade humana caracterizada pelas constantes inovações em todas as áreas, são usuários comuns da língua e não meros cientistas de laboratórios artificiais, presos ao passado e à imutabilidade.

No capítulo 6, apresentaremos análises lingüísticas de textos formais. Por ora, levantamos a hipótese de que a incorporação de mudanças evolutivas da língua

faz-se nesses textos da seguinte forma: uma parcela maior de pontos comuns e uma mais estreita em que se preservam as características específicas da cada conjunto. Neste momento, centraremos nossa atenção no campo das especificidades. Não há como negar as diferenças entre esses três grandes grupos de textos: o jornalístico, o científico e o técnico. Vejamos, em breves palavras, algumas características de cada um.

“O texto de jornal deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, mas sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância. Escolha a palavra mais simples e a expressão mais direta e clara possível sem tornar o texto impreciso. Palavras difíceis e construções rebuscadas dificultam a comunicação e tornam o texto pedante: *Ele não sabe quanto saiu a compra é melhor que Ele não dispõe dos custos exatos da transação comercial.*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992, p. 86)

O texto jornalístico, por atender a uma grande diversificação de público leitor, procura uma linguagem mais simples:

“Se a simplicidade é condição essencial do texto jornalístico, o rebuscamento, ao contrário, tira dele toda a fluência, autenticidade e identificação com o leitor. A tecnologia aparece com destaque entre as fontes desse tipo de vício estilístico. Tenha sempre presente, por isso, que você não escreve para um público específico, mas para leitores tão diversificados como uma dona de casa e um empresário, por exemplo. O que soa familiar a este parecerá certamente estranho à outra.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 64)

Tarefa árdua esta do jornalista, que deve produzir seus textos de modo a ser entendido por leitores de diferentes níveis de escolaridade, de especialização e de interesse. É grande a consciência por parte dos autores dos manuais de redação jornalística do cuidado que o jornalista deve ter:

“O noticiário não é lugar para o repórter ou redator mostrar erudição. Não adianta você entremear seu texto de palavras difíceis que o leitor possa não conhecer. Mas, inversamente, não precisa também descer ao nível de uma redação primária, quase de composição escolar. Procure apenas utilizar termos que se incluam no universo do leitor ou não lhe causem estranheza. Fuja também de expressões que possam parecer pedantes, eruditas ou

pernósticas, por não fazerem parte do uso comum. Uma recomendação: evite qualquer palavra ou construção que você não usaria numa conversa normal.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 72)

E uma das dificuldades diárias do jornalista é realizar o seu trabalho em reduzidíssimo espaço de tempo.

“Como escreve um jornalista? Numa palavra: depressa. Não apenas isso, é claro, mas há razão para mencioná-lo de saída: em nenhum outro ofício de escritor a pressão dos horários é tão cruel e inevitável. Relatórios têm de ser informativos e precisos, a obra literária pede elegância de estilo; só o jornalismo requer tudo isso, e depressa, sem que a rapidez seja desculpa válida para o erro ou a mediocridade.” (O GLOBO, 1992, p. 15)

“O jornalismo deve ser ágil. O jornalista que não correr contra o relógio pode perder a oportunidade de ter uma informação exclusiva publicada com destaque. O editor deve mobilizar a equipe para obter informações, modificar toda uma edição (a qualquer momento) para incluir novos fatos ou reorganizar fatos antes mal hierarquizados. A agilidade de um jornal mede-se pela sua capacidade de realizar o trabalho jornalístico mais informativo, analítico, completo e rigoroso no menor tempo possível.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, p. 27)

A rotina diária de fluxo de um grande jornal é estafante:

“A circulação da *Folha* é sustentada por uma política agressiva de distribuição. Para poder ter maior tempo de exposição nos pontos de venda, a *Folha* chega às bancas mais cedo que os outros jornais. Por isso, a Redação da *Folha* tem de concluir o fechamento de cada edição antes das demais redações. A consequência é que se trabalha com um período de tempo reduzido em comparação com o de outros jornais. Isso exige de todos um enorme zelo com relação ao fluxo do material a ser editado. Cada pequena demora, cada negligência pode resultar em complicações no afunilamento da edição, à medida que se aproxima o horário estabelecido no cronograma industrial. Atrasos prejudicam a circulação e ferem o interesse de muitos leitores.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1987, p. 112-113)

Sendo o texto jornalístico um produto feito com finalidade comercial, os manuais que lhes orientam a redação apresentam fórmulas práticas, sem grandes torneios de raciocínio:

“O jornalista não pode esquecer que há outros assuntos a disputar o interesse do leitor no mesmo jornal – e outros jornais tratando do mesmo assunto. Com a experiência, chega-se a avaliar a qualidade da narrativa da

mesma forma que o ouvido educado percebe que a orquestra está afinada. Essa associação entre texto e música não é gratuita: em caso de dúvida, ler em voz alta o que se escreveu ajuda a localizar os pontos em que o leitor bocejará.” (O GLOBO, 1992, p. 26)

Diante da exigüidade de espaço para cada matéria, das exigências de interesse e de formação dos leitores e até mesmo da premência de tempo, criam-se fórmulas rígidas para a redação jornalística. Há palavras e construções proibidas:

“Toda palavra tem um peso; ele depende de sua expressividade, de sua capacidade de sintetizar uma informação precisa e clara. Há perda de peso, por exemplo, quando o significado é impreciso (caso de “muitos”, “vários” e similares) ou ambíguo (por exemplo, o verbo “poder”, que tanto indica capacidade de fazer algo como autorização para fazer). Nos substantivos, o concreto se impõe ao abstrato, o específico ao genérico, o forte ao fraco. Nos verbos, valem mais os de ação, e na voz direta. Nos adjetivos e advérbios, deve-se preferir os que acrescentam a substantivos e verbos e desprezar os que são usados apenas para “arredondar” a frase. Na opção entre sinônimos, ganha pontos a palavra mais curta: lê-se facilmente e quase sempre é aquela a que o ouvido do leitor está habituado.” (O GLOBO, 1992, p. 20-21)

A FOLHA DE SÃO PAULO lista os conectivos permitidos e os proibidos:

“Entre as conjunções e locuções conjuntivas a Folha usa ‘que’, ‘e’, ‘mas’, ‘porque’, ‘para que’, ‘desde que’, ‘por causa de’, ‘segundo’, ‘conforme’, ‘por isso’, ‘apesar de’. A Folha recomenda que se evite (*sic*) as conjunções ou locuções conjuntivas ‘entretanto’, ‘porém’, ‘contudo’, ‘no entanto’, ‘portanto’, ‘pois’, ‘logo’, ‘por consequência’, ‘em decorrência de’, ‘dessa forma’, ‘ao mesmo tempo’, ‘por outro lado’, ‘além disso’, ‘ao passo que’, ‘à medida que’, ‘à proporção que’. A Folha considera má redação jornalística o uso das conjunções ou locuções conjuntivas ‘todavia’, ‘outrossim’, ‘não obstante’, ‘nada obstante’, ‘consoante’, ‘entrementes’, ‘destarte’, ‘de sorte que’, ‘porquanto’, ‘conquanto’, ‘posto que’.” (1987, p. 72)

Vemos com certa perplexidade a norma determinada pela *Folha de São Paulo*, que também está presente em outros manuais de redação jornalística consultados, quanto à exclusão de certos articuladores comuns nos textos formais. A lista das conjunções ou locuções conjuntivas que devem ser evitadas parece-nos agredir a realidade lingüística presente nos textos formais. Por outro lado, a lista das que produzem “má redação jornalística” (*todavia, outrossim, não obstante, nada*

obstante, consoante, entrementes, destarte, de sorte que, porquanto, conquanto, posto que) já nos parece mais aceitável, tendo em vista o fato de ser ela constituída por conectores em desuso na escrita formal comum. Dessa lista, parece-nos estar a meio caminho entre o uso e o desuso a conjunção adversativa “todavia”; as demais não se encontram com naturalidade em textos formais contemporâneos.

Os textos científicos têm suas regras também expostas em manuais de redação específicos, em especial os voltados para o texto acadêmico. Existe neles a preocupação quanto à natureza da linguagem científica: denotativa, com predomínio das declarações de fato sobre as de opinião, presença hegemônica da terceira pessoa, tudo para garantir um tratamento “neutro” dos assuntos, uma abordagem mais distanciada do objeto de estudo, com foco na informação.

Em geral, nas produções científicas, não se fazem restrições explícitas aos articuladores listados pela *Folha*: *entretanto, porém, contudo, no entanto, portanto, pois, logo, por conseqüência, em decorrência de, dessa forma, ao mesmo tempo, por outro lado, além disso, ao passo que, à medida que, à proporção que*. Isso pode ser comprovado por meio dos exemplos coletados por nós em nossa pesquisa. Vejamos:

“*Essa transferência, porém, nunca é completa...*” (Livro didático de Biologia)

“*Além disso, ela está incompleta...*” (Livro didático de Biologia)

“*... pois este não é propriamente um rio...*” (Livro didático de Biologia)

“*... de tal forma que esses peixes passam a ser...*” (Livro didático de Biologia)

“*...na Suíça, e tende a se esvaziar à medida que...*” (Livro didático de Geografia)

“*...sem, contudo, conseguir reduzi-lo.*” (Livro didático de Geografia)

“*No entanto, não se pode negar que o erro ortográfico...*” (Livro paradidático de Linguística)

Registram-se nos textos científicos, embora com uma certa raridade conjunções em franco desuso. É o que vemos, por exemplo, em:

“Assim, estaria mal construída, por exemplo, a frase ‘*Entraram e saíram da sala sem ser vistos*’, **porquanto** o verbo *entrar* exige complemento regido de preposição *em* – *entrar na sala* – ao passo que *sair* requer a partícula *de* – *sair da sala*.” (LESSA, 1976, p.112-113)

Já no caso dos textos técnicos, a observação leva-nos a concluir que, além das fórmulas constantes dos manuais de redação para a produção desse tipo de texto, com enfoque em suas partes constituintes, neles se faz uso de determinados articuladores pouco presentes até nos científicos, tais como: *outrossim, ademais, tampouco, não obstante, nada obstante, consoante, entrementes, destarte, porquanto, conquanto, posto que, por conseguinte* etc. São todos esses vocábulos formas quase que arcaicas nos mais diversos textos formais escritos, exceto no caso da correspondência oficial, com suas fórmulas prontas e fossilizadas, e dos textos jurídicos, em que são até bastante comuns, talvez neles usados com o intuito de demonstração de uma certa erudição, ao lado de um vasto emprego de expressões latinas.

5. Consulta a professores e estudantes da área de Letras

“Confesso que na linguagem familiar não falo de outro modo, mesmo porque sinto um tom pouco brasileiro no emprego dos pronomes *o, a, os, as*.”

(NASCENTES, 1953, p.127 - *sobre o emprego do pronome reto em função objetiva*)

Mais incisivo ainda é Mário Marroquim, que, referindo-se a este emprego de *ele, ela*, como objeto direto, assim se exprime: ‘Terá de entrar na gramática, a não ser que, como diz Said Ali, ela deixe de ser a codificadora dos fatos da linguagem, para ser um Cérbero em guarda a fórmulas inflexíveis’.”

(LESSA, 1976, p. 85)

Realizamos uma consulta, por meio de questionário impresso, com docentes e discentes de Letras.

A escolha dos nossos informantes justifica-se plenamente se concordarmos com o Professor Sílvio Elia e com o gramático Celso Cunha, segundo os quais a norma culta é aquela que praticam e ensinam os professores de Língua. (CUNHA, 1985, p. 35)

Nosso objetivo era testar a operacionalização das normas estabelecidas pelas gramáticas tradicionais, buscando responder a algumas questões que julgamos importantes:

- a) As normas adotadas pelos atuais e pelos futuros profissionais de Letras para o texto formal escrito coincidem com as prescritas pelos teóricos normativistas?
- b) O corpo doutrinário relativo à norma culta é o mesmo para cada grupo estudado ou há diferença de acordo com o perfil do grupo? Ou seja: os lingüistas, por exemplo, têm ou não crenças gramaticais semelhantes às dos seus colegas professores de Português do ensino superior? Os professores de Português do ensino fundamental e médio têm afinidade doutrinário-gramatical com os docentes universitários ou com os estudantes de graduação em Letras?

Entendemos que tais questões são relevantes se tomarmos o desempenho demonstrado pelos informantes como revelador de uma **tendência** das linhas mestras que definem a norma culta efetivamente usada no Brasil atual, uma vez esse complexo normativo é o considerado adequado pela classe culturalmente dominante.

Distribuímos questionários amplamente entre os informantes que nos interessavam:

- os professores do Departamento de Letras Vernáculas (Língua e Literaturas de Língua Portuguesa) e do Departamento de Lingüística da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
- os professores de Português do ensino médio e fundamental de diversas escolas públicas e privadas de Minas Gerais, os quais eram integrantes de uma turma do curso de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos da FALE (UFMG);
- os professores de Português do ensino médio e fundamental de diversas escolas públicas e privadas de todo o território brasileiro, os quais eram integrantes de duas turmas do curso de pós-graduação da PUC-MG: PREPES (Programa de Pós-Graduação “Lato Senso”) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;
- Retornaram-nos, num prazo de 15 dias, 82 questionários.

Os professores e estudantes, de posse do material a ser testado, puderam responder, a seu critério, com ou sem consulta às obras da área. Julgamos não haver elemento perturbador dos resultados nessa condição, tendo em vista que, ao produzir ou rever um texto formal, em geral, o usuário da língua, se sentir necessidade, tem acesso a obras específicas que o orientam. E costuma acatar aquilo que julgar adequado, desprezando freqüentemente aquilo de que discorda.

Os oitenta e dois informantes que se dispuseram a colaborar conosco distribuíram-se da seguinte forma:

- Professores de Português (3º grau) = 15;
- Professores de Lingüística = 04;
- Professores de Português do ensino fundamental e médio (EFM), que são estudantes de pós-graduação = 42;
- Estudantes de Letras (graduação) = 21.

A consulta constou de sete questões, que serão apresentadas passo a passo, à medida que formos tratando de cada item.

Chamamos a atenção para o destaque que os informantes em geral dão ao ensino da norma culta: mesmo alguns que se dizem contrários ao ensino de gramática no ensino fundamental e médio defendem o ensino dessa norma.

A primeira questão proposta buscou verificar a opinião de cada informante sobre a pertinência do ensino de gramática nos três níveis de ensino. Vejamos uma sistematização das respostas.

01) Nos cursos de Língua Portuguesa destinados às quatro séries iniciais do Ensino Fundamental, a gramática

(A) não deve ser ensinada de forma alguma. (B) deve ser ensinada.
De que forma?

TABELA 01 - Consulta questão 01

Questão 01	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A	07	46,7	03	75	06	14,3	06	28,6	22	26,8
B	06	40,0	01	25	35	83,3	14	66,7	56	68,3
Em branco	02	13,3	00	00	01	2,4	01	4,7	04	4,9

Pode-se observar, pelos resultados catalogados, que, no conjunto dos informantes, quase 70 por cento consideram adequado o ensino de gramática nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. E a caracterização do tipo de gramática a ser ensinada é apontada da seguinte forma: ‘não explicitamente, por meio de textos’; ‘articulada com o uso da língua’; ‘sem explicitações gramaticais’; ‘aplicada’; ‘voltada para o uso das habilidades linguísticas do aluno’ etc.

Entre os professores de Português do ensino superior, as opiniões se dividem, mas de forma muito aproximada uma da outra: a maioria (46,7%) acredita que não deve ser ensinado qualquer tipo de gramática aos alunos das séries iniciais do ensino fundamental, mas é muito próximo (40,0%) o número de favoráveis ao ensino da gramática nesse nível escolar.

Entre os lingüistas, o quadro é mais definido: três quartos dos professores consultados condenam qualquer ensino de gramática no nível escolar em observação.

De qualquer forma, observamos a formação de dois conjuntos de visões distintas: de um lado, os professores universitários de Português e de Lingüística, contrários ao ensino de gramática nas séries iniciais do ensino fundamental; de outro, os professores de Português e os alunos de graduação, cuja imensa maioria é adepta do ensino às crianças de 7 a 10 anos de uma gramática de uso, com toda a caracterização descrita acima.

Ressalte-se que, diante da configuração desses dois grandes conjuntos, delinea-se um quadro bastante claro: ainda que responsáveis pela formação daqueles que atuam ou atuarão junto aos estudantes do ensino fundamental, os profissionais do ensino superior, que teorizam sobre o ensino fundamental, não conseguem criar eco de sua voz fora dos muros da universidade.

O que concluímos pelas respostas dadas pelos estudantes de graduação e de pós-graduação é que a prática de sala de aula nas séries iniciais do ensino fundamental tem sido marcada pelo ensino de gramática, um certo tipo de gramática tida como fértil na produção e recepção de textos, voltada para o uso da língua.

02) Nos cursos de Língua Portuguesa destinados às quatro séries finais do Ensino fundamental, a gramática

(A) não deve ser ensinada de forma alguma. (B) deve ser ensinada.
De que forma?

TABELA 02 - Consulta questão 02

Questão 02	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A	03	20,0	00	00	01	2,4	01	4,8	05	6,1
B	10	66,7	04	100	41	97,6	20	95,2	75	91,5
Em branco	02	13,3	00	00	00	00	00	00	02	2,4

Aos estudantes de 5ª a 8ª série recomenda quase a totalidade de nossos informantes o estudo da gramática. Caracterizam a metodologia do seu ensino, aqui, como: “a partir de uma tipologia de ‘erros’”; “conservadora”; “através da pesquisa linguística feita pelos alunos, sob a orientação do professor”; “sistematização de conhecimentos gramaticais do aluno, sem nomenclatura”; quando se fizer necessária, justifica-se a “explicitação gramatical”, dentro de uma “abordagem funcional, que vê a estrutura linguística a serviço do cumprimento de funções na comunicação” etc.

A descrição que os nossos colaboradores fizeram da gramática ideal para esse nível escolar deixa clara a valorização que fazem do domínio da norma culta pelos estudantes a partir dos 11 anos de idade.

Apenas 6 por cento dos informantes opõem-se ao ensino da gramática nas séries finais do ensino fundamental.

Tal divergência concentra-se principalmente com relação ao uso da metalinguagem. Entre os informantes, vêem-se pelo menos três grupos que têm visão específica sobre a terminologia técnica: essencial na visão de alguns, desnecessária sob a perspectiva de outros e eventualmente necessária na opinião de um terceiro grupo.

Destaque-se que há poucas manifestações de apoio explícito ao ensino puramente teórico e metalingüístico.

04) Nos cursos de Língua Portuguesa destinados aos alunos de Letras, a gramática (A) não deve ser ensinada de forma alguma. (B) deve ser ensinada. De que forma?

TABELA 04 - Consulta questão 04

Questão 04	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Lingüística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós-Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
B	13	86,7	04	100	42	100	21	100	80	97,6
Em branco	02	13,3	00	00	00	00	00	00	02	2,4

O quadro acima demonstra, como já era de se esperar, a absoluta pertinência do estudo da gramática nos cursos de Letras, segundo a perspectiva dos informantes. Apenas dois docentes abstêm-se de opinar: são os mesmos que não o fizeram até o momento e se identificam da seguinte forma: um como professor de Literatura, sem experiência no campo da Gramática; outro, professor de Língua Portuguesa do ensino superior, que decidiu responder apenas à questão 7 do questionário.

Quanto às sugestões de abordagens no ensino da gramática, as opiniões dos informantes tendem a uma certa convergência: “avançada”; “leitura e discussão de

textos de teoria lingüística e da prática da pesquisa”; “todos os tipos de gramática, deste a tradicional até as meras propostas que surgem na Lingüística contemporânea”; “de forma rigorosa, científica, em seus aspectos histórico, normativo e como meio de possibilitar o uso criativo da língua”; “reflexão sobre o sistema lingüístico nas dimensões gramatical, textual e situacional”; “estudo crítico dos modelos teóricos mais reconhecidos (o tradicional, o estruturalista, o gerativista, o funcionalista, etc)”; “de todas as formas possíveis e imagináveis”; “deve ser dado e discutido o formalismo da NGB e deixado claro que um profissional da área de Letras deve conhecer tal formalismo, não para ensiná-lo, mas para que possa conduzir a reflexão de seus futuros alunos de 1º e 2º graus sobre o processamento que fazemos ao usar a língua”; “leitura e discussão dos textos centrais da GT” etc.

05) Em seus cursos, você ensina gramática?

Se SIM, de que tipo(s)?

Segue, para facilitar a classificação, tipologia proposta por TRAVAGLIA, em *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. Cortez, 1998.

- 01 () **Gramática normativa** (Descrição da variedade culta, com prescrição de normas para a correta utilização oral e escrita do idioma; análises sintáticas de frases).
- 02 () **Gramática descritiva** (Descrição e registro de uma determinada variedade de língua; correntes lingüísticas: estrutural, gerativo-transformacional, estratificacional, funcional etc.).
- 03 () **Gramática implícita** (Estudo da competência lingüística internalizada do falante; gramática de uso).
- 04 () **Gramática explícita ou teórica** (Estudos lingüísticos que buscam, por meio de uma atividade metalingüística sobre a língua, explicitar sua estrutura, constituição e funcionamento).

- 05 () **Gramática reflexiva** (Atividades de observação e reflexão sobre a língua, vista como processo; parte das evidências lingüísticas para tentar dizer como é a gramática implícita do falante, que é a gramática da língua).
- 06 () **Gramática contrastiva ou transferencial** (Descrição simultânea de duas línguas ou duas variedades da mesma língua).
- 07 () **Gramática geral** (Estudo dos princípios aos quais todas as línguas obedecem, comparando o maior número possível de línguas; não se preocupa com o realizado, mas com as possibilidades que estão por trás dele).
- 08 () **Gramática universal** (Investigação, com base comparativa, das características comuns de todas as línguas do mundo).
- 09 () **Gramática histórica** (Estudo da seqüência de fases evolutivas de um idioma).
- 10 () **Gramática comparada** (Estudo de uma seqüência de fases evolutivas de várias línguas, normalmente buscando encontrar pontos comuns).

TABELA 05 - Consulta questão 05

Questão 05	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Lingüística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós-Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Tipo 1	03	20,2	01	25	28	66,7	03	14,3	35	42,7
Tipo 2	05	33,3	02	50	20	47,6	03	14,3	30	36,6
Tipo 3	00	00	01	25	22	52,4	02	9,6	25	30,5
Tipo 4	04	26,7	01	25	22	52,4	03	14,3	30	36,6
Tipo 5	03	33,3	00	00	21	50	03	14,3	27	32,9
Tipo 6	00	00	00	00	03	7,2	03	14,3	06	7,3
Tipo 7	01	6,7	00	00	05	11,9	01	4,8	07	8,5
Tipo 8	00	00	00	00	02	4,7	02	9,6	04	4,9
Tipo 9	02	13,3	00	00	05	11,9	01	4,8	08	9,8
Tipo 10	00	00	00	00	05	11,9	02	9,6	07	8,5

O quadro acima apresenta-nos alguns dados interessantes.

Observemos, inicialmente, que, no quadro geral, o tipo de gramática mais ensinado é o 1: normativa; em seguida, vêm 2 e 4: descritiva e explícita/teórica;

seguidas por aquelas de número 5 e 3, respectivamente reflexiva e implícita. Os demais tipos têm indicações pouco expressivas.

Desnecessário dizer que o tipo de consulta feito neste item abriu ao docente a possibilidade de marcar quantas opções lhe parecessem adequadas para configurar o desenho de sua prática de sala de aula. Com efeito, os que puderam responder à questão, ou seja, aqueles que têm experiência didática, marcaram quase sempre mais de uma opção.

Entre os informantes, vemos que os professores de nível superior têm preferência pela gramática reflexiva e pela implícita. Os dados percentuais mostram-nos que o trabalho que eles realizam em sala de aula é voltado igualmente tanto para a reflexão quanto para o trabalho da gramática implícita. Em segundo lugar, vem a gramática explícita ou teórica, seguida pela gramática normativa. Os demais tipos receberam baixo índice de indicações entre essa parcela dos consultados.

Os professores de Linguística declaram sua preferência pela gramática descritiva e, em seguida, deixam empatadas a tradicional, a implícita e a explícita/teórica.

Os professores de Português do ensino fundamental e médio, que fazem cursos de Pós-graduação, registraram nos questionários informações que dão à gramática tradicional supremacia sobre as demais. As do tipo 3 (implícita) e 4 (explícita ou teórica) aparecem em 2º lugar na indicação desse grupo.

Confessamo-nos surpresos com os resultados do teste neste ponto: a gramática clássica, tão abominada nos últimos trinta anos, em consequência dos novos enfoques engendrados pela Linguística moderna, destacou-se como presença

marcante na prática das salas de aulas de Português dos nossos informantes nos três níveis do ensino. Segundo as respostas que obtivemos, parece estar havendo uma mudança de ótica com relação às normas tradicionais.

É evidente que essa consulta feita não autoriza conclusões do tipo: os professores de Português e de Lingüística assumiram uma prática condenada pelos estudos modernos. Na verdade, o que é possível supor, a partir das respostas dadas, é que o trabalho com a gramática tradicional está sendo feito numa perspectiva crítica: a gramática normativa é base e objeto de estudos pautados na reflexão. Nos patamares superiores da cadeia escolar, isso é facilmente detectável, basta examinar a práxis acadêmica.

Para os graus anteriores, não podemos repetir essa afirmativa com o mesmo grau de segurança: faltam-nos dados para isso. Indo além das respostas dadas ao questionário, e levando em consideração a pesquisa realizada por NEVES,³ e freqüentes depoimentos de alunos e professores do ensino fundamental e médio, suspeitamos que sobrevive, em setores mais conservadores, uma monótona e contínua repetição das práticas tão criticadas pela Lingüística.

Não sabemos avaliar ao certo as dimensões perimetrais do campo de ação desses setores resistentes às mudanças, mas acreditamos ainda haver, talvez em espaços pedagógicos muito próximos de nós, um eterno repisar de lições pouco produtivas, como resultado de ensino da gramática como valor em si mesma e não como instrumento. Para nossa satisfação, no entanto, parece não ser inexpressivo o

³ NEVES (1990: 9) realizou pesquisa com 170 professores de Língua Portuguesa de 1º e 2º graus (a partir da 5ª série), da rede oficial de quatro cidades do Estado de São Paulo e, com base nos dados levantados pela pesquisadora, percebemos que persiste a crença na relação ensino de teoria gramatical e domínio da língua: do conjunto dos professores de Português consultados pela pesquisadora, 94,98% crêem nessa relação.

número de docentes de ensino fundamental e médio que dão um tratamento crítico à gramática clássica, conforme podemos concluir ao interpretar as avaliações que os nossos informantes apresentaram com relação ao próprio trabalho em salas de aula, quando caracterizaram os tipos de abordagem que acreditam ser adequados para os três níveis do ensino (Cf. TABs. de 1 a 4).

De qualquer forma, nos ambientes de estudos mais avançados, o que detectamos é algo muito comum em toda a trajetória da humanidade: estabelece-se uma “verdade”, que pelo uso e freqüência se torna arraigada nas crenças dos integrantes de determinado grupo. Segue-se-lhe uma fase de conturbação, caracterizada pelo caos, que é alicerce fértil para criações; surgem dúvidas, diversas linhas de questionamento, inseguranças generalizadas. Com o tempo, a poeira baixa, as idéias se alinham na direção do bom senso, do equilíbrio e surge o velho em sua feição renovada. Muito melhor do que antes, quase sempre. Torna-se “verdade”, cria raízes, e o processo cria novo ciclo...

Voltemos à consulta feita.

A questão 06 a seguir foi feita com base em trabalho de NEVES (*Gramática na escola*. Contexto). Por favor, apresente aqui sua opinião, preenchendo as lacunas de acordo com a sua definição de prioridades, em escala crescente (Prioridade 1= a mais importante).

06) Para você, qual a finalidade do ensino de gramática?

- 01 () Garantir bom desempenho (melhor expressão, melhor comunicação, melhor compreensão).
- 02 () Garantir maior correção.
- 03 () Garantir maior conhecimento de regras e normas.
- 04 () Garantir maior conhecimento do padrão culto.
- 05 () Possibilitar a aquisição de estruturas da língua.

- 06 () Possibilitar melhor conhecimento da língua.
 07 () Possibilitar conhecimento sistemático da língua.
 08 () Possibilitar a apreensão dos padrões da língua.
 09 () Garantir a sistematização do conhecimento da língua.
 10 () Garantir a aprovação em concursos públicos.
 11 () Possibilitar maior aceitação do aprendiz na sociedade.
 12 () Possibilitar o sucesso do aprendiz diante dos mais diversos desafios da vida.
 13 () Garantir o sucesso profissional do aprendiz.

TABELA 06 - Consulta questão 06

Questão 06	Prof. Português (Ensino superior)	Prof. Linguística	Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação	Estudantes de Letras - Graduação
1º lugar	1	1, 6, 8, 9	1	1
2º lugar	4, 7	---	5	4
3º lugar	6	---	11	6
13º	12, 13	---	10	9

O número de variáveis nesta questão fez gerar uma tabela enorme. Optamos, dessa forma, por considerar apenas os três primeiros lugares e o último.

De acordo com os resultados finais, observa-se que, em todos os grupos, a razão principal para o ensino de gramática é garantir bom desempenho (melhor expressão, melhor comunicação, melhor compreensão). Os informantes consideram relevante, portanto, o lado instrumental do ensino da gramática, ou seja, sua vertente pragmática. Tal concepção de ensino de gramática põe por terra a velha e repetida idéia de que o aluno deve estudar gramática para saber classificar fatos lingüísticos, o que nada mais é do que os conhecimentos gramaticais fazendo movimentar a si mesmos, sem qualquer repercussão na vida prática do aprendiz.

Essa mudança de mentalidade, em nosso modesto modo de ver, representa, conforme vimos acima, a terceira fase no processo evolutivo dos estudos gramaticais e deve ser atribuída às revolucionárias teorias da Linguística moderna, agora devidamente enfeixadas em espirais de raios mais largos, de modo a permitir o equilíbrio das idéias, hoje brisa suave, substituta de tumultuados furacões dos finais do Século XX.

Percebemos, ainda, que também foram bastante citadas as causas de nº 4 (garantir maior conhecimento do padrão culto), 7 (possibilitar conhecimento sistemático da língua) e 6 (possibilitar melhor conhecimento da língua). Surpreendemos também aqui os objetivos nobres da gramática: servir como trampolim para um desempenho mais apurado do usuário em suas recepções e produções textuais. Nesses propósitos alinhavados para o ensino de gramática, percebe-se a busca do aprofundamento do conhecimento como meio para o alcance de uma meta superior: aprender gramática para desenvolver habilidades de raciocínio, de reflexão crítica.

Na listagem que apresentamos aos colegas que conosco colaboraram nesta pesquisa, os quatro últimos itens, de 10 a 13, são razões de ordem, digamos, mais social: (10) *Garantir a aprovação em concursos públicos*; (11) *Possibilitar maior aceitação do aprendiz na sociedade*; (12) *Possibilitar o sucesso do aprendiz diante dos mais diversos desafios da vida*; (13) *Garantir o sucesso profissional do aprendiz*. Nas avaliações dos nossos colaboradores, notamos posições diferenciadas: para os professores de Português do ensino superior, tais razões são as últimas a serem consideradas; já para os professores do ensino fundamental e médio, esses itens são

fortes motivos para o aluno se debruçar sobre os livros e aprender gramática. O item 11 ocupou o terceiro lugar entre os mais apontados por esse grupo de informantes.

PERINI (1996, p. 27-29) não concorda com o princípio corrente de que o estudo da gramática leva à aquisição da leitura e da escrita. Postula ele o princípio inverso: o domínio da leitura e da escrita são importantes para a compreensão proveitosa da gramática na sua versão tradicional. Advoga o lingüista, no entanto, que o estudo da gramática não é inútil, pois pode desempenhar “importante papel na formação intelectual dos alunos”.

Admite esse autor que o ensino cognitivo pode ser analisado em três componentes: o de aplicação imediata, o cultural e o de formação de habilidades. Nos três componentes, encontram-se razões para o estudo gramatical. O componente de aplicação imediata opera com conhecimentos imediatamente úteis na vida profissional ou cotidiana dos alunos, como ler fluentemente para adquirir as informações necessárias ou consultar o sentido de uma forma verbal em um dicionário, a partir do conhecimento prévio de que o dicionário registra o verbo no infinitivo e não nas formas flexionadas. No componente cultural, estão os conhecimentos considerados essenciais para a formação do indivíduo na sociedade moderna, como o estudo explícito da estrutura da língua, tomada como elemento da cultura de um povo que deve ser preservado como um valor nacional. O componente de formação de habilidades responde à necessidade dos alunos de desenvolvimento de suas habilidades intelectuais de observação e de raciocínio, na formulação e testagem de hipóteses, visando à independência do pensamento. Os fenômenos a serem observados podem ser buscados na vida social e dentro da

própria sala de aula, que se torna o laboratório, pois os dados estão programados no cérebro de cada falante da língua.

Perini propõe, assim, utilizar a gramática para o exercício do pensamento, mas sem a “adoção oficial ou semi-oficial de uma nomenclatura (inseparável de uma análise igualmente oficial). Concordamos com PERINI, quando ele conclui que

“O grande problema da adoção da NGB e de uniformizações oficiais em geral não é a sua inadequação enquanto descrição da estrutura da língua, mas sua aceitação passiva como doutrina oficial, acima de questionamento e reformulações. A mudança a empreender com urgência não está na gramática, mas na atitude geral frente à gramática.” (1996, p. 27-29)

Lemle destaca o papel da reflexão no aprendizado da língua padrão, quando vê a importância do conhecimento consciente das regras na identificação e correção de falhas de desempenho. Para essa autora,

“... sem o conhecimento da metalinguagem gramatical e da gramática propriamente dita, fica, sem dúvida alguma, muito diminuída a nossa capacidade de burilar conscientemente a expressão de nosso pensamento e efetuar operações refletidas entre formas quase sinônimas, que quase dizem mas ainda não dizem o que queremos dizer.” (LEMLE, 1984, p. 90)

TRAVAGLIA também defende a reflexão lingüística: esta não pode ser tida como prejudicial, pois

“... aprender a língua, seja de forma natural no convívio social, seja de forma sistemática em uma sala de aula, implica sempre reflexão sobre a linguagem, formulação de hipóteses sobre a constituição e funcionamento da língua. Quando nos envolvemos em situações de interação, há sempre reflexão (explícita ou não e neste caso automática) sobre a língua, pois temos de fazer corresponder nossas palavras às do outro para nos fazer entender e para entender o outro, Impossível, pois, usar a língua e aprender a língua sem reflexão sobre ela.” (1998, p. 107)

Uma gramática reflexiva é uma gramática em explicitação, “que surge da reflexão com base no conhecimento intuitivo dos mecanismos da língua e será usada para o domínio consciente de uma língua que o aluno já domina

inconscientemente.” (TRAVAGLIA, 1998, p. 142). Ou, apropriando-nos das palavras de CAMPOS (1986, p. 51), podemos entender a reflexão lingüística como aquela que leva a “ver as leis, ou os princípios que explicam a construção do texto”. Nesse momento, podem-se detectar “através da superfície do texto, algumas das leis que ali não estão expressas, embora estejam presentes.” A reflexão lingüística leva, portanto, a ver “o produto e, através deste, (...) o seu processo gerador, distinguindo produto e processo” e leva a perceber, “no produto, o regulamento do processo”.

Na aquisição da variedade padrão da língua, é fundamental a reflexão sobre o processo e o produto que constituem essa variedade. O que é preciso é combater o ensino de língua fundamentado na exclusividade da gramática teórica, a já tão condenada gramatiquice. Entretanto, é bom deixar claro o que se entende por isso.

Falar contra a gramatiquice

“... não significa propor que a escola só seja ‘prática’, não reflita sobre questões de língua. Seria contraditório propor esta atitude, principalmente porque se sabe que refletir sobre a língua é uma das atividades usuais dos falantes e não há razão para reprimi-la na escola.” (POSSENTI, 1999, p. 56)

Nas palavras de PERINI:

“O interesse pela linguagem não é privilégio dos profissionais – é algo que todos nós sentimos em maior ou menor grau. Desde o lingüista que se dedica ao esclarecimento dos grandes mistérios da linguagem humana até o leigo que se pergunta qual será a forma ‘correta’ de uma palavra, somos todos em certa medida pesquisadores da linguagem – se entendermos como ‘pesquisador’ aquele que faz perguntas sobre a linguagem, não apenas aquele que tenta respondê-las.” (1999, p. 9)

O que é preciso ser feito é a reorganização da discussão, com a devida alteração das prioridades: o ensino da norma padrão poderá ter êxito se a gramática dessa norma for estudada com base em treinamento (que leva ao condicionamento) das formas determinantes dessa norma, enriquecidos com reflexões acerca dos

contrastes e semelhanças entre as regras que compõem essa variedade e as que presidem a gramática internalizada do aluno.

Cabe à escola, na nossa avaliação, o ensino da norma padrão, ensino que pode ser mais produtivo se partir da norma usada pelo aluno, para se estabelecerem reflexões sobre a gramática por ele internalizada e sobre possíveis contrastes com a norma de prestígio social. Não se trata de substituição dialetal: o abandono pelo aluno de seu dialeto não-padrão e sua adesão exclusiva ao dialeto estandarizado, mas do “bidialetalismo”, conforme sugere SOARES (1986, p. 76-79).

Trata-se de dar ao aluno condições de entender e se fazer entender em situações que dele exigem grau maior de formalidade, para que ele não seja estigmatizado. É evidente que, nas suas interações corriqueiras, ele continuará fazendo uso do dialeto utilizado pelos seus pares.

Procedendo assim, a escola

“... mudaria o enfoque, e o aluno saberia que, assim como o dialeto de prestígio, seu dialeto também tem uma gramática e, se é o dialeto da escola que se estuda, é porque ele representa um instrumento de promoção social e intelectual. E, para estudá-lo, não precisaria nem desprezar nem abandonar seu dialeto.” (CAGLIARI, 1997, p. 38-39)

A questão 07, apresentada a seguir, é o foco central de nosso interesse nessa consulta promovida entre professores e estudantes da área de Letras: trata a questão especificamente da configuração da norma canônica adotada na atualidade segundo a concepção de

- professores de Português, de Linguística e de estudante de Letras (usuários especiais da língua, pois que, além de falantes naturais, também se constituem especialistas na transmissão do corpo doutrinário da gramática da língua materna);
- gramáticos e estudiosos da norma culta.

Quando se fala de gramática tradicional, não há referência a um ponto específico no universo do conhecimento à disposição dos homens.

HAUY (1983) discute, em obra de grande contribuição aos estudos gramaticais, a necessidade de uma gramática padrão da língua portuguesa. Como, todavia, definir, entre os gramáticos e estudiosos da norma culta, que obra é representativa de tal gramática? Há tantas divergências entre as visões dos especialistas que não se pode apontar uma obra que signifique a confluência das demais que tratam dos assuntos gramaticais.

Por isso, acreditamos nós que a escolha de uma única obra seria arbitrária e pouco científica. Afinal, diante da riqueza incomensurável da linguagem humana, é cientificamente pertinente que se aceite a multiplicidade de interpretações do fenômeno lingüístico. Quantas são as vezes em que estamos satisfeitos com uma teoria qualquer e ampliamos nossa ótica, ao tomar conhecimento de nova abordagem do mesmo objeto por uma das mentes humanas, maravilhosas inteligências criadoras.

Resta-nos, então, selecionar arbitrariamente algumas obras e deixar claro aqui que estamos definindo esse conjunto escolhido como o representativo da norma canônica brasileira atual.

Escolhemos 23 obras que se encontram freqüentemente nas diversas relações bibliográficas de cursos de Língua Portuguesa.

- **7 gramáticas:**

BECHARA, 1987; CEGALLA, 1988; CIPRO NETO, 1998; CUNHA, 1985; LIMA, 1987; LUFT, 1986; SACCONI, 1990 b.

- **5 dicionários:**
FERNANDES, 1993; FERREIRA, 1986; LUFT, 1987; LUFT, 1999; NASCENTES, 1967.
- **6 manuais de tira-dúvidas (correção lingüística):**
ALMEIDA, 1996; CEGALLA, 1999; ELIA, 1979; GONÇALVES, 1965; NASCIMENTO, 1987; SACCONI, 1990 a.
- **4 manuais de estilo e redação jornalística:**
FOLHA DE SÃO PAULO, 1992; EDITORA ABRIL, 1990; O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990; O GLOBO, 1992.
- **1 estudo sobre norma culta atual**
LESSA: 1976.

Ao selecionar as obras para estudo, optamos por inserir de dois autores, Sacconi e Cegalla, uma gramática e um livro de tira-dúvidas, uma vez que muitos temas são tratados em apenas uma das obras e, assim, julgamos que estas se complementam. Conseqüentemente, tomamos a decisão de computar duplamente o fato lingüístico apresentado nas duas obras, conforme se verá no estudo, por exemplo, da frase 6 do questionário aplicado a professores e estudantes da área de Letras.

Das 23 publicações, cinco, os dicionários, só serão considerados nas frases que focalizam casos de regência.

A regência é assunto muito polêmico em nossas gramáticas e na nossa vida diária, no mundo da fala e da escrita, por isso privilegiamos essa área da sintaxe: das trinta frases da consulta feita, quinze abordam dificuldades de regência.

Da lista acima, a última obra citada foi inserida porque nela se apresentam os resultados de pesquisa semelhante à que desenvolvemos com textos técnicos, científicos e jornalísticos. No caso da obra de Lessa, no entanto, conforme vimos

anteriormente, o texto em enfoque é o literário. A obra nos será útil como contraponto em relação às posições mais conservadoras de certas gramáticas tradicionais.

Esclarecemos que as 28 frases iniciais constantes dessa questão foram coletadas no material que nos serve como *corpus* para este trabalho: textos de obras científicas, técnicas e jornalísticas. As duas últimas frases foram retiradas de textos formais de alunos.

Passemos ao estudo.

07) Considerando o uso formal da língua escrita, nas frases abaixo escreva

C para a frase que você julga CORRETA.

A para a frase que você qualifica como ACEITÁVEL.

I para a frase que você considera INCORRETA.

Estamos cientes⁴ das críticas ferrenhas promovidas pela Lingüística contra determinadas posturas tradicionais. Sabemos, inclusive, da grande resistência com relação às idéias de *erro* e *acerto*, *errado* e *correto* em língua. Optamos, no teste que aplicamos, por utilizar os já surrados adjetivos *correto* e *incorreto* por duas razões: primeira, não temos preconceito com relação a qualquer palavra,⁵ acreditamos que novos sentidos podem ser anexados a velhas palavras; segunda, julgamos pertinente, em determinadas situações, fazer uso do sentido *démodé* mesmo.

⁴ O leitor observará, na leitura de nosso trabalho, que, como qualquer especialista e usuário comum da língua, também temos as nossas preferências. Aqui aparece uma: usamos a primeira pessoa do plural acompanhada de predicativo na mesma pessoa, e não como manda a norma tradicional. Consideramos antipática a construção ‘Estamos ciente’, ‘Somos adepta de...’

⁵ Correntemente, palavras são estigmatizadas, pois que entendidas como portadoras de sentidos condenados por estudiosos vanguardistas. Com o tempo, são retomadas e ganham novos coloridos, uma vez que passam a ser adotadas pela corrente mais modernista. É o caso do vocábulo *redação*, por duas ou três décadas recriminada como veiculadora de idéias ultrapassadas e amplamente substituída por *produção de texto*. Já chegamos a ouvir frases estranhas, tais como: ‘O aluno vai fazer uma produção de texto’, ‘Sou professora de Produção’. Hoje, a velha palavra volta à cena: na Universidade Federal de Minas Gerais, a *Prova de Português e Literatura Brasileira* foi substituída, em 2003, pela *Prova de Redação*. Saibamos esperar que as verdades se assentam com maior solidez...

Explicamo-nos: em determinadas situações, achamos até mais adequado ver como efetivo *erro* determinados desvios da norma. Esse nos parece, por exemplo, o caso de falhas de ortografia. Sendo a ortografia um campo absolutamente entregue às convenções formais e legais, não vemos por que não admitir erros e acertos, uma vez que aqui não cabem meios-terminos.

Sabíamos do risco de mal-entendidos que corríamos no emprego desses adjetivos pouco aceitos no universo acadêmico, mas posteriormente interpretamos como atitude acertada a partir da boa aceitação por parte daqueles que responderam à consulta feita. Apenas no grupo “Professores de Português de Ensino Superior” dois informantes deixaram em branco esta questão.

Com a abstenção de dois docentes, o conjunto desse grupo passou aqui a ser considerado como composto de 13 integrantes. À frente, veremos que uma ou outra frase foi deixada em branco por integrantes de outros grupos. Nesses casos, foram feitos os registros nos quadros específicos.

01) Ele teria causado-lhes mal-estar.

TABELA 07 - Consulta questão 07 - Frase 01: informantes

(Ele teria causado-lhes mal-estar.)

Questão 07 Frase 01	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	00	00	01	25	15	35,7	08	38,1	24	30
A	02	15,4	03	75	06	14,3	05	23,8	16	20
I	11	84,6	00	00	21	50	08	38,1	40	50

Conforme podemos constatar pelo quadro demonstrativo acima, os informantes se dividem em blocos iguais na avaliação dessa frase: a metade a considera incorreta (I) e a outra metade a vê como correta ou aceitável (C+A).

Professores de Português universitários e lingüistas estão em campos opostos nessa questão: os primeiros, em sua grande maioria, condenam tal construção, enquanto os últimos a aceitam como possível em um texto formal: nenhum dos lingüistas consultados julgou incorreta a sintaxe da sentença.

Considerando a média das indicações C e A nos dois outros grupos, constatamos que, entre os professores de ensino fundamental e médio e os estudantes de graduação, o índice de aceitação da frase (56%) é maior do que a sua rejeição (média de I = 44%).

Vemos, assim, que somente entre os professores de Português do ensino superior a frase não tem aceitação.

Essa construção é categoricamente rechaçada pelos gramáticos, com referência à ênclise não só com o futuro do pretérito, mas também com o particípio. Nenhuma das obras consultadas admite a ênclise na condição sintática da frase. Posicionaram-se contrariamente à estrutura sintática da frase 15 autores, e os três restantes não se pronunciaram.

“Em caso algum se haverá de pospor o pronome átono ao futuro do indicativo: dir-lhe-ei, dir-lhe-ia, fãr-se-ia, verder-lhe-ei, chamá-lo-ia, e nunca: direi-lhe, diria-lhe, fãria-lhe, venderei-lhe, chamãria-o.” (CEGALLA, 1988, p. 444. Grifos nossos)

“Nos tempos compostos os pronomes átonos se juntam, na língua culta, ao verbo auxiliar e jamais ao particípio: *Os amigos o tinham prevenido/ Os presos tinham-se revoltado (...)*. A colocação do pronome átono junto ao particípio, censurada pela gramática, é própria da língua portuguesa do Brasil e encontra acolhida nos escritores modernos: *A conversa na mesa*

teria lhe dado.../ A situação agora havia se invertido.” (CEGALLA, 1988, p. 446. Grifos nossos)

“Jamais se pospõe pronome átono a participio. (Formas recomendadas: *Eu lhe tenho falado./ Eu tenho-lhe falado.*) Entre brasileiros também ocorre próclise ao participio, no que a Gramática não concorda: *Eu tenho lhe falado.*” (BECHARA, 1987, p. 328. Grifos nossos)

SACCONI é irônico em seus comentários:

“*Cem vidas tivesse eu, daria-as por Cristina.* Essa frase não conquista garota nenhuma. Futuro não aceita pronome átono posposto. Quem desejar ser romântico que ao menos o seja por completo: *Cem vidas tivesse eu, dá-las-ia por Cristina.* Veja o que trouxe a Folha de S. Paulo, 21 130, p.29: “Compras externas limitariam-se a US\$600 milhões mensais”. Confesso que não acreditei... *Nasci em Lajes, tendo formado-me em Criciúma* – Eis aí outra colocação absurda: ênclise a participio. Usamos o pronome depois do verbo auxiliar: *Nasci em Lajes, tendo me formado em Criciúma.* Havendo fator de próclise, porém: *Nasci em Lajes, não me tendo formado, porém, na cidade.* Na fala brasileira, mesmo havendo fator de próclise, parece haver nítida preferência ao uso do verbo depois do auxiliar: *Nasci em Lajes, não tendo me formado na cidade.* A Folha de São Paulo trouxe (20 892, p.97): *As vendas de caminhões leves da Ford têm sido fator importante na nova fase da montadora. A comercialização nesse segmento tem ajudado-a a contrabalançar a ausência de lucros significativos dos carros compactos.* É do mesmo jornal, 21 228, p. 4: *O repórter falou com o sobrinho do governador, que teria aconselhado-o a evitar...*” (1990 a, p. 132. Grifos nossos)

LUFT, ao tratar da colocação de pronomes oblíquos, em nota da página 18, após a exposição da regra de emprego da mesóclise com as formas simples do futuro do indicativo, comenta:

“Na verdade, nem ‘futuro’ do indicativo, morfologicamente, nem ‘mesóclise’, foneticamente, existem: o assim chamado futuro é locução do Infinitivo + *haver* (contraído: *cantar hei --> cantarei*) e a ‘mesóclise’, portanto, é ênclise desse Infinitivo (*ajudar-lhe hei* [ortog.] --> *ajudar-lhe-ei*). Trata-se de locução verbal modal, traduzindo mais uma idéia de *modo* do que de *tempo*: compare *vencerei* com *hei de vencer*, e *viajarei* com *hei de viajar*; em “Onde *estará* Fulano?” não há nenhum ‘futuro’ (compare ‘*Estará talvez viajando*’ com ‘*Talvez esteja viajando*’). (1986, p. 18)

Conforme vemos, a partir das explicações de Luft, se o autor da frase que analisamos optasse pela construção com mesóclise (*Ter-lhes-ia causado mal-*

estar'), na verdade, estaria obedecendo à regra de colocação exigida para ênclise, para não iniciar frase com pronome átono.

Manuais de redação de textos jornalísticos admitem a exigência da mesóclise nos casos determinados pela norma canônica, mas recomendam ao redator evitar esse tipo de construção:

“Fuja da chamada mesóclise (pronome no meio do verbo). Embora gramaticalmente correta, a forma é estilisticamente pedante: encontrar-nos-emos, dir-te-ia, far-lhe-ia.” (EDITORA ABRIL, 1990, p. 55)

“Observação: Por estarem hoje mais ligadas à linguagem erudita, convém, sempre que possível, evitar essas formas.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, 129)

Considerando as obras que nos fornecem sustentação teórica, concluímos que, no tópico em análise, não há correspondência entre a avaliação do conjunto dos informantes e a gramática normativa.

02) Nos devemos bater é contra os usos e os abusos perpetrados por pessoas que se julgam superiores aos outros.

Podemos resumir as posições das gramáticas e das demais obras estudadas na seguinte tabela:

TABELA 08 - Consulta questão 07 - Frase 02: Gramáticas e outras obras

(Nos devemos bater é contra os usos e os abusos perpetrados por pessoas que se julgam superiores aos outros.)

Favoráveis à construção		Contrários à construção	
Nº	%	Nº	%
02	13,3	13	86,7

Quase 90% dos gramáticos, por vivência da tradição, proíbem o uso do pronome oblíquo encabeçando período e oração. Vejamos o pronunciamento de dois representantes desses estudiosos.

“Não se inicia período por pronome átono: Sentei-me...

Observações: 1ª) Preso ao critério da oração (e não período, como aqui fizemos), Rui Barbosa (Réplica nº 60) tem por errônea a colocação em: *Se a simulação for absoluta (...) – se julgará o ato inexistente (...)*.” (BECHARA, 1987, p. 326)

“A ênclise pode ser considerada a colocação básica do pronome, pois obedece à seqüência verbo-complemento. Na língua culta, deve ser observada no início das frases: *Apresentaram-se vários projetos durante a sessão.*” (CIPRO NETO, 1998, p. 558)

Reproduzimos, em seguida, as palavras de ALMEIDA, nas quais vemos um certo humor. Parece-nos estar o renomado gramático irritado com os opositores da gramática. Vejamos.

“*Me dá...* - Constitui verdadeiro sofisma afirmar que a expressão ‘Me dá um lápis’ é mais afetuosa, incute mais carinho, expressa maior delicadeza do que a construção ‘Dá-me um lápis’. No Brasil, salvo exceções muito raras, ninguém trata o interlocutor por tu; conseqüentemente importa, antes de discutir a colocação do oblíquo, corrigir a frase para ‘Me dê um lápis’. Feita essa correção, venham então dizer-nos que a construção ‘Dê-me um lápis’ denota imposição, brutalidade... Acaso é bruto o miserável que na rua nos diz: ‘Dê-me uma esmola’? Acaso os que estudamos nosso idioma não sabemos que o imperativo expressa, também, rogo, pedido, súplica?” (1996, p. 336)

Em manuais de redação jornalística, a recomendação é a mesma: “ênclise (pronome depois do verbo) – use-a para evitar começar frase com pronome.” (*Folha de São Paulo*, 1992, p. 61)

“**Para lembrar:** Não se inicia período com pronome oblíquo. Admite-se apenas na linguagem coloquial ou nas declarações colocadas entre aspas: ‘Me dê a mão’, dizia a moça.’ / ‘Me faça um favor’.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1992, p. 129)

Assim como o manual de O ESTADO DE SÃO PAULO menciona a linguagem coloquial, outros o fazem: Luft, Sacconi, Almeida, Lessa, Cunha. Estes dois últimos aceitam a colocação do pronome átono em início de frase: Lessa, por encontrar largamente exemplos no texto literário do Modernismo e julgar acertado ter a literatura como modelo para a definição da norma culta; Luft, por se render à força da linguagem coloquial brasileira. Destaca-se, também, LIMA, que não aceita a próclise em início de frase, mas aceita-a em orações intercaladas: *'Tão altos exemplos de nobreza, me disse o velho diplomata, eram comuns no meu tempo.'* (1987, p. 416)

Passemos à sistematização estatística da avaliação que os nossos informantes apresentaram com relação à mesma frase, a de número 2.

TABELA 09 - Consulta questão 07 - Frase 02: informantes

(Nos devemos bater é contra os usos e os abusos perpetrados por pessoas que se julgam superiores aos outros.)

Questão 07 Frase 02	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	00	00	02	50	02	4,8	01	4,8	05	6,2
A	04	30,8	01	25	14	33,3	09	42,8	28	35,0
I	09	69,2	01	25	26	61,9	11	52,4	47	58,8

Interessante constatar a reação dos informantes (especialistas) aos rígidos ditames da gramática tradicional. Aqui, vemos setenta e cinco por cento dos linguistas defendendo a correção/aceitação da construção iniciada por pronome átono; defesa que certamente se baseia na sustentação da quebra do preconceito linguístico amplamente disseminado contra a linguagem coloquial brasileira. Essa

posição assumida pelos especialistas da Lingüística vai de encontro à dos demais informantes: estes se organizam sob a tutela da tradição gramatical, que condena peremptoriamente esse uso tão disseminado na fala espontânea brasileira.

Como demonstra o quadro acima, a lição da tradição gramatical é bem aceita entre os professores de Português que atuam tanto na universidade quanto no ensino fundamental e médio. Os estudantes de graduação se dividem quase que meio a meio, com uma leve tendência para a condenação da construção.

Considerando os pensamentos dos autores que nos servem de esteio teórico, concluímos que, no tópico em análise, há correspondência entre a gramática normativa e a avaliação do conjunto dos informantes, com quase 60% de condenação da frase em estudo.

03) Escreve-se em seqüência os nomes dos organismos.

TABELA 10 - Consulta questão 07 - Frase 03: informantes

(Escreve-se em seqüência os nomes dos organismos.)

Questão 07 Frase 03	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Lingüística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	02	15,4	02	50	25	59,5	09	42,9	38	47,5
A	05	38,5	01	25	05	11,9	02	9,5	13	16,2
I	06	46,1	01	25	12	28,6	10	47,6	29	36,3

Na visão dos atuais e dos futuros profissionais da área de Letras, a passiva sintética está condenada à extinção: 63,7 % dos informantes aceitam a indeterminação do sujeito na sentença e, assim, não sentem falta da concordância

exigida pela gramática para os verbos transitivos diretos seguidos de pronome se, entendido como partícula apassivadora pelos tradicionalistas.

Interpretando os dados com maior largueza, buscando não apenas o fato em si, mas vislumbrando a abrangência do fenômeno aqui observado, podemos afirmar que esses dados, sob a ótica dos usuários comuns do português – e constatamos agora também dos especialistas no ensino da língua –, determinam uma tendência do português atual. Não nos parece exagero concluir que, para os brasileiros, perceber em frases desse tipo uma estruturação de voz passiva sintética não passa de mero formalismo e de pura formalidade de correntes normativistas conservadoras. Está muito presente na interpretação dos usuários da língua a sugestão de indeterminação do sujeito em construções do tipo que ora analisamos.

“A língua padrão exige que o verbo concorde com o termo que a gramática aponta como sujeito.” diz BECHARA (1987, p. 309). Parece, então, não haver por parte dos falantes escolarizados o entendimento de que o sujeito esteja expresso em orações catalogadas como portadoras de voz passiva sintética.

Parece dissiparem-se no vazio as palavras dos gramáticos, que insistem em repisar antigas lições:

“Quando é pronome apassivador, o se acompanha verbos transitivos diretos e transitivos diretos e indiretos na formação da voz passiva sintética. Nesse caso, o verbo deve concordar com o sujeito da oração: *Destruiu-se a base de uma sociedade igualitária. / Destruíram-se as bases de uma sociedade igualitária.*” (CIPRO NETO, 1998, p. 488)

“Verbo transitivo direto + SE + sujeito paciente = o verbo concorda normalmente com o sujeito. Ex.: *Aluga-se automóvel e vendem-se bicicletas. / Aqui não se cometem equívocos nem se praticam malabarismos.*” (SACCONI, 1990 b, p. 346)

Curiosamente, os registros literários modernos apontam para a obediência à norma: entre os Modernistas, segundo LESSA (1976, p. 220-221), “*desfez-se (desfizeram-se) as dúvidas (...)* em proposições desse tipo os nossos modernistas preferem, nitidamente, empregar o verbo no plural.”

Já que uma das marcas da literatura moderna brasileira é a adesão à forma de falar do nosso povo, causa-nos estranheza essa opção dos literatos. E esse fato parece mais surpreendente quando comparado aos resultados do nosso teste, com a ampla aceitação pelos nossos informantes da construção sintática com verbo no singular.

Os Modernistas estão, neste caso, lado a lado com a maioria dos gramáticos, conforme vemos na tabela seguinte.

TABELA 11 - Consulta questão 07 - Frase 03: gramáticas e outras obras

(Escreve-se em seqüência os nomes dos organismos.)

Favoráveis à construção		Contrários à construção	
Nº	%	Nº	%
02	14,3	12	85,7

Entre as obras estudadas, quatro omitiram-se quanto ao assunto: Cunha, Lima, Luft e Elia. As duas em que se encontra a adesão ao pensamento da maioria dos nossos informantes são a de autoria de Lessa e a de Cegalla.

Lessa, embora apresente a informação que reproduzimos acima sobre a preferência marcante dos Modernistas pela concordância do verbo ao sujeito da passiva sintética, cataloga também em seu livro exemplos que contrariam essa maioria.

CEGALLA pondera:

“**Observação:** Na literatura moderna há exemplos em contrário: ‘Vendia-se seiscentos convites e aquilo ficava cheio.’ (Ricardo Ramos) ‘Em Paris há

coisas que não se entende bem.’ (Rubem Braga) ‘Tantos heróis surgem, a cada instante, que não se faria mais do que celebrações, se continuássemos a dar atenção a cada um.’ (Cecília Meireles).” (1977, p. 388)

Entendemos a observação do gramático como um acatamento à posição que ele expõe.

Comparando a avaliação do total dos informantes, cuja maioria – mais de 60% – acata a sintaxe da frase em estudo, e as regras estabelecidas pelos autores que nos oferecem arrimo teórico, concluímos que, no tópico em análise, não há correspondência entre a gramática normativa e o pensamento dos informantes.

04) No local, caberia 1 milhão de quadrados.

TABELA 12 - Consulta questão 07 - Frase 04: gramáticas e outras obras

(No local, caberia 1 milhão de quadrados.)

Favoráveis à construção		Contrários à construção	
Nº	%	Nº	%
03	50	03	50

Somente em seis obras encontramos informações sobre a concordância em tela. De um lado, as gramáticas, que preconizam o singular. De outro, os manuais de redação jornalística, que preferem o plural.

Com a autoridade de gramático reconhecido na área, decreta SACCONI:

“Nome coletivo no singular deixa o verbo no singular, mesmo que venha seguido de nome no plural. Ex.: O pessoal ainda não chegou; a turma não gostou disso. / Um bando de cafajestes depredou a casa. / Uma série de irregularidades aconteceu ali”.

Observações:

1. Um milhão, um bilhão, um trilhão, etc. exigem o verbo no singular, como nomes coletivos que são. Ex.:Um milhão de cruzeiros foi gasto à toa nessa obra. Um bilhão de pessoas vive na China.

Usada a conjunção, seguida de número determinado e inteiro, contudo, o verbo vai ao plural. Ex.: Um milhão e quinhentos mil cruzeiros foram gastos à toa nessa obra. Mais de um bilhão e cem mil pessoas vivem na China.

Se a conjunção não é seguida de número determinado e inteiro, temos:

Um milhão e meio de cruzeiros foi gasto à toa nessa obra.

Mais de um bilhão e pouco de pessoas vive na China.

Muitos usam o verbo no plural com milhão, bilhão, trilhão, etc., levando em consideração a idéia que tais nomes representam, sem atentarem para o número em que se encontram (singular). Um nome coletivo apenas dá idéia de pluralidade, sem necessariamente estar no plural. Ex.: O exército alemão é brioso. A fauna brasileira é riquíssima.” (1990 b, p. 346-347)

Em outra obra de sua autoria, reforça SACCONI:

“Um milhão, um bilhão, um trilhão deixa o verbo no singular, concordando com **um**, e não com a idéia de multiplicidade que cada um desses nomes coletivos exprime: *Um milhão de pessoas morreu nessa guerra.* (...) Milhão é coletivo tanto quanto tonelada. O caro leitor já viu alguém dizer ou escrever: ‘*Uma tonelada de grãos foram colhidas*’? Ou ‘*uma dúzia de laranjas estão estragadas*’? “ (1990 a, p. 372)

Em manuais de estilo, o plural é que está recomendado.

“Há casos em que a concordância é preferível: A pesquisa revelou que 1% das mulheres brasileiras são desquitadas; a campanha prevê que 1 milhão de crianças sejam vacinadas. De acordo com a concordância gramatical, os períodos ficariam: A pesquisa revelou que 1% das mulheres brasileiras é desquitada. A campanha prevê que 1 milhão de crianças seja vacinado.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992, p. 62-63.)

“Mil, milhão – plural: Mil sapatos estão em liquidação na loja; 1 milhão de pessoas saíram às ruas.” (EDITORA ABRIL, 1990, p. 61)

Observemos, na citação da *Folha*, o trecho por nós destacado: há nele referência explícita à norma canônica, e uma clara sublevação da ordem pré-determinada.

Vejamos o que pensam os nossos colaboradores da concordância.

TABELA 13 - Consulta questão 07 - Frase 04: informantes

(No local, caberia 1 milhão de quadrados.)

Questão 07 Frase 04	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação ⁶		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	06	46,1	02	50	18	43,9	09	42,9	35	44,4
A	03	23,1	01	25	13	31,7	05	23,8	22	27,8
I	04	30,8	01	25	10	24,4	07	33,3	22	27,8

No seu conjunto, nesse caso, os informantes formam dois grandes grupos: um mais numeroso – com 72,2% de integrantes – que é favorável ao acatamento da concordância; outro, menor, contrário ao abono da referida concordância.

Vemos, então, que a maioria concorda com os gramáticos e a minoria se faz parceira do grupo de autores de obras de consulta de jornalistas.

05) Deve chegar ao Brasil equipamentos que substituam os perdidos no incêndio.

Vemos, aqui, o caso da concordância do sujeito posposto com o auxiliar.

Os gramáticos e demais estudiosos consultados não explicitam devidamente esse ponto. Em geral, mencionam a obrigatoriedade do uso da terceira pessoa do plural para o verbo, em concordância com o sujeito no plural ou composto em posição anteposta ao verbo. Nos casos de posposição ao verbo, os estudiosos não se detêm no sujeito cujo núcleo se encontra no plural: só se interessam pelo sujeito composto. Temos, portanto, de agir por dedução, para interpretar-lhes as lições.

Apenas em cinco obras, localizamos referências ao ponto em estudo. Unanimemente, os autores condenam a concordância proposta.

⁶ Um informante deixou em branco esta questão.

Não há, entre os nossos colegas professores e estudantes o mesmo consenso.

TABELA 14- Consulta questão 07 - Frase 05: informantes

(Deve chegar ao Brasil equipamentos que substituam os perdidos no incêndio.)

Questão 07 Frase 05	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	03	23,1	00	00	11	26,2	04	19	18	22,5
A	03	23,1	02	50	10	23,8	04	19	19	23,7
I	07	53,8	02	50	21	50	13	62	43	53,8

Do total dos informantes, 46,2% entendem como corretas ou aceitáveis a não concordância, número muito próximo dos que pensam o contrário (53,8). E essa pequena margem percentual repete-se no interior de cada grupo, exceto entre os estudantes de Graduação, cuja grande maioria julga errada a concordância.

Os gramáticos, neste ponto, dão razão à maioria absoluta dos estudantes e não aos mestres, que se distribuíram quase que meio a meio em dois grupos.

“O v. *dever* fica obrigatoriamente na 3ª pess. do sing. quando forma locução com os verbos impessoais *fazer* e *haver*. (...) Com o verbo *existir* a concordância é normal: *Devem existir ratos no porão./ Não acho que devam existir seres extraterrestres.*” (CEGALLA, 1999, p. 120)

“Havendo locução verbal cabe ao verbo auxiliar concordar com o sujeito: *‘Bem sei que me podem vir com duas objeções que geralmente se costumam fazer’* (...)”

Com *poder* e *dever* seguidos de infinitivo, a prática mais generalizada é considerar a presença de uma loc. verbal.(...)” (BECHARA, 1987, p. 309)

“*Devendo ser* – De outra forma não poderão ser redigidos estes textos: *‘Devendo, por isso, ser postas em práticas todas as medidas’* – *‘Devendo ser remetido o questionário e a carteira’*. O verbo *ser*, na forma infinitiva, não poderá flexionar-se nesses casos. *Dever ser* é locução verbal, e nas locuções verbais cabe a flexão ao primeiro verbo e não ao segundo.” (ALMEIDA, 1996, p. 148)

Teorias da Lingüística moderna, por sua vez, contribuem com a incidência de novas luzes sob fenômenos ainda tão obscuros.

No caso em tela, DECAT (p.10-19), explicando a não-aplicação da regra de concordância, conforme os ditames normativo-tradicionais, levanta a hipótese de que, em contextos com verbos existenciais e verbos de movimento, como é o caso em pauta com o verbo *chegar*, os falantes põem em ação o ‘sentimento de perda de *status* de sujeito por parte do SN posposto (...)’. E isso se dá não somente na fala (inclusive, de professores universitários da área de Letras), mas também nas produções escritas das pessoas comuns da mais alta escolaridade.

A hipótese levantada por DECAT, embora não satisfaça a rigidez das regras gramaticais vinculadas à tradição, parece-nos digna de consideração: a explicação não se atém à prescrição exterior de regulamentos do uso da língua, mas à explicitação e à descrição de regras internalizadas pelos usuários. Podemos afirmar que a teoria proposta pela autora busca explicar a psicologia das escolhas feitas pelos usuários da língua portuguesa no Brasil atual.

Com base no fato de que a maioria dos informantes condena a concordância empregada na frase em observação, julgamos que a análise de nossos colaboradores coincide com os ditames da norma de prestígio social.

06) Não se pode atribuir a ele as atrocidades que vimos.

Neste caso em pauta, novamente a sintaxe de concordância é o alvo de nossa atenção, ainda vemos o ajuste do sujeito posposto ao auxiliar, mas com uma diferença: entra em jogo mais um elemento perturbador, a presença da partícula apassivadora *se*.

Vejam os a posição dos gramáticos e dos outros especialistas que nos servem de pilar para esta pesquisa. Do conjunto das obras desses autores, apenas em nove registram-se estudos desse caso sofisticado de concordância.

TABELA 15 - Consulta questão 07 - Frase 06: gramáticas e outras obras

(Não se pode atribuir a ele as atrocidades que vimos.)

Favoráveis à construção		Contrários à construção	
Nº	%	Nº	%
03	33,3	06	66,7

Das três que defendem a concordância, duas são de autoria de CEGALLA.

O duplo lançamento justifica-se pelas razões que expusemos anteriormente.

Comparemos esses dados aos da tabela abaixo.

TABELA 16 - Consulta questão 07 - Frase 06: informantes

(Não se pode atribuir a ele as atrocidades que vimos.)

Questão 07 Frase 06	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós-Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	03	23,1	01	25	26	61,9	08	38,1	38	47,5
A	06	46,1	02	50	11	26,2	05	23,8	24	30
I	04	30,8	01	25	05	11,9	08	38,1	18	22,5

O número de entendimento da concordância como correta ou adequada é bastante alto: 77,5% do total dos informantes. Repete-se internamente em cada grupo esse quadro: a maioria entende a construção sintática como passível de sanção gramatical e adequada para ser usada e ensinada aos alunos nas produções escritas formais.

Os gramáticos vão em movimento contrário: como informam os dados do quadro acima, a grande maioria (quase setenta por cento) preceitua o uso da forma plural, na adequação do verbo auxiliar da locução verbal da passiva sintética ao sujeito exposto no plural.

CIPRO NETO prescreve:

“Quando é pronome apassivador, o se acompanha verbos transitivos diretos e transitivos diretos e indiretos na formação da voz passiva sintética. Nesse caso, o verbo deve concordar com o sujeito da oração: *Não se pouparam esforços para despoluir o rio. Não se devem poupar esforços para despoluir o rio.*” (1998, p. 488)

SACCONI é incisivo.

“Se o verbo transitivo direto é acompanhado de verbo auxiliar, só este varia. Ex.: *DEVEM se procurar outras soluções: não se PODEM dar aulas particulares por preço tão vil*” (SACCONI, 1990 b, p. 346)

“*Problemas lingüísticos sempre se puderam discutir*, por isso vamos agora inculcar: na voz passiva, o verbo deve concordar normalmente com o seu sujeito (no caso, *problemas políticos*); o verbo auxiliar não interfere na concordância. Portanto: *Já se podem discutir problemas políticos = Problemas políticos já podem ser discutidos.* (...)”
Não se pretende discutir problemas políticos. “Agora já se trata de outro caso, bem diferente do anterior. Nessa frase, *problemas políticos* já não é sujeito, mas objeto direto de *discutir*. A correspondência não é verdadeira: *Não pretendem ser discutidos problemas políticos. Problemas políticos jamais poderão pretender alguma coisa.* Vamos, então, encontrar o sujeito do verbo pretender: O QUE não se pretende? *Não se pretende discutir problemas políticos.* Essa oração em destaque funciona como sujeito de *pretende*, pois pode perfeitamente ser substituída pelo pronome *isso*: *Não se pretende isso.* Outros exemplos: *Fingiu-se fazer determinadas perguntas. Fingiu-se isso. / Não se quer comprar eletrodomésticos. = Não se quer isso. / Proíbe-se colar cartazes. = Proíbe-se isso. / Deseja-se conceder empréstimos aos lavradores. = Deseja-se isso.* (...) Em nenhum desses casos é possível frase correspondente, sem ser absurda: *Determinadas perguntas fingiram ser feitas. (Perguntas não fingem.) / Cartazes proibem ser colados. (Cartazes não proibem)*” (SACCONI, 1990 a, p. 350-351)

ALMEIDA faz coro com os gramáticos citados.

“*Devem-se interpretar* - A concordância verbal de orações passivas em que entra ‘se’ exige cuidado quando além do verbo principal há um infinitivo; o

sujeito é ora o substantivo, com o qual o verbo principal concordará, ora o próprio infinitivo, e neste caso o verbo principal ficará no singular. De um meio prático podemos valer-nos: apassivar a mesma oração com o verbo *ser*; se o verbo for para o plural, para o plural irá o verbo principal da oração apassivada com o *se*; no singular ficará, se tal não se verificar. (...)” (1996, p. 147)

O manual de O ESTADO DE SÃO PAULO compartilha de tais opiniões.

“Na locução verbal, o auxiliar é que se flexiona: *Devem-se converter os cruzeiros em dólar. / Podem-se instituir novas leis.../ As objeções que se costumam fazer...* (Para alguns gramáticos, pode-se ou não flexionar o auxiliar nestes casos: *costuma-se fazer muitas críticas* ou *costumam-se fazer muitas críticas*. Mesmo eles, no entanto, admitem que com os auxiliares *dever* e *poder*, a prática mais generalizada é levar o verbo para o plural: *devem-se converter, podem-se instituir*. Por isso, no Estado, prefira o plural.) (1990, p. 268-269)

Uma voz dissonante entre os gramáticos é a de CEGALLA, que contemporiza favoravelmente à imensa maioria dos consultados:

“Quando apassivado pelo pronome apassivador *se*, o verbo concordará normalmente com o seu sujeito: *Correram-se as cortinas da tribuna(...)/ Deviam-se reduzir ao mínimo as relações como o poder público (...)*. Nas locuções verbais formadas com os verbos auxiliares *poder, dever e costumar*, a língua permite usar o verbo auxiliar no plural ou no singular, indiferentemente: *‘Não se podem (ou pode) cortar essas árvores’*.” (1988, p. 387-388)

Lessa expõe a unanimidade dos vernaculistas quanto à exigência do verbo no plural em proposições do tipo *‘Alugam-se casas.’* e chama a atenção para o fato de haver divergências quando entra em ação o auxiliar: existem aqueles que julgam lícito deixar no singular o verbo (*Não se pode discutir todos estes assuntos*), e outros há, porém, que só admitem em tal caso o plural.

Por encontrar ambas as construções documentadas em obras literárias modernas, LESSA admite as duas formas. Ressalta ele, no entanto, que “em nossa literatura modernista, ocorrem as duas construções, mas, ainda aqui, nota-se a preferência pelo plural.” (1976, p. 223)

Como constatamos pelas informações em confronto, não há harmonia entre o desempenho dos informantes e as normas aceitas como o padrão para os textos formais escritos.

07) Bairro grande, bairro pequeno. Esta classificação é relativa.

São inúmeras as situações cotidianas em que temos de usar os demonstrativos em nossas produções textuais escritas e faladas. Artigos e pronomes demonstrativos fazem-se presentes em quase todas as nossas frases: estamos o tempo todo determinando e indeterminando seres, apontando para coisas, apresentando fatos, lembrando acontecimentos situados no tempo, no espaço, no discurso. Abra-se, ao acaso uma página de um livro qualquer e esse fato se estampará incontestável diante de nossos olhos.

Nada mais natural, então, que, diante de tão vasto uso de tais classes de palavras, haja da parte dos estudiosos do fenômeno lingüístico iniciativas de buscar a sistematização de regras que explicitam o emprego desses termos. O que percebemos, nos estudos do emprego atual do demonstrativo, no entanto, não nos deixa a mente serena: as teorias são envolvidas em brumas.

O par *este/esse* e suas flexões, nosso foco de interesse neste trabalho, é justamente o ponto mais polêmico entre as várias publicações a nossa disposição. Não serão aqui dignos de nossa atenção os pontos em que, nas fundamentações teóricas, há unanimidade. Assim, não vamos nos deter às variadas utilizações desse par, em sua feição dêitica ou anafórica no *tempo* e no *espaço*. Nossa atenção volta-se para as funções de *este/esse* no *discurso*, situação que acreditamos ser a de mais largo uso e a de maior controvérsia entre os expertos.

TABELA 17 - Consulta questão 07 - Frase 07: informantes

(Bairro grande, bairro pequeno. Esta classificação é relativa.)

Questão 07 Frase 07	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	06	46,1	03	75	21	50	05	23,8	35	43,7
A	04	30,8	01	25	17	40,5	08	38,1	30	37,5
I	03	23,1	00	00	04	9,5	08	38,1	15	18,8

Em todos os grupos e, conseqüentemente, no conjunto total de informantes, a preferência marcante é pela aceitação da frase: 81,2%.

Já entre os gramáticos não há consenso quanto ao emprego do demonstrativo em frases como esta: encontramos em 15 obras a referência ao uso de este/esse (e flexões), mas julgamos pouco esclarecedoras as explicações que são expostas. Ora pecam por incompletude do raciocínio ora por contradição entre as idéias.

“Demonstrativos referidos a nossas próprias palavras. No discurso, quando o falante deseja fazer menção ao que ele acabou de narrar ou ao que vai narrar, emprega este (e flexões).

‘Entrou Calisto na sala um pouco mais tarde que o costume, porque fora vestir-se de calça mais cordata em cor e feitio. Não me acoimem de arquivista de insignificâncias. Este pormenor (isto é: o pormenor a que fiz referência) das calças prende mui intimamente com o cataclismo que passa no coração de Barbuda.’ (Camilo, *Queda dum anjo*, 93). (...)

Há situações embaraçosas para o emprego do demonstrativo anafórico, isto é, aquele que se refere a palavras ditas ou que se vão dizer dentro do próprio discurso. Ocorre o caso, por exemplo, nas referências a enunciados anteriores que envolvem o afastamento da 1ª pessoa ou ao tempo em que se fala. Nestes casos, geralmente, prevalece a preferência para nossas próprias palavras, aparecendo, assim, o anafórico este (e flexões) em lugar do dêitico esse (e flexões):

– *‘Então que te disse ele?...*

– *Que tinhas lá outra... e que te viu passear com ela.*

– *Viu-me a passear com nossa parenta, viúva de um general. Quem disse ao Javardo que esta (a que me refiro) senhora era minha amante?’* (Camilo, *ibid*, 157) (BECHARA, 1987, p. 264-265)

Segundo as orientações de BECHARA, portanto, o emprego do demonstrativo este, no enunciado que estamos analisando, está coincidente com a norma padrão, pois remete às próprias palavras do emissor. Vejamos os ensinamentos de SACCONI:

“Este (e variações) e isto usam-se: (...)

g) em referência àquilo de que estamos tratando. Ex.: *Este assunto já foi discutido ontem aqui; passemos a outro. / Tudo isto que estou dizendo já é velho.* (...)

Esse (variações) e isso usam-se: (...)

h) em referência ao que já se mencionou. EX.: *Canetas, lápis e muitas caixas de gizos brancos, foram essas as mercadorias que chegaram. / Natação, equitação e vólibol: são essas as modalidades de esporte que aqui se praticam. / Fugir aos problemas? Isso não é de meu feitio.*” (1990 a, p. 183-185)

Como conciliar as duas regras: os exemplos citados para a situação h (que trata do emprego de *esse/isso*) parecem-nos perfeitamente cabíveis para ilustrar a situação g (referente ao uso de *este/isto*). Ou seja: pela exposição de SACCONI, não há como definir pela coincidência ou não das respostas dadas pelos informantes com a norma canônica.

Vejamos se ALMEIDA é mais claro.

“*E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos, brilhou no céu da Pátria nesse instante*” – Por que *nesse* e não *neste*? Referindo-se o demonstrativo a fato já relatado nos dois primeiros versos, *esse* é que dever ser, e não *este*. Não são sinônimos. Se nos referimos a um livro já citado, pedimos que leiamos ‘*esse*’ livro. O *esse* lembra, o *este* apresenta.” (1996, p. 192)

A preleção de Almeida parece-nos chocar contra a de Bechara, mencionada anteriormente: nelas não há clareza suficiente para levar o consulente das obras gramaticais a definir-se por um caminho ou por outro. A sutileza da distinção que os teóricos tentam estabelecer entre os demonstrativos cria sérios obstáculos para a compreensão das normas. E isso gera muitas vacilações nas escolhas e oscilações de uso. A verdade é que os usuários, até mesmo os mais capacitados como os que nos ofereceram sua colaboração, desistiram de fazer a distinção exigida pelas normas.

Temos observado que, na fala espontânea, pelo menos a usada em Minas Gerais, as pessoas usam quase que exclusivamente *esse*, em qualquer circunstância. E existe na crença popular a idéia de que a língua escrita é mais nobre do que a falada. Na escrita, segundo essa crença, usam-se termos e construções mais raros. Assim, o usuário comum da língua, diante da necessidade de escrever, salpica alguns *estes*, *estas* em seu texto, acreditando na relação raridade/beleza/valorização social. Dessa forma, a distinção (sutilíssima) estabelecida pela tradição gramatical é desconsiderada.

No manual de *O Globo*, acha-se um argumento que nos parece justificar a distinção intuitiva que o falante do português faz em suas escolhas do demonstrativo: expõe o autor do manual a idéia de que usamos *este* para chamar a atenção sobre o que foi dito ou será dito a seguir. Estaria aí a verdadeira causa da distinção entre *este* e *esse*: a busca da ênfase?

De qualquer modo, diante de tão pouca concretude para o estabelecimento claro das diferenças, optamos, neste trabalho, por concluir que, no caso de uso de *este/esse* em referência ao discurso, como é o caso que temos na frase em análise, não há base técnica para a sustentação do emprego de uma forma em detrimento de outra.

Em virtude da indefinição por parte dos teóricos, preferimos considerar como coincidentes as avaliações dos informantes e os cânones gramaticais.

08) Ela fez eu descobrir que estava errado.

TABELA 18 - Consulta questão 07 - Frase 08: informantes

(Ela fez eu descobrir que estava errado.)

Questão 07 Frase 08	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	00	00	01	25	07	16,7	06	28,6	14	17,5
A	00	00	02	50	12	28,5	03	14,3	17	21,2
I	13	100	01	25	23	54,8	12	57,1	49	61,3

De construção típica de língua oral, essa frase é condenada pela grande maioria dos informantes visto em seu conjunto, mas um número nada desprezível entende-a como correta ou aceitável: quase quarenta por cento.

Esse caso em estudo foi coletado no rico acervo linguístico presente na obra *Dramática da língua portuguesa*, de BAGNO (2000, p. 14). O linguista, autor da frase, não só expõe na obra seu combate veemente à gramática clássica, como dá demonstrações de sua autonomia no campo da linguagem, registrando, em seu texto formal, uma dezena de fenômenos linguísticos comuns na linguagem descontraída da fala brasileira do dia-a-dia e quase sempre ausentes nas linhas dos textos mais sisudos.

Entre os professores de português universitários, por unanimidade a frase foi tachada de incorreta. Diferentemente ocorreu entre os linguistas: a maioria a adota como correta e aceitável. Entre os grupos de professores do ensino médio e estudantes de graduação, houve uma certa sintonia na condenação da frase como incorreta: mais da metade dos membros de cada grupo registrou essa opinião.

Nesse campo, não há divergência entre os estudiosos de nossa seleção que expuseram posição sobre o tema: os oito que o fizeram são ostensivamente contrários à presença de frases semelhantes a essa em textos formais.

NASCIMENTO decide:

“ERRADO – *Mandei ele procurar o Antônio, pois não se vê o rapaz há muito tempo.*

CERTO – *Mandei-o procurar o Antônio, pois não se vê o rapaz há muito tempo.*

O infinitivo não autoriza o pronome do caso reto. A frase ‘*Mandei-o procurar*’ e outras semelhantes são uma construção latina (oração infinitivo-latina). O infinitivo *procurar* é objeto direto de *mandei* e o pronome *o* é o sujeito de *procurar*.” (1987, p. 14).

LIMA é da mesma opinião:

“Pode o pronome átono *o* (*a, os, as*) desempenhar a função de sujeito de um infinitivo, que com ele constitui objeto direto de uma oração finita: ‘*Mandei-o entrar.*’ No exemplo, o objeto direto de *mandei* é toda a oração: *o entrar*, isto é, *que ele entrasse*. O sujeito de *entrar*, infinitivo, é o pronome *o*. Outros exemplos: *Deixemo-la pensar. Fi-los sair. Mandem-nos voltar.* (...) O mesmo se dirá dos outros pronomes átonos: *Fez-me sentar. Mandam-te estudar. Deixe-nos pensar.*” (1987, p. 285-286)

Também ALMEIDA faz seu julgamento:

“*Mandei-o vir* – Erro grave, revelador de desconhecimento de português e de outros idiomas em que existe essa construção latina, é dizer ‘*mandei ele vir*’, dizer este [? Parece faltar palavra.] tão generalizado quanto generalizada é a nossa gramática, hoje oficialmente desprezada.” (1996, p. 329. [Comentário nosso])

O ESTADO DE SÃO PAULO, em diversas passagens do seu manual de redação e estilo, é categórico: “*Deixe-me dizer, deixe-o fazer. E nunca deixe eu dizer, deixe ele fazer, etc.*” (1990, p. 148)

Nesse tópico, como podemos concluir, há afinidade entre o julgamento dos gramáticos e o dos nossos cooperadores.

09) O apego de Almeida à tradição leva ele a ultrapassar os limites do bom senso.

TABELA 19 - Consulta questão 07 - Frase 09: informantes

(O apego de Almeida à tradição leva ele a ultrapassar os limites do bom senso.)

Questão 07 Frase 09	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	00	00	00	00	00	00	04	19,0	04	5
A	01	7,7	02	50	13	31	07	33,3	23	28,7
I	12	92,3	02	50	29	69	10	47,7	53	66,3

O que vemos, agora, é um caso semelhante ao do item anterior: o emprego do pronome de caso reto, mas aqui com função objetiva. Em ambas as situações, os gramáticos são unânimes em indicar o uso do pronome átono e, portanto, não aceitam tal construção, colhida também no livro de Linguística que integra nosso *corpus*.

Sendo o fenômeno em análise tão próximo ao visto na frase anterior, não temos como explicar o porquê de haver,

- no interior de todos os grupos, diferença de aceitação e de rejeição entre as frases;
- no resultado final, maior reprovação da frase 9 (66,3%) em relação à de número 8 (61,3%).

Assim como no caso acima, esse tipo de construção desagrada aos vernaculistas: os quatro que fizeram explanações sobre o assunto descartam-na das instâncias formais da linguagem.

“Na língua culta, formal – falada ou escrita – [os pronomes do caso reto] não devem ser usados como complementos verbais. Frases como ‘*Vi ele na rua*’, ‘*Encontrei ela na praça*’, ‘*Trouxeram eu até aqui*’, comuns na língua oral cotidiana, não são aceitas no padrão formal da língua. Na língua culta, devem ser usados os pronomes oblíquos correspondentes: ‘*Vi-os na rua*’, ‘*encontrei-a na praça*’, ‘*Trouxeram-me até aqui*.’” (CIPRO NETO, p. 1998: 282)

A norma culta, prescreve SACCONI, “rejeita construções em que se usam as formas retas pelas formas oblíquas; assim, aprova apenas: *Não a cumprimentei.* (E não: *Não cumprimentei ela.*)” (1990 b, p.176).

Também o manual de O ESTADO DE SÃO PAULO condena o tipo de construção que ora examinamos.

“Os pronomes pessoais do caso reto devem ser empregados como sujeitos e não como objetos diretos: *Ele saiu* (mas não *Eu vi ele*). / *Nós viemos* (mas não: *A foto mostra ele sendo levado...*). / *Ele contou a história* (mas não: *Esta é uma história ligando ele ao assassinato...*).” (1990, p. 256)

Findando nossa avaliação com referência à frase 9, percebemos harmonia de julgamento entre os que estabelecem os princípios que compõem a norma canonizada pela tradição e os docentes e discentes vinculados à área de Letras.

10) Forneceu-lhes as substâncias que necessitam.

TABELA 20 - Consulta questão 07 - Frase 10: informantes

(Forneceu-lhes as substâncias que necessitam.)

Questão 07 Frase 10	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	02	15,4	00	00	18	42,9	10	47,6	30	37,5
A	04	30,8	02	50	10	23,8	05	23,8	21	26,2
I	07	53,8	02	50	14	33,3	06	28,6	29	36,3

Entre os docentes de Língua Portuguesa, há um certo equilíbrio, com leve tendência para a condenação da regência verbal. O mesmo equilíbrio detecta-se entre os linguistas. Já entre os professores do ensino fundamental e médio e os

estudantes de graduação, a tendência para a aceitação da regência é visivelmente superior: respectivamente, 66,7% e 71,4%.

No conjunto formado pelos autores de gramáticas e de dicionários de regência verbal, essa frase tem o aval da metade; no entanto, pequeno é o número de obras em que há explicitação deste ponto: apenas quatro. Os manuais de redação jornalística não fazem nenhuma referência ao assunto.

“Necessitar uma coisa” ou ‘necessitar de uma coisa’: *As boas leis necessitam bons executores – necessito do seu beneplácito.*” (ALMEIDA, 1996, p. 360)

“Necessitar 1. TD: necessitá-lo ou TI: necessitar de...” (LUFT, 1987, p. 377)

SACCONI, no entanto, não é da mesma opinião:

“Precisam-se empregados. Não. O verbo precisar, no português moderno, é apenas e tão-somente transitivo indireto, e verbo transitivo indireto não tem sujeito, quando em construções desse tipo; daí ficar rigorosamente no singular: Precisa-se de empregados. / Necessita-se de datilógrafos. / Trata-se de opiniões respeitadas. Assiste-se a bons filmes em casa hoje em dia.” (1990 a, p. 240)

Ao lado de SACCONI, posiciona-se BECHARA (1987, p. 319), que, em relação de regências de verbos e nomes, registra *necessitar* apenas com a preposição *de*.

Como se vê, para esses dois últimos gramáticos, assim como para os informantes que consideraram incorreta a construção, é imprescindível a presença da preposição *de* antecedendo o pronome relativo: *substâncias de que necessitam*.

A indecisão por parte dos gramáticos induz-nos a considerar como estando do mesmo lado os teóricos e os que nos deram sua cooperação para o desenvolvimento deste trabalho.

11) Nesse ponto, não há o que discordar.

TABELA 21 - Consulta questão 07 - Frase 11: informantes

(Nesse ponto, não há o que discordar.)

Questão 07 Frase 11	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	02	15,4	02	50	29	69	14	66,7	47	58,8
A	07	53,8	01	25	07	16,7	00	00	15	18,7
I	04	30,8	01	25	06	14,3	07	33,3	18	22,5

É bastante alto o índice de aprovação da frase, no universo maior dos informantes: 77,5%. Alto também o número daqueles que nem de longe aceitam a presença de qualquer problema na construção, considerando-a correta (quase 60% dos colaboradores). Os que percebem um problema, mas julgam-no irrelevante, ou seja, aqueles que consideram a sentença aceitável, são de número aproximado aos dos que não admitem a regência da forma como está para textos formais (A = 15 informantes; I = 18).

Não é essa a visão dos vernaculistas: os seis que se pronunciaram a respeito rechaçam a sentença, ou seja, 100% das obras consultadas a condenam.

Para ALMEIDA, essa frase é considerada errada, em virtude da inobservância da regência do verbo *discordar*, que é transitivo indireto e rege a preposição *de*.

“O *de que*, do *que* – Em ‘o que’ há dois pronomes; um demonstrativo – o – outro relativo – *que* – cujo antecedente é o mesmo demonstrativo *o*. Essa será a análise de *o que*, quando encaixado num período. Em ‘*Não sei o que dizes*’ o demonstrativo *o* pertence ao verbo *sei*, do qual constitui objeto direto, e o relativo *que* pertence ao verbo *dizes*, do qual constitui também objeto direto. Claro está que, se o segundo verbo do período, ou seja, o verbo *de que* depende o ‘*que*’, for transitivo indireto, o ‘*que*’ deverá, como todos os complementos de verbos transitivos indiretos, vir antecedido da preposição

exigida pelo verbo: '*Não mencionou o de que dependemos*'. Tal construção continuará certa (...) se deslocarmos a preposição que rege o relativo para antes do demonstrativo: '*Não mencionou do que dependemos*'. E assim: '*Não sei o de que necessita*' ou '*Não sei do que necessita*', '*Sabemos o de que precisamos*' ou '*Sabemos do que precisamos*.' Constitui essa uma das curiosidades sintáticas de colocação da língua portuguesa." (1996, p. 376)

GONÇALVES também desautoriza a regência em questão:

"*O que eu mais gostei* - Erro crasso de regência, porém muito comum entre nós. Diga-se *o de que eu mais gostei...* O verbo 'gostar' rege a preposição 'de', por isso note-se: '*Eis aqui o livro de que mais gostei no ano passado*' – '*Ela não gosta de ser contrariada.*' – '*As músicas de que você gosta não são as de que eu gosto*'." (1965, p. 143)

ELIA, tratando desse assunto, admite duas construções possíveis, com o verbo *precisar*. Mas, na frase em questão, só admite o relativo preposicionado:

"*O (de) que precisais é não vos incomodardes com o que estão pleiteando.* O verbo *precisar*, na linguagem moderna, se constrói quase sempre com a preposição *de*: *precisar de alguém ou de alguma coisa*. Entretanto, embora menos usual, o regime direto pode aparecer. Logo, tanto é correto dizer: '*precisa-se de operários*', como '*precisam-se operários*', conforme ensinava Mário Barreto." (1979, p. 164-165)

Interessantes observações faz BECHARA:

Migrações de preposição – Com muita frequência vê-se migrar a preposição que deveria aparecer com o relativo para junto do antecedente deste pronome: *Não sei no que pensar* por *Não sei o em que pensar*. Dessas migrações resultam giros mais agradáveis ao ouvido e que nos afastam de certas durezas de estilo artificial a que nos poderia levar a construção rigorosamente gramatical, como se depreende dos seguintes trechos de Rui Barbosa: '*Assim me perdoem, também, os a quem tenho agravado, os com quem houver sido injusto...*'. Estas migrações correm na língua literária apadrinhadas pelos seus melhores representantes. Alexandre Herculano nos dá testemunho do fato: '*A barra é perigosa, como dissemos; porém a enseada é ancoradouro seguro, pelo que (=o por que) tem sido sempre couto...*' '*até o induzirem a mandá-lo sair da corte, ao que (=o a que) D. Pedro atalhou...*'. É interessante a posição da preposição *de* a introduzir o predicativo quando se esperava antes do relativo: '*O que precisamos é de braços valorosos e de peitos resolutos.*' (...) Note-se de passagem que, em construções como a do último exemplo, é possível haver o pleonasma da preposição, a qual aparece antes do termo a que rigorosamente se prende e antes de 'de braços': '*O de que me não penitencio, é do esmero, bem ou mal sucedido...*' (1987, p. 312-313)

Reproduzimos citação tão extensa, por considerá-la digna de nossa reflexão. Bechara é sensível à artificialidade das frases geradas pela dureza das normas. Esse conhecido gramático tem posição avançada em comparação com o pensamento de outros tradicionalistas: ele chega a considerar “interessante a posição da preposição de a introduzir o predicativo quando se esperava antes do relativo: ‘*O que precisamos é de braços valorosos e de peitos resolutos.*’” Essa é a estruturação comum na linguagem oral contemporânea. Não são assim todos os que se consagram ao estudo da norma canônica. Gramáticos existem que não aceitam as migrações demonstradas e acatadas por Bechara, e adotam como única forma possível a usada por Rui Barbosa, conforme lemos na citação acima. Quanto à sentença em análise, no entanto, Bechara não demonstra avalizá-la, pois em nenhum momento explicita sua aceitação de construção à qual falta a preposição.

CEGALLA, até certo ponto, é parceiro de idéias junto a Bechara:

“Recomenda-se, por questão de eufonia, construir ‘*Do que ele mais gosta é sair à noite*’, em vez de ‘*O de que ele mais gosta é sair à noite*’. Da mesma forma: *Do que não podemos prescindir é de bons profissionais./ Ele não tem do que reclamar.* (CEGALLA, 1999, p. 127-128)

A partir desse ponto, os dois vernaculistas tomam direções diferentes, pois o que para um “é interessante” para o outro “é erro grave”: “É erro grave omitir a preposição inicial e dizer: *O que ele mais gosta é (de) sair à noite.*” (CEGALLA, 1999, p. 127-128)

O ESTADO DE SÃO PAULO também se pronuncia:

Com verbos seguidos da preposição de, deve-se usar **do que**, e nunca **o que**: *Não sei do que ele gosta* (e nunca: *Não sei o que ele gosta*). Embora correta, evite a forma **o de que**, por só ter uso literário e antigo: *Não sei o de que ele gosta.* (1990, p. 156)

Conforme podemos constatar, *O Estado de São Paulo* só se atém ao uso da preposição *de*, talvez por ser esta a mais comum nesse tipo de estrutura. Além disso, não admite a extravagante sintaxe determinada pelos gramáticos, na qual se isolam os pronomes, interpondo-se-lhes uma preposição. E o mais curioso é que esse jornal concorda com a avaliação de Bechara, pois recomenda estruturas que representam “giros mais agradáveis ao ouvido”.

Inferimos, a partir da exposição de todos esses dados, que vernaculistas e informantes se encontram em territórios distintos: não são simétricas as posições assumidas pela maioria de cada grupo.

12) Os machos que irão fecundar parte dos ovos...

TABELA 22 - Consulta questão 07 - Frase 12: informantes

(Os machos que irão fecundar parte dos ovos...)

Questão 07 Frase 12	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	03	23,1	01	25	20	47,6	12	57,1	36	45
A	02	15,4	00	00	16	38,1	08	38,1	26	32,5
I	08	61,5	03	75	06	14,3	01	4,8	18	22,5

Os professores e estudantes que, gentilmente, auxiliaram na realização desta pesquisa, registraram nos testes que lhes apresentamos sua preferência pela aprovação da frase: quase oitenta por cento marcaram C ou A.

A grande maioria dos docentes do ensino superior e dos linguistas entendeu como errada a frase; por outro lado, os professores do ensino fundamental e médio,

juntamente com os estudantes de graduação, deram novo rumo ao teste, concentrando-se nas casas C e A, e elevaram o índice final de aprovação da frase.

Em geral, no ensino de Português, defende-se a teoria de que o futuro do presente pode ser feito de forma simples (fecundarão) composta (terão fecundado) e por meio de locução verbal com o verbo *ir* empregado como auxiliar (vão fecundar). Neste último caso, recomenda-se que não se transfira para o auxiliar o encargo de marcar em si o futuro, na crença de que o conjunto locucional é que deve fornecer a idéia de futuro e não apenas o auxiliar. Por isso, *ir* deve ser usado na locução somente em sua forma de presente do indicativo: *vão fecundar*. Ou seja: *fecundarão = vão fecundar e não irão fecundar*.

Parece não ser esse, porém, o entendimento comum entre os nossos gramáticos, que em geral nem mencionam a formação do futuro com o auxiliar, só apresentando o tempo simples e composto. Ou, se o fazem, não chamam a atenção para a forma do auxiliar.

Em nossa pesquisa, do conjunto de gramáticos, apenas CIPRO NETO faz referência ao uso do auxiliar *ir*, na formação do futuro do indicativo. Ensina ele:

“O futuro do presente simples é muito pouco usado na linguagem cotidiana. Em seu lugar, é normal o emprego de locuções verbais com o infinitivo, principalmente as formadas pelo verbo *ir*: *Vou chegar daqui a pouco. Estes processos vão ser analisados pelo promotor.*” (1998, p. 192)

O que nos parece estranho na atitude dos gramáticos cujas obras examinamos é que, como lembra CIPRO NETO, a estrutura com o auxiliar *ir* é a mais comum na linguagem cotidiana brasileira, e – acrescentamos – em todas as classes sociais.

Encontramos, também, estudiosos que, tratando de outro item gramatical, em seu próprio texto, utilizam o auxiliar *ir* no futuro. É o caso do rígido ALMEIDA:

“O professor deve mostrar-se inteligente e fértil em terreno difícil, e não em chão firme e plano; com lógica tão acanhada, como *irá explicar*, então, o presente histórico?” (1996, p. 607. Grifos nossos.)

Temos registrado neste trabalho, nos diversos temas de interesse de nosso estudo, as freqüentes defesas de argumentos mais conservadores por parte dos gramáticos. E temos constatado que os autores de manuais de redação jornalística vêm defendendo maior flexibilidade na utilização das normas vinculadas a tais temas. É comum o jornalista-vernaculista registrar “A gramática exige tal construção: preferimos, no entanto, esta outra, menos arcaica...”. E, aqui, neste item em estudo, percebemos uma inversão de posições: os jornalistas é que passam a assumir estrutura mais tradicional.

No manual de redação e estilo de O GLOBO (1992, p. 135), por exemplo, lê-se: ‘*O prefeito irá decretar feriado. O prefeito vai decretar feriado ou decretará feriado.* (O futuro composto se faz com o verbo *ir* no indicativo e não no futuro).

Apesar do ligeiro equívoco entre tempo e modo verbal, reproduzimos a lição de *O Globo*: o objeto da norma aqui é o auxiliar *ir* na forma do presente do indicativo, e não no futuro do indicativo (futuro do presente e futuro do pretérito).

Também o manual de O ESTADO DE SÃO PAULO exige:

“*Irá sair* – Com o infinitivo, use o presente, mais eufônico, em vez do futuro, em vez do futuro: *vai sair* e não *irá sair*. Da mesma forma, *vai nomear* (e não *irá nomear*), *vai começar* (e não *irá começar*), etc.” (1990, p. 190)

Esse ponto de vista dos jornalistas autores dos manuais de redação e estilo reforça a idéia defendida por BRITO:

“...ao mesmo tempo em que incorpora em sua prática diária uma forma lingüística que garanta a comunicação e o sucesso comercial, a mídia, paradoxalmente, mantém, em nível doutrinário, a defesa de um português puro, correto, estabelecido a partir das gramáticas tradicionais (...)” (1997, p. 188)

Retomando a frase que ora analisamos, concluímos não estar muito clara a posição da maioria dos teóricos gramaticais. Nessa frase, julgamos indefinida a questão.

13) Tudo ficou acertado. Mas há um detalhe que me incomoda.

TABELA 23 - Consulta questão 07 - Frase 13: informantes

(Tudo ficou acertado. Mas há um detalhe que me incomoda.)

Questão 07 Frase 13	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Lingüística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	10	76,9	04	100	18	42,9	15	71,4	47	58,8
A	01	7,7	00	00	19	45,2	03	14,3	23	28,7
I	02	15,4	00	00	05	11,9	03	14,3	10	12,5

Quase a totalidade dos que responderam à consulta feita por nós demonstrou sua preferência pelas opções C, aceitando como correta a sintaxe da frase: quase 60 por cento. Se somarmos a esse valor os que entendem como aceitável a frase, tem-se um total de 87,5% de informantes que adotam a construção em seus textos formais.

A estruturação desses períodos, por outro lado, não agrada aos gramáticos em geral, que recomendam o emprego de vírgula e, raramente, o ponto e vírgula antes do *mas*.

TABELA 24 - Consulta questão 07 - Frase 13: gramáticas e outras obras

(Tudo ficou acertado. Mas há um detalhe que me incomoda.)

Favoráveis à construção		Contrários à construção ou omissos quanto ao item	
Nº	%	Nº	%
01	9,1	10	90,9

As gramáticas e outras obras de correção idiomática, em sua maioria (mais de noventa por cento delas), não explicitam seu abono à utilização do ponto antes dessa conjunção. Em geral, menciona-se a obrigatoriedade da vírgula e eventualmente faz-se referência ao ponto e vírgula.

“Emprega-se a vírgula: (...) m) para separar as conjunções adversativas (*porém, todavia, contudo, entretanto*) e as explicativas (*logo, pois, portanto*).” BECHARA: 1987, p. 338)

“Usa-se a vírgula: (...) 12. Para separar as orações coordenadas ligadas pelas conjunções *mas, senão, nem, que, pois, porque*, ou pelas alternativas *ou...ou, ora...ora, quer...quer*. (...) Nota: Quanto à conjunção *mas*, se for muito frisante o sentido adversativo, pode-se usar o ponto e vírgula. Exemplo: ‘*Defenda-se; mas não se vingue.*’ 13. Para isolar as conjunções adversativas *porém, todavia, entretanto, no entanto, contudo*; e as conjunções conclusivas: *logo, pois, portanto*. ‘*Contudo, ao sair de lá, tive umas sombras de dúvida...*’ (Machado de Assis) ‘*Nada diminuía, portanto, as probabilidades do perigo e a poesia da luta.*’ (Rebelo da Silva)” (LIMA, 1987 p. 426-427)

Manuais de estilo também preconizam o emprego da vírgula antes do *mas*:

“(...) a vírgula deve ser usada (...) d) antes de conjunções adversativas como *mas, porém, entretanto* etc.: *O funcionário concordou em dar entrevista, mas não quis se identificar*. Apenas em alguns títulos a Folha admite exceção a essa regra: *Governo recua mas não admite negociar*.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992, p. 117)

“**Mas**. Use vírgula antes de *mas*: *la retirar o apoio ao deputado, mas na última hora reconsiderou a decisão. / O advogado dispôs-se a defender o réu, mas considerava a causa antecipadamente perdida. / Bonitinha, mas ordinária.*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 202)

Às vezes, a teoria segue uma direção; a prática, outra:

“Das conjunções adversativas, só *mas* aparece obrigatoriamente no começo da oração; as demais podem vir no início ou no meio dela. No primeiro caso, põe-se uma vírgula antes da conjunção; no segundo, a conjunção deve aparecer entre vírgulas. Veja estes exemplos: *Ficarei com a casa, mas não posso pagá-la à vista.* / *Ficarei com a casa, porém não posso pagá-la à vista.* / *Ficarei com a casa; não posso, porém, pagá-la à vista.* Entre as orações, em casos que tais, como a pausa é acentuada, costuma se empregar o ponto-e-vírgula em vez da vírgula. Ex.: *Ficarei com a casa; porém não posso pagá-la à vista.*” (SACCONI, 1990 b, p. 414)

Como se vê, nem uma palavra sobre o uso do ponto final antes do *mas*. E, em passagem que trata de outro assunto, o gramático usa em seu próprio texto o que não apresenta como modelo a ser seguido pelos consulentes de sua obra:

“Qualquer outro modo de proceder é pura invenção. *Mas* os jornais, que agasalham no mais das vezes os maiores inventores, trazem...” (SACCONI: 1990 a, p. 282. Grifo nosso)

Outras vezes, há omissão quanto à explicitação teórica, mas uso efetivo não apenas do período, mas do parágrafo encabeçado por conjunção adversativa:

“*Não admitais em vosso lar pessoas de reputação duvidosa* – são outros exemplos oferecidos pelo Laudelino Freire.

Mas – este *mas* causará surpresa a muita gente – na acepção de ‘fazer participar de’ é o verbo admitir transitivo direto e indireto (...)” (1996, p. 23)

A partir do comentário apresentado pelo gramático, percebe-se que ele fez opção consciente pela estruturação do período-parágrafo introduzido pela conjunção adversativa.

Em outra passagem de seu texto, ALMEIDA faz importantes considerações sobre pontuação, que nos parecem justificar sua opção pelo ponto-parágrafo precedendo o *mas*, como no exemplo acima.

“Pontuação não é acentuação; os acentos fazem parte da palavra, não porém os sinais de pontuação. A vírgula é regulada pela sintaxe, pela lógica, pelo bom senso. Notou a ausência de vírgulas num *porém* que ficou logo atrás? Pô-las seria dificultar a compreensão e a própria leitura da frase.” (1996, p. 429)

Se os próprios gramáticos constroem períodos iniciados por tais conjunções, contrariando as regras teóricas que defendem, os usuários comuns nem mais se dão conta de que esse tipo de estrutura não é do agrado daqueles que determinam comportamentos normativos em linguagem. E isso porque naturalmente todos nós nos rendemos à nossa intuição lingüística, que nos aponta para o recurso da ênfase de informações destacadas em períodos autônomos. Na pesquisa que fizemos com textos técnicos, científicos e jornalistas, conforme se verá adiante, isso está demonstrado, uma vez que o levantamento de dados dá-nos a segurança de afirmar que é amplamente utilizado o recurso de fragmentar em dois períodos a estrutura portadora de idéias opostas expressas por meio da coordenação adversativa.

CEGALLA destaca:

“Usa-se vírgula antes de *mas*, entre duas orações. Não há vírgula depois do *mas*, no início de período, em frase do tipo: *Mas como ele conseguiu dominar a rebelião? / Mas que crimes cometera ela para ser tão odiada?*” (1999, p. 352)

Analisando a explanação de Cegalla, notamos que ele admite o emprego da conjunção adversativa abrindo período, no entanto vê-se que ele só menciona os períodos que têm estrutura frasal, isto é, com integridade de sentido.

Os especialistas muito já se debruçaram sobre a questão da independência da oração coordenada, e da dependência da subordinada, hipóteses hoje postas em xeque pelos novos estudos promovidos pela linha moderna da Lingüística.⁷

Na bibliografia normativa consultada, as únicas palavras que definem com clareza a adesão à elaboração de período aberto pela conjunção adversativa são as de GONÇALVES:

⁷ A esse respeito, ver, por exemplo, DECAT (1999).

“Criticism muitos puristas, como incorreto, o emprego de *todavia*, e de sua sinônima *porém*, no início de período. Não vemos a menor razão para isso. São aos milhares os exemplos de tal uso por escritores dos mais conceituados tanto portugueses como brasileiros.” (1965, p. 201)

Tendo em vista a ambigüidade dos gramáticos com relação ao assunto (teoria de um lado, prática de outro), preferimos entender que não há como chamar aqui o testemunho de uma maioria: mais uma vez, um item em suspenso.

14) Deixou dúvidas no fato dele não propor o que pagar.

TABELA 25 - Consulta questão 07 - Frase 14

(Deixou dúvidas no fato dele não propor o que pagar.)

Questão 07 Frase 14	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	00	00	00	00	05	11,9	03	14,3	08	10
A	03	23,1	02	50	19	45,2	05	23,8	29	36,2
I	10	76,9	02	50	18	42,9	13	61,9	43	53,8

Bastante próximos os resultados finais entre correto/aceitável X incorreto: quase que meio a meio, com somente 7,6% de diferença a favor da opção I.

Entre os professores universitários de Português e os estudantes de graduação, a preferência pela condenação da frase como incorreta é nítida. Já entre os linguistas há empate, enquanto entre os professores de ensino fundamental e médio vence a correção/aceitação da estrutura em que se nota a contração do núcleo do sujeito com preposição, construção condenada pela maioria dos estudiosos da língua.

Entre as vinte e três publicações especializadas que compõem nossa base para a configuração da norma canônica, apenas nove manifestam-se a respeito da

contração do núcleo do sujeito com preposição. Destas, sete recriminam a frase registrada em nosso corpus (77,8%) e dois aceitam a contração (22,2%). Expomos o depoimento de SACCONI:

“Está na hora dela chegar. Desse jeito é melhor que não chegue nunca: o sujeito não pode vir contraído com a preposição, ou seja, o sujeito jamais deve vir preposicionado. Portanto, para ficar mais animado, convém ouvir assim: está na hora de ela chegar. (...) Quem escreve ou diz ‘está na hora dela chegar’ está autorizado, também, pelo natural princípio da coerência, a dizer e escrever ‘chegou a hora deu agir’. É bom?” (1990a, p. 306)

O ilustre gramático parece desconhecer a realidade lingüística brasileira. Os próprios falantes de formação superior dizem, sem o menor constrangimento: ‘Chegou a hora deu agir.’, sim. A fala é regulada pela agilidade, emoção, espontaneidade e não, como querem nossos gramáticos, pela lógica coercitiva das normas artificiais. Escrever tal frase já nos parece menos provável para as mãos que passaram pela academia: afinal, quase sempre, nessas condições, há tempo para consultas e revisões...

Os manuais de estilo que regem as redações dos nossos jornais e revistas também dispõem sobre o assunto:

“Não se faz a contração da preposição ‘de’ com artigo definido ou pronome pessoal quando o artigo ou o pronome fazem parte do sujeito de um verbo no infinitivo. Assim: ‘o direito de o homem viver’ (e não ‘o direito do homem viver’) e ‘o fato de ela estar deitada’ (não ‘o fato dela estar deitada’).” (O GLOBO, 1992, p. 78)

“Embora as gramáticas mais recentes admitam, evite construções com infinitivo precedido das contrações do, da. Não escreva: Já é hora do ministro se demitir. O correto é Já é hora de o ministro se demitir.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992, p. 106)

Chama a atenção a orientação da *Folha* aos seus redatores, explicitando sua não-obediência às gramáticas. Novamente, aqui, os manuais de redação e estilo ultrapassam as gramáticas em grau de rigor com referência à norma.

O ESTADO DE SÃO PAULO, ao tratar do item, na página 147, faz o seguinte comentário: “Há gramáticos que aceitam essa contração; o *Estado*, porém, segue a norma da língua.” Muito interessante a distinção feita pelo jornalista redator do manual entre ‘gramáticas’ e ‘norma da língua’. Subentende-se que a norma da língua não estaria nas gramáticas, mas – virtualmente – em outro lugar: onde exatamente? Nos manuais de redação jornalística? No uso efetivo da língua pelos falantes?

Em outra passagem, o mesmo manual traz novas informações dignas de nota:

“Em o, em ele, em aquele, em esse. Use essas formas quando o o, ele, aquele, esse, este, etc., forem sujeito ou objeto do verbo. *Não vejo problema em o menino ficar aqui (em esse menino, em este menino, em aquele menino)*. A contração (no, nele, etc.) não cabe, no caso. De preferência, mude a frase para evitar essas construções, antijornalísticas.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 158)

Curiosa a observação feita pela redação de *O Estado de São Paulo*, tachando de ‘antijornalísticas’ as construções em estudo. De fato, soam de forma estranha tais sintaxes, envolvidas em um falso brilho. A artificialidade de frases como estas fica evidente em especial em textos jornalísticos: por uma questão até de sobrevivência das empresas produtoras e distribuidoras de jornais, os jornalistas buscam conscientemente uma certa aproximação com o mundo natural do leitor. Vejamos o que nos diz a FOLHA DE SÃO PAULO, em seu manual de 1987:

“Pedantismo – A linguagem simples e direta é preferível à linguagem rebuscada. No texto jornalístico cada palavra deve atender, sem excesso nem falta, a uma necessidade específica de expressão. As palavras mais simples devem ser preferidas às empoladas.” (p. 93)

Encontram-se também especialistas que desabonam a presença da preposição em contrações com o sujeito, mas abrem a possibilidade de acatamento da construção efetivamente usada por autoridades lingüísticas. Exemplo de tal posição é encontrada em NASCIMENTO:

“ERRADO - *Antes do navio atracar...* CERTO - *Antes de o navio atracar.* Se dermos à frase outra ordem, aparece o erro: *Antes de atracar o navio...* Ex.: *Insisto em o aluno ser castigado. / Em ser o aluno castigado, insisto. / Falar certo depende de a pessoa ser bem educada. / De ser a pessoa bem educada depende o falar certo. / O aluno foi reprovado por o livro não prestar. / Por não prestar o livro, o aluno foi reprovado.* Obs.: A maneira prática de se verificar se há contração (*do, no, pelo,* etc.) ou não há contração (*de o, em o, por o,* etc.) é dar-se outra ordem à frase, começando com a preposição. Se a preposição se mantiver separada do artigo, deve-se conservar a separação. - Nota: As construções aí consideradas *erradas* são, de fato, cada vez mais aceitas por escritores e jornalistas brasileiros da atualidade.” (1987, p. 21)

Outro gramático que acata a restrição gramatical, mas reconhece a força do uso em sentido contrário é ELIA:

“*No caso do dono não chegar. / No caso de não chegar o dono.* A preposição rege toda a oração infinitiva e não somente a palavra *dono*. Poder-se-ia dizer, também: *No caso de o dono não chegar*, mas seria menos elegante. Modernamente muitos gramáticos vêm condenando a elisão da preposição com o artigo que determina o substantivo sujeito do infinitivo. Todavia, tal elisão se encontra nos melhores autores e é corrente na linguagem usual, mesmo a das pessoas cultas. Muito conhecido é este exemplo de Herculano: ‘...sabeis que a abóbada do capítulo desabou ontem à noite? - *Sabia-o, senhor, antes do caso suceder*’. Parece-nos, pois, que se deve seguir a lição do professor Sousa da Silveira: ‘pode graficamente fazer-se ou não a elisão’ (*Sintaxe da preposição de*, Rio, 1951, p.93).” (1979: p. 104)

Além de ELIA, o outro autor que aceita as contrações é BECHARA, que apresenta argumentos substanciais:

Está na hora da onça beber água. A possibilidade de se pôr o sujeito de infinitivo antes ou depois desta forma verbal nos permite dizer: *Está na hora de beber a onça água* (posição rara)./ *Está na hora de a onça beber água* (posição mais freqüente). Este último meio de expressão aproxima dois vocábulos (a preposição de e o artigo a) que a tradição do idioma contrai em *da*, surgindo assim um terceiro modo de dizer: *Está na hora da onça beber água*, construção normal que tem repugnado os ouvidos dos que melhor conhecem e escrevem a língua portuguesa. Alguns gramáticos viram aí, entretanto, um solecismo, pelo fato de se reger de preposição um sujeito. Na realidade não se trata de regência preposicional do sujeito, mas do contato de dois vocábulos que, por hábito e eufonia, costumaram vir incorporados na pronúncia. A lição dos bons autores nos manda aceitar ambas as construções, *de a onça beber água* e *da onça beber água*. (1987, p. 311-312)

A seguir, apresentaremos reunidas três frases do questionário submetido a professores e alunos, por terem elas um objetivo comum: a avaliação de construções em que estão em jogo questões de regência verbal associada à formação de passiva:

15) Indagado por uma rádio sobre um suposto romance, o artista esquivou-se.

TABELA 26 - Consulta questão 07 - Frase 15: informantes

(Indagado por uma rádio sobre um suposto romance, o artista esquivou-se.)

Questão 07 Frase 15	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	11	84,6	03	75	37	88,1	15	71,5	66	82,5
A	01	7,7	01	25	05	11,9	04	19,0	11	13,8
I	01	7,7	00	00	00	00	02	9,5	03	3,7

17) Todo indivíduo livre tem direito a votar e ser votado.

TABELA 27 - Consulta questão 07 - Frase 17: informantes

(Todo indivíduo livre tem direito a votar e ser votado.)

Questão 07 Frase 17	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	04	30,8	01	25	23	54,8	12	57,1	40	50
A	07	53,8	02	50	11	26,2	05	23,8	25	21,3
I	02	15,4	01	25	08	19,0	04	19,1	15	18,7

27) Eis uma questão que precisa ser respondida.

TABELA 28 - Consulta questão 07 - Frase 27: informantes

(Eis uma questão que precisa ser respondida.)

Questão 07 Frase 27	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	07	53,8	04	100	35	83,3	18	85,7	64	80
A	06	46,2	00	00	06	14,3	03	14,3	15	18,8
I	00	00	00	00	01	2,4	00	00	01	1,2

As três frases são bem aceitas entre o conjunto dos informantes; a 15 (96,3%) e a 27 (98,8%) têm índice geral de aprovação maior do que a 17 (80,3%).

Percebe-se, então, que nossos colaboradores consideram corretas/aceitáveis sentenças em que o verbo *indagar* (transitivo direto para coisa e indireto para pessoa) e *responder* (transitivo indireto, segundo os dicionários de regência) são usados em versão de passiva, em que o objeto indireto é que sofre a passivização, transformação em geral refutada pelas gramáticas.

A frase 17 é rejeitada por 15 informantes dos 80 que responderam a esta parte do teste. A passivização de *votar* (transitivo indireto) tem menor índice de simpatia entre o conjunto geral dos informantes: aproximadamente 20% destes não aceitam como sujeito o complemento preposicionado correspondente da voz ativa. Vale repetir, no entanto, que mais de setenta por cento dos docentes e discentes ouvidos acatam a construção passiva em observação.

TABELA 29 - Consulta questão 07 - Frases 15, 17 e 27: gramáticas e demais obras

(Indagado por uma rádio sobre um suposto romance, o artista esquivou-se./ Todo indivíduo livre tem direito a votar e ser votado. / Eis uma questão que precisa ser respondida.)

Autores	Participio								
	inda- gado	vo- tado	respon- dido	assis- tido	acredi- tado	interro- gado	obede- cido	perdo- ado	pergun- tado
BECHARA									
CEGALLA			N	N			S		
CIPRO NETO			S				S		
CUNHA							S		
LIMA									
SACCONI		S	S	S			S	S	
FERNANDES		S					S	S	S
FERREIRA									
LUFT				S					
NASCENTES			S	S				S	
ALMEIDA					S		S		S
ELIA							S	S	
GONÇALVES									
NASCIMENTO			S	S			S	S	
FOLHA S P ABRIL									N
O ESTADO DE S PAULO			S			S	S		N
O GLOBO				N					
LESSA				S					

Obs.:

1- Nas primeiras três colunas, estão as informações referentes aos participios encontrados nas frases em estudo. Os outros participios foram citados pelos autores das gramáticas e demais obras.

2. S= Sim, N= Não, espaços em branco indicam que o autor não fez referência ao participio em observação.

A TAB. 29 nos permite algumas deduções:

- Sacconi é o mais aberto a aceitação de participios de verbos tidos como transitivos indiretos, mas possíveis formadores de passivas na perspectiva de alguns teóricos da língua (Sim= 5);
- Cegalla é o mais refratário às inovações neste ponto (Não= 2, apenas 1 Sim);

- Entre os manuais de redação, o de *O Estado de São Paulo* é o que mais adota as inovações neste item (Sim= 3; Não= 1);
- O particípio mais aceito é *obedecido* (9 indicações: 64,3% do total de 14 obras que registraram avaliações sobre o assunto), seguido de *assistido*, *perdoado* e *respondido* (cada um com 5 aprovações: 35,7%)
- O particípio *perguntado* tem o abono de dois gramáticos, mas tem também o mesmo número de recriminações por parte dos autores de manuais de redação jornalística;
- O particípio *votado* agrada somente a dois gramáticos;
- O particípio *indagado*, substituto possível para *perguntado*, por sua vez pouco aceito, não tem a simpatia de nem um dos autores que nos sustentam os dados do vernáculo.

Algumas observações podem ser feitas a partir da leitura das obras aqui destacadas:

a) **indagado** - O *Dicionário prático de regência verbal*, de LUFT, registra o emprego de *indagar* como 1. **TD(I)**: *indagar algo (indagá-lo) (de alguém)*, com a preposição *de*; 2. **TDI**: *indagar algo (indagá-lo) a alguém*, com a preposição *a*; **TDIp**: *indagar-se algo*; **TI** *indagar (de alguém) sobre (ou acerca de, etc.) algo*. Informa o autor que “A pesquisa de Barbadinho (...) nos autores do modernismo brasileiro evidenciou que ‘a regência do tipo *indagar de alguém alguma coisa* parece ser ainda a mais usual” (p.56)’ (1987, p. 331). Segundo FERNANDES, no sentido de *investigar* é transitivo direto: *indagar a causa de...*, é relativo com as seguintes construções: *indagar de*, *acerca de*; *indagar de alguém algo*; *indagar alguém se* (sentido de *perguntar*). Essa regência justifica a não aceitação da passiva e a omissão dos autores consultados a respeito do tópico.

b) **Votado** - LUFT admite como verbo transitivo direto, com objeto direto de pessoa: “Votar o candidato”, o que justificaria a passiva encontrada na frase 17, retirada da Constituição brasileira, que estudamos nesta pesquisa. FERNANDES, baseado em Aulete, aceita tal transitividade no sentido de *sufragar*, possibilitando a passiva “O mais votado...”. NASCENTES admite a biobjetividade de *votar* no sentido de ‘dedicar’: *ela vota as horas à natureza*, mas não menciona a passiva.

c) **Respondido** - CIPRO NETO é categórico:

“**Responder**, que tem complemento introduzido pela preposição *a*: *Respondi a todos os alunos interessados. / O acusado responderá a inquérito.* também admite voz passiva analítica, desde que o sujeito seja *aquilo*, e não *aquele*, a que se responde: *Todas as perguntas foram respondidas satisfatoriamente.*” (1999, p. 515)

Vejamos o que nos diz SACCONI:

“Verbos transitivos indiretos não se usam normalmente na voz passiva, mas o verbo *responder* pode assim ser usado: *O questionário ainda não foi respondido por mim. / Já foram respondidas todas as questões?*” (1990 a, p. 346)

d) **Assistir** - CEGALLA examinando esse verbo decreta:

“*Assistir* - Transitivo indireto (com a preposição *a*) no sentido de *presenciar, estar presente a.* (...) Observação: Nesta acepção o verbo *assistir* não admite a voz passiva. Em vez de: ‘*A festa foi assistida por altas autoridades*’, prefira-se dizer: ‘*À festa assistiram várias autoridades.*’ Não obstante, são comuns, na imprensa, frases como esta: ‘*A solenidade de posse foi assistida por 89 delegações estrangeiras.*’ Os próprios escritores condescendem com essa construção: ‘*Uma partida de futebol na Inglaterra é assistida por 150 mil pessoas.*’ (Paulo Mendes Campos).” (1988, p. 411)

Os especialistas dividem-se nessa questão:

“Há algumas construções perfeitas na língua e que, por algum motivo, são tidas por incorretas.(...) (5) *O filme foi assistido por muita gente.* Os puristas querem que se construa: *o filme foi visto por muita gente.* Consideram que nenhum verbo transitivo indireto possa ter voz passiva. A língua abona tantos casos, que este seria apenas mais um. Veja o caso dos verbos *obedecer, desobedecer, perdoar e responder* que, mesmo como transitivos indiretos, são usados na voz passiva e, o que é mais importante, gramaticalmente assim aceitos.” (SACCONI, 1990 a, p. 280)

Observe-se que SACCONI critica os ‘puristas’. Quais seriam esses puristas? Apenas para reflexão, apresentamos o trecho abaixo. Perguntamos: não seriam eminentemente puristas as lições desse autor nas observações reproduzidas abaixo? Observemos:

“a) Dicionários há que registram **Tchau**, porque a pronúncia, em italiano, é **txao**. Em português não; aqui nós nos despedimos mais simplesmente: **chau!**” (SACCONI: 1990 a, p.270).

De nossa parte, não estamos assim tão certos de que a nossa pronúncia seja de fato *chau*. Temos ouvido por toda parte *tchau*. Em outra passagem de sua obra, volta a espantar-nos o célebre gramático. Comprovemos:

“O custo de um empreendimento qualquer pode ser representado de duas formas, principalmente: (1ª) utilizando-se o cifrão e colocando-se o número por inteiro: Cr\$1.600.000.000,00; (2ª) grafando-se por extenso a quantia desejada: um bilhão e seiscentos mil cruzeiros. Qualquer outro modo de proceder é pura invenção. Mas os jornais, que agasalham no mais das vezes os maiores inventores, trazem isto: *Isso custou aos cofres da União Cr\$2,5 milhões. / O governo vai gastar Cr\$3 bilhões e duzentos milhões nessas obras.*” (SACCONI: 1990 a, p.282).

Imaginemos a grafia da primeira forma estampada em uma manchete de um jornal. Tantos zeros dificultam a leitura, e a notícia perde leitores, além de espaço gráfico. Essas exigências não são manifestas demonstrações de purismo?

Voltemos ao estudo da passivização.

e) **Acreditado** - “Diz-se do negociante, da pessoa que tem crédito. (...) enquanto se diz ‘quantia creditada’, diz-se ‘pessoa acreditada’.” (ALMEIDA, 1996, p. 20)

f) **Interrogado** - “São corretas as formas ‘interrogado sobre’ e ‘interrogado se’.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 189)

g) **Obedecido** - “Embora transitivo indireto, admite a forma passiva: *Os pais eram obedecidos pelos filhos. / As leis de Deus são obedecidas? / As ordens dele não foram obedecidas.*” (CEGALLA, 1999, p. 288)

h) **Perdoado** - “A construção na voz passiva é geralmente aceita: ‘Mais de uma vez chegou a sair com o propósito de visitar Sofia e pedir-lhe perdão. De quê? Não sabia; mas queria ser perdoado.’ (Machado de Assis).” (FERNANDES, 1993, p. 458)

I) **Perguntado** - Particípio que tem baixa aceitação, é usado no texto do rígido ALMEIDA, ao tratar de outra discussão: “Perguntado certa vez se se deve dizer ‘informá-lo’ ou ‘informar-lhe’ demos esta resposta...” (1996, p. 282).

Condenando a opção feita por ALMEIDA, o *Novo Manual da Folha* adverte:

“**perguntado** - Não use este particípio de verbo que exige objeto direto de coisa e indireto de pessoa para se referir à pessoa entrevistada. É errado escrever *O médico negou-se a responder quando perguntado sobre seu envolvimento nas fraudes.* Use *questionar* que, como verbo que exige objeto direto de pessoa e indireto de coisa, pode assim ser empregado na voz passiva: *O médico negou-se a responder quando questionado sobre seu envolvimento nas fraudes.*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998, p. 99-100)

Faremos, aqui, um parêntese para um breve comentário a propósito das lições transcritas acima.

Muito curiosas são certas manifestações do *Manual da Folha*. Em determinados pontos, mostra-se dócil às prescrições da norma mais conservadora:

“*Alugam-se casas (casas são alugadas).* Para não errar, converta a oração para a forma passiva com o verbo *ser* mais particípio passado. Não se diz nem se escreve *Casas é alugada*, portanto a concordância correta é no plural.”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992, p. 109)

Como vimos anteriormente, neste caso, quase 70% dos nossos informantes aceitam o entendimento de tal frase como caracterizada pelo sujeito indeterminado

e, por isso, para eles o verbo permanece no singular. Por outro lado, aproximadamente 86% dos vernaculistas condenam tal concordância.

Em outros momentos, o Manual da *Folha* extrapola a rigidez da tradição gramatical e adere a formas alternativas:

- “**Personagem** - Em jornalismo, pessoa que figura numa notícia. Use como substantivo masculino ou feminino (...).” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992, p. 100). Sabe-se da guerra entre os puristas e os usuários da língua: a despreocupação destes fere aqueles, que vêem no masculino uma ameaça ao português, por se tratar de um estrangeirismo: “Constitui francesismo o emprego de personagem com gênero masculino. Acaso, referindo-se a Pedro, pode o leitor dizer ‘esse pessoa’?” (ALMEIDA, 1996, p. 412).
- “**Poeta/poetisa** - Não use *poetisa*. Use *poeta* como substantivo comum-de-dois: *o poeta, a poeta*.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992, p. 101). Aqui, a *Folha* contraria com sua nova ordem as antigas regras de formação do feminino, repetidas em todas as nossas gramáticas.

Vemos como uma dessas excentricidades dos vernaculistas o caso da condenação pelo Manual da *Folha* do particípio *perguntado* – que foi adotado até pelo sisudo ALMEIDA. E o referido manual sugere a substituição de *perguntado* por *questionado*. Por outro lado, a redação de O Globo não admite discussão a respeito: “*Questionar* – Pôr em dúvida. Não serve como sinônimo de ‘perguntar’.” (1992, p. 125)

Tomamos o *Novo Manual da Folha* apenas como exemplo, pois essa oscilação entre os extremos do conservadorismo e do vanguardismo é característica comum a todas as obras com quais estamos trabalhando. Vamos mais além, julgamos mesmo que essa é uma atitude comum da natureza humana.

Como comprovação do que estamos defendendo, vejamos, por exemplo, um momento específico de *O Estado de São Paulo*, quando este manual contraria regras amplamente aceitas. Ao apresentar as regras para colocação do pronome oblíquo, contrariando as prescrições clássicas da gramática, decreta O ESTADO DE SÃO PAULO: “A terminação *mos* das formas verbais também perde o *s* antes dos demais pronomes oblíquos: *fizemo-lhe, damo-nos, abrimo-vos, dissemo-lhes.*” (1990, p. 253). Pareceu-nos arbitrária a mudança, desacompanhada de justificativa.

São muitas as situações de conflito concretizadas nas obras que nos servem de base para a definição de norma gramatical. Se não estivéssemos confiantes na crença de que o caminho do centro é o melhor, nós já teríamos nos perdido diante de tantas trilhas que cruzam à direita e à esquerda. Para ilustrar um pouco mais essa situação desnorteante, vamos assistir a um jogo de pingue-pongue entre os teóricos.

- **tudo que/tudo o que** - Errado: *tudo que diz é ouvido*. Certo: *tudo o que diz é ouvido*. (NASCIMENTO, 1987, p. 23) // “O pronome *tudo* dispensa o artigo: ‘*tudo que sei*’ e não ‘*tudo o que sei.*’.” (O GLOBO, 1992, p. 81) // “Existem as duas formas, *tudo que* e *tudo o que*: ‘*Deu à família tudo (o) que estava ao seu alcance.*’.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 287);
- **falar ao telefone (microfone)/falar no telefone (microfone)**: “Diz-se ‘*estar, conversar ou falar ao telefone*’, e não ‘*no telefone*’.” (CEGALLA, 1999, p. 30) // “Muito corretamente procede quem constrói ‘*falar no microfone*’.” (ALMEIDA, 1996, p. 364) // “*Fala-se ao telefone, não no telefone.*” (O GLOBO, 1992, p. 130);
- **Palestrante/palestrista**: “Os dicionários só registram o termo *palestrante* para definir aquele que profere palestras, mas deveriam trazer ainda *palestrista* (...)” (SACCONI, 1990a, p. 37) // “Não use *palestrar* como equivalente a *fazer palestra* nem *palestrante* ou *palestrista* para designar quem faz palestras.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 231);

- enxáguo/enxagúo - até no campo da flexão verbal, há divergências entre os estudiosos. ALMEIDA (1996, p. 27, 265) recomenda *incendia, odia, enxagúo, agúo, desagúa* (os acentos aqui servem apenas para marcar a sílaba tônica, pois, pela regra de acentuação das paroxítonas, ele é dispensado em tais casos, como em *rua*). Por sua vez, CEGALLA (1999, p.16) prefere aliar-se ao grupo majoritário e sanciona *incendeia, odeia, enxáguo, águo, deságua*.

Essa é apenas uma pequena demonstração⁸ do estonteante jogo de opiniões a respeito de assuntos banais da vida diária dos brasileiros.

Pedimos licença ao nosso leitor para expor-lhe uma convicção que temos e que batizamos de *janela da tolerância*.

A vida se apresenta à nossa frente como um universo infinito de possibilidades e nós recortamos nele uma janela, dentro da qual colocamos o que aceitamos. Arbitrariamente, deixamos de fora aquilo de que não gostamos. A tolerância é subjetiva e, para a infelicidade das demais criaturas humanas, é ela a medida que usamos para aprovar e rejeitar. E mais: fazemos dessa medida a “verdade”, quase nunca reconhecendo que, no máximo, conhecemos uma pequena parcela da Verdade.

O ideal da felicidade, parece-nos, então a capacidade e a disposição para alargarmos os limites de nossa janela, a ponto de ir pouco a pouco incluindo nela o

⁸ Pensamos em usar, em lugar de *demonstração, mostra*; porém, por curiosidade, pesquisamos informações sobre este substantivo e, para nossa surpresa, GONÇALVES só admite formas no plural: “Mostras e amostras – S.F.pl. O primeiro significa: demonstrações, gestos, atos exteriores, ao passo que o segundo designa pequena porção de qualquer mercadoria para exame ou prova de suas qualidades; indício; sinal; modelo, etc. Ex.: ‘Chegaram os soldados e traziam mostras de verdadeiro cansaço.’ – ‘Trouxe-lhe de S. Paulo, sr. Carlos, as amostras que me pediu.’” (1965, p. 135). Por sua vez, ALMEIDA menciona *amostragem*, que desconsideramos deliberadamente. Desistimos da palavrinha de significação tão crudita. *Demonstração* representa bem o que queremos. E julgamos por bem não buscar nenhuma informação sobre essa palavra. Se não tomarmos cuidado e o devido distanciamento, corremos o risco de nos perder nesse emaranhado de sinalizações de Proibido /Permitido e termos de recorrer a Freud para encontrar a saída: o equilíbrio, que acreditamos estar placidamente no centro (há quem defenda ao centro...).

maior número possível de criaturas, fatos, fenômenos, sentimentos... No caso em pauta, em que buscamos as “verdades gramaticais”, é fácil notar que infelizmente nós, isto é, toda a humanidade, temos sido pouco tolerantes, exibindo muitas vezes janelas muito pequenas. Enquanto com isso não ferirmos as pessoas, vá lá...

O que concluir após tantas idas e vindas, encontros e desencontros entre os autores que selecionamos para nos orientar na definição da norma configurada no momento atual para os textos escritos formais?

Creemos poder sistematizar as seguintes conclusões de ordem prática:

1. A frase 15 (*Indagado por uma rádio sobre um suposto romance, o artista esquivou-se.*) não tem o aval dos especialistas, que omitiram por completo a forma verbal, centro de nossa atenção;
2. A frase 17 (*Todo indivíduo livre tem direito a votar e ser votado.*) pode ser entendida como aprovada pelos gramáticos, se considerarmos a regência proposta por LUFT e FERNADES (este último, por sua vez, apóia-se em Aulete): Verbo transitivo direto, portanto passível de passivização: 100% de aprovação.
3. A frase 27 (*Eis uma questão que precisa ser respondida.*) tem a aceitação de 5 entre os 6 vernaculistas que sobre o seu enfoque central se pronunciaram: 83,3% de aprovação e 16,7 % de reprovação.

16) Conheceram cidades em que indivíduos podem entrar ou sair livremente.

TABELA 30 - Consulta questão 07 - Frase 16: gramáticas e outras obras

(Conheceram cidades em que indivíduos podem entrar ou sair livremente.)

Favoráveis ao tipo de construção		Contrários ao tipo de construção ⁹	
%	%	Nº	%
02	22,2	07	77,8

⁹ Entre as sete que condenam o tipo de construção, há duas obras que aceitam como excepcionais a frase que ora examinamos: o manual da *Folha de São Paulo* e o do *Estado de São Paulo*, conforme veremos em seguida.

Preposição única (em) para verbos de regência diferente (*entrar: em* e *sair: de*) é o que testamos nessa frase coletada dos textos que nos servem como *corpus*.

Nove foram os manifestantes sobre o tema. Aprovam as sintaxes comuns a essa 22,2%. Em duas das obras consultadas, registrou-se a não-aceitação desse tipo de construção, mas a aceitação da regência específica presente na frase avaliada pelos nossos informantes.

Os que são contrários à construção de frases com as características desta em estudo constituem a maioria: 77,8%. Os gramáticos e outros estudiosos que não abonam essa frase a consideram prejudicada pelo desvio de regência.

“Brincar, conversar e ainda ganhar presentes de Xuxa... Brincar e conversar com Xuxa, e ainda ganhar presentes dela... (Como mudou a preposição de ‘com’ para ‘de’, a organização da frase também tem de mudar, para respeitar a regência dos verbos.)” (O Globo, 1992, p. 137) Errado: *“Acusados de terem fomentado ou participado das manifestações.”* Correção: *“Acusado de terem fomentado as manifestações ou participado delas.”* (Idem, p. 146)

CUNHA, tratando do pronome pessoal, explica:

*“Podemos empregar um só pronome como complemento de vários verbos quando estes admitem a mesma regência, ou seja, quando o pronome em causa desempenha idêntica função com referência a cada verbo. Assim, a frase *Só Roberto me viu e cumprimentou* está perfeita, porque os verbos *ver* e *cumprimentar* pedem objeto direto, que, no caso, vem expresso pelo pronome *me*. Se disséssemos, porém: *Só Roberto me viu e deu as costas*, a frase não estaria bem construída, porque o *me* ficaria sendo, a um tempo, objeto direto de *ver* e indireto de *dar*. Nesse caso, é de boa norma repetirmos o pronome – *Só Roberto me viu e me deu as costas.*”* (1985, p. 296)

ELIA também condena a regência:

*Os verbos *entrar* e *sair* são de regimes diferentes. O primeiro pede complemento de lugar *onde*; o segundo de lugar *donde*. São gramaticalmente desaconselhadas, também, construções como as seguintes: *Assistimos e aplaudimos o espetáculo.* / *Os inimigos bombardearam e penetraram na cidade.* / *Devemos estimar e manter a maior confiança nos homens públicos*, que se mudariam para: *Assistimos ao espetáculo e aplaudimo-lo.* / *Os inimigos bombardearam a cidade e penetraram nela.* *Devemos estimar os homens públicos e manter neles a maior confiança.*”* (1979, p. 103-104)

Em seguida, ELIA registra uma observação, em que chama a atenção para o seguinte fato:

Entretanto,¹⁰ conforme pondera Mário Barreto (Novos Estudos, XVI), tais construções, além de comuns na linguagem familiar, encontram-se nas páginas dos melhores escritores antigos e modernos. (Idem, p.104)

Com Elia concorda LESSA, no que concerne à literatura: não aceita a exigência da gramática e faz duras críticas a ela. Observemos:

“Ensinam diversos gramáticos, alguns até respeitáveis, que constitui solecismo a simplificação que consiste em apor um complemento comum a duas palavras que não tenham o mesmo regime. Assim, estaria mal construída, por exemplo, a frase ‘*Entraram e saíram da sala sem ser vistos*’, porquanto o verbo *entrar* exige complemento regido de preposição *em* – *entrar na sala* – ao passo que *sair* requer a partícula *de* – *sair da sala* –. Ter-se-ia, portanto, de corrigir a frase para ‘*Entraram na sala e dela saíram ser vistos.*’ Pura invencionice. Ao menos de Vieira, Rodrigues Lobo, Herculano e Camilo existem exemplos que desmentem a regra cerebrina, fundamentada, como tantas e tantas gramatiquices, numa dedução estritamente lógica.” (1976, p.112-113)

Lessa sustenta a vernaculidade da construção com variados exemplos de conceituados literatos modernistas.

Em seu *Novo Manual de Redação*, a FOLHA DE SÃO PAULO desaprova o tipo de estrutura sintática, mas traz uma recomendação de apoio à frase em estudo:

“Não ligue duas ou mais palavras com regimes diferentes a um mesmo complemento. Não escreva: *Gostei e recitei o poema*; o correto é *Gostei do poema e o recitei*. Mas atenção: *Entrei e logo sai da sala* é aceitável porque os dois verbos estão muito relacionados.” (1992, p.106)

O *manual de redação e estilo* de O ESTADO DE SÃO PAULO decreta:

“Se as regências forem diferentes, esse tipo de frase estará errado como nos exemplos seguintes: *Li e gostei do artigo* (li o e gostei do). / *Deputado ataca e pode romper com o prefeito* (ataca o e pode romper com o) (...).” (1990, p. 253)

¹⁰ Observe-se o emprego da adversativa em início de período-parágrafo: isso reforça o estudo que fizemos anteriormente com a frase 13.

Assim como a *Folha*, *O Estado de São Paulo* admite o uso de “*entrar e sair, a favor ou contra e antes, durante e depois*, por constituírem praticamente frases feitas.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, p. 263).

Vejamos em que posição se concentrará a maior parte dos nossos informantes.

TABELA 31 - Consulta questão 07 - Frase 16: informantes

(Conheceram cidades em que indivíduos podem entrar ou sair livremente.)

Questão 07 Frase 16	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	04	30,8	01	25	26	61,9	12	57,1	43	53,8
A	07	53,8	02	50	06	14,3	05	10,5	20	25
I	02	15,4	01	25	10	23,8	04	19,4	17	21,2

Em desacordo com as obras dedicadas ao estudo da norma canônica, um alto índice dos informantes (78,8%) classifica como correta ou aceitável a frase que ora destacamos. No interior de cada grupo, o percentual de C/A é maior do que o de I.

18) Criticou seus liderados. Os quais só se debaterão por mais e mais cargos.

TABELA 32 - Consulta questão 07 - Frase 18: informantes

(Criticou seus liderados. Os quais só se debaterão por mais e mais cargos.)

Questão 07 Frase 18	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	01	7,7	00	00	08	19,0	07	33,3	16	20
A	03	23,1	02	50	07	16,7	03	14,3	15	18,7
I	09	69,2	02	50	27	64,3	11	52,4	49	61,3

Esta frase testa fenômeno lingüístico semelhante ao da frase 13: fragmentação de um período composto. Com uma diferença: em 13, a composição é por coordenação; em 18, por subordinação, com oração adjetiva.

Comparando os dois resultados, vemos inverter a relação de aceitação da sintaxe. Na partição da coordenação, o índice de aprovação foi vencedor e alto: 87,5%. Já o corte da subordinação desagradou ao maior número de informantes: 61,3% de rejeição contra 38,7% de aprovação.

Como vimos acima, os postulados tradicionais não admitem a secção do período composto por coordenação em que aparecem as conjunções adversativas ou conclusivas. No que tange ao período composto por subordinação, no qual a tradição tem visto total dependência da oração subordinada em seu nexos com a principal, a doutrina convencional é a de impedir a qualquer preço a fragmentação do período, o que tem levado muitos professores de Português a marcar como incorretas construções como essa em análise.

Há, todavia, por outro lado, teorias lingüísticas mais avançadas que buscam justificar a preferência atual pela divisão do período em dois ou mais, não somente no caso das coordenadas, mas também (e para o horror dos gramáticos) com a separação da oração subordinada em novo período. É o que nos mostra DECAT em:

“Os dados coligidos apresentam estruturas como as de abaixo, em que a cláusula destacada (grifada por mim) tem ocorrência independente, ‘desgarrada’ da cláusula dita matriz: ‘(2) *Esse caso com a modelo Lilian Ramos realmente foi uma tragédia. Apesar de Itamar ser um senhor solteiro e o ambiente ter sido de Carnaval.*’ (Estado de Minas 17/2/94). (...) (5) ‘*De posse do formulário, devidamente preenchido (detalhe muito importante), dirija-se ao Departamento da Polícia Federal portando todos os documentos exigidos. Que não são poucos: carteira de identidade ou certidão de nascimento, prova de quitação com as[...]*’ (Jornal de Casa, BH-MG, 9 a 15/5/93). Pelo que se pode ver, os exemplos contêm cláusulas que são opções de organização do discurso, não sendo, portanto, integradas estruturalmente em outra. No caso

de (2) as cláusulas mantêm, com o discurso precedente uma relação adverbial. Já em (5) tem-se a ocorrência de cláusulas apositivas, conhecidas também (...) como adjetivas explicativas. Nos termos da presente proposta de análise, pode-se dizer que as cláusulas em foco constituem, cada uma por si, uma ‘unidade de informação’. E é exatamente por isso que foi possível o seu ‘desgarramento’ de outra cláusula com a qual mantêm, como no caso das adverbiais, alguma relação semântica. Tudo indica ser essa a razão para que o mesmo se dê com as apositivas: o fato de constituírem ‘unidade de informação’ por si. (...)” [1999, p. 29-30. Trecho adaptado]

Para fortalecer a argumentação que desenvolve, a autora apresenta uma comparação das estruturas anteriores com outra em que aparece a adjetiva restritiva:

(14) ‘Pinturas, através de técnicas variadas, surgem para valorizar e criar ambientes bem diferenciados. O stencil é uma delas. Técnica que imprime na parede verdadeiros cenários, aumentando espaços e criando clima.’ (**Jornal de casa**, BH-MG, 31/7/87 a 06/8/98). (...) A utilização da noção de unidade informacional fornece (...) um esclarecimento sobre a diferença entre adjetivas restritivas e apositivas. Essas últimas, por serem opções organizacionais, podem ocorrer ‘desgarradas’ de seus referentes. Já as primeiras constituem, juntamente com seus referentes, um único bloco conceitual, configurando-se, portanto, uma única unidade de informação, e é esse bloco conceitual que se engendra como ocorrência isolada (...). [1999, p. 33. Trecho adaptado]

Não conseguimos localizar nas obras que amparam as nossas conclusões nenhuma observação pertinente ao assunto. A omissão dos estudiosos pode ser justificada em virtude mesmo da própria lógica: se o período é composto por subordinação, e entendendo a tradição gramatical que a oração subordinada é dependente da principal, não há como se permitir a fragmentação do período composto por subordinação.

Com esse raciocínio em vista, avaliamos aqui a frase em estudo como não coincidente, com índice de 100%, com a norma padronizada para a linguagem culta, formal. Está esse tipo de frase em pleno uso no dia-a-dia dos brasileiros, nos mais diversos textos, formais ou não, conforme demonstra a lingüista DECAT, nos

exemplos que acima reproduzimos, mas não obteve, ainda, passagem livre dentro dos rígidos cânones gramaticais.

19) Chame o novato e apresente-o para os colegas.

TABELA 33 - Consulta questão 07 - Frase 19: informantes

(Chame o novato e apresente-o para os colegas.)

Questão 07 Frase 19	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	07	53,8	03	75	35	83,3	13	61,9	58	72,5
A	05	38,5	01	25	06	14,3	05	23,8	17	21,3
I	01	7,7	00	00	01	2,4	03	14,3	05	6,2

Quase a totalidade dos nossos colaboradores, 93,8%, nada tem a recriminar na frase em foco.

Em sentido inverso caminham os cinco autores que registram a regência do verbo *apresentar*: conforme demonstra o ANEXO,¹¹ 100% indicam a preposição *a* e não *a* usada no corpus de nosso trabalho, para, própria das conversações informais.

LUFT apresenta as seguintes ocorrências de uso desse verbo: “com a preposição *a*: *apresentá-lo a alguém*; com *em*: *Foi apresentado na academia*; regido por *em* / *ante* / *perante*: *apresentar-se ao (ou no) tribunal, ante ou perante o juiz.*” (1987, p. 65)

Não há referência à preposição *para* por FERNANDES. Ele só reconhece como adequadas as preposições *a* e *em*: “*Apresentar uma criança ao batismo; Apresentou-se ele em casa.*” (1993, p. 89)

¹¹ Ver QUADRO 35 na seção Anexo, no final deste trabalho.

Resultado: não há acordo entre informantes e gramáticos nesse ponto.

20) Esse período assistiu a democratização das antigas estruturas.

TABELA 34 - Consulta questão 07 - Frase 20: informantes

(Esse período assistiu a democratização das antigas estruturas.)

Questão 07 Frase 20	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	01	7,7	01	25	11	26,2	08	38,1	21	26,2
A	03	23,1	02	50	14	33,3	05	23,8	24	30
I	09	69,2	01	25	17	40,5	08	38,1	35	43,8

Entre os professores de Português do ensino superior, há baixa aceitação da regência aqui destacada, mas nos demais grupos o quadro se inverte. Resultado final: a maioria (56,2%) dos informantes abona o uso da regência divergente da registrada pelos gramáticos.

A regência expressa na frase 20 é amplamente condenada pelos estudiosos da língua (16 – 89% – em 18 que apresentaram sua apreciação¹²), mas encontra apoio entre alguns teóricos (em nossa pesquisa, dois) e, por ser a preferida na fala informal brasileira, é encontrada em textos escritos não só de pessoas comuns como também de consagrados escritores modernos.

“*Assistir* é verbo transitivo-indireto, na acepção de *estar presente*; por isso usa-se com a preposição *a*. Na de *prestar auxílio, socorrer*, é transitivo direto ou indireto. Ex.: “*A enfermeira assiste o (ou ao) doente; o Estado assiste os (ou (aos) funcionários*’. Na acepção de *morar* (antiquada), constrói-se com complemento de lugar onde. Ex.: ‘*Naquele tempo, D. João assistia na Quinta da Boa Vista*’.” (ELIA, 1979, p. 123)

¹² Ver QUADRO 35 no Anexo, no final deste trabalho.

LESSA, observando “como procederam os bons escritores do último século para cá”, afirma:

“O curioso é que se pode observar, entre os nossos modernistas, alguma vacilação na regência do verbo em apreço, mesmo quando empregado na acepção de ‘presenciar’, ‘estar presente’. É bem verdade que o número de vezes em que o complemento regido de preposição a – a construção inculcada (...) pela unanimidade dos gramáticos – é bem maior do que aquele em que o verbo se constrói com objeto direto. Contudo, talvez já não se possa considerar de todo rara a construção com objeto direto. Parece-nos que ocorre uma certa tendência a acolher a construção consagrada pelo povo, que diz e escreve, comumente, ‘*assisti o jogo*’. À regência popular opõe-se o ensinamento dos gramáticos. Entre a lição gramatical e a construção popular, oscilam os modernistas. Não há dúvida de que, por enquanto, os gramáticos vão levando a melhor. Mas parece-nos indiscutível que está latente, em nossa literatura hodierna, uma tendência a reagir, também neste ponto, contra os cânones da gramática, naquilo que eles não mais correspondam à língua viva da gente culta.” (LESSA, 1976, p. 156)

As reflexões de Lessa revelam uma face da verdade existente na avaliação feita pelos nossos informantes: a de que os professores e estudantes de Letras antecipam as mudanças da gramática tradicional, que mais dia menos dia terá de se curvar às imperiosas determinações da norma em uso na linguagem coloquial dos brasileiros das mais diversas camadas sociais.

Concluindo a análise, novamente estamos diante de com posições antagônicas entre os gramáticos e os nossos informantes.

21) Refugiados que chegam a cada ano nos países ricos.

TABELA 35 - Consulta questão 07 - Frase 21: informantes

(Refugiados que chegam a cada ano nos países ricos.)

Questão 07 Frase 21	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação ¹³		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	03	23,1	01	25	13	33,3	14	66,7	31	40,2
A	04	30,8	02	50	12	30,8	05	23,8	23	29,9
I	06	46,1	01	25	14	35,9	02	9,5	23	29,9

Em cada grupo e no total dos informantes, a maioria (70,1) aprova a regência usada na frase.

Segundo os teóricos da língua (10 no total de 12 que se referiram ao fato, ou seja 83,3%), o verbo *chegar* constrói-se regido da preposição *a* e não de *em*, em cumprimento à norma estabelecida para verbos de movimento.

'Cheguei a casa' - e não 'Cheguei em casa'. (...) Quem chega, chega 'a' um lugar e não 'em'. *Cheguei ao Rio - Chegaremos ao campo / Chegarei a casa.* (ALMEIDA, 1996, p. 92-93)

CHEGAR 1. Int ou TI: chegar (a...) (LUFT, 1987, p. 116)

Alguns estudiosos (16,7%), no entanto, reconhecem a ocorrência da preposição *em* nos textos brasileiros, por influência da fala.

¹³ Três informantes deixaram de responder a esta frase. A dúvida deles pode ser explicada pela estrutura sintática da frase coletada, que de fato, parece criar um problema de entendimento, tendo em vista a incompletude do sentido da oração principal. Isso pode ter sido elemento perturbador na avaliação da frase, desviando a atenção de todos os informantes do ponto que se pretendeu efetivamente avaliar a frase encontrada no corpus em estudo: a regência do verbo *chegar*. O problema estava no texto original. Reconhecemos nossa falha: uma adaptação no texto teria produzido melhor efeito; porém, uma vez realizada a consulta, não há mais como alterar a frase. Resta-nos processar os resultados.

“OBS. Verbo de ‘movimento para’, é natural reger ele preposição a diante do complemento de lugar. No Brasil, entretanto, usa-se muito a preposição em (exclusiva, diante de casa ‘lar’: *chegar em casa*, e não *chegar a casa*), como aliás também com outros verbos de movimento (...). Pode colaborar para isso a tendência de considerar o estado e o repouso (*‘lugar onde’*) em vez do movimento (*‘lugar para onde’*): ‘...a pessoa que chega já se julga no lugar e troca o adjunto adverbial de lugar *para onde* pelo de lugar *onde*: *‘Quando ela chegou na porta da cozinha...’*.” (Alencar) (LUFT, 1987, p. 116)

Luft, autor das observações transcritas acima, foi considerado por nós como um dos dez que condenam a construção, pois, apesar de lembrar a realidade lingüística brasileira, arremata assim o seu texto: “Mesmo assim, penso que em texto escrito culto formal melhor se ajusta o *chegar a*.” (LUFT, 1987, p. 116)

LESSA é mais otimista quanto à realidade atual e quanto ao destino da preposição *em* com o verbo *chegar*:

“A literatura modernista brasileira consagrou amplamente a regência *chegar em* – *‘chegar em Niterói’*, *‘chegar em casa’*, *‘chegar na Espanha’*, etc. – contrariando, dessa forma, os ensinamentos dos gramáticos, que exigem a preposição *a* – *‘chegar a Niterói’*, *chegar a casa.*’. *‘chegar à Espanha.’*. E sustentamos (...) que já é tempo de se conferir sanção gramatical àquela regência, que, segundo recordamos, é hoje caracteristicamente brasileira, posto que dela haja exemplos na literatura portuguesa do período arcaico.” (LESSA, 1976, p. 169)

Avaliações similares às de Lessa é que sustentam decisões como as dos colaboradores deste nosso trabalho, que, em sua maioria, empunham novas bandeiras, anunciando mudanças em solo gramatical brasileiro.

22) Tal medida dá margem para o crescimento dos opositores.

A regência do verbo *dar*, na acepção de *oferecer*, *proporcionar*, *conferir* etc. é fixada pela norma canônica: constrói-se com a preposição *a* e não *para*, esta última, comum em conversas informais. Estudiosos, como FERNANDES (1993, p. 178-179), LUFT (1987, p. 161-162) e FERREIRA (1986, p. 520, 1092), registram a

como preposição indicada para o verbo em estudo. Sete é o número de autores que expuseram seu pensamento sobre essa regência e unanimemente condenam a frase em pauta.

Na fala cotidiana, nós, brasileiros, substituímos sistematicamente a preposição *a* por *para*: *dizer a ele /dizer para (pra) ele; mostrar a ela/mostra para (pra) ela* etc. O nosso costume já tão arraigado pode justificar a preferência maciça dos informantes pelas opções correta/aceitável: 88,8%. Na opinião de apenas aproximadamente 10% dos que participaram da pesquisa é que a regência deveria coincidir com a preconizada pela norma canônica. Vejam-se os dados a seguir.

TABELA 36 - Consulta questão 07 - Frase 22: informantes

(Tal medida dá margem para o crescimento dos opositores.)

Questão 07 Frase 22	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	04	30,8	01	25	25	59,6	11	52,4	41	51,3
A	05	38,4	03	75	13	30,9	09	42,8	30	37,5
I	04	30,8	00	00	04	9,5	01	4,8	09	11,2

Novamente, navegam em barcos separados os dois grupos de especialistas que nos auxiliam.

23) Nada vai fazer com que o número de indivíduos baixe.

TABELA 37 - Consulta questão 07 - Frase 23: informantes

(Nada vai fazer com que o número de indivíduos baixe.)

Questão 07 Frase 23	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	08	61,5	03	75	21	50	06	28,6	38	47,5
A	02	15,4	01	25	17	40,5	04	19,0	24	30
I	03	23,1	00	00	04	9,5	11	52,4	18	22,5

Os resultados demonstram a forte tendência dos consultados para a aprovação da frase na forma como está: 77,5%.

Nessa sentença, mais uma vez, a questão da regência se faz presente. Neste caso, há coincidência de embarcações tomadas pelos dois grupos majoritários de informantes e vernaculistas, se bem que os informantes continuem como maioria.

Gramáticas e dicionários admitem dupla construção: dos seis que se pronunciaram, quatro (66,6%) aprovam a frase na forma como está.

“Fazer com que – ou – fazer que: esforçar-se por obter; conseguir: ‘Por vezes FAZIA com que Lenita se frisasse, se espartilhasse.’ (Júlio Ribeiro, Carne, 227) ‘FIZERA com que lhe cedessem voluntariamente o mando supremo.’ (Herculano, Eurico, 258) ‘Marcelino de Matos venceu muito; FEZ que José do Telhado fosse julgado como réu de uma única morte.’ (Camilo, apud Stringari) ‘FAZEI, entretanto, que nestes lugares reine profundo silêncio.’ (Herculano, Eurico, 264)” (FERNANDES, 1993, p. 345-346)

“Fazer 1. TD (...) A forma fazer que... tem a variante fazer com que... (influir para; ser causa de; obrigar; esforçar-se, diligenciar): Fiz (com) que se calassem. Faça (com) que ele trabalhe.” (LUFT, 1987: 299)

“(...) o uso da preposição não altera a regência do verbo: apenas lhe comunica matiz semântico especial. A tais preposições chama Antenor Nascentes posvérbios. Assim: Gozar de boa saúde ou boa saúde; cumprir o dever ou com o dever; fazer que uma coisa aconteça ou com que; Usar boas

maneiras ou usar de; Arrancar a espada ou da espada; Ansiar a promoção ou pela promoção.” (ELIA, 1979: 115)

O *Manual de Redação e Estilo* de O ESTADO DE SÃO PAULO, apesar de reconhecer a dupla regência, sem qualquer justificativa, recomenda o emprego do verbo *fazer*, nessa acepção, como transitivo direto.

“Fazer com que; fazer que 1- No sentido de *fingir*, só se pode usar *fazer que*: *Fez que não ouviu a advertência. / Fez que não viu o amigo.* 2 - Como *esforçar-se ou empenhar-se por, causa, obrigar a*, existem as duas formas, *fazer com que e fazer que*. Prefira, no entanto, *fazer que*: *Fez que lhe autorizassem a saída. / O trabalho do advogado fez que o réu fosse absolvido. / Seu empenho faz que lhe reconheçam a capacidade.” (1990, p. 171)*

De qualquer forma, fechamos esse tópico apontando-o como um ponto comum entre gramáticos e informantes.

24) Pediu ajuda na hora de lembrar da senha.

TABELA 38 - Consulta questão 07 - Frase 24: informantes

(Pedi ajuda na hora de lembrar da senha.)

Questão 07 Frase 24	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	01	7,7	02	50	11	26,2	08	38,1	22	27,4
A	04	30,8	01	25	14	33,3	10	47,6	29	36,2
I	08	61,5	01	25	17	40,5	03	14,3	29	36,2

Entre os docentes universitários que se dedicam ao ensino do Português, é nítida a condenação da frase pela grande maioria, contrariamente ao pensamento dos demais grupos consultados. A conclusão geral é de ampla aceitação da construção: 63,6%

Tradicionalmente, esse tipo de frase não é bem aceito entre os gramáticos e outros estudiosos, que vêem nela um problema de regência verbal: 73,7% deles adotam como única possibilidade a regência em que o verbo aparece acompanhado de pronome reflexivo e da preposição *de*. Vinte por cento vêem como possibilidade de ocorrência do verbo *lembrar* regendo a preposição *de* sem o pronome reflexivo se o que segue ao verbo for oração. A estrutura usada, que é própria da fala cotidiana dos diversos segmentos socioculturais, o culto, inclusive, só é defendida por um único teórico, que a acata como versão moderna, alternativa para a canonizada.

“TD: lembrá-lo; lembrar que... TDp(I): lembra-se (de...); lembrar-se (de) que... TI: lembrar de... I: lembrar. (...) OBS. 2 Lembrar de alguém ou de algo é inovação, derivada de Lembrar-se de alguém ou de algo, por despronominalização (perda do reflexivo). Sintaxe condenada por gramáticos (Cunha: 491; Cegalla: 416; Lessa: 192; etc.), mas inserida na deriva da língua, onde é processo natural, com numerosos precedentes (...).” (LUFT, 1987, p. 351)

ALMEIDA faz um longo comentário a esse respeito.

“**Lembrar-se** - ‘*No dia 8 de dezembro de 1954, lembra-me como se fora hoje...*’. O verbo *lembrar-se* está aí muito bem construído. Habitualmente é ele hoje empregado pronominalmente – ‘*lembrar-se de alguma coisa*’ – ao passo que sua construção clássica era ‘*lembrar uma coisa a alguém*’. Na construção usual é sinônimo de *recordar-se* (*Recordo-me de uma coisa*) ter lembrança (*Tenho lembrança de algum fato*); funciona a pessoa como sujeito do verbo. No segundo caso, porém, a coisa é que passa a ser sujeito do verbo, que então equivale a vir à lembrança (*O fato vem-me à lembrança*), tornar-se recordado (*O fato torna-se-me recordado*). ‘*Não me lembro o dia*’ – ‘*Não me lembro do dia*’ – ‘*Não me lembra o dia*’ – são construções todas certas. Por evidente confusão com outras construções semelhantes e corretas, como, por exemplo, ‘*avisamo-los de que...*’, ‘*informamo-los de que...*’, enormes tabuletas ladeiam estradas de rodagem de nosso estado com um trololó, mais do que aviso, em que se vê este disparate de referência: ‘... *lembramo-los de que...*’ Cada verbo com sua regência. Se podemos construir ‘*avisar alguém de algo*’, ‘*informar alguém de ou sobre algo*’, já o mesmo não acontece com ‘*lembrar alguém de algo*’, regência inexistente em português. O que temos na língua que ainda falamos no Brasil é ‘*lembrar a alguém algo*’, que, noutra forma, com o oblíquo, fica ‘*lembrar-lhe algo*’. Logo, o correto é ‘*lembrarmos-lhes que...*’ Comparemos o erro acima com outro parecido – ‘*Comunicamo-los de que*’ assim não se diz, senão ‘*Comunicamos-lhes que*’.” (ALMEIDA, 1996, p. 306)

Um manual de estilo acata a sintaxe em tela como possível:

“Lembrar (regência). 1- Lembrar alguma coisa: *Ele lembrava a mãe./ Todos o lembraram. / A casa lembrava a da sua infância.* 2- Lembrar alguma coisa a alguém ou lembrar alguém de alguma coisa: *Eles lhe lembraram o compromisso./ Lembraram-no do compromisso.* 3- Lembrar-se de alguma coisa: *Nunca se lembrava de nada. / Lembrou-se de que lhe havia prometido um cargo.* 4- Modernamente, já se admite a forma lembrar de: *Lembrou de acordar cedo./ Lembrou do caso.*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 192-193)

Comparando as duas últimas citações, percebemos posições inconciliáveis:

ALMEIDA decreta que a sentença ‘*lembrar alguém de algo*’ contém uma ‘regência inexistente em português’. De sua parte, *O Estado de São Paulo* ensina como corretas as formas ‘Lembrar alguma coisa a alguém ou lembrar alguém de alguma coisa.’ E, no tópico que nos interessa mais de perto aqui, o manual de redação jornalística expõe posição mais avançada do que a amplamente disseminada pelos compêndios gramaticais: ‘Modernamente, já se admite a forma lembrar de: *Lembrou de acordar cedo./ Lembrou do caso*’.

Concluimos esse item destacando a dissonância entre a norma fixada pelas gramáticas e a aceita pelos informantes.

25) O computador vai lhe pedir para repetir.

TABELA 39 - Consulta questão 07 - Frase 25: informantes

(O computador vai lhe pedir para repetir.)

Questão 07 Frase 25	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	07	53,8	02	50	14	33,3	04	19,0	27	33,8
A	03	23,1	01	25	20	47,6	14	66,7	38	47,5
I	03	23,1	01	25	08	19,1	03	14,3	15	18,7

A maioria interna de cada grupo definiu pelo apoio à sintaxe da frase, e, conseqüentemente, o total é incontestável: 81,3% dos informantes estão de acordo com a regência do verbo *pedir*, na forma como é largamente usada nas situações informais e mesmo em registros de maior formalidade dos brasileiros.

Contrariamente à posição dos que responderam ao nosso questionário, um grande número de estudiosos considera tal construção inadequada: 63,6%.

“ERRADO - *Meu pai pediu para que eu não escutasse...* CERTO - *Meu pai pediu que eu não ouvisse...* O verbo *pedir* é transitivo direto ou transitivo-direto-e-indireto. Peço alguma coisa, ou peço alguma coisa a alguém, logo, o certo é: *Pedi que o chefe ordene. / Pedi que você fosse. / Peço que venhas. / Pediu ao pai que mandasse.* O erro vem de o povo construir a frase à semelhança destas corretas: *Pediam para passar. Pedia para os pobres.* Nestas frases está oculto o complemento do verbo *pedir*; como se verifica facilmente: *Pediam (licença) para passar. / Pedia (esmola) para os pobres.*” (NASCIMENTO, 1987, p. 41-42)

“*Pedi-te para trazeres - Pedi-te que trouxesses.* Quem pede, pede alguma coisa, logo *pedi-te que trouxesses.* *Pedir* constrói-se com objeto direto de coisa e indireto de pessoa. Para Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa) houve cruzamento sintático das construções: *pedir que algo aconteça e trabalhar para que algo aconteça*, passando a preposição *para* a introduzir a oração que seria objeto direto do verbo *pedir*. Observa, entretanto, o mesmo autor que ‘os gramáticos ainda não aceitaram a operação mental, apesar da insistência com que penetra na linguagem das pessoas cultas’ e que ‘o novo modo de expressão traz também uma

ambigüidade, porque se fica sem saber qual é, na realidade, o sujeito da oração subordinada. Em ‘*Antônio pediu a José para sair*’, custa-nos a dizer de pronto se quem sai é o mesmo Antônio ou José. *Pedir para* só é certo, no sentido de *pedir permissão, licença para*. Também não se usa: *dizer para*. **Solecismo de regência.**” (ELIA, 1979, p. 60)

Há, entretanto, autoridades lingüísticas que defendem a regência conforme registra a frase em estudo: Celso Pedro Luft, Francisco Fernandes, Luiz Carlos Lessa, Evanildo Bechara, como vemos na seguinte citação de LUFT:

“A maioria dos gramáticos tacha de viciosa a construção *pedir para fazer alguma coisa* (...) e somente admite *pedir para* quando for possível subentender entre o verbo *pedir* e a preposição *para* uma das palavras *licença, permissão autorização, vênua*, etc. (Fernandes) Argumento logicista da condenação: a preposição se interpõe entre o verbo e seu objeto ‘direto’ (*pedir algo*, e não *pedir para algo*). Fernandes continua: ‘Não obstante, é comum encontrar, em escritores de boa nota, exemplos da construção condenada’ e cita exemplos de Herculano, Garret, Camilo, Machado. Trata-se de construção moderna e ‘é a mais usual no português do Brasil’ (Mattoso Câmara Jr. e LIMA: Lessa, p. 89). Ver exemplos de modernistas brasileiros em Lessa, p. 89-90 (José Lins do Rego, Dinah Silveira de Queiroz, Rachel de Queiroz, Guimarães Rosa, Tasso da Silveira, Jorge Amado, José Cândido de Carvalho). Notar que *para* aparece diante da oração infinitiva (*Pediu-lhes para ajudarem* e não **pediu-lhes ajudarem*; mas, por cruzamento sintático, pode antepor-se ao *que*: *Pediu-lhes que ajudasse* + *Pediu-lhes para ajudarem* > *Pediu-lhes para que ajudassem*. ‘*O capitão pediu para que ele preparasse*’ (José Lins do Rego). ‘*Pediu para que Antônio saísse*’ (Bechara). (...) uma explicação funcional para a preposição: ‘Pode-se ver na construção o *para* como posvérbio iniciando a oração objetiva direta para denotar interesse ou a insistência do pedido.’” (1987, p. 395)

Comenta LESSA:

“(...) paradoxalmente, enquanto um Carlos Góis, por exemplo, a despeito do evidente purismo que informa toda a sua vasta obra gramatical, se mostra bastante condescendente em relação a ‘pedir para’, um Mattoso Câmara Júnior, homem de idéias arejadas e sólida formação filológica, parece não aceitar de bom grado a construção em tela.” (1976, p. 89)

As observações de LESSA reforçam-nos a impressão de que a norma tradicional é o registro de um conjunto de opiniões e preferências, a nossa *janela da tolerância*, como mencionamos anteriormente. E muitas vezes essa norma ou essas normas se

respaldam em terreno bastante movediço. A instabilidade do sistema que observamos pode ser comprovada largamente no campo da regência verbal.

Finda a exposição, fica a inferência: a frase analisada coloca de um lado a maioria dos gramáticos (63,6%) e de outro a maioria dos informantes (81,3%).

26) Ao responder essas perguntas, fique tranqüilo.

TABELA 40 - Consulta questão 07 - Frase 26: informantes

(Ao responder essas perguntas, fique tranqüilo.)

Questão 07 Frase 26	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	04	30,8	01	25	27	64,3	17	80,9	47	58,8
A	06	46,1	02	50	08	19,0	03	14,3	18	22,5
I	03	23,1	01	25	07	16,7	01	4,8	11	13,7

Tomando como representantes da tendência do português atual os nossos informantes, podemos declarar que o verbo *responder* é hoje amplamente aceito e empregado formalmente como transitivo direto: 81,3%.

Em rota contrária ao uso que está sendo feito pelos professores e estudantes de Letras, os autores de gramáticas, de dicionários, de manuais destinados à redação jornalística ensinam, com unanimidade, que o verbo *responder*, quando no sentido de *dar resposta a alguém ou a alguma coisa* é usado com a preposição a:

“Responde-se a questionário, a perguntas, a questões, a processo, a inquérito, a cartas, a tudo o que merece resposta. No sentido de retrucar malcriadamente, usa-se apenas responder: responder os pais, responder os mais velhos, responder o professor, etc. Portanto: *Ainda não respondi ao questionário. Você deixou de responder a duas questões da prova.* Quando assim usado, não aceita o pronome *lhe* ou *lhes* como complemento, mas apenas *a ele, a ela, a eles, a elas*. Ex.: *O questionário chegou faz tempo,*

mas não tive tempo ainda de responder a ele. (E não: responder-lhe ou respondê-lo.)” (SACCONI, 1990 a, p. 346)

A mesma lição dá O ESTADO DE SÃO PAULO:

“**Responder 1-** No sentido de dar resposta a alguém ou a alguma coisa, prefira a regência indireta: responder à carta, responder ao ofício, responder ao documento, responder às calúnias, responder ao desafio, responder ao esforço, responder aos tiros (...).” (1990, p. 265)

Concordando com a regência expressa por Sacconi, ALMEIDA mostra um outro viés da questão.

“O que se profere como resposta é que é o objeto direto, não a coisa nem a pessoa a quem se dá resposta; nas orações: ‘*Ele respondeu sim*’, ‘*Ele não respondeu nada*’ – *sim* e *nada* são objetos diretos, como ainda é objeto direto a subordinada do período: ‘*Ele respondeu que estava bem*’. Uma vez que se pretenda declarar a coisa ou a pessoa a quem se dá resposta, esta deve vir preposicionada, isto é, esta é sempre objeto indireto, quer venha ou não expresso na oração o que se profere como resposta: ‘*Responde-lhe*’, ‘*Devemos responder às cartas*’.” (ALMEIDA, 1996, p. 488)

Fica o registro de mais uma discordância entre os vernaculistas e os nossos cooperadores.

28) O país ainda se sobressai junto aos menores.

TABELA 41 - Consulta questão 07 - Frase 28: informantes

(O país ainda se sobressai junto aos menores.)

Questão 07 Frase 28	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	03	23,0	01	25	23	54,8	12	57,1	39	48,8
A	05	38,5	02	50	08	19,0	05	23,8	20	25
I	05	38,5	01	25	11	26,2	04	19,1	21	26,2

Novamente, vamos encontrar nossos informantes de um lado e os teóricos de outro. A maioria dos integrantes de cada grupo, visto isoladamente, compõe um quadro oposto ao dos gramáticos e outros estudiosos cujas obras aqui estudamos. Assim, o resultado geral é definido pela sanção dos nossos colaboradores à frase a eles apresentada para julgamento.

Grande grupo adversário é o formado pelos gramáticos e demais autores consultados. Há unanimidade, entre eles, quanto à restrição a essa frase, no campo da regência verbal. Vejamos quatro deles:

“*Sobressair no concurso* - É assim que se diz e escreve, já que o verbo é simplesmente *sobressair*, e não *sobressair-se*.” (SACCONI, 1990 a, p. 60)

“Parecerá estranho, mas este verbo não se constrói pronominalmente; não se dirá: ‘*Ele se sobressai*’ – mas ‘*Ele sobressai*’.” (ALMEIDA, 1996, p. 529)

“É bastante freqüente a pronominalização desse verbo, por influência dos sinônimos salientar-se, destacar-se, distinguir-se: ‘... *em todos os países do mundo há as mulheres que se dedicam de corpo e alma à elegância para se sobressairem de qualquer modo*’ (Clarice Lispector) (...). Na linguagem culta formal, aconselha-se a construção originária, não-pronominal.” (LUFT, 1987, p. 485)

“*Sobressair*. Sem a partícula se: *Ele sobressai* (e não ‘*sobressai-se*’) *entre os colegas./ Foi o jogador que mais sobressaiu* (e não ‘*se sobressaiu*’) *na partida*.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 276)

Concluimos o tópico, reconhecendo como repetida a posição antagônica entre os dois grupos de especialistas que nos fornecem dados para este trabalho.

29) As crianças se ajoelharam diante da imagem, dos olhos da qual brotavam lágrimas.

TABELA 42 - Consulta questão 07 - Frase 29: informantes

(As crianças se ajoelharam diante da imagem, dos olhos da qual brotavam lágrimas.)

Questão 07 Frase 29	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	00	00	01	25	05	11,9	06	28,6	12	15
A	04	30,8	02	50	10	23,8	06	28,6	22	27,5
I	09	69,2	01	25	27	64,3	09	42,8	46	57,5

Quase sessenta por cento dos que conosco colaboraram não aceitaram a frase como correta. Talvez preferissem a sintaxe com emprego do relativo *cujo*: ‘*As crianças se ajoelharam diante da imagem, de cujos olhos brotavam lágrimas*’. Ambas trazem o pronome relativo que carrega em si a idéia de posse e são bem aceitas entre os especialistas, embora as gramáticas demonstrem preferência pelo *cujo* (e flexões).

CEGALLA reconhece a equivalência estrutural entre frases em que há permuta de relativos. Vejamos:

“*Ele encontrou um diamante cujo valor não quis revelar. [= ...um diamante do qual não quis revelar o valor.]*” (1999, p. 95)

Em uma outra passagem, o referido gramático propõe ao leitor o seguinte exercício:

“Siga o modelo, trocando *do qual* ou *de que* pelo equivalente *cujo*: (1) *Ao atravessar a mata, vimos um lindo pássaro azul, do qual nenhum de nós sabia o nome. / Ao atravessar a mata, vimos um lindo pássaro azul, cujo nome nenhum de nós sabia.* (2) *Balbuciou algumas palavras confusas, de que ele mesmo ignorava a significação.*(G. Ramos) (3) *Dirigiram-se ao bar e sentaram-se diante da mesinha, no centro da qual brilhava a chama de uma vela.*(Vilma Guimarães Rosa) (4) *Deve ser assim o fim do mundo, o*

extremo de todas as coisas: um longo caminho, no topo do qual existe um simples portão. (Santos Fernando)” (CEGALLA, 1988, p. 479)

Outros teóricos são da mesma opinião. Vejamos.

“Cujo (a, os, as) é pronome adjetivo analiticamente desenvolvido em do qual, dos quais, das quais, de quem, de que: ‘... e cuja agreste ramaria /Não atravessa nunca a luz do dia.’ (Olavo Bilac) (...e a ramaria da qual [floresta] não atravessa nunca a luz do dia). / ‘Essa em cujo encalço eu ando, /Não na vistes vós passar?’ (Raimundo Correia) (Essa no encalço de quem eu ando...) / ‘No azul, cujo brilho a ofusca.’ (Raimundo Correia) (o brilho do qual azul a ofusca).” (LIMA, 1987, p. 299-300)

O *Manual de Redação e Estilo* de O ESTADO DE SÃO PAULO dá a regra pormenorizada e a receita:

“O uso correto de cujo (cuja, cujos, cujas) exige três condições: (a) haver antecedente (possuidor) e conseqüente (coisa possuída) diferentes; (b) existir equivalência com do qual (da qual, dos quais e das quais); (c) estar clara a idéia de posse. Exemplos: O país cuja população cresce sem parar enfrenta problemas. / Os meninos cuja mãe estava sendo operada aguardavam no corredor. Desdobrando a explicação: (a) Há antecedentes, possuidores (o país, os meninos) e conseqüentes, coisas possuídas (cuja população, cuja mãe), ambos diferentes; (b) existe equivalência com do qual: o país a população do qual cresce sem parar, os meninos a mãe dos quais estava sendo operada; (c) está clara a idéia de posse: a população é do país e a mãe, dos filhos. Regra prática: Inverter os termos e ligá-los pela preposição de, caso em que fica evidente a noção de posse: a população é do país e a mãe, dos filhos.” (1990, p. 144)

Em virtude da dificuldade de emprego do *cujo* (e variantes), surge a raridade de seu uso, o que leva os falantes do português do Brasil a interpretar esse pronome como excessivamente formal e, assim, costumam evitá-lo:

- Muitas vezes, constroem dois períodos distintos: *“Procurei por José. Eu sabia que na casa dele encontraria amparo.”*, em lugar da oração complexa, com subordinação via pronome relativo: *“Procurei por José, em cuja casa eu sabia que encontraria amparo.”*;
- Uma segunda opção é o emprego de *do qual* (e formas variantes), conforme vimos acima, nas lições dos autores que dão subsídios teóricos à nossa pesquisa:

“Procurei por José, na casa do qual (ou de quem) eu sabia que encontraria amparo.”;

- Uma terceira manifestação do cujo dissimulado é um caso muito comum em textos jornalísticos. Na pesquisa que realizamos com textos técnicos, científicos e jornalísticos, encontramos um grande número de frases em que se emprega o **cujo**. E encontramos ainda alguns exemplos de recurso alternativo para o seu uso: **que + ter**, conforme veremos à frente, ao tratar do *corpus* que usamos na pesquisa com textos formais: *“A menina, cujos olhos são tristes, sorriu-me docemente.” / “A menina, que tem os olhos tristes, sorriu-me docemente.”*
- Há grupos de informações que aceitariam as três estruturações complexas, como: *‘Aquela estranha senhora tem uma casa. Essa casa é misteriosa. A senhora vive só.’* Reunidos os três períodos em apenas um, poderíamos ter as seguintes sintaxes:
 - (a) *Aquela estranha senhora, cuja casa é misteriosa, vive só.*
 - (b) *Aquela estranha senhora, a casa da qual é misteriosa, vive só*
 - (c) *Aquela estranha senhora, que tem uma casa misteriosa, vive só.*

Percebemos, entre os colaboradores de nossa pesquisa, uma certa indefinição na aceitação ou não de frases portadoras do relativo **cujo** ou de seus pares alternativos **do qual** (e flexões) / **de que**, **de quem**. Julgamos ter essa distinção um alto grau de complexidade para os usuários do português.

Para testar essa hipótese, fizemos um breve teste com um grupo de 38 alunos de uma turma de graduação de Letras. Pedimos-lhes que traduzissem para a linguagem formal a seguinte frase, típica da fala espontânea dos brasileiros em geral: *“Sempre confio nas pessoas que ando em companhia delas.”*

Pelas normas descritas nas obras teóricas que nos subsidiam, teríamos duas opções de estruturações da relativa no período: *Sempre confio nas pessoas...*

- a) *em cuja companhia ando;*
- b) *em companhia das quais ando.*

A idéia de *posse* está expressa, portanto, de duas formas:

- na opção (a), com o uso do **cujo**;
- na (b), com o uso do pronome relativo **as quais**, contraído com a preposição que carrega a idéia de posse (**de**).

A configuração estrutural da oração com o relativo **cujo** é fixa: este pronome sempre precede o substantivo objeto da posse (no nosso exemplo: *companhia*); portanto, a característica estrutural da oração é: [preposição exigida pelo verbo] + [relativo **cujo**] + [substantivo objeto da posse] + [verbo].

No caso da idéia de posse por meio dos relativos preposicionados **do qual** (e flexões/**de que/de quem**), não parece haver rigidez na posição dos relativos. Vejamos alguns exemplos apresentados nas citações acima e possíveis variações sintáticas:

1. ... diamante, **do qual** não quis revelar o valor. /...diamante, o valor do qual não quis revelar. / ...diamante, **do qual** o valor não quis revelar.
2. ... pássaro azul, **do qual** nenhum de nós sabia o nome. / ...pássaro azul, o nome do qual nenhum de nós sabia. / ...pássaro azul, **do qual** o nome nenhum de nós sabia.
3. ... palavras, **das quais** (de que) ele ignorava a significação. / ...palavras, a significação das quais ele ignorava. / ...palavras, **das quais** ele a significação ignorava.
4. ... mesinha, no centro da qual brilhava a chama de uma vela. /... mesinha, da **qual** no centro brilhava a chama de uma vela. (???) /... mesinha, da qual brilhava a chama de uma vela no centro. (???)
5. ... caminho, no topo do qual existe um simples portão. /... caminho, **do qual** no topo existe um simples portão. (???) / ... caminho, **do qual** existe um simples portão no topo. (???)

6. ... floresta, a agreste ramaria da qual não atravessa nunca a luz do dia. / ... floresta, da qual a agreste ramaria não atravessa... / ... floresta, da qual não atravessa a agreste ramaria...
7. Essa no encalço de quem eu ando... / Essa de quem eu ando no encalço/ Essa de quem no encalço eu ando.
8. No azul, o brilho do qual a ofusca. / No azul, do qual o brilho a ofusca. / No azul, do qual a ofusca o brilho.
9. O país, a população do qual cresce sem parar, enfrenta problemas. / O país, do qual a população cresce sem parar.../ O país, do qual cresce sem parar a população...
10. Os meninos, a mãe dos quais estava sendo operada, aguardavam no corredor. / Os meninos, dos quais a mãe estava sendo operada... / Os meninos, dos quais estava sendo operada a mãe...

Estruturalmente, parece haver maior liberdade na posição do relativo preposicionado do qual (e flexões/de que/de quem) permutáveis com cujo na expressão da idéia de *posse*.

Algumas das construções soam estranhas ao nosso ouvido, mas não nos parecem ferir as normas tradicionais. As frases de (5) e (6), que fazem referência à localização geográfica geram estruturas sintáticas pouco aceitáveis fora das propostas pelos autores que estudamos.

Voltando à frase de linguagem coloquial que usamos no teste (“*Sempre confio nas pessoas que ando em companhia delas.*”), vimos a possibilidade de tradução para o formato formal com a utilização de cujo e das quais.

A terceira possibilidade de estruturação sintática que garante a idéia de posse, com o relativo que seguido do verbo ter não se adapta ao caso em estudo,

em virtude da presença do verbo da oração adjetiva, o qual rege preposição. O resultado é uma frase agramatical. Vejamos:

**"Sempre confio nas pessoas que têm companhia ando."*

Como resultado do teste aplicado aos alunos, tivemos treze construções diferentes da oração adjetiva:

TABELA 43 - Construções com relativos

Construções feitas	Nº de ocorrências	%	GT SIM	GT NÃO
1. em cuja companhia ando	7	18,4	X	
2. com as quais ando em companhia	6	15,9		X
3. que ando em cuja companhia	1	2,6		X
4. que andam acompanhadas comigo	1	2,6		X
5. que em cuja companhia ando	1	2,6		X
6. com as quais ando	5	13,2	X	
7. com quem ando	6	15,9	X	
8. as quais ando em companhia	4	10,5		X
9. com quem ando em cuja companhia	1	2,6		X
10. que são minhas companhias	1	2,6	X	
11. com que ando	3	7,9	X	
12. das quais ando em companhia	1	2,6	X	
13. de que ando em cuja companhia	1	2,6		X

O relativo cujo foi empregado em 5 frases. A primeira delas (*1. em cuja companhia ando*) atende à estruturação prescrita pelas normas tradicionais e é a frase que recebeu o maior número de indicações. As quatro outras construíram-se fora dos padrões normativos, pois, em cada uma delas, além do cujo, há a presença de outro relativo: *3. que ando em cuja companhia*, *5. que em cuja companhia ando*, *9. com quem ando em cuja companhia*, *13. de que ando em cuja companhia*.

O pronome relativo preposicionado *do qual* (e flexões ou seus pares *de que/de quem*) só foi registrado em obediência às normas numa única frase: 12. *das quais ando em companhia*.

O pronome *o qual* foi usado em duas frases, mas com a perda da preposição *de*, que caracteriza a idéia de *posse*; isso gerou a não coincidência das construções em relação às normas canônicas: 2. *com as quais ando em companhia*, 8. *as quais ando em companhia*.

Outras soluções foram criativamente empregadas, para escapar da dificuldade da sintaxe frasal:

- eliminação da palavra *companhia*: 6. *com as quais ando*, 7. *com quem ando*, 11. *com que ando* (==> perda da idéia de *posse*);
- substituição de palavra por sinônimo de classe gramatical diferente: 4. *que andam acompanhadas comigo* (==> perda da idéia de *posse*), 10. *que são minhas companhias* (==> manutenção da idéia de *posse*).

Considerando as estruturas baseadas nas normas e as adequadas, ainda que com fugas criativas do padrão, percebemos um total de 23 sentenças abonadas pelas gramáticas (60,5%) e 15 (39,5%) por elas condenadas. Destacando os tipos de estruturas criadas, inverte-se o foco da maioria: 6 tipos em sintonia com as normas (46,2%) contra 7 em desacordo com os preceitos tradicionais (53,8%).

Retomando o raciocínio inicial, para a nossa conclusão parcial, percebemos que a frase condenada pela maior parte dos informantes é correta aos olhos dos tradicionalistas.

30) Recebeu uma carta de uma amiga, de cujas notícias não tinha há tempos.

TABELA 44 - Consulta questão 07 - Frase 30

(Recebeu uma carta de uma amiga, de cujas notícias não tinha há tempos.)

Questão 07 Frase 30	Prof. Português (Ensino superior)		Prof. Linguística		Prof. de Português (EFM) / Est. de Pós- Graduação		Estudantes de Letras - Graduação		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
C	00	00	02	50	02	4,8	05	23,8	09	11,2
A	00	00	00	00	07	16,7	03	14,3	10	12,5
I	13	100	02	50	33	78,6	13	61,9	61	76,3

Frase inadequada, pois o emprego do cujo não atende ao quesito 'idéia de *posse*'. As notícias não são de propriedade da amiga, mas se referem, dizem respeito a ela: não são dela, são sobre ela. A frase equivalente, aceita pela lógica de seu sentido, é: *'Recebeu uma carta de uma amiga, de (sobre, a respeito de) quem (ou: da / sobre a / a respeito da qual) não tinha notícias há tempos.'*

“Se não houver relação de posse, torna-se incorreto o uso de *cujo*, mesmo que o pronome possa ser substituído por *dos quais*: *Os clubes que fazem parte do grupo, cujos principais são o São Paulo, o Palmeiras e o Santos*. Como falta a coisa possuída, eis a frase certa: *Os clubes que fazem parte do grupo dos quais os principais são...*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 145)

Talvez por excessiva boa-vontade uma parcela dos informantes (23,7%) tenha acatado a construção em observação, certamente estranha aos ouvidos, o que gera no usuário da língua uma certa vacilação e alguma reflexão antes de decidir-se por *C*, *A* ou *I*. A grande maioria (quem pode dizer após quanto tempo?!) optou pela condenação da frase. Observemos que o índice de reprovação aqui (76,3%) foi acima daquele registrado para a frase anterior (57,5).

Propondo uma frase para análise: ‘*Fica situada à facha litorânea a cidade cujo nome você esqueceu ontem, na aula.*’, após as devidas explicações para a correção de *situada à* para *situada na* e a substituição de *facha* por *faixa*, ELIA expõe sua proposta de adequação da frase à norma canônica:

“*Cujo nome você esqueceu.* O verbo, na oração tem o objeto direto *nome* e o sujeito *você*. É forçoso, portanto, admitir uma preposição antes do relativo. Essa preposição, no caso, é determinada pelo complemento do objeto direto. O relativo *cujo*, porém, já encerra em si a preposição. Equivale a *do qual*. Pareceria, talvez, mais fácil corrigir-se para: ‘*de que você esqueceu o nome*’. Tal correção encerra, entretanto, um galicismo sintático. Confronte-se com o francês *dont vous avez oublié le nom*. Solecismo de regência.” (1979, p. 64-65)

Importante observação é essa feita por ELIA: ele lembra a dificuldade de uso do *cujo* por encerrar em si a preposição (de). Talvez isso explique, ao menos parcialmente, as discrepâncias entre as teorias presentes nas obras e o sistema de regras usado pelos informantes na avaliação das frases 29 e 30.

Conforme observamos na citação acima, no conjunto dos gramáticos, há quem não admite a equivalência entre *cujo* e *do qual* (ou seu par *de que*), com base no argumento de que essa sintaxe é espelhada em condenável estrangeirismo.

Vejamos um quadro-resumo das frases que submetemos à apreciação dos nossos colaboradores e a avaliação pautada nas normas tradicionais.

QUADRO 1 - As frases da consulta e a avaliação dos vernaculistas

Itens	Frases	Corresponde com a GT? ¹⁴	
		Sim	Não
01	Ele teria causado-lhes mal-estar.		X
02	Nos devemos bater é contra os usos e os abusos perpetrados por pessoas que se julgam superiores aos outros.		X
03	Escreve-se em seqüência os nomes dos organismos.		X
04	No local, caberia 1 milhão de quadrados.	X (50%)	X(50%)
05	Deve chegar ao Brasil equipamentos que substituam os perdidos no incêndio.		X
06	Não se pode atribuir a ele as atrocidades que vimos.		X
07	Bairro grande, bairro pequeno. Esta classificação é relativa.	X ??	X ??
08	Ela fez eu descobrir que estava errado.		X
09	O apego de Almeida à tradição leva ele a ultrapassar os limites do bom senso.		X
10	Forneceu-lhes as substâncias que necessitam.	X ??	X ??
11	Nesse ponto, não há o que discordar.		X
12	Os machos que irão fecundar parte dos ovos.	X ??	X ??
13	Tudo ficou acertado. Mas há um detalhe que me incomoda.	X??	X??
14	Deixou dúvidas no fato dele não propor o que pagar.		X
15	Indagado por uma rádio sobre um suposto romance, o artista esquivou-se.	NC	NC
16	Conheceram cidades em que indivíduos podem entrar ou sair livremente.		X
17	Todo indivíduo livre tem direito a votar e ser votado.	X	
18	Criticou seus liderados. Os quais só se debaterão por mais e mais cargos.		X
19	Chame o novato e apresente-o para os colegas.		X
20	Esse período assistiu a democratização das antigas estruturas.		X
21	Refugiados que chegam a cada ano nos países ricos.		X
22	Tal medida dá margem para o crescimento dos opositores.		X
23	Nada vai fazer com que o número de indivíduos baixe.	X	
24	Pedi ajuda na hora de lembrar da senha.		X
25	O computador vai lhe pedir para repetir.		X
26	Ao responder essas perguntas, fique tranquilo.		X
27	Eis uma questão que precisa ser respondida.	X	
28	O país ainda se sobressai junto aos menores.		X
29	As crianças se ajoelharam diante da imagem, dos olhos da qual brotavam lágrimas.	X	
30	Recebeu uma carta de uma amiga, de cujas notícias não tinha há tempos.		X

¹⁴ Tomamos como GT, aqui, a opinião da maioria dos teóricos consultados.

No quadro, as sentenças marcadas duplamente e com sinal de interrogação (7, 10, 12, 13) são aquelas em que as divergências entre os estudiosos são grandes, a ponto de não nos permitir definir claramente a visão da maioria; a de número 4 é a que teve igualdade de indicações: 50% *sim*, 50% *não*; a 15 equivale ao caso não mencionado pelos gramáticos.

Retirando os seis casos marcados duplamente, restam-nos 24 frases; dentre as quais apenas três (12,5%) são sancionadas pelas rígidas exigências dos gramáticos. Para estes, 87,5% das 24 construções possuem falhas lingüístico-normativas.

Não é essa a avaliação dos informantes que nos subsidiam com seus pontos de vista. Em geral, o que detectamos é que os professores e os estudantes, todos da área de Letras, são mais condescendentes com o que a tradição gramatical estigmatizou como “erro” do que os colegas autores de obras gramaticais. Vejamos o desempenho dos grupos de informantes e as estatísticas.

TABELA 45 - As estatísticas de todos os grupos

Infor- mantes	Prof. Português Ensino Superior		Prof. Linguística		Prof. Português EFM/ Est. Pós		Estudantes de Grad. Letras		TOTAL		Corresponde com a GT?	
	C/A %	I %	C/A %	I %	C/A %	I %	C/A %	I %	C/A %	I %	Sim	Não
01	15,4	84,6	100	00	50	50	61,9	38,1	56,8	43,2		X
02	30,8	69,2	75	25	38,1	61,9	47,6	52,4	41,2	58,8	X	
03	53,9	46,1	75	25	71,4	28,6	52,4	47,6	63,7	36,3		X
04	69,2	30,8	75	25	75,6	24,4	66,7	33,3	72,2	27,8	X	X
05	46,2	53,8	50	50	50	50	38	62	46,2	53,8	X	
06	69,2	30,8	75	25	88,1	11,9	61,9	38,1	77,5	22,5		X
07	76,9	23,1	100	00	90,5	9,5	61,9	38,1	81,8	18,2	X	X
08	00	100	75	25	45,2	54,8	42,9	57,1	38,7	61,3	X	
09	7,7	92,3	50	50	31	69	52,3	47,7	33,7	66,3	X	
10	46,2	53,8	50	50	66,7	33,3	71,4	28,6	63,7	36,3	X	X
11	69,2	30,8	75	25	85,7	14,3	66,7	33,3	77,5	22,5		X
12	38,5	61,5	75	25	85,7	14,3	95,2	4,8	77,5	22,5	X	X
13	84,6	15,4	100	00	88,1	11,9	85,7	14,3	87,5	12,5	X	X
14	23,1	76,9	50	50	57,1	42,9	38,1	61,9	44,2	55,8	X	
15	92,3	7,7	100	00	100	00	90,5	9,5	96,3	3,7	XNC	XNC
16	84,6	15,4	75	25	76,2	23,8	80,6	19,4	78,8	21,2		X
17	84,6	15,4	75	25	81	19	80,9	19,1	80,3	19,7	X	
18	30,8	69,2	50	50	35,7	64,3	47,6	52,4	38,7	61,3	X	
19	92,3	7,7	100	00	97,6	2,4	85,7	14,3	93,8	6,2		X
20	30,8	69,2	75	25	59,5	40,5	61,9	38,1	56,2	43,8		X
21	53,9	46,1	75	25	64,1	35,9	90,5	9,5	70,1	29,9		X
22	69,2	30,8	100	00	90,5	9,5	95,2	4,8	88,8	11,2		X
23	76,9	23,1	100	00	90,5	9,5	47,6	52,4	77,5	22,5	X	
24	38,5	61,5	50	50	59,5	40,5	85,7	14,3	85,7	14,3		X
25	76,9	23,1	50	50	80,9	19,1	85,7	14,3	81,3	18,7		X
26	76,9	23,1	75	25	83,3	16,7	95,2	4,8	86,3	13,7		X
27	100	00	100	00	97,6	2,4	100	00	98,8	1,2	X	
28	61,5	38,5	75	25	73,8	26,2	80,9	19,1	73,8	26,2		X
29	30,8	69,2	75	25	35,7	64,3	57,2	42,8	42,5	57,5		X
30	00	100	50	50	21,4	78,6	38,1	61,9	23,7	76,3	X	

Com relação ao grau de coincidência geral entre a avaliação feita pelos informantes e as normas tradicionais, temos o seguinte cálculo: excetuando-se os

seis casos duplamente marcados no quadro, há 10 coincidências, ou seja, 41,7% X 14 não-coincidências, o que representa 58,3%.

Esta tabela, complicada pelo excesso de dados, pode ser facilitada, ganhando nova configuração, como a seguinte:

TABELA 46 - Estatísticas dos julgamentos

GT aprova Inf. aprovam		GT condena Inf. condenam		GT aprova Inf. condenam		GT condena Inf. aprovam		GT não define	
Frases	%	Frases	%	Frases	%	Frases	%	Frases	%
17, 23, 27	10	2, 5, 8, 9, 14, 18, 30	23,3	29	3,3	1, 3, 6, 11, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28	43,4	4, 7, 10, 12, 13, 15	20

Interpretando dados do quadro, podemos fazer algumas reflexões.

As opiniões de gramáticos e informantes se justapõem em frases que tratam de regência: 17 (ser votado), 23 (fazer com que) e 27 (ser respondida). Na construção 23, em que se verifica a pertinência da regência do verbo *fazer* (seguido de *com*), surpreende-nos o resultado relativo aos estudantes: enquanto os informantes em geral adotam como correta/aceitável tal regência, o grupo dos estudantes de graduação, em seu conjunto, a condena.

Esses dois grandes grupos combinam-se quanto à censura às frases 2 (*Nos devemos bater é...*), 5 (*Deve chegar...equipamentos...*), 8 (*..fez eu descobrir...*), 14 (*...no fato dele não propor...*), 18 (*Os quais só se debaterão...*) e 30 (*amiga, de cujas notícias não tinha*). As sentenças 2, 5, 8 e 14, vetadas unanimemente pelos autores das obras consultadas e pelos nossos colaboradores, são típicas de linguagem oral.

Isso pode significar uma proposital adesão destes últimos às determinações da tradição gramatical, em virtude da aceitação do discurso autoritário da norma canônica. Fato que não se repete sistematicamente, conforme constatamos ao considerar os fenômenos sintáticos presentes nas frases listadas na quarta grande coluna da TAB 46 acima. As construções 18 e 30 são próprias da escrita formal: abordam ambas o emprego do pronome relativo. No primeiro caso, uma pontuação que tem repercussão na estruturação normativa de períodos. No segundo, interferências na percepção e reconstrução de sentido da frase trazem aos informantes interpretações equivocadas e os induzem ao erro.

Na quarta grande coluna da TAB 46, encontra-se a concentração das divergências de análise: 43,4% dos casos sancionados pelos informantes, mas refutados pelos gramáticos e demais autores das obras em exame que versam sobre norma culta.

- Frase 1- Colocação pronominal: os nossos cooperadores não têm simpatia pela frase iniciada por pronome átono (2), que não nos parece carrear problemas de eufonia, e por outro lado ratificam a excêntrica construção '*teria causado-lhes*' (1), que soam aos nossos ouvidos como recheada de artificialismo. Certamente, está em jogo a nossa janela da tolerância...;
- Frases 3 e 6: Concordância verbal que envolve a passiva sintética. Aqui, não há intromissão da oralidade, pois as duas construções são peculiares da escrita: *Escreve-se os nomes...*, *Não se pode atribuir a ele as atrocidades...* Chama-nos a atenção a sintaxe da sentença 3, aceita pela maioria dos nossos informantes, em franca colisão com os postulados gramaticais, amplamente repetidos em salas de aula, no ensino na norma culta. Os informantes negam-se a enxergar o que a gramática lhes mostra: a existência de uma voz verbal marcada pela partícula apassivadora. Adotam como padrão a postura exposta pela Lingüística – a voz passiva sintética é criação das gramáticas normativas e encontra-se em crise

existencial, a ser substituída pela ativa. O suposto sujeito da passiva sintética nada mais é do que um objeto direto, sendo o sujeito na verdade indeterminado pela partícula *se*. Nesse ponto, os nossos colaboradores se situam ao lado dos falantes comuns, que têm o domínio intuitivo das regras do sistema lingüístico. Evidentemente os postulados da Lingüística moderna são acatados pelos docentes que ministram aulas de Língua Portuguesa nas Faculdades de Letras, o que leva o corpo discente – em processo de formação e preparação para futuras tarefas didáticas – a posicionar-se de forma diferente à desejada pelos tradicionalistas;

- Frases 11, 16, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28 – Regência verbal em estruturas variadas: em combinação com pronome relativo (*o que discordar*), em complemento único para dupla regência (*idades em que ...podem... entrar ou sair*), em casos mais comuns (*apresente-o para / assistiu a democratização etc.*), em combinação com pronomes pessoais (*lembrar de, se sobressai*). A maior incidência de desencontros em toda a avaliação está no campo da regência que, efetivamente é palco de grandes oscilações nas escolhas múltiplas à disposição do usuário da língua. A maior parte dos informantes não parece disposta a acatar regências estranhas ao uso mais coloquial da língua.

Vejamos a frase 29, na terceira grande coluna da TAB 46. Curioso o processo que se dá aqui: a condenação maciça dos que nos prestaram colaboração no teste que lhes aplicamos em frase que tem o abono das obras sobre as quais versa a questão da norma canônica: *imagem dos olhos da qual brotavam lágrimas...* Não acreditamos que as razões dos nossos auxiliares se prendam a, digamos, matizes de ordem política para com o idioma, conforme argumenta Elia em passagem que citamos anteriormente, na qual informa esse autor que o relativo *cujos* equivale a *do qual*, mas a redação de uma frase com o emprego de *do qual* (ou seu par *de que*) em lugar de *cujos* (como em ‘*de que você esqueceu o nome*’) encerra um galicismo

sintático. ELIA tacha tal estrutura, repetimos, como portadora de ‘Solecismo de regência’.” (1979: 64-65). Mais razoável nos parece justificar a opção feita pelos nossos colaboradores com base na singularidade de construções com os relativos *o qual* e *cujo*. No uso corriqueiro de frases relativas, a presença do *que* é quase que exclusiva, entre os brasileiros de todas as classes. Acreditamos em um defeito estilístico de estruturação sintática: a frase analisada, realmente, tem uma sintaxe esdrúxula, levando o intérprete a se confundir e se perder em suas linhas sinuosas e obscuras. Está elaborada dentro dos padrões normativos, mas fora dos padrões estéticos aceitos pelos usuários da língua.

Na última coluna da TAB 46, estão as frases 4, 7, 10, 12, 13 e 15. O alto grau de indefinição entre as teorias gramaticais que consultamos obrigou-nos a registrar aqui a imprecisão da avaliação de tais frases. Entre os que se dedicam à elaboração de obras com vistas ao estudo do vernáculo, aceitam-se, portanto, as seguintes construções:

- *caberia 1 milhão / caberiam 1 milhão;*
- *Bairro grande, bairro pequeno. Esta classificação é.../ Bairro grande, bairro pequeno. Essa classificação é...;*
- *substâncias que necessitavam / substâncias de que necessitavam;*
- *irão fecundar / vão fecundar;*
- *Tudo ficou acertado. Mas há... / Tudo ficou acertado, mas há...*

Não houve como definir a posição das gramáticas com relação à sintaxe da frase 15 (*Indagado por uma rádio...*), em virtude da absoluta omissão dos vernaculistas consultados sobre o tópico em tela.

Além das divergências comuns a todos os grupos, que foram objeto de reflexões acima, destacamos, aqui, os casos em que, entre os lingüistas, houve distanciamento com relação às regras:

- colocação pronominal (Frase 2): esse grupo foi o único a aprovar a construção de frases com pronome átono colocado após futuro e participio (*Ele teria causado-lhes...* / alternativa condenada pela GT, que recomenda: *Ele ter-lhes-ia causado...* ou *Ele lhes teria causado...*);
- emprego de pronome pessoal do caso reto em função subjetiva (Frase 8): o grupo acata como padrão para a escrita a construção própria da fala espontânea: *Ela fez eu descobrir que...*;

Os estudos e pesquisas que desenvolvem, as lições que ensinam em sala de aula levam os lingüistas a adotar como norma padrão para o texto formal as formas presentes na linguagem oral. Eles põem em funcionamento o que preconizam: quebra das barreiras entre língua oral e língua escrita, extinção dos cordões de isolamento entre o formal e o informal, uma vez que estes promovem o fortalecimento de preconceitos lingüísticos.

Por sua vez, os futuros profissionais de Letras, afóra as situações comuns à maioria da totalidade dos colaboradores, divergem dos preceitos gramaticais em um ponto que nos parece incomum: emprego de pronome pessoal do caso reto em função objetiva: frase 9 (*leva ele a ultrapassar*). Vemos nesse julgamento dos estudantes de Graduação o resultado do trabalho dos sociolingüistas, que cientificamente procuram estudar as variações lingüísticas. Por outro lado, quanto à mesma frase, na apreciação dos Professores de Lingüística, nossos colegas, há empate: 50% acatam a construção, 50% dela discordam. Evidentemente, não há unanimidade de opinião entre eles com referência à norma canônica. E nem se deve esperar que haja. Eles

não se constituem num bloco monolítico. Afinal, são seres humanos normais, e cada um deles tem as suas particularidades. Os lingüistas, naturalmente, também vêem o mundo através de suas janelas da tolerância, umas mais amplas, outras mais estreitas. Certamente a largueza de ótica depende do domínio de conhecimentos científicos, mas não se restringe a eles: vincula-se a outros valores humanos, perseguidos por todos nós.

Conforme informamos anteriormente, essas trinta frases submetidas à análise de nossos informantes não foram artificialmente criadas por nós, mas coletadas em publicações técnico-científicas e jornalísticas por nós examinadas como *corpus* de uma pesquisa a ser apresentada em seguida.

Diante de tamanha divergência entre as normas estabelecidas pela Gramática Tradicional e as avaliações de nossos informantes, algumas questões se levantam:

- Estará havendo alterações na norma canônica que organiza o texto escrito formal?
- A aceitação por parte de nossos informantes, grupo seletivo de especialistas em Língua Portuguesa, de construções próprias da linguagem informal da fala de brasileiros cultos em textos escritos formais significa a adoção de novos formatos da norma canônica?
- Os textos formais escritos efetivamente produzidos pela parcela de nível de escolaridade superior da sociedade brasileira adotam novos formatos da norma canônica?

Buscaremos respostas para tais perguntas nas próximas páginas.

6. Pesquisa realizada com textos técnicos, científicos e jornalísticos

“Muito do que se tem entendido como norma não passa, na verdade, de uma opção de estilo que se constitui em função do próprio gênero textual.”. (BRITTO, 1997, p. 59)”

Durante 18 meses (de janeiro de 2001 a julho de 2002), foi processado por nós o exame de textos técnico-científicos e de textos da mídia brasileira, com aproximadamente 20 horas de trabalhos semanais dedicados à pesquisa (levantamento e análise dos dados e leitura da bibliografia específica). O levantamento dos dados foi feito de acordo com a ordem de ocorrência dos fatos lingüísticos em observação, presentes nos textos dos livros, dos jornais e das revistas.¹⁵

Definimos o seguinte número de páginas:

- Obras técnicas e científicas: as 150 primeiras páginas;
- Revistas: as primeiras 45 páginas;
- Jornais impressos: as primeiras três páginas.

Coletamos dados, também, de jornal *on line*. Transformados os textos de portal da Internet em arquivos *Word*, com fonte 12, tivemos um total de 30 páginas, sem imagens, o equivalente a 71.170 caracteres. Acrescentando as imagens, teremos um número de páginas aproximado ao do escolhido para as revistas. A escolha desse tipo de publicação se deveu ao fato de buscarmos encontrar ali textos menos submetidos a monitoramentos, tendo em vista a característica básica do jornal *on line*: a absoluta atualidade das notícias, relatadas quase que ao vivo, à medida que os fatos acontecem na vida real. Novos textos são lançados ao ar a cada minuto do

¹⁵ Antes de definir a quantidade de textos a ser estudado, buscamos o auxílio de especialistas na área de Estatística, pois tínhamos o propósito de elaborar todo o trabalho dentro das mais rígidas normas científicas. Consultamos *professores universitários*, docentes de três universidades brasileiras, conhecidos nossos ou indicados por amigos, *estudantes de Estatística* vinculados a projetos de pesquisa e *profissionais* do IBGE. Houve unanimidade nas orientações: não há uma resposta pronta dos especialistas, e o melhor é trabalhar com amostras de forma arbitrária. Um colega, docente de curso superior, comentou conosco que o número de variáveis que utilizaríamos é tão alto que, para nos responder satisfatoriamente, ele teria de desenvolver uma tese de doutorado sobre o assunto. Diante de tal impossibilidade, decidimos por arbitrar o tempo que seria dedicado ao levantamento e lançamento das informações em um banco de dados específico e, também, definir arbitrariamente a quantidade de páginas de cada publicação que seria estudada.

dia, no ritmo dos acontecimentos, não havendo, portanto, muito tempo para revisões de qualquer ordem, em especial a gramatical.

Ao definirmos o número de páginas de cada tipo de mídia, buscamos dar um tratamento o mais uniforme possível às diferentes publicações. Assim, adotamos maior número de páginas para textos técnico-científicos, pois a sua formatação, sob a forma de livros, admite menos texto do que a de revistas e jornais. A página de jornal é a menos comum no padrão a que estamos normalmente acostumados. Decidimos por um número bastante pequeno de páginas, em virtude da grande quantidade de texto nelas impresso.¹⁶

No caso das publicações jornalísticas, só utilizamos as que representam a voz do jornal e da revista em análise: reportagens, notícias, editoriais, matérias assinadas por articulistas já vinculados às respectivas publicações. Não fizemos distinção entre tais gêneros de textos nas planilhas de dados, pois um estudo prévio nos demonstrou não haver diferença significativa, em termos percentuais, no tratamento dado à linguagem entre, por exemplo, um editorial e uma reportagem, uma notícia e um artigo assinado por redador responsável freqüentemente por determinado espaço jornalístico. E não consideramos textos publicitários, que são matérias pagas, nem entrevistas, que em geral são recheadas de interferências de traços de coloquialidade.

¹⁶ Após a conclusão do banco de dados, ficamos em dúvida sobre a possibilidade de, involuntariamente, termos privilegiado o texto técnico-científico. Optamos, entretanto, pela manutenção do número de dados na forma como fora escolhido, por três razões básicas: 1ª) pareceu-nos acertado o entendimento de que a freqüência com que o cidadão comum é solicitado a redigir um texto técnico-científico é bem mais alta do que aquela com que ele é levado a produzir um texto jornalístico. Dessa forma, os modelos estariam proporcionalmente adequados, segundo nossa perspectiva; 2ª) considerando que a definição do número de dados por amostragem implica baixo grau de erros em termos percentuais, o caráter arbitrário da escolha e, portanto, da contagem final dos dados não criariam problemas de ordem técnico-científica; 3ª) em muitas

Foram examinadas as seguintes publicações:

1. Texto técnico

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: 1988. 15ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

2. Textos científicos

Livro didático destinado ao ensino fundamental:

VESENTINI, J. Willian; VLACH, Vânia. *Geografia crítica*: vol. 4, geografia do mundo industrializado, livro do professor. 16. ed. ref. e atualiz. São Paulo: Ática, 2000.

Livro didático destinado ao ensino médio

CLEFFI, Norma Maria. *Curso de Biologia: Ecologia*. São Paulo: Harbra, 1986.

Texto teórico produzido por lingüista, destinado ao estudante e profissional de Letras

BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.

3. Textos da mídia brasileira

Textos divulgados por dois grandes jornais impressos, um jornal *on line* e revistas de grande circulação no País:

- *Folha de São Paulo* - impresso: edição de 30.04.2002; *on line*: edição de 01.06.2001;
- *O Globo* - impresso: edição de 22.05.2002;
- *Veja* - impressa: edição de 15.09.1999 e de 06.06.2001;
- *Superinteressante* - impressa: edição de agosto de 1999 e de maio de 2001.

A escolha da *Veja* se deve ao fato de esta ser uma revista de grande circulação nacional, dedicada ao público escolarizado em geral, com leituras de temas variados, inclusive para atender à demanda de lazer do seu público leitor.

A *Superinteressante* participou de nossa lista por ser uma revista também de grande circulação nacional, mas direcionada ao público jovem. Nesta, esperávamos encontrar uma linguagem formal menos tensa, mais descontraída, possivelmente marcada, inclusive, pela gíria.

Para a análise, foram observados diversos fenômenos lingüísticos que compõem a norma escrita padrão da língua portuguesa, consignados nas obras já citadas por nós: gramáticas tradicionais, manuais de normas de estudiosos da língua portuguesa (dicionários e livros de “correção lingüística” ou de “tira dúvidas”) e manuais de estilo e redação das publicações da imprensa brasileira.

Seria um trabalho enorme – e cremos que desnecessário – o levantamento de todos os itens que compõem a norma canonizada. Sendo assim, fizemos a opção por nos dedicar à análise de fatos lingüísticos geradores de polêmicas: condenados pela tradição gramatical, mas encontrados na linguagem comum falada pela parcela mais escolarizada da população brasileira.

Tais fenômenos foram distribuídos de acordo com as seguintes categorias:

A. Estruturas morfossintáticas prototípicas

- **Sintaxe de colocação: colocação de pronomes átonos**
 - em encontros verbais
 - em início de oração e de período
 - no meio do verbo: mesóclise

- **Sintaxe de concordância: concordância verbal**
 - Sujeito em expressões partitivas
 - Sujeito posposto
 - Voz passiva sintética (1 núcleo verbal)
 - Voz passiva sintética (com encontros verbais)

- **Emprego de algumas classes de palavras**
 - Emprego de pronomes**
 - 1- Pronome relativo**
 - cujo
 - 2- Pronomes demonstrativos**
 - *este/esse, esta/essa, isto/isso*
 - 3- Pronomes pessoais**
 - *ele, ela, eles, elas* como objetos diretos e como sujeitos de infinitivos
 - Emprego da conjunção**
 - *coordenativa adversativa* em início de período
 - Empregos de verbos**
 - impessoais (*existir, haver, fazer*)
 - futuro do indicativo simples ou composto X futuro com auxiliar *ir*
 - pretérito mais-que-perfeito simples e composto
 - Emprego da preposição**
 - precedendo o núcleo do sujeito de infinitivo

- **Sintaxe de regência**
 - 1- Regência nominal**
 - Regências que provocam oscilações de usos
 - 2- Regência verbal**
 - Regências que provocam oscilações de usos
 - Emprego de complemento comum a verbos de regências diferentes
 - 3- Emprego de pronome relativo precedido por preposição**

B. Estruturas morfossintáticas complementares

- concordância verbal
- concordância nominal
- paralelismo sintático
- fuga da passiva sintética
- ambigüidade do possessivo
- estrutura sintática incomum

C. Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais

- termos técnicos
- opção entre formas
- coloquialidade
- expressões condenadas por certos gramáticos como vícios de linguagem
- estrangeirismos
- vocábulos com sentidos poucos comuns
- emprego incomum de certas classes de palavras
- neologismos

Nos itens B e C, nossa proposta de trabalho inicial teve de modificar-se inteiramente, para se adequar ao material encontrado. O que temos listado acima é o resultado final e não a nossa intenção inicial, que era a de buscar apenas dois itens: (a) expressões correntes (incorporação de termos populares ao texto escrito formal) e (b) neologismos e estrangeirismos.

Vale lembrar que, na verdade, toda a nossa lista inicial de fenômenos lingüísticos em observação sofreu alteração em virtude da realidade dos fatos presentes nos textos. Fizemos recortes, acréscimos, alteramos ordens etc.

Finalizamos o nosso Banco de Dados, após um ano e meio de trabalho, com o lançamento de 11.006¹⁷ exemplos, número que nos pareceu suficiente para elaborarmos análises e conclusões, se compararmos, por exemplo, nossa pesquisa com a realizada por Lessa, que, conforme mencionamos anteriormente, reuniu 3.500 exemplos. No nosso caso, lidamos com um número alto de planilhas (30), utilizando o *Microsoft Access*. Cada parágrafo de cada texto significou quase sempre muitos lançamentos de dados nas mais diversas planilhas. Tivemos de realizar a tarefa com lançamento manual das informações, pois não conseguimos encontrar nenhum *software* que atendesse à diversidade de variáveis com as quais lidamos. Os dados da consulta que fizemos aos professores e alunos da área de Letras e esses mais de 11.000 exemplos coletados significaram a construção de 93 tabelas, 35 quadros e 49 gráficos.

A distribuição dos 11.006 dados deu-se da seguinte forma:

- | | |
|--|-------|
| 1) Corpo principal (A. Estruturas morfossintáticas prototípicas) = | 9.783 |
| 2) Casos curiosos (B. Estruturas morfossintáticas complementares) = | 567 |
| 3) Vocabulário (C. Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais) = | 656 |

Os parâmetros da norma canônica definidos pelos gramáticos foram freqüentemente confrontados com os estabelecidos pelos responsáveis por redações de empresas da mídia brasileira (*Folha de São Paulo, O Globo, Abril Cultural*).

¹⁷ Nosso Banco de Dados, na verdade, registra 11.019 lançamentos. Desses, preferimos deixar de lado 13 itens que se referem a emprego de maiúsculas e minúsculas, registrados na planilha *Casos Curiosos*. Decidimos não incluir neste trabalho assuntos ligados à Ortografia, por considerarmos tal tópico gramatical pouco relevante. Para facilitar, as referências que, a partir de agora, fizemos ao conjunto de dados coletados por nós, considerarão não 11.019, nem 11.006, mas 11.000 dados. Números redondos facilitam a compreensão e a retenção de informações.

Segundo POSSENTI (1999, p. 78): “os exemplos de boa linguagem utilizados pelas gramáticas” “e mesmo pelos manuais de redação de jornais” “são mais arcaizantes do que os encontrados em jornais e nos textos de muitos escritores vivos de qualidade reconhecida”. Serão verdadeiras essas hipóteses? Serão as formas lingüísticas encontradas nos jornais (e revistas) mais atuais que os exemplos apresentados nas gramáticas? Utilizarão os jornais (e revistas) normas menos rígidas que as prescritas em seus próprios manuais? Quanto aos “textos de muitos escritores vivos de qualidade reconhecida”, conforme já comentamos, não os tomamos como *corpus* para o estudo por considerar o texto literário uma variedade lingüística bastante especial, com objetivos diversos dos demais textos escritos.

A partir de agosto de 2002, dedicamo-nos à redação dos resultados do trabalho.

Análise das ocorrências dos fatos lingüísticos encontrados

A. Estruturas morfossintáticas prototípicas

6.1. Sintaxe de colocação: colocação pronominal em início de oração e de período

Considerando que as peculiaridades fonéticas, a gramática normativa,¹⁸ ao tratar da colocação de pronomes átonos, faz suas prescrições tendo em vista o uso da língua portuguesa em Portugal e no Brasil. A sintaxe básica apresentada geralmente é a dos portugueses; a usada pelos brasileiros é entendida como de segunda ordem, e vem freqüentemente em observações ou notas de rodapé.

¹⁸ Identificamos, aqui, gramática normativa como a soma das versões da norma registradas em nossa pesquisa pelos autores consultados e, até aqui, inúmeras vezes mencionados.

6.1.1. Pronomes átonos em encontros verbais

LIMA é um dos representantes dos gramáticos brasileiros que dão como secundária a colocação pronominal em frases do português do Brasil. No corpo do texto, expõe esse autor as possibilidades de ocorrência de colocação pronominal em locuções verbais:

“**Auxiliar + infinitivo:** há quatro possibilidades: (a) ênclise ao infinitivo: *O Presidente quer falar-lhe ainda hoje.* (b) ênclise ao auxiliar: *O Presidente quer-lhe falar ainda hoje.* (c) próclise ao auxiliar: *O Presidente lhe quer falar ainda hoje.* (d) próclise ou ênclise ao infinitivo precedido de preposição: *Jamais deixei de ajudar-te.* / ou *Jamais deixei de te ajudar.* **Auxiliar + gerúndio:** São três as posições: (a) ênclise ao gerúndio: *As visitas foram retirando-se.* (b) ênclise ao auxiliar: *As visitas foram-se retirando* (c) próclise ao auxiliar: *As visitas se foram retirando.* **Auxiliar + particípio:** (a) ênclise ao auxiliar: *Os alunos tinham-se levantado.* (b) próclise ao auxiliar: *Os alunos se tinham levantado.*” (1987, p. 420)

Na “Observação final”, portanto como traço de categoria subalterna, informa o autor:

“A interposição do pronome átono nas locuções verbais, sem se ligar por hífen ao auxiliar, é sintaxe brasileira que se consagrou na língua literária, a partir (ao que parece) do Romantismo: ‘*O morcego vem te chupar o sangue.*’ (Alencar) / ‘...*estava se distanciando da outra...*’ (Taunay) / ‘*Como teria se comportado aquela alma de passarinho diante do mistério da morte?*’ (Rachel de Queiroz)” (Idem, p. 421)

Vamos estudar esses postulados de LIMA, considerando a realidade brasileira. Vejamos as descrições mais detalhadamente e uma breve avaliação sobre o uso brasileiro. Para isso, vamos rerepresentar com nova formatação as regras fixadas por esse autor.

I. Norma clássica (portuguesa)

- **Auxiliar + infinitivo**

- (a) ênclise ao infinitivo: *O Presidente quer falar-lhe ainda hoje.*
- (b) ênclise ao auxiliar: *O Presidente quer-lhe falar ainda hoje.*
- (c) próclise ao auxiliar: *O Presidente lhe quer falar ainda hoje.*

(d) próclise ou ênclise ao infinitivo precedido de preposição:

(d.1) *Jamais deixei de ajudar-te.*

(d.2) *Jamais deixei de te ajudar.*

- **Auxiliar + gerúndio**

(e) ênclise ao gerúndio: *As visitas foram retirando-se.*

(f) ênclise ao auxiliar: *As visitas foram-se retirando.*

(g) próclise ao auxiliar: *As visitas se foram retirando.*

- **Auxiliar + particípio**

(h) ênclise ao auxiliar: *Os alunos tinham-se levantado.*

(i) próclise ao auxiliar: *Os alunos se tinham levantado.*

II. Norma brasileira

- **Auxiliar + infinitivo**

(j) ‘*O morcego vem te chupar o sangue.*’ (Alencar)

- **Auxiliar + gerúndio**

(l) ‘*...estava se distanciando da outra...*’ (Taunay)

- **Auxiliar + particípio**

(m) ‘*Como teria se comportado aquela alma de passarinho diante do mistério da morte?*’ (Rachel de Queiroz)

Neste trabalho, registramos 242 ocorrências do pronome átono em encontros verbais e os dados encontrados são os seguintes:

TABELA 47 - Colocação de pronomes átonos em encontros verbais¹⁹

Pág	PVV			VPV							VVP			Fora GT	Total
	c	g	i	b-	d2	f-	h-	j	l	m	a-	d1-	e-		
01	4	-	-	14	4	3	-	3	2	-	13	4	-	-	47
02	2	2	-	-	6	-	-	5	18	5	6	3	-	1	48
03	2	-	-	1	12	-	1	11	7	6	7	11	-	-	48
04	20	-	2	1	7	-	-	11	1	3	2	-	-	-	48
05	10	-	-	1	6	-	-	13	5	2	11	-	-	-	48
06	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	03
Sub-total	39	2	2	17	35	3	1	43	33	17	40	9	00	1	242
Total	43			149							49			1	242
%	17,8			61,3							20,2			0,4	100

A TAB. 47 permite-nos algumas considerações:

- 1) a ordem VPV (verbo, pronome, verbo) é a mais usada nos textos formais, com 61,3% das preferências. A segunda posição é a da ordem VVP e, finalmente, em último lugar, PVV;
- 2) dos 149 exemplos que compõem a opção majoritária de ordenação, 93 casos são os que obedecem às normas específicas da língua portuguesa usada pelos brasileiros, o que significa 62,4% do total de ocorrências desse grupo de frases. Esse resultado respalda-nos a crítica à tradição gramatical de desconsiderar a sintaxe brasileira na construção de frases com pronomes átonos. Não há como negar a evidência do uso efetivo da língua e persistir nas normas superadas pelas classes escolarizadas do Brasil;²⁰
- 3) as informações da TAB 47 afastam definitivamente qualquer possibilidade de predominância, nos textos formais escritos, de emprego inadequado do

¹⁹ Na segunda linha, abaixo de PVV, VPV e VVP, as letras, números e sinais de hífen indicados (c, g, i, d2, f-, h-, j, l, m, a-, d1-, e-) correspondem às regras fixadas por LIMA, conforme vimos nas páginas imediatamente anteriores.

²⁰ Como falantes nativos do português do Brasil, neste e em todos os trabalhos que produzimos, optamos com maior frequência pela colocação pronominal mais simpática aos brasileiros.

pronome oblíquo: apenas um único registro²¹ em 242, o que equivale a uma parcela insignificante do conjunto: 0,4%.

Comparando a estrutura das frases coletadas e os dados da TAB 47, observamos que um alto índice de ocorrência PVV na regra (c): 39. Verificamos que os exemplos registrados em nosso banco de dados ocorrem em obediência às regras de próclise (com palavras atrativas, tais como: *não, já*, pronomes relativos, conjunções subordinativas).

Outro caso de número alto (40) de aparecimento do pronome átono está na ordem VVP, na regra (a): em que aparece o emprego do infinitivo (*'possa voltar a inter-relacionar-se...'*, *'voltam a transformar-se'*). Eis uma situação em que a gramática normativa, conforme vemos na exposição de LIMA, acima, admite posição livre do pronome em qualquer uma das três ordens (PVV, VPV ou VVP).

Um caso curioso é o que se relaciona ao emprego do pronome oblíquo preso por hífen a um dos verbos de um encontro verbal. A esse propósito, recomenda o *Manual de Estilo* da EDITORA ABRIL: “Nas locuções, deixe o pronome solto entre um verbo e outro: *vou lhe contar, esta está se arrumando*. Em tal caso, não hifenize: *vou-lhe contar, ela está-se arrumando*.” (1990, p. 55)

Sobre isso, também comenta BECHARA:

“Com mais freqüência ocorre entre brasileiros, na linguagem falada ou escrita, o pronome átono proclítico ao verbo principal, sem hífen: *Eu quero lhe falar. Eu estou lhe falando*. A Gramática clássica, com certo exagero, ainda não aceitou tal maneira de colocar o pronome átono, salvo se o infinitivo está precedido de preposição: *Começou a lhe falar ou a falar-lhe*.” (1987, p. 328)

²¹ A sintaxe desviante é a já estudada anteriormente como frase I (“Ele teria causado-lhes mal-estar.”) na consulta que fizemos a professores e alunos da área de Letras.

Entendemos, como Bechara, ser exagero da gramática tradicional a não aceitação da colocação do pronome na posição intermediária, entre dois verbos, sem hífen. Injustificável é essa intolerância por parte dos teóricos gramaticais, uma vez que, como constatamos pelos dados da TAB. 47, esta é a ordem que tem a preferência dos brasileiros para os textos escritos em língua padrão. Por outro lado, depara-se-nos uma realidade inesperada: é relativamente alto o uso do hífen como amarra do pronome: na TAB 47, isso está representado no topo das três colunas principais com o sinal “-”. Vejamos: b=-17 + f=-3 + h=-1 + a=-40 + d1=-9. Total de ocorrências: 70 exemplos. A concretização desse quadro com exemplificações esclarece-nos a razão de tão numerosos casos: são comuns nos textos formais construções como as seguintes

‘Pode-se sobrevoar uma manada de elefantes...’ (b em início de oração e/ou frase);

‘Os estados podem subdividir-se em...’ (a em ênclise ao infinitivo).

O aparecimento dos 242 casos estudados do pronome átono em encontros verbais deu-se da seguinte forma:

TABELA 48 - Colocação de pronomes átonos em encontros verbais - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superintendente
41	100	56	06	03	06	01	18	11
203 casos = 83,9%				39 casos = 16,1%				

Conforme nos mostra a TAB. 48, há uma maior concentração de dados nas fontes técnico-científicas. Havendo um único caso de exemplo desviante da norma canônica, essa concentração parece-nos irrelevante. O fato é que os dados demonstram uma realidade incontestável: a quase totalidade dos textos formais nos gêneros

selecionados por nós faz uso da norma preconizada pela gramática tradicional para a colocação do clítico em encontros verbais.

6.1.2. Colocação do pronome oblíquo em início de oração e de período

Passemos para um outro estudo que nos estimulou a curiosidade lingüística. O emprego do pronome átono em início de orações e períodos, largamente presente nas falas espontâneas das classes cultas brasileiras, estará amplamente documentado em textos formais de tal classe? A tabela abaixo dá-nos a resposta.

TABELA 49 - Colocação de pronomes átonos em início de orações e de períodos

VP		PV		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
312	95,7	14	4,3	326	100

A ordem mais comum nos textos formais é a VP, com 95,7% de ocorrências, contra somente a presença de 4,3% de frases em que o pronome átono encabeça a oração ou o período (PV).

Dos poucos exemplos encontrados com ordem PV, 35,7% são registrados em início de oração, no meio e não no início do período. Todas as frases em que há PV em início de períodos foram colhidos do livro de Lingüística, cujo autor critica duramente a gramática tradicional e busca concretizar sua (o)posição, subvertendo propositadamente a ordem pré-estabelecida.

Vejamos uma rápida análise do livro de Lingüística, integrante de nosso *corpus*:

- a) Em 83% de suas frases, o texto segue a ordem VP, isto é, inicia as construções com o verbo e, em seguida, o pronome átono;

- b) Apenas um número reduzido de suas frases (17%) se inscreve na ordem PV, ou seja, inicia períodos com pronome átono;
- c) Desses 17%, a totalidade dos exemplos refere-se à 1ª pessoa do discurso: “*Me parece muito instrutivo...*”, “*Me preocuparei fundamentalmente...*”, “*Nos devemos bater é contra...*”. A 3ª pessoa invariavelmente aparece na ordem PV: “*Trata-se, aqui, de...*”, “*Pense-se, por exemplo, no uso...*”

Gostaríamos de comentar rapidamente a singularidade do livro de Linguística, que nos fornece dados para esta pesquisa. A opção pela primeira pessoa do singular na redação de textos formais, em especial acadêmicos, tem sido muito comum, contrariando as normas conservadoras. A subversão da ordem por parte dessa obra, conforme veremos a seguir, ultrapassa a mera opção pelo “eu” e instala-se em outras instâncias prescritivas: colocação pronominal, concordância verbal, regência verbo-nominal, seleção vocabular etc. Parece-nos que a obra ensaia uma nova forma de apresentar o texto formal escrito, percorrendo trilhas já abertas por obras modernistas brasileiras.

A aceitação das inovações por parte do leitor do texto literário já é hoje natural. Quanto ao texto formal, em virtude do dinamismo das línguas, supomos que haja um constante movimento de aproximação entre este e a linguagem oral das classes cultas, mas a incorporação das mudanças pela norma gramatical de prestígio parece dar-se muito lentamente, ao longo dos séculos, a tal ponto de, fechado o ciclo de uma alteração lingüística, já poder existir novo hiato entre o uso da fala e o consignado pelas gramáticas normativas.

Voltemos à especificidade de nossa análise. Conforme vimos no estudo da avaliação da frase 2 feita pelos nossos informantes, quase 90% dos gramáticos

proíbem o uso do pronome oblíquo encabeçando período e oração, e as frases coletadas por nós se enquadram nas prescrições tradicionais.

A distribuição dos dados coletados deu-se da seguinte forma:

**TABELA 50 - Colocação de pronomes átonos em início de orações e de períodos -
Fontes dos dados**

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	<i>Folha on line</i>	<i>Folha de São Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>Veja</i>	<i>Superinteressante</i>
99	60	53	28	17	06	04	44	15
240 casos = 73,6 %				86 casos = 26,4 %				

A TAB. 50 deixa clara a superioridade do número de dados em fontes técnico-científicas, no entanto, em quase todos os gêneros textuais estudados, a concentração de exemplos concordantes com as normas tradicionais supera em muito os casos discordantes. A única exceção é, mais uma vez, a do texto científico produzido por um lingüista, que, evidentemente escreve, consciente e propositadamente, em desacordo com as normas conservadoras.

6.1.3. Colocação pronominal no meio do verbo: mesóclise

Na fala comum dos brasileiros, a inserção do pronome oblíquo no interior do verbo é fato absolutamente inusitado. Nos textos formais escritos, eventualmente, encontramos a presença dessa sintaxe que parece tender à extinção. Buscando dados para subsidiar afirmações pautadas em fonte cientificamente aceitável, incluímos em nossa pesquisa a busca do retrato do pronome átono diante do futuro. Como ele se comporta em situações de formalidade, hoje?

Listamos todas as frases em que o futuro do pretérito e o do presente aparecem em parceria com o pronome átono. De um lado colocamos a mesóclise, de outro as demais posições. Eis a tabela que construímos com o que encontramos.

TABELA 51 - Futuro do indicativo com pronome átono

Não-uso da mesóclise		Uso da mesóclise		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
23	44,2	29	55,8	52	100

Vejamos, ao mesmo tempo, como se dá a disposição dos dados no *corpus*:

TABELA 52 - Futuro do indicativo com pronome átono: uso e não-uso da mesóclise
Fontes dos dados

Publicações científicas						Publicação técnica		Publicações Jornalísticas									
Biologia		Geografia		Linguística		Constituição		Folha on line		Folha de São Paulo		O Globo		Veja		Superintendente	
Não-uso	Uso	Não-uso	Uso	Não-uso	Uso	Não-uso	Uso	Não-uso	Uso	Não-uso	Uso	Não-uso	Uso	Não-uso	Uso	Não-uso	Uso
03	00	00	00	08	00	04	28	02	00	02	01	00	00	01	00	03	00
11 casos = 21,2 %						32 casos = 61,5 %		09 casos = 17,3 %									

Na TAB. 52, isolamos, desta vez, a publicação técnica. Isso porque, do total de 52 exemplos encontrados, 32 estão no texto da Constituição, o que representa 61,5%. Dos 32 casos da Constituição, em apenas 4 não aparece a mesóclise, em atendimento a outras regras que não a do futuro:

- a de palavras atrativas como o pronome relativo e advérbio (“...cuja perda ou suspensão só se dará...”, “A participação...só se efetuará...”);
- a utilização do sujeito exposto por substantivo ou pronome, de modo a garantir a eufonia mais apropriada ao falar brasileiro (“...o círculo vicioso se formaria...” / “...esta a fará em votação única...”).

Nos demais textos pesquisados, não há registro de emprego da mesóclise, exceto em uma única frase publicada na FOLHA DE SÃO PAULO (*'Poder-se-ia argumentar que...'*), situação em que o redator acata a outra regra de colocação pronominal: o impedimento do uso de pronome átono em início de período. Já no livro de Lingüística esta última regra citada não é observada, e novamente o seu autor palmilha vereda paralela às normas conservadoras: *'Me preocuparei fundamentalmente...'*.

Excetuando-se o caso da Constituição da República Federativa do Brasil, que, em todas as situações que estudamos, demonstra maior rigor no uso de regras da tradição gramatical, pode-se concluir que, contrariamente ao que as normas preceituam, em textos formais, há uma tendência na língua escrita brasileira atual para o abandono da mesóclise e adoção sistemática da próclise (*'...ele se faria em progressão geométrica...'*, *'...a capacidade limite se elevará...'*, *'As pessoas se sentirão...'*). Afora os exemplos da Constituição, em 19 exemplos de uso do futuro do indicativo acompanhado de *se*, 18 (94,7%) estão dentro das normas clássicas com a utilização da próclise e não da mesóclise. Para possibilitar a substituição da mesóclise pela próclise, o produtor do texto busca recursos que impeçam o seu aparecimento (pronomes relativos, conjunções subordinativas, certos advérbios, pronomes indefinidos etc.) ou que permitam construção alternativa, como, por exemplo, a explicitação do sujeito.

Por isso é que, radicalmente, afirma LUFT: “Construções como *encontrar-te-ei*, *dá-lo-á*, *di-lo-emos*, *trar-me-á*, *far-lhe-ão* são usos lusitanos, sem comprovação na fala brasileira.” (1986, p. 20)

Deixemos de lado, agora, a sintaxe de colocação pronominal e passemos à área da concordância verbal.

6.2. Sintaxe de concordância: concordância verbal

Avançando para o campo da concordância verbal, iniciaremos o estudo do ajuste do verbo ao sujeito constituído por expressão partitiva.

6.2.1. Sujeito em expressões partitivas

Os vernaculistas compõem um coro bastante harmonioso quanto à norma da concordância verbal em expressões partitivas. Admitem, indiferentemente, o singular ou o plural, com exceção de O ESTADO DE SÃO PAULO, que exige o singular (1990, p. 136).

Vejamos se há alguma preferência por parte dos textos formais.

TABELA 53 - Concordância verbal - expressões partitivas

Núcleo sujeito		Adjunto adnominal		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
38	86,4	06	13,6	44	100

Busquemos a leitura comparativa dos usos segundo sua origem.

TABELA 54 - Concordância verbal - expressões partitivas - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
21	11	03	00	03	00	00	06	00
35 casos = 79,5 %				9 casos = 20,6 %				

Não houve registro desse fato lingüístico na Constituição, na *Folha de São Paulo*, no *Globo* nem na *Superinteressante*. Nas publicações em que detectamos a presença desse caso de concordância, observamos que, apesar da abertura

promovida pela grande maioria dos que preceituam normas, que admitem, no caso das expressões partitivas, a concordância do verbo indiferentemente com o núcleo do sujeito ou com o adjunto adnominal, os usuários cultos da língua portuguesa em uso no Brasil, ao contrário do que se ouve nas falas coloquiais, concentram sua preferência no texto escrito na concordância do verbo com o núcleo do sujeito (86,4%, contra 14,6% de casos de concordância com o adjunto adnominal). O império do singular contraria as nossas expectativas, pois esperávamos dos textos escritos um reflexo dos orais. E, aqui, eles seguem direções opostas, ainda que ambas as trilhas sejam abrigadas pelos legisladores do idioma.

Nessa categoria de expressões partitivas, incluímos, além dos clássicos “a maioria de...”, “a maior parte de...”, 13 sentenças cujo sujeito é constituído pela seqüência “o número de + ... (substantivo no plural)”, como em “O número de indivíduos que a constituem tende a permanecer...”, caso em que, na fala, o plural do substantivo interfere freqüentemente na flexão do verbo em virtude da proximidade entre ambos. E, em 100% desses casos, o verbo aparece no singular, concordando com o núcleo do sujeito, *número*.

6.2.2. Sujeito posposto

A concordância é campo muito fecundo para as interferências dos usuários na língua, com freqüente utilização de normas de oralidade, que contrariam a siseudez das regras as quais se instalaram com absoluta segurança nas páginas da gramática, protegidas pelos puristas, que se encontram nos mais diversos lugares, até mesmo entre os falantes comuns.

São comuns na fala diária de qualquer brasileiro frases tais como: “Já chegou os ônibus?”, “Apareceu uns pontinhos estranhos no meu rosto.”, “É importante todas as participações no debate.”, “Sobrou uns trocados.”. E, no texto escrito, será encontrada tal sintaxe? Trataremos, agora, do sujeito posposto como ordenador da concordância verbal nas produções escritas formais.

TABELA 55 - Concordância verbal - sujeito posposto

GT Sim		GT Não		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
476	99,6	02	0,4	478	100

Como vimos anteriormente, ao estudarmos a frase 5 apresentada aos nossos auxiliares na consulta feita, nem todos os teóricos gramaticais dão importância a esse item: muitos o omitem em suas obras; mas percebemos ser ele relevante nas redações formais, pois é bastante alto o número de exemplos coletados: 476.

Quase a totalidade do material colhido (99,6%) apresenta verbo no plural anteposto ao sujeito composto ou com núcleo no plural, em sintonia com as regras apresentadas nas poucas obras que expõem normas a respeito. O que se vê aqui, então, é a confluência de opiniões entre os textos escritos e as obras teóricas da tradição gramatical e a divergência em relação às avaliações de nossos informantes, que acatam o verbo no singular para o sujeito posposto com núcleo no plural.

Os dois casos de não concordância são os apresentados aos informantes nas frases 5 e 6, anteriormente estudadas. Confirmamos onde se encontram os exemplos discordantes:

TABELA 56 - Concordância verbal - sujeito posposto - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	<i>Folha on line</i>	<i>Folha de São Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>Veja</i>	<i>Superinteressante</i>
133	127	38	79	15	05	06	42	33
377 casos = 79%				101 casos = 21%				

Um dos casos foi localizado no livro de Biologia, entre os demais 132 que se adaptam às regras tradicionais. O segundo faz parte do conjunto de 33 exemplos consignados pela *Superinteressante*, perdido entre os 32 ajustados às normas preconizadas pelas gramáticas prescritivas. Como se vê, um caso destoante em cada grupo: um em *publicações técnico-científicas* e um em *publicações jornalísticas*.

6.2.3. Voz passiva sintética (1 núcleo verbal)

Outro fenômeno ligado à concordância verbal que buscamos esclarecer em nossa pesquisa é o relacionado à frase 3 avaliada pelos nossos colaboradores, com vinculação à voz passiva sintética. Lembramos que os gramáticos estão de um lado – exigem a concordância com o sujeito da passiva – e os informantes postam-se de outro: consideram corretas estruturas em que o verbo fica no singular, quando seguido de um sujeito passivo, que eles interpretam como objeto direto em construção com sujeito indeterminado.

E os textos escritos sob a formalidade das circunstâncias, como ficam? Registram em profusão a idéia do sujeito indeterminado ou acatam as rígidas normas? Vamos aos resultados numéricos, que delineiam satisfatoriamente o perfil do quadro encontrado.

TABELA 57 - Concordância verbal - passiva sintética com 1 núcleo verbal

GT Sim		GT Não		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
76	91,6	07	8,4	83	100

Não acreditamos haver a concorrência das estruturas coloquiais nesse ponto, pois o brasileiro, em geral, usa com muita parcimônia o pronome se. A preferência absoluta, no caso, é pela passiva analítica. Não se ouve nas conversas informais frase do tipo: “*Vendeu-se a casa.*”, mas, sim, “*A casa foi vendida.*”

Um grande percentual (91,6%) dos exemplos coletados refere-se ao emprego do verbo flexionado na terceira pessoa, concordando com o sintagma nominal usado no plural.

Somente 8,4% das frases selecionadas apresentam verbo no singular, ou seja, sem vínculo com o sintagma nominal. Deste conjunto minoritário de 8,4%, a maioria (71,4%) está no livro de *Linguística*, cujo autor conscientemente dá sua contribuição às discussões e às reflexões. Pode-se dizer que um dos seus objetivos foi alcançado: a concretização do estudo de seu desempenho lingüístico que aqui estamos fazendo. Vejamos esses dados em mais uma tabela.

TABELA 58 - Concordância verbal - passiva sintética com 1 núcleo verbal - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Lingüística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
25	26	07	11	02	01	02	06	03
69 casos = 83,1 %				14 casos = 16,9 %				

No setor de publicações técnico-científicas, o livro didático de Biologia oferece 24 casos em harmonia com a norma canônica e 1 em dissonância; o livro de Lingüística fornece-nos 07 exemplos, entre os quais 05 contrariam as normas. Já entre as publicações jornalísticas, apenas um caso desobedece às regras da gramática normativa: ele está entre os 6 construídos pela revista *Veja*.

6.2.4. Voz passiva sintética com encontros verbais

O ajuste do verbo ao seu sujeito, nos textos formais escritos, é muito freqüente se há passiva sintética com um único verbo. Podemos esperar a mesma situação para a passiva com dois verbos?

TABELA 59 - Concordância verbal - passiva sintética com 2 verbos

GT Sim		GT Não		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
08	57,1	06	42,9	14	100

Na consulta que fizemos, conforme já registramos, avaliando a frase “Não se pode atribuir a eles as atrocidades que vimos” (Frase 6), 77,5% dos professores e estudantes que responderam ao questionário aceitaram a concordância. E os gramáticos, em sua maioria de quase setenta por cento, exigem o plural no auxiliar.

Na pesquisa feita com textos técnicos, científicos e jornalísticos, ficamos diante do seguinte quadro: enquanto a passiva sintética com um único verbo é relativamente comum, observa-se um uso bastante restrito da construção com dois verbos: só 14 ocorrências em todo o material consultado.

Por uma pequena diferença, o número de verbos flexionados na 3ª pessoa do plural que acompanham um sintagma nominal no plural (57,1%) é maior do que

o número de verbos na 3ª pessoa do singular (42,9%). Ainda que a diferença entre as duas construções não nos pareça relevante (14,2%), podemos afirmar que a maioria dos textos formais coincide com a norma fixada pela gramática clássica e que os professores e alunos de Letras têm demonstrado, nesta pesquisa, ser mais condescendentes com as inovações lingüísticas do que os autores de obras gramaticais e os de textos jornalísticos, científicos e técnicos. Essa pequena margem de diferença entre os usos abonados e não-abonados pela tradição gramatical levamos a perceber, ainda, a possibilidade de surgimento de mudanças na norma canônica: não estaria aqui uma tendência para renovação da norma?

Observemos o arranjo dos dados colhidos de acordo com a origem.

TABELA 60 - Concordância verbal - passiva sintética com encontros verbais - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Lingüística	Constituição	<i>Folha on line</i>	<i>Folha de São Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>Veja</i>	<i>Superinteressante</i>
05	04	02	00	00	00	00	03	00
11 casos = 78,6 %				03 casos = 21,4 %				

Conforme podemos comprovar pelos dados, além de ser bastante limitado o aparecimento de passiva sintética com encontros verbais, ele se reserva a poucas publicações: livros didáticos, livro de Lingüística e revista *Veja*. A Constituição, que é obra integrada aos ditames tradicionais, não expôs nem um exemplo desse tipo de sintaxe.

6.3. Emprego de algumas classes de palavras

Sigamos, agora, para uma outra área: a do emprego de algumas classes de palavras, o qual tem gerado polêmicas, em consequência do uso bastante

disseminado na fala de pessoas de alta escolaridade, com grande liberdade ante as forças coercitivas da norma canônica.

6.3.1. Pronomes

6.3.1.1. Pronome relativo *cujo*

Iniciaremos o estudo do emprego de pronomes pelo relativo *cujo*. Pronome raríssimo na boca de qualquer brasileiro em situação de uso de linguagem espontânea, pois substituído freqüentemente por construções paralelas. Mais raramente, por aquelas que mencionamos ao tratar do estudo das frases 29 e 30, e mais comumente por perífrases sintáticas em que entra como protagonista o relativo *que*. O que os brasileiros dizem efetivamente é

- (a) “Conheci uma pessoa que os cabelos (dela) eram pintados de azul.” (“Conheci uma pessoa cujos cabelos eram pintados de azul.”);
- (b) “A menina que eu fui na casa dela ontem estava doente.” (“A menina a cuja casa eu fui ontem estava doente.”);
- (c) “Conheci uma pessoa que tinha os cabelos pintados de azul.” (A mesma versão de *a*.)

TABELA 61 - Emprego de *cujo*

GT Sim		GT Não		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
98	100	00	00	98	100

A totalidade dos casos coletados segue a diretriz da gramática normativa (100%), inclusive, com a utilização do *cujo* (e suas variantes) precedidos de preposição. Não foi detectado nem um exemplo de emprego de *cujo* como as frases (a) e (b) acima. Também não encontramos sentenças em que o *cujo* é permutado

por do qual, conforme ensinam as obras teóricas, em passagens anteriormente por nós comentadas, quando do estudo das frases 29 e 30.

Foram detectados cinco casos de construções alternativas, em substituição ao emprego do pronome relativo *cujo*. Garantindo a *idéia de posse*, apresentaram-se, no *corpus* que utilizamos, estruturas iguais ao tipo (c) acima, em que se usa o verbo *ter*, seguido do possessivo de terceira pessoa:

“O imposto previsto no inciso VI terá suas alíquotas fixadas...”

“...teve o seu inventário processado no exterior...”

“A Polônia teve sua economia...prejudicada...”

“As famílias reais que tiveram suas fortunas analisadas...”

“...a carioca...teve sua carreira interrompida em 1996...”

Os dois exemplos da lista acima foram retirados da *Constituição da República Federativa do Brasil*, o terceiro encontrou-se em um livro didático de *Geografia* e os dois últimos foram colhidos de um exemplar da revista *Veja*.

A respeito desse tipo de estrutura, encontramos uma curiosa observação em *O Globo*: “Não é recomendável o uso da voz passiva em títulos. Soam forçadas construções como ‘*João terá seus bens leiloados*’, em vez de ‘*Os bens de João serão leiloados.*’” (1992, p. 39. Destaques nossos).

Julgamos haver aqui um equívoco: na verdade, o que se considera recomendável é o emprego da passiva em sua versão, digamos, mais simples (a segunda opção, “*Os bens de João serão leiloados.*”) e não em sua versão mais complexa, pois acrescida da estrutura alternativa para o emprego do *cujo* (“*João terá seus bens leiloados*”, ou seja “*João cujos bens serão leiloados...*”). Essa recomendação de *O Globo* parece-nos importante sinal de que, mesmo em relação à

feição simplificada de estruturas complexas que carregam a *idéia de posse*, como esta “*João terá seus bens leiloados*”, o usuário da língua encontra dificuldade na recepção de sentido.

Nossa intuição (não vai aqui qualquer hipótese cientificamente testada) leva-nos a supor que sintagmas menores e frases de estruturas mais padronizadas que sugerem a *idéia de posse* (como: “*Os bens de João*”, “*Os bens de João são estes.*”) não parecem oferecer dificuldade de entendimento e de emprego. Caminhando para maior dificuldade de produção e de recepção, temos os casos em que os sintagmas vão se estruturando em formato de passiva (“*Os bens de João foram leiloados.*”). Mais à frente, nessa linha de maior complexidade, estão as estruturas em que aparece a fórmula sintática *ter + passiva* (“*João teve seus bens leiloados.*”) e o ápice da sofisticação estrutural dá-se com o acréscimo de subordinação oracional, com encaixe de oração (“*João, que teve seus bens leiloados, chorou.*” e “*João, cujos bens foram leiloados, chorou.*”)

Contrariando nossas expectativas, pois julgávamos ser bastante raro o emprego de *cujo*, à exceção de *O Globo*, as publicações examinadas ofereceram-nos exemplos centrados nesse pronome:

TABELA 62 - Emprego de *cujo* - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
06	38	20	17	02	02	00	15	03
81 casos = 82,7 %				22 casos = 17,3 %				

O livro de Geografia é o campeão no emprego de *cujo*, seguido pelo de Linguística.

6.3.1.2. Pronomes demonstrativos

Andemos um pouco mais. Ainda no campo do emprego de pronomes, observaremos, agora, os demonstrativos *este/esse, esta/essa, isto/isso*.

Ao elaboramos nossa planilha de dados sobre os demonstrativos, contando com as regras de que normalmente fazemos uso em nossos textos formais, dos 2.110 exemplos coletados, marcamos inicialmente como não-coincidentes com as regras tradicionais 32 casos – diga-se, de passagem, número reduzidíssimo, correspondente a apenas 1,4% do total. Em seguida, buscando nas obras que nos serviram de base para a caracterização da norma canônica elementos para as devidas citações, defrontamos com a indefinição dos teóricos no que se refere ao uso do *demonstrativo no discurso*, especificamente após o termo já mencionado ao qual se refere. Entendemos, como alguns gramáticos, que o *esse* (e flexões) é que deve ser o pronome demonstrativo aplicado em tal contexto, mas há quem defenda, conforme vimos anteriormente, a adequação do *este* (e flexões) à situação mencionada, se se tratar de enunciado emitido pelo próprio falante. Vejamos mais concretamente, com exemplificação que colhemos nas publicações que compõem o nosso *corpus*. Para melhor entendimento, transcreveremos um trecho maior, contextualizado.

“A maioria das sementes, por exemplo, contém boa quantidade de amido, proteínas, óleos; muitos frutos são ricos em açúcares. *Estas* e outras substâncias também existem nas folhas, caules e raízes, embora geralmente em menor quantidade. A produção *desses* materiais começa com energia e matérias-primas existentes no ambiente, que os vegetais absorvem e utilizam.” (CLEFFI, 1986, P. 4).

O manejo das regras com as quais lidamos em nosso cotidiano leva-nos a substituir o *Estas* por *Essas*, tendo em vista o caráter anafórico desse uso do demonstrativo, razão por que o *desses* logo abaixo nos parece adequado.

Surpreenderam-nos as defesas de ponto de vista oposto ao nosso pelos vernaculistas que nos orientaram neste estudo. O fato de todo o texto ser de um mesmo autor é razão que justifica o *Estas* para alguns, a ênfase proporcionada por essa forma pronominal é boa razão para outros para a manutenção do *Estas*. Conclusão: mesmo os pouquíssimos 32 casos em 2.110 que nos pareciam contrariar as regras tradicionais foram por nós deslocados para o campo dos casos amparados pelos gramáticos.

Ao comentarmos os julgamentos que os professores e alunos de nossa consulta fizeram a respeito da distinção este/esse (frase 7) no contexto discursivo, fizemos menção ao caráter nebuloso de que se reveste a questão entre os teóricos gramaticais. Ao analisarmos, agora, as sentenças coletadas, julgamos pertinente acatar a justificativa²² de cada uso com base nas normas determinadas pelos teóricos. No caso de divergências de preceitos, entendemos como correta/aceitável a construção em apreço. Dessa forma, o resultado obtido é este:

TABELA 63 - Emprego de pronomes demonstrativos *este/esse* (e flexões)

GT Sim		GT Não		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
2110	100	00	00	2110	100

Considerando as observações acima, aceitamos todo o conjunto de 2.210 frases coletadas no material estudado como inteiramente coincidente com as normas preconizadas pela gramática tradicional.

A leitura atenta dos exemplos encontrados, com a contabilização dos dados, faz-nos ver que as condições de uso de esse (e flexões) é mais freqüente (83,4%) do

²² Alguns puristas recomendam *justificação*, mas preferimos acompanhar o uso mais comum do adjetivo transformado em substantivo; assim, empregamos *justificativa*.

que aquelas em que o *este* (e variante) é o pronome indicado (16,6%). Ao tratar da frase 7, fizemos menção à raridade de *este* na oralidade, pelo menos no dialeto mineiro, no nosso caso o mais conhecido, e sua escolha consciente por parte do usuário para “enfeitar” a linguagem. A baixa frequência de “*este*” na escrita se deve às próprias restrições de usos impostas pelos ditames gramaticais ou mesmo ao caráter confuso dos raciocínios que sustentam o aparato teórico de emprego dos demonstrativos.

A disposição dos demonstrativos nas publicações que consultamos é a seguinte:

**TABELA 64 - Emprego de pronomes demonstrativos *este/esse* (e flexões)
Fontes dos dados**

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
455	742	351	124	43	24	06	247	118
1.672 casos = 79,2 %				438 casos = 20,8 %				

Conforme podemos constatar, é bastante disseminado em todas as nossas fontes de dados o uso dos pronomes demonstrativos.

6.3.1.3. Pronomes pessoais

Ainda dentro da classe dos pronomes, interessa-nos o uso dos pessoais.

Inicialmente, ao criar as planilhas para a composição de nosso banco de dados, abrimos espaço para o emprego do par *eu/mim* *antecedido de preposições*. Ao finalizar a coleta das informações, vimos que essa planilha não havia recebido nem um registro. Isso porque os textos formais se inscrevem tradicionalmente na terceira pessoa ou na primeira do plural. Até mesmo no livro de Linguística, cujo

autor optou por romper com as amarras tradicionais e usou largamente a primeira do singular, os dois pronomes estão ausentes em construções como a que buscávamos.

Encontramos, sim, em grande escala, os pronomes pessoais funcionando como objeto direto e como sujeito de infinitivo.

TABELA 65 - Emprego de pronomes pessoais na função de objeto e de sujeito de infinitivo

GT Sim		GT Não		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
306	96,5	11	3,5	317	100

Dos 317 casos encontrados, somente 11 são estruturados de forma diversa daquela determinada pelas normas tradicionais, ou seja 96,5% coincidem com as prescrições canônicas e 3,5% não o fazem. Esse grande contingente de adeptos da observação da norma canônica vem somar-se ao grupo de colegas e alunos que nos deram sua cooperação para a execução deste trabalho. Como vimos, nos comentários sobre as frases 8 e 9, também eles seguem os preceitos clássicos para o emprego do pronome objeto e pronome sujeito de infinitivo.

Mais um aspecto interessante: todos os exemplos que compõem o percentual menor, de 3,8%, são criações da *Dramática da língua portuguesa*, o livro de Lingüística que ajuda a compor o nosso *corpus*:

“Conheci ela graças ao carinho ...”, “A insistência ... é que leva eles, por exemplo ...”, “... fazer ele acreditar na mitologia do preconceito ...”, “... acusando eles de falar ‘errado’ ou ‘feio’.”

Sem a participação desse livro, registram-se 100% de ocorrências coincidentes com a GT.

Em breve análise, vamos aos números relativos ao livro de Lingüística que nos subsidia a pesquisa; enfoquemos o item em discussão:

Em 82 exemplos encontrados, em que a obra utiliza os pronomes pessoais com valor de objeto ou sujeito de infinito, 86,7% estão dentro dos preceitos normativos e 13,3% escapam à rigidez da norma canônica. Destes últimos, em 9 casos o pronome átono exerce a função de objeto direto e 2 exemplificam o emprego do pronome pessoal oblíquo em função de sujeito de infinitivo.

Mais uma vez, o lingüista, autor da publicação, finca a bandeira da inovação em solo ainda muito árido e pouco afeito a mudanças, mas ele mesmo age com cautela...

Vejamos como se distribuem os dados nas publicações estudadas:

TABELA 66 - Emprego de pronomes pessoais na função de objeto e de sujeito de infinitivo - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Lingüística	Constituição	<i>Folha on line</i>	<i>Folha de São Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>Veja</i>	<i>Superinteressante</i>
61	48	82	34	09	09	10	43	21
225 casos = 71 %				92 casos = 29 %				

6.3.2. Emprego de conjunções

Busquemos novo campo de pesquisa com as classes de palavras: trataremos do uso da conjunção. Neste campo, recortaremos para enfoque a adversativa, centro de nosso interesse no que diz respeito à possibilidade de tal articulador incorporar-se ao interior do período composto ou encabeçar período.

**TABELA 67 - Posição das conjunções adversativas no período:
no meio X no início**

No meio		No início		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
405	60,1	269	39,9	674	100

Apesar de a colocação da conjunção adversativa no meio do período representar mais da metade do número de exemplos encontrados (*“Resultados não existem, mas há estimativas”*), observa-se que é alta a tendência (39,9%) para a divisão do período composto por coordenação adversativa em períodos simples, ficando um deles encabeçado pela referida conjunção (*“Resultados não existem. Mas há estimativas”*). Assim, coordenam-se adversativamente períodos e não orações, contrariamente às postulações normativas.

De acordo com o que vimos, ao tratar da frase 13, os estudiosos, em sua imensa maioria, ao teorizar sobre o emprego de conjunções adversativas, omitem a possibilidade de que elas possam ser precedidas por ponto final, e só fazem referência à vírgula e ao ponto e vírgula. Em seus próprios textos, no entanto, fragmentam o período composto por coordenação adversativa em dois períodos simples com nexos claros de oposição. Essa atitude dúbia dos teóricos levou-nos a classificar o fenômeno lingüístico como indefinido.

O livro didático de Geografia apresenta um número maior de usos de conjunções adversativas que encabeçam períodos; as demais obras têm como número superior de ocorrências as do tipo recomendado pelas normas gramaticais.

A tabela a seguir caracteriza a repartição dos dados nas diversas obras consultadas.

**TABELA 68 - Posição das conjunções adversativas no período:
no meio X no início - Fontes dos dados**

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
90	202	102	01	26	25	18	144	66
395 casos = 58,6 %				279 casos = 41,4 %				

Do lado das publicações técnico-científicas, o livro de Geografia é o maior usuário das adversativas; do lado das jornalísticas, vence a *Veja*.

6.3.3. Verbo

Nós nos movimentaremos, neste momento, para novo terreno: o do verbo.

6.3.3.1. Impessoais *ter/haver/existir*

Iniciaremos o estudo do emprego do verbo, tratando da opção à disposição do usuário da língua portuguesa entre três vocábulos: discriminaremos as ocorrências de *ter/haver/existir*. Na linguagem cotidiana, ouvimos e dizemos freqüentemente: “*Tem previsão de chuva para hoje?*”. Nessa situação, a gramática, inflexível, corrige: “*Há (existe) previsão de chuva para hoje?*” Muitos professores, no entanto, sensíveis às transformações que se dão velozmente em todas as áreas de nossa sociedade moderna, desejam abonar o uso de *ter* no sentido de *haver*, registrado pelo seu aluno em texto formal. As gramáticas proíbem tal substituição, mas o que nos dizem os textos formais que tomamos como modelo da norma atual? A nossa lente gramatical, percorrendo as centenas de páginas das publicações que estudamos, detectou o seguinte quadro:

TABELA 69 - Emprego de *ter*, *haver*, *existir*

Ter		Haver		Existir		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
12	1,7	448	69,7	184	28,6	643	100

Há manifesta preferência, nos textos escritos formais, pelo emprego do verbo *haver*, em detrimento de *existir*. O uso de *ter*, no sentido de *haver*, *existir*, recurso fartamente encontrado na linguagem coloquial dos brasileiros de todas as classes sociais, é relativamente raro na escrita formal.

O emprego de *ter*, nas obras analisadas, tem a seguinte distribuição:

- *Folha de São Paulo*:... 01
- Livro didático:..... 01
- *Veja*:..... 10 (5 em uma mesma reportagem, dirigida a jovens.)

CEGALLA, analisando a frase “*não tem dúvida*”, comenta: “Frase estereotipada, de cunho popular, equivalente à forma culta *não há dúvida*.” (1990, p. 277). E prescreve esse autor:

“1. Usar *ter* em vez de *haver* só é lícito na linguagem popular, na comunicação informal: *Hoje não tem feira./ Tinha teias de aranha em toda parte. / Tem pessoas passando fome./ Não teve jeito de convencer o rapaz. / Vai ter comida de sobra.* 2. Na linguagem culta formal, se dirá: *Hoje não há feira./ Havia teias de aranha em toda parte. (...)*” (1999, p. 391)

Busquemos conhecer a divisão dos dados nas publicações em observação:

TABELA 70 - Emprego de *ter*, *haver*, *existir* - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	<i>Folha on line</i>	<i>Folha de São Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>Veja</i>	<i>Superinteressante</i>
124	176	89	19	23	08	08	139	57
408 casos = 63,5 %				235 casos = 36,5 %				

Novamente, atesta a TAB. 70, a obra didática de Geografia e a *Veja* são os maiores usuários, em seu respectivo grupo, dos itens em estudo.

6.3.3.2. Futuro do indicativo simples ou composto X futuro com auxiliar *ir*

Ainda na esfera do verbo, chama-nos a atenção a formação do futuro do indicativo. Assim como no caso do uso da conjunção adversativa e das opções *ter/haver/existir*, não nos detemos neste ponto ao julgamento de certo/adequado X errado/inadequado. O que nos atrai é a freqüência de uso entre as três possibilidades de construção do futuro do indicativo, conforme expusemos ao refletir sobre a frase 12.

TABELA 71 - Emprego do futuro do indicativo simples ou do tempo composto X futuro marcado com o auxiliar *ir*

Sem <i>ir</i>		Com <i>ir</i>		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
1254	92	109	8	1363	100

De acordo com o material consultado, percebe-se a grande preferência, no texto formal, pelo futuro do indicativo construído em suas duas versões padronizadas: simples (*faria*) ou por tempo composto (com os auxiliares *ser, estar, ter, haver: teria feito*) em detrimento da forma usual na fala: futuro construído com o auxiliar *ir* (*ia fazer, vai fazer*).

Todos os gramáticos defendem a teoria de que o futuro do presente pode ser feito de forma simples (*encontrarão*) e composta (*terão encontrado*). Raros são, como vimos anteriormente no estudo da frase 12, os que legitimam a composição desse tempo verbal por meio de locução verbal com o verbo *ir* empregado como

auxiliar (*vão encontrar*), talvez com a alegação (não confessada) de que essa composição é característica de oralidade.

Como se distribuíram os dados nas diversas publicações? Vejamos o que nos diz a TAB. 72.

TABELA 72 - Emprego do futuro do indicativo simples ou do tempo composto X futuro marcado com o auxiliar *ir* - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
115	136	140	578	78	37	26	182	67
969 casos = 71,1%				390 casos = 28,9%				

Chama a atenção o altíssimo número de emprego de construção com o verbo no futuro feito pela Constituição da República do Brasil. Isso se explica pelo fato de essa obra destinar-se a regular juridicamente a vida da sociedade brasileira e passar a fazê-lo a partir de uma certa data (1988). Ela é um marco: de 1988 para frente, será de tal forma... Chama, ainda a atenção, o fato de a Constituição, entre as obras consultadas, ser a que mais utiliza o futuro simples ou o tempo composto (42,4% das ocorrências foram encontradas nessa publicação) e nesse manual não há registro de um único emprego do futuro com o auxiliar *ir*. Isso vem reforçar o que observamos durante a coleta de dados: de todas as obras do nosso *corpus*, a Constituição é a que apresenta maior número de coincidências com as normas prescritas pelos gramáticos e demais especialistas.

Vejamos como se apresenta a construção sintática com *ir* nas publicações em estudo:

**TABELA 73 - Emprego do futuro do indicativo marcado com o auxiliar *ir* -
Fontes dos dados**

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
30	15	09	00	03	04	02	29	17
54 casos = 49,5 %				55 casos = 50,5 %				

A formação do futuro em perífrase verbal constituída com o emprego do auxiliar *ir* dá-se na mesma proporção entre as publicações científicas e as jornalísticas.

Pela ordem de maior ocorrência do fenômeno em estudo, o livro didático de Biologia e a revista *Veja* são as publicações com índice mais alto de emprego do *ir* como auxiliar na formação do futuro. Consideramos surpreendente a performance da revista *Veja* em comparação com a da *Superinteressante*. Tendo em vista a maior aproximação entre estrutura com *ir* e a língua falada, contraria as nossas expectativas o fato de a *Veja*, destinada ao adulto, superar a *Superinteressante*, cujo público leitor é o jovem. Uma hipótese para justificar tal fato é a de que a *Veja*, além da seriedade de determinadas informações, destina-se também ao lazer, o que lhe garante uma proximidade com a linguagem mais espontânea.

Já que a Constituição destoa do conjunto nesse particular, façamos um exercício de raciocínio, eliminando-a temporariamente dos dados. Teríamos nova tabela de informações:

TABELA 74 - Emprego do futuro do indicativo simples ou do tempo composto X futuro marcado com o auxiliar *ir* - modelo II

Sem <i>ir</i>		Com <i>ir</i>		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
676	86,1	109	13,9	785	100

Os resultados da TAB. 74, que contabiliza dados de publicações científicas e jornalísticas, autorizam-nos a reivindicar uma maior consideração por parte dos gramáticos e demais legisladores da língua portuguesa com a constituição do futuro do indicativo com o auxílio do verbo *ir*, forma extremamente produtiva na versão falada da língua de toda a gente brasileira.

É bem verdade que, em termos absolutos, o percentual de estruturas com *ir* é relativamente baixo quando considerado todo o conjunto (13,9%). Por outro lado, acreditamos que as normas gramaticais necessariamente passarão a incorporar tais construções (não se sabe quando, mas esperamos que o mais breve possível), se considerarmos que esse uso não está sancionado pelas gramáticas mais rigorosas e que, apesar disso, é transposto para a formalidade dos textos escritos em virtude da naturalidade com que é recorrente na linguagem quotidiana. A força do hábito pressiona as transformações.

6.3.3.3. Pretérito mais que perfeito simples X composto

Ainda no território do verbo, mostraremos, em seguida, o que conseguimos coletar a respeito do uso do pretérito mais-que-perfeito em suas duas versões, a simples e a composta. Novamente, buscamos não o julgamento de valor quanto à correção/adequação das formas, mas procuramos a expressão das preferências no texto formal. Nas comunicações informais, os brasileiros, pode-se dizer, não fazem uso

das formas simples do mais-que-perfeito (*viera, comprara*), optando invariavelmente pelo composta (*tinha vindo, havia comprado*). Vejamos se há reflexos dessa escolha nos seus textos escritos em linguagem formal e em que proporções.

TABELA 75. Emprego do pretérito mais-que-perfeito: simples e composto

Simples		Composto		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
30	71,4	12	28,6	42	100

Como podemos constatar pela TAB. 75, cada variedade lingüística segue sua própria deriva. Na linguagem descontraída da fala, dissemos, é comum a referência ao passado anterior a um tempo já mencionado, por meio da construção com o mais-que-perfeito composto (*havia visto, tinha encontrado*). Nos textos escritos formais, detectamos outra direção da tendência da língua: aqui, vence a forma mais compacta (*vira, comprara*). É importante, entretanto, relativizar as conclusões e constatar pelo arranjo dos dados no material analisado que o percentual de 28,6% parece-nos bastante relevante e se constitui índice de variação da norma canônica. Pode-se prever para o futuro o aparecimento do emprego do mais-que-perfeito composto com maior destaque nas legislações gramaticais (gramáticas, livros didáticos, artigos, ensaios e outras publicações científicas), se houver, como esperamos, sintonia entre gramática e uso efetivo da língua.

Em harmonia com o nosso pensamento exposto no parágrafo anterior e contrariando o quadro que observamos no uso formal da língua, anuncia CEGALLA: “Em geral, prefere-se o pretérito mais-que-perfeito composto ao simples.” (1988, p. 485). Não podemos garantir o que moveu o gramático para tal observação. Talvez

tenha ele como base pressupostos como o que apresentamos acima, e com certeza expôs teoria estando muito preso às impressões da fala ou mesmo da literatura modernista.

CIPRO NETO distingue com propriedade as situações de uso:

“Na linguagem do dia-a-dia, usa-se muito pouco a forma simples do pretérito mais-que-perfeito. É comum, entretanto, na linguagem formal e literária, bem como em algumas expressões cristalizadas (*‘Quem me dera!’*; *‘Quisera eu’*).” (1998, p. 191)

O arranjo dos dados de acordo com sua procedência é esta:

TABELA 76 - Emprego do pretérito mais-que-perfeito: simples e composto - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
03	02	04	00	04	01	08	16	04
09 casos = 21,4 %				33 casos = 78,6 %				

Nessa tabela, observamos que o número de ocorrência das publicações jornalísticas ultrapassam o das técnico-científicas. O maior usuário do pretérito mais-que-perfeito é a revista *Veja*. Voltado para o futuro, como comentamos anteriormente, o texto da Constituição não abre espaço para o passado. Resultado: não foi registrado um único caso do item em discussão.

6.3.4. Preposição

Vejamos, agora, o emprego de nova classe de palavra: a preposição. Destacamos uma de suas aplicações: a anteposição ao núcleo do sujeito de um infinitivo.

Em conversas informais, em palestras, nas mais diversas situações de fala, os brasileiros constroem sentenças com sintaxes semelhantes a “*Chegou a hora da onça beber água.*”, “*O fato dele não gostar de ler me deixou espantado.*”, contrariando as normas clássicas, que exigem, respectivamente: “*Chegou a hora de a onça beber água.*”, “*O fato de ele não gostar de ler me deixou espantado.*”. Expusemos as razões defendidas pelas gramáticas e as avaliações de nossos informantes, ao tratar da frase 14. Os gramáticos condenam a contração da preposição com o sujeito, os professores e estudantes que contribuíram com nossa pesquisa se dividem: 46,2% favoráveis X 53,8% contrários à contração. E nos textos formais, qual será a preferência?

TABELA 77. Núcleo de sujeito precedido de preposição

Contração		Não-contração		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
02	6,1	31	93,9%	33	100

Os dados coletados evidenciam que, apesar de soar de forma muito artificial aos ouvidos brasileiros, frases como “*O fato de os vegetais absorverem energia luminosa...*” são as mais usadas nos textos formais. A preferência pela não-contração da preposição, com índice tão elevado (93,3%), não deixa dúvidas de que a gramática clássica exerce grande influência sobre o segmento social que se movimenta no topo da pirâmide cultural brasileira.

Os dois únicos exemplos contrários a essa propensão normativa encontram-se no texto de *Linguística*, cujo autor, cientista da linguagem, solitário, se dispõe

bravamente a sublevar a ordem estabelecida nos palácios e torres imperiais da gramática, fortemente protegidos por guardiães da língua portuguesa.

Continuaremos a tratar do emprego da preposição, mas num campo bastante específico: o da regência nominal e verbal.

O emprego da preposição contraída ou não em posição anterior ao sujeito da frase foi partilhado da seguinte forma entre os textos que deram origem a esse levantamento de dados:

TABELA 78 - Núcleo de sujeito precedido de preposição - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
02	16	02	00	02	02	02	06	01
20 casos = 60,6 %				13 casos = 39,4 %				

Como em tantas outras situações, o livro didático de Geografia lidera a posição de maior usuário do fato lingüístico em observação e, novamente, seguido pela *Veja*.

6.4. Sintaxe de regência

Apresentaremos separadamente a regência nominal e a verbal.

6.4.1. Regência nominal: alguns casos que provocam oscilações de usos

Na fala cotidiana, as pessoas, escolarizadas ou não, esbarram em certas estruturas, oscilando entre uma ou outra preposição: “A dificuldade *de* (ou *para?* ou *em?* ou *a?* ou *com?*) falar em público.”, “Determinados *a* (ou *em?*) não abrir mão...”, “A decisão *em* (ou *de?*) adiar o casamento.”, ‘Pedi proteção *aos* (ou *para os?*) ameaçados.’. As escolhas, nessas condições, são feitas sem muito critério, pois

o falante em geral prefere não perder o conteúdo de sua mensagem por simples medo de cair de uma pinguela gramatical.

Essas dúvidas surgem, no entanto, também durante a escrita, situação em que pode haver tempo para uma rápida consulta a obras especializadas, como gramáticas e dicionários. Inúmeras são as situações em que o texto tem de exibir boa qualidade no nível da correção vernacular, acreditamos não haver controvérsias quanto a esse fato.

A esse respeito, ALMEIDA faz a seguinte advertência ao seu leitor:

“Seria contraditório afirmar que ‘regência não comporta raciocínio’, e a seguir pretender justificar a regência de um verbo ou de um nome com comparações, com considerações de significação ou sentimentais como esta de ‘atitude mais amena’. A regência é indicada pelo uso dos que nos antecederam no bom falar; diante de uma dúvida de regência, o trabalho nosso será verificar como autores de responsabilidade construíram. E como descobri-lo? Um dicionário de regência acompanhada da significação e de exemplos, ou um tratado de filologia, podem assessorar-nos.” (1996, p. 13)

Negar a consulta para aprendizado a obras de grandes escritores, consagrados pela tradição, representa infantilidade. É evidente que eles se constituem autoridades²³ e modelo para os aprendizes de literatura e para usuários comuns da língua. Gostaríamos, entretanto, de acrescentar à lista proposta por Almeida os modelos atuais, os que fazem uso efetivo da língua formal: as publicações técnicas, científicas e jornalísticas, como as que temos utilizado neste trabalho. Não podemos concordar com Almeida quando ele localiza a fonte do modelo para a norma unicamente no passado, no “uso dos que nos antecederam no bom falar”. A língua é dinâmica, pois

²³ Acreditamos ser importante repensar o papel do testemunho da autoridade em assuntos científicos. É indiscutível que os especialistas são pessoas que devem ser ouvidas a respeito do objeto de estudo a que se dedicam, mas isso exige cuidados e reservas, para não incorrerem no erro de cultuar o mito da autoridade, que nos desobriga de pensar e buscar soluções. LESSA, muito acertadamente, faz a seguinte reflexão sobre o assunto: “...o argumento da autoridade é, senão despiciendo, pelo menos relativo, e nada obsta, portanto, a que continuemos a observar atentamente os fatos e possamos chegar, neste ou naquele ponto, a conclusões diferentes daquelas a que haviam chegado extraordinários filólogos (...)”. (1976: 114)

é parte do homem, por isso evolui com os grupos sociais, com o mundo. A tradição é a base do nosso conhecimento acumulado, mas não é tudo, pois continuamos a produzir incessantemente a história da humanidade. A língua inevitavelmente revela as mudanças que acompanham essa história.

O que temos observado é que as obras de consulta – gramáticas, obras gerais de estudos sobre a língua, dicionários – são lentas para acatar as inovações lingüísticas. E alguns setores da sociedade saem à frente do código registrado nessas obras legisladoras, como é o caso dos professores e alunos de Letras que conosco colaboraram nesta pesquisa²⁴. Outros ora avançam, ora se nivelam às normas mais conservadoras: apontamos como exemplos desse grupo o conjunto dos autores das obras que nos assessoram que freqüentemente oscilam entre o velho e o novo. Individualmente, alguém levanta uma bandeira e abre alas para a modernidade em certos momentos, mas o movimento tradicional é muito forte e o faz manter-se preso aos demais na maior parte do tempo: é o caso do autor de *Dramática da Língua Portuguesa*, tantas vezes por nós citada por integrar nosso *corpus*.

Vejamos, no caso da regência nominal, como se apresentam os textos formais em relação à tradição.

TABELA 79. Regência nominal

GT Sim		GT Não		GT ???		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1155	99,6	03	0,3	02	0,1	1160	100

²⁴ Os nossos informantes demonstraram um comportamento curioso. Julgaram o texto formal escrito por terceiros com bastante flexibilidade, acatando inovações recolhidas na linguagem oral espontânea. Por outro lado, podemos considerar (com baixíssimas possibilidades de erros) que os textos produzidos por esses informantes têm características semelhantes às dos que temos estudado nesta seção, ou seja, têm grande afinidade com a norma canônica. A teoria é mais avançada do que a prática...

Muitos são os que afirmam ser a regência campo inteiramente aberto *para*²⁵ inovações. Isso talvez seja verdadeiro no campo da língua falada. Na esfera da escrita formal, o resultado a que chegamos atesta não aparecer a regência nominal como fenômeno de inclinação diverso dos demais constituintes da língua escrita: quase a totalidade dos casos encontrados se enquadra nas inflexíveis regras gramaticais. Observemos que são inúmeras as situações de uso da regência nominal, ou seja: 1.160, dos quais apenas 5 tomaram rumo diferente do determinado pelos gramáticos e dicionaristas. São as seguintes essas cinco exceções:

- (a) é eliminado *para* a água.
- (b) é eliminado *para* o ar.
- (c) meio físico adequado *para* a sobrevivência
- (d) nome adequado *para* o estudo da biosfera.
- (e) Ariadne não tem problema *em* desfilar...

Nas frases (a) e (b), não há respaldo entre os teóricos para o abono ou para a censura da regência adotada: ninguém registra o vocábulo com a estrutura empregada. Só registram o movimento *de onde* e não *para onde*: “eliminar do assunto esse ponto”. Não estamos certos se a referência apenas ao ponto de chegada (água) gera uma construção naturalmente aceita entre os usuários comuns e especialistas da língua. Sendo assim, destacamos as duas sentenças com interrogações.

Quanto às três frases restantes, temos o seguinte resultado:

- Segundo LUFT (1999), nenhuma das preposições usadas podem ser aceitas;

²⁵ Ou mesmo *a*, de acordo com LUFT, 1999:22. Sempre que a situação permite, preferimos a regência mais usual. Acreditamos que a língua, patrimônio comum, não deve ser usada para criar castas privilegiadas na sociedade. Se não há opções dentro do registro formal para a escrita, paciência... Então, neste caso, adotamos as construções muitas vezes cheias de artificialismo. São as regras do jogo social.

- NASCENTES (1967) não menciona os verbetes *eliminado* e *problema* nem os respectivos cognatos. Condena *adequado*;
- FERREIRA (1986) inclui todos esses verbetes, mas não menciona nenhuma das regências adotadas pelos textos do nosso *corpus*.

O conjunto dos dados se dispôs da seguinte maneira:

**TABELA 80 - Regência nominal - casos que provocam oscilações de usos -
Fontes dos dados**

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superintendente
111	129	160	436	59	40	25	163	37
836 casos = 72,1%				324 casos = 27,9 %				

A TAB. 80 expõe as diversas concentrações dos dados nas obras consultadas. A *Veja* é, mais uma vez, a líder como usuária desse recurso da língua entre seus pares, as publicações jornalísticas.

6.4.2. Regência verbal

Nós nos dirigiremos, neste momento, para o segundo compartimento da regência, aquele que se relaciona a verbos.

6.4.2.1. Casos que provocam oscilações de uso

Ao estudarmos, em páginas anteriores, quinze entre as trinta frases submetidas à apreciação dos professores e alunos que nos prestaram colaboração neste trabalho, chamamos a atenção para o fato de elas envolverem como foco básico da norma morfossintática a regência verbal. Ali, defrontamos diferentes visões do mesmo problema por parte dos informantes e dos teóricos da gramática.

Enquanto levantávamos os dados, não nos detínhamos aos verbos cuja transitividade consideramos ter consenso entre os usuários comuns da língua. Fixamos nossa atenção, sim, naqueles que nos pareceram oferecer abertura a vacilações entre os falantes e, conseqüentemente, a oscilações de usos. Não tínhamos uma lista pré-definida de verbos (nem de nomes para os casos de regência nominal já vistos); fomos construindo a relação à medida que iam surgindo os verbos e nomes nos textos destacados por nós.

Como as frases que compõem o elenco das trinta avaliadas foram retiradas do *corpus* de textos formais deste trabalho, e muito já comentamos sobre os quinze casos referidos, assentaremos o foco de nossas observações, agora, nos exemplos ainda não mencionados. Eis o quadro-síntese dos dados que coligimos.

TABELA 81 - Regência verbal: verbos coletados que provocam oscilações de uso

GT Sim		GT Não		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
1317	97,9	23	2,1	1340	100

Campo sempre polêmico este da regência. Por alguns teóricos gramaticais, uma determinada sintaxe usada comumente na fala brasileira é aceita no texto escrito, se foi consagrada por intermédio da literatura; por outros, essa mesma sintaxe é condenada. Uns só aprovam as construções clássicas da língua portuguesa, outros valorizam o uso atual dos escritores modernistas.

Retirando da lista os verbos cujas regências já foram comentadas a propósito da consulta efetivada, distinguimos os seguintes casos:²⁶

²⁶ O quadro geral dos verbos estudados (QUADRO 35) encontra-se no Anexo.

A) Regências condenadas por unanimidade:

- admitir: “...admitiu à Super...”
- ajustar: “...ajustar a acústica para cada tipo de som.”
- colocar: “...colocar um ponto final a décadas de...”
- eleger: “...posso eleger à Presidência...uma pessoa...”
- eliminar: “...do ambiente...e elimina substâncias para ele.”
- ficar: “...outro local para você ficar.”
- indenizar: “...indenizar...em 526 reais.”
- vender: “...vendeu os...escravos para os portugueses.”

B) Regência condenada pela grande maioria dos gramáticos, somente tolerada por Luft, que prefere o verbo como transitivo direto, na acepção da frase.

- implicar: “... o que implica na idéia...”

C) Estrutura condenada por falta de paralelismo sintático no campo da regência:

- gabar: “...pode gabar-se de que...e que...”²⁷

O que fizemos foi apresentar os casos que se configuram como exceções ao uso da regência verbal nos textos formais. Observando atentamente a TAB. 81, constatamos que se aproxima bastante de 100% o índice de coincidência das escolhas feitas com os ditames tradicionais.

Nos textos que deram origem aos usos que ora enfocamos, os dados estão assim organizados:

²⁷ Voltaremos a tratar do paralelismo sintático em páginas posteriores.

TABELA 82 - Regência verbal: verbos coletados que provocam oscilações de uso
Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
132	249	129	385	94	39	51	213	48
895 casos = 66,8 %				445 casos = 33,2 %				

A fonte mais rica de recursos para a nossa observação é a Constituição. Em seguida, vêm o livro didático de Geografia e a revista *Veja*. A TAB. 82 comprova o elevado número de casos coletados que provocam dúvidas no usuário da língua portuguesa e, conseqüentemente, oscilações de uso de formas diferenciadas.

6.4.2.2. Emprego de complemento comum a verbos de regências diferentes

Ainda nos limites da regência verbal, investigaremos novo viés: o uso de uma ou duas preposições para dois verbos de regência diferenciada.

Na informalidade da linguagem do dia-a-dia, são comuns frases semelhantes a estas: “*Fui e voltei de lá em uma hora*”, “*Dizia amar e sentir ciúme da noiva.*” Nessas estruturas, como já comentamos ao nos referir à frase 16, sintetizamos o pensamento, usando um único complemento para verbos de regências diferentes. São frases corriqueiras, perfeitamente aceitáveis pelos usuários comuns da língua portuguesa; os intelectuais, inclusive. Talvez um número bastante alto de pessoas de escolaridade superior nada encontre de estranho em construções como estas. Entre esse grande contingente, estão os estudiosos que nos serviram de informantes.

Não é essa a visão da maioria dos legisladores do idioma, de acordo com o que vimos atrás. Eles exigem desdobramentos da construção, de modo que cada verbo assumira sua relação própria com o complemento que a ele se prende.

**TABELA 83 - Regência verbal: dois verbos de diferentes regências
– um ou dois complementos?**

Um único complemento		Dois complementos		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
03	27,3	08	72,7	11	100

É baixíssimo o índice de ocorrências de construções desse tipo: apenas 10 frases num universo de 11.000 exemplos coletados.

Esse é um caso sofisticado de regência de nossa língua, o qual não tem a atenção integral dos falantes do nosso idioma. Ainda que em menor escala, quando comparado ao uso padronizado pela tradição gramatical, um número relativamente alto de casos não-coincidentes com os rígidos padrões normativos (27,3%) revela que aqueles que escrevem textos formais nem sempre dão grande importância às regras em questão.

Importante destacar aqui que as 8 frases coletadas que contêm regência presa às regras canônicas estão todas na Constituição da República Federativa do Brasil (“*que vise ou possa levar à perda do mandato...*”, “*será levado à prisão ou nela mantido...*” etc.).

Quanto às outras três:

- Duas estão no livro didático de Biologia. Ambas apresentam um único complemento para o mesmo verbo, contrariamente ao que preconiza a gramática “*populações em que indivíduos podem entrar ou sair livremente...*” e “*...população na qual nenhum indivíduo pode chegar ou sair...*”. Aqui, nesta última frase, além de um único complemento, representado pelo relativo, a conjunção em empregada para os verbos *chegar* e *sair* é também condenada pelos puristas, que prescrevem a preposição *a* para os verbos de movimento,

ainda que não seja essa a realidade brasileira, conforme comprovam os textos de nossos escritores modernistas (Ver observações sobre as frases 21.).

- O outro exemplo encontra-se na revista *Superinteressante* (“...vai se aproximar e entrar no sistema Solar.”)

Se fizermos como no caso da formação do futuro do indicativo com o auxílio de *ir* em perífrase verbal, isto é, se eliminarmos o elemento divergente do conjunto, que é a Constituição, publicação técnica, podemos concluir que em 100% das publicações científicas e jornalísticas não se aplica a regra de obrigatoriedade de complementos distintos para verbos de regências diferentes. Cremos poder entender esses fatos da seguinte forma:

- Considerando o conjunto das publicações técnico-científicas como o padrão atual, concluímos que em sua maioria aplica-se a regra clássica de obrigatoriedade de complementos distintos para verbos de regências diferentes;
- Tomando como modelo da norma contemporânea as publicações científicas e jornalísticas, isto é, excluída a publicação técnica, vemo-nos compelidos a admitir a ineficácia da regra em pauta, pois o uso efetivo aponta para a totalidade dos fatos lingüísticos contrários aos preceitos normativos. Nesse sentido, podemos julgar esse fato como representativo de uma tendência do português formal escrito dos dias atuais.

6.4.2.3. Regência e pronome relativo

Finalizaremos o estudo da regência, aliando o item ao emprego de pronomes relativos precedidos por preposição.

Nada mais natural que se ouçam as seguintes frases: (a) “*As pessoas que eu confio são estas.*”, (b) “*O livro que falei está esgotado.*”

Após treinamentos escolares com a modalidade escrita de frases como estas, alguns falantes passam, freqüentemente com grande dificuldade, a conseguir

operar o malabarismo de raciocínio necessário para promover as transformações necessárias e usar as seguintes estruturas equivalentes: (a) = (c) “*As pessoas em quem confio são estas.*” e (b) = (d) “*O livro sobre o qual falei está esgotado.*” São ambas construções típicas de língua escrita formal. Em virtude da dificuldade de operação exigida em tais estruturas, os “olhos clínicos” dos professores de Português, nas situações que exigem o uso do relativo preposicionado, estão sempre enxergando as “anomalias” sintáticas provenientes de formações perfeitamente normais e saudáveis da fala descontraída brasileira.

Ao estudarmos a frase 11 avaliada pelos nossos informantes, reconhecemos a grande aceitação dos avaliadores de estrutura a que falta a preposição exigida pelo verbo. Vemos também a posição unânime dos gramáticos no sentido de rechaçar tal construção.

Cabe-nos avaliar se a influência da oralidade provoca nos textos formais de nosso *corpus* indícios de premência de alteração das normas gramaticais existentes.

Para isso, examinemos os dados.

TABELA 84 - Emprego do pronome relativo preposicionado

GT Sim		GT Não		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
361	99,4	02	0,6	363	100

Os dados não dão margem a equívocos: os textos do *corpus*, mais uma vez estão respaldados nas normas canônicas, em franca oposição à avaliação dos colaboradores da consulta efetivada por nós.

Detectadas apenas duas ocorrências de emprego não coincidente com os padrões estabelecidos para o uso formal vernáculo: uma das frases está na revista

Veja, e a regência exigida pela gramática para o caso, diga-se de passagem, aos olhos do usuário comum da língua parece bastante sofisticada: trata-se da utilização da preposição precedendo o demonstrativo o seguido de relativo. Vejamos a frase da revista: “*Nesse ponto, não há o que discordar.*” A tradição gramatical recomenda, nesse contexto, o registro da preposição regida pelo verbo *discordar*. A frase fica “intragável”: “*Nesse ponto, não há o de que discordar.*” Francamente... A sensibilidade lingüística do autor do texto foi mais forte que a rigidez da regra. Alguns vernaculistas admitem a construção alternativa, um pouco mais “palatável”: “*Nesse ponto, não há do que discordar.*”

Fizemos constar do teste que aplicamos a professores e estudantes da área de Letras esse exemplo, registrado como frase 11. Lá, o resultado foi a aprovação pela maioria dos informantes (77,5%) da frase na forma original publicada pela *Veja*.

A outra frase que se inscreve fora das normas foi detectada também na *Veja*: “... colonização ... ao que ele dá ênfase nos inéditos ...” A bem da verdade, o ponto de divergência com relação à gramática tradicional não se passa exatamente no campo da regência verbal, mas no da concordância nominal: o emprego da preposição *a* antecedendo o relativo está dentro nas normas previstas. O desvio da norma de prestígio social, aqui, está no artigo empregado no masculino em lugar do feminino. De qualquer forma, decidimos registrar aqui o caso, em virtude de estarmos tratando do emprego do relativo precedido por preposição.

Apresentamos, em seguida, o quadro de fontes e ocorrências do relativo preposicionado:

**TABELA 85 - Emprego do pronome relativo preposicionado
Fontes dos dados**

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	<i>Folha on line</i>	<i>Folha de São Paulo</i>	<i>O Globo</i>	<i>Veja</i>	<i>Superinteressante</i>
36	77	78	85	14	08	03	51	11
276 casos = 76 %				87 casos = 24 %				

É de se notar o alto índice de construções sintáticas com o pronome relativo preposicionado. Em todas as publicações com as quais trabalhamos, localizamos exemplificação, às vezes pouco expressivas, como é o caso das informações de *O Globo*, mas quase sempre relevante, como se dá com todas as obras técnico-científicas, bem como com a *Veja* e até mesmo com a *Folha on line* e a *Superinteressante*.

Ao finalizarmos o estudo da consulta feita aos nossos informantes, reunimos, anteriormente, em duas tabelas (TAB 45 e TAB 46) os resultados comparativos entre as avaliações dos nossos colabores e as normas preconizadas pela tradição gramatical.

Chegando, agora, ao final da parte central de nosso trabalho, sintetizaremos as conclusões que foram sendo distribuídas ao longo do estudo que fizemos sobre as construções coletadas nos textos formais e estabeleceremos um paralelo, em termos percentuais, no que se refere ao grau de coincidência entre o uso efetivo e as normas tradicionais.

TABELA 86 - Os usos nos textos formais e as normas tradicionais

Item gramatical	GT Sim	GT Não
	%	%
1.Colocação pronominal em encontro verbal	99,6	0,4
2.Colocação pronominal em início de período ou de oração	95,7	4,3
3.Colocação pronominal: mesóclise	98,1	1,9
4.Concordância verbal: expressões partitivas	100	--
5.Concordância verbal: sujeito posposto	99,6	0,4
6.Concordância verbal: passiva sintética com um núcleo verbal	91,6	8,4
7.Concordância verbal: passiva sintética com encontros verbais	57,1	42,9
8.Emprego do relativo cujo	100	--
9.Emprego de demonstrativos este/esse	100	--
10.Emprego de pron. pessoal como objeto direto e sujeito de infinitivo	96,5	3,5
11.Emprego de conjunções adversativas em meio e início de período	100	--
12.Emprego de <i>ter, haver, existir</i>	98,3	1,7
13.Emprego do futuro simples X futuro com auxiliar <i>ir</i>	100	--
14.Emprego do mais-que-perfeito simples X composto	100	--
15.Núcleo do sujeito precedido por preposição	93,7	6,1
16.Regência nominal: casos que provocam oscilações de uso	99,6	0,4
17.Regência verbal: casos que provocam oscilações de uso	97,9	2,1
18.Regência verbal: dois verbos + complementos	72,7	27,3
19.Regência verbo-nominal: pronome relativo preposicionado	99,4	0,6

Com exceção dos itens 7 (Concordância verbal: passiva sintética com encontros verbais) e 18 (Regência verbal: dois verbos de regências diferentes acompanhados de um único ou de dois complementos), vemos que é inexpressiva a não-coincidência dos usos efetivos nos textos que nos serviram de *corpus* e as normas estabelecidas pela tradição.

O grau de coincidência, aqui, é bastante superior ao gerado pelas avaliações dos professores e alunos que consultamos: sem os itens 7 e 18 é de 98,2%; com a inclusão desses dois itens, cai para 76%. No caso dos nossos informantes, os índices, repetimos, são os seguintes: 42,3% de coincidência contra 57,7% de desvio da norma.

Ao fazermos as análises, em alguns momentos observamos o comportamento discrepante da publicação técnica, a Constituição, em relação ao conjunto das obras. Refizemos cálculos e utilizamos os dados novos, que voltamos, então, a rerepresentar. Gostaríamos de enfatizar que os dados novos rerepresentados não nos parecem representativos para servirem de modelo da norma escrita atual: esse papel acreditamos que cabe ao conjunto de dados de todas as publicações estudadas e consignados na TAB. 86 acima. Os dados novos rerepresentados, na verdade, são tidos por nós como índices de tendências de variações lingüísticas. Pretendemos retomar essas reflexões na Conclusão deste trabalho.

Quando nos propusemos realizar esta pesquisa, preocupamo-nos em estabelecer uma listagem de casos típicos que oferecem oscilações de usos em função dos mais diversos graus de formalidade da linguagem. Nossa proposta inicial terminava aqui, nesse item 6.4.2.3. Ao longo da leitura que fomos fazendo dos textos formais, no entanto, passamos a sentir necessidade de descortinar novos espaços para coleta do imprevisto/imprevisível. À medida que iam aparecendo estruturas que nos chamavam a atenção, fomos abrindo novas planilhas.

Percebendo que outros fenômenos morfossintáticos iam se delineando aos poucos, complementando aquilo que havíamos catalogado anteriormente de protótipos morfossintáticos, criamos uma megaplanilha, que batizamos de Casos Curiosos. Esta foi sendo alimentada com as estruturas morfossintáticas complementares, título que passou a nomear a referida planilha.

Paralelamente, fomos detectando outros fenômenos lingüísticos que, além de questões morfossintáticas, envolvem aspectos lexicais. Criamos, então, a planilha

Vocabulário (que posteriormente renomeamos como Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais) e nela fomos jogando tudo que nos chamava a atenção em relação ao léxico e a estruturas que escaparam às nossas previsões iniciais e superavam a planilha de Casos Curiosos (ou seja, as estruturas morfossintáticas complementares).

Terminada a coleta de dados, surgiu a necessidade de subdividir essas duas superplanilhas em categorias menores, de acordo com as afinidades temáticas. E o resultado é o que vem a seguir, nos itens 6.5 e, posteriormente, 6.6.

Queremos deixar claro que, ao expor o que coletamos nos dois grandes blocos que virão (6.5 - *Estruturas morfossintáticas complementares* e 6.6 - *Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais*), apesar de, em muitos momentos, nos debruçarmos sobre um ou poucos exemplos encontrados, não estamos fazendo a apologia da análise baseada na excepcionalidade dos casos marginais. Eles aqui estão por fazer parte da realidade lingüística que se foi retratando no material com que trabalhamos e por entendermos que contribuem de alguma forma para compor o complexo e rico quadro da língua portuguesa, ao longo de nossa história minuciosamente estudado por grandes mentes, admiráveis inteligências de ontem e de hoje. Mentas às vezes rípidas: “*A pessoa que escreveu isso, o dono do jornal e outras que os acompanhassem deveriam estar presos.*”;²⁸ mentes que expõem sua irritação sob a aparência de humor: “*Recentemente, leu-se num pára-choque de caminhão: Não tenho medo de animais na pista, mas tenho muito medo de alguns*

²⁸ SACCONI, 1990 b, p. 383

burros no volante. Seria mais um?”²⁹ Mentas por vezes preconceituosas: “*Constitui hoje doença o emprego de inclusive, doença introduzida pelas cozinheiras na alimentação diária dos patrões.*”,³⁰ mas, ao mesmo tempo, capazes de construir pensamentos torneados pela poesia: “*Armas dos homens, as palavras com eles se transformam.*”³¹ Mentas que dizem grandes verdades: “*Menosprezar, rebaixar, ridicularizar a língua ou variedade de língua empregada por um ser humano equivale a menosprezá-lo, rebaixá-lo, ridicularizá-lo enquanto ser humano.*”³²

B. Estruturas morfossintáticas complementares

6.5. Estruturas morfossintáticas complementares

6.5.1. Concordância verbal

6.5.1.1. Caso: é que

QUADRO 2 - É que

Exemplos	GT Sim	GT Não
1 ...São dessas necessidades que surgem as relações... (<i>Biologia</i>)		X
2 ...e são elas que garantem seu crescimento. (<i>Biologia</i>)	X	
3 É nelas que a glicose e o oxigênio transformam-se... (<i>Biologia</i>)	X	
4 ... foram os tribunais que arcaram com os custos de... (<i>Folha on line</i>)	X	

Registramos em todo o material estudado apenas esses quatro casos.

Os gramáticos preconizam o emprego da partícula de realce é que como invariável.

²⁹ SACCONI, 1990 b, p. 179.

³⁰ ALMEIDA, 1996, p. 267.

³¹ ALMEIDA, 1996, p. 46.

³² BAGNO, 2000:, p. 36.

“A locução de realce é **que** - O verbo *ser* permanece invariável na expressão de realce é **que**: *Eu é que mantenho a ordem aqui. [= Sou eu que mantenho...]* / *Nós é que trabalhávamos. [Éramos nós que trabalhávamos]*” (CEGALLA, 1988, p. 391)

“Como elemento de realce, vale-se a língua da locução é **que**, idiotismo português de grande valor expressivo. Tal locução é invariável, e, por isso, não se altera a concordância do verbo da oração – a qual se faz normalmente com o sujeito: *eu (é que) coso; tu (é que) coses (...)*” (LIMA, 1987, p. 374)

Vemos, também, no *Manual de Redação e Estilo* de O ESTADO DE SÃO PAULO, regulamentação sobre o assunto para uso nas redações de textos jornalísticos:

“É **que** não varia em frases como as que se seguem (repare que está intercalada uma expressão preposicionada): *É nesses movimentos que a plástica sobressai* (e nunca *são nesses movimentos que...*) / *É sobre esses aspectos que ele deve meditar* (e não *são sobre esses aspectos que...*) / *É dessas coisas que* (em vez de *são dessas coisas que...*) (1990, p. 139)

ELIA (1979, p. 72) também julga invariável essa expressão.

Com os ensinamentos vistos até aqui, não nos parece tão simples decidir se as frases encontradas coincidem ou não com o que dispõem os gramáticos. Melhor: a norma determinada pelos estudiosos não nos parece contemplar os casos anotados. Usou-se o plural em três frases, e em uma destas fez-se a flexão de tempo verbal (*foram*, pretérito perfeito). Apenas uma frase construiu-se em harmonia com a norma fixada: a terceira: ‘É nelas que a glicose e o oxigênio transformam-se...’

Vejamos novas explicações que poderiam esclarecer a questão. CEGALLA, após tratar da invariabilidade da expressão, explica:

“Iniciando-se a frase com o v. *ser*, a concordância opera-se normalmente: *Foi ela que saiu ganhando. / És tu que responderás pelos teus atos. / Somos nós que sofreremos as conseqüências. / São eles que deveriam fazer isso. / Eram as pessoas e não as tarefas que o cansavam.*” (1999, p. 145)

A mesma lição de CEGALLA é dada por ALMEIDA.

“A flexão do verbo é obrigatória quando há inversão e, ao mesmo tempo, deslocamento do *que*. Ou se diz: *Ele é que fez isso* ou *Foi ele que fez isso*. Tanto o *é que* do primeiro exemplo quanto o *foi que* do segundo constituem a mesma locução expletiva. Ou se dirá: *Foram eles que fizeram isso* ou *Eles é que fizeram isso*.” (1996, p. 161)

Agora, sim, as normas abrangem os usos efetivados nas frases 2 “...e são elas *que* garantem seu crescimento.” e 4 “... foram os tribunais *que* arcaram com os custos de tanto desatino...”.

Apenas a primeira frase soa-nos realmente estranha. Julgamos ser o caso dela semelhante ao da terceira, em que se optou por *é que* invariável: ‘...São dessas necessidades *que* surgem as relações...’. Acreditamos que a não flexão criaria uma estrutura sintática mais natural: ‘...*É* dessas necessidades *que* surgem as relações...’

6.5.1.2. Caso: percentuais e numerais fracionários

O conjunto de dados coletados nesse item é o seguinte:

QUADRO 3 - Percentuais e numerais fracionários

Exemplos	GT Sim	GT Não
1 ...e 50% originam machos. <i>(Biologia)</i>	X	
2 ...quarenta por cento serão destinados a financiar... <i>(Constituição)</i>	X	
3 Cerca de 60% de sua população total ainda vive no... <i>(Geografia)</i>	X	
4 Apenas 16% do território japonês é formado por... <i>(Geografia)</i>	X	
5 Cerca de 80% do território japonês apresenta... <i>(Geografia)</i>	X	
6 Ali vivem mais de 60% da população japonesa. <i>(Geografia)</i>	X	
7...e mais de 50% da <i>população</i> tem nível superior de ensino. <i>(Geografia)</i>	X	
8 ...onde hoje se concentra mais de 40% da <i>produção</i> ... <i>(Geografia)</i>	X	
9 Mais de 50% da <i>população</i> desse estado se concentra em... <i>(Geografia)</i>	X	
10...onde vivem cerca de dois terços da população... <i>(Geografia)</i>	X	
11 ...mais de 7% são provenientes do setor primário... <i>(Geografia)</i>	X	
12 Apenas 7% dos eleitores já sabem em quem vão votar... <i>(O Globo)</i>	X	

Nem todos os compêndios gramaticais tratam desse caso especial de concordância. SACCONI expõe preceito a respeito. Vejamos:

“Números percentuais e fracionários exigem a concordância normal. Ex.: *Trinta por cento da cidade estão inundados. Um terço da cidade está inundado; dois terços estão sob as águas...* Os percentuais também admitem a concordância irregular ou figurada, isto é a concordância com o nome que se lhes segue. Ex.: *Trinta por cento da cidade está inundada. / Sessenta por cento das mulheres ficaram feridas.* Se o número percentual vem determinado por artigo ou por pronome adjetivo, faz-se com eles a concordância. Ex.: *Os 30% da produção serão exportados. Esses 2% do lucro já me bastam.*” (1990b, p.349)

Como se vê, o autor adota como norma a concordância do verbo com o número expresso: um, singular (*Um terço da cidade está inundado*); a partir de dois, o verbo vai para o plural (*dois terços estão sob as águas...*). Admite ele, porém, a “concordância irregular”, ou seja, com o substantivo (*Trinta por cento da cidade está inundada*). Logo, segundo Sacconi, com numerais fracionários e percentuais, o verbo pode ser marcado tanto no singular quanto no plural.

A FOLHA DE SÃO PAULO, em seu manual de redação, registra que “para simplificar a concordância, a *Folha* adota a seguinte padronização”, apresentando, em seguida, um quadro em que se percebe que a concordância se dá com o número percentual, se este está só (*1% está desempregado; 80% estão desempregados*) e, havendo substantivo no sujeito, a concordância com ele se fará (*80% do eleitorado está desempregado; 1% das mulheres estão desempregadas*). (1992, p. 102).

Essa é a mesma prescrição feita por Cipro Neto, *Editora Abril*, Almeida, *O Globo*, Cegalla. Este último acrescenta que, se o verbo preceder o percentual, o plural é obrigatório: “*Perderam-se 10% da colheita.*” (CEGALLA, 1999, p. 285). Sob esta perspectiva de antecipação do verbo, então, estariam adequadas as frases 6

e 10 e inadequada a 8. Entretanto, como somente CEGALLA se pronunciou a respeito de tal condição, preferimos entender a construção como adequada, de acordo com a opinião da maioria dos normativistas.

Chama a atenção um fato: a estrutura que Sacconi tacha de “irregular” é a que tem a preferência dos autores dos textos formais pesquisados (50%). Vejamos isso sob a forma de uma tabela.

TABELA 87 - Concordância com numerais e percentuais fracionários

Estrutura	Concordância com numeral	Concordância com substantivo
Só numeral	1, 2, 11 (25%)	---
Numeral + substantivo + verbo	---	3, 4, 5, 7, 9, 12 (50%)
Verbo + numeral + substantivo	6, 10 (16,7%)	8 (8,3%)

6.5.1.3. Caso: um dos que

QUADRO 4 - Um dos que

Exemplos	GT Sim	GT Não
1 Um dos fatores que mais contribuiu para esse resultado foi o... (<i>Biologia</i>)	X	
2 ...família ... na pessoa de cada um dos que a integram... (<i>Constituição</i>)	X	
3 A corretora foi uma das que rebaixaram os títulos brasileiros. (<i>O Globo</i>)	X	

Os legisladores de regras gramaticais consultados se dividem em dois grupos na avaliação dessa questão. Há os que recomendam o plural, mas admitem o singular: Bechara, Cegalla, Lima, Elia, Lessa. Há os que defendem apenas o plural: Cipro Neto, Gonçalves, Nascimento, Cunha, FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO.

Havendo impasse, optamos por marcar como coincidentes com as normas todos os casos encontrados, mas destacamos que a preferência nos textos está em sintonia com a maioria dos gramáticos, pois a ocorrência maior é a do plural.

De qualquer forma, registramos as palavras de CIPRO NETO, que argumenta em favor do plural, com um raciocínio bastante convincente:

“Com a expressão **um dos que**, o verbo deve assumir a forma plural: *Ademir da Guia foi um dos jogadores de futebol que mais encantaram os poetas. / Se você é um dos que admiram o escritor, certamente lerá seu novo romance.* A tendência, na linguagem corrente, é a concordância no singular. O que se ouve efetivamente é ‘*Ele foi um dos deputados que mais lutou para a aprovação da emenda.*’. Faça a comparação com um caso em que se use um adjetivo. Você diria ‘*Ela é uma das alunas mais brilhante da sala?*’ Claro que não! *Das alunas mais brilhantes da sala, ela é uma.* Do mesmo modo, *dos deputados que mais lutaram pela aprovação da emenda, ele é um.* Então o raciocínio lógico mostra que o verbo no singular é inaceitável.” (1998, p. 484)

6.5.1.4. Caso: Sujeito oracional composto

QUADRO 5 - Sujeito oracional composto³³

Exemplos	GT Sim	GT Não
É da competência...do Congresso...I- resolver...II- autorizar... autorizar...	X	
...compete ao Senado...processar...aprovar...autorizar...	X	
As comissões...cabe: I-discutir e votar...II - ...	X	
... é facultado ao Senado Federal: a) estabelecer alíquotas...b) fixar...	X	
... cabe à lei complementar: a) definir ... b) dispor ...	X	
Cabe à lei complementar: I – definir...II – estabelecer ...	X	
... Caberá a uma comissão ...: I – examinar e emitir parecer...	X	
Cabe à lei complementar: I – dispor sobre...estabelecer...	X	
Compete à lei federal...regular... estabelecer ..	X	
...incumbe ao poder público...preservar e restaurar...	X	

³³ Todo o conjunto de exemplos foi retirado da Constituição.

Há unanimidade quanto ao emprego do verbo no singular para o bloco constituído de mais de um sujeito de estrutura oracional. Na bibliografia que nos serve para apoio teórico, pouco encontramos a esse respeito. Vejamos as lições de CEGALLA:

Sujeito oracional – Concorda no singular o verbo cujo sujeito é uma oração: *Ainda falta comprar os cartões. [sujeito: comprar os cartões]/ Estas são realidades que não adianta esconder. [sujeito de adianta: esconder que (as realidades)].* (1988, p. 383)

Como se pode observar, Cegalla trata do sujeito oracional, mas não menciona a estrutura composta. Assim como esse autor, também se pronunciam em defesa do singular: Cunha, Lima, *O Estado de São Paulo*. Portanto, as frases encontradas são coincidentes com a norma padrão.

6.5.1.5. Caso: núcleos de sujeito unidos por *OU*

QUADRO 6 - núcleos de sujeito unidos por *OU*

Exemplos	GT Sim	GT Não
1. É vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega... <i>(Constituição)</i>	X	
2. Qualquer subsídio ou isenção, redução...ou contribuições só poderá ser concedido... <i>(Constituição)</i>	X	

Há unanimidade entre os autores consultados sobre esse caso particular de concordância. Tomemos para exemplo as palavras de CIPRO NETO:

“Quando os núcleos do sujeito composto são unidos por *ou* ou *nem*, o verbo deverá ficar no plural se a declaração contida no predicado puder ser atribuída a todos os núcleos: *Drummond ou Bandeira representam a essência da poesia brasileira.* (...) Se a declaração contida no predicado só puder ser atribuída a um dos núcleos do sujeito, ou seja, se os núcleos forem excludentes, o verbo deverá ficar no singular. Observe: *Roma ou Buenos Aires será a sede da próxima Olimpíada.*” (1998, p. 486)

Os dois exemplos coletados e reproduzidos acima coincidem com a norma. Com referência à frase 2, observe-se, no comando da concordância verbo-nominal, a supremacia do substantivo masculino singular – exemplar único entre femininos, dentre os quais o último ainda é marcado pelo plural. Chamaremos a atenção para esse caráter ideológico da gramática mais à frente, ao tratarmos do item 6.5.2.4.

6.5.1.6. Caso: um e outro

QUADRO 7 - Um e outro

Exemplo	GT Sim	GT Não
Um e outro não negaram, mas minimizaram o desentendimento... (<i>O Globo</i>)	X	

O exemplo colhido está coincidente com as prescrições dos gramáticos, que tratam da concordância do sujeito composto pela expressão **um e outro**. Todos os autores indicam a dupla possibilidade de concordância: singular ou plural.

6.5.1.7. Caso: sujeito é pronome relativo

QUADRO 8 - Sujeito é pronome relativo

Exemplos	GT Sim	GT Não
1 ...alimento especial...que as transformam em fêmeas férteis. (<i>Biologia</i>)		X
2 ...desarrazoada avalanche de processos que inundou o Judiciário... (<i>Folha on line</i>)	X	
3 ...partiu dos Estados Unidos, que...temia o rearmamento ... (<i>Geografia</i>)		X

Segundo BECHARA, “se o sujeito da oração é o pronome relativo **que**, o verbo concorda com o antecedente (...).” (1987, p. 307). A mesma lição é repetida por Cegalla, Cipro Neto, Cunha, Lima.

A frase 2 traz a concordância do verbo com o núcleo do sujeito. As de nº 1 e 3 fogem à prescrição da gramática normativa.

Na primeira, a concordância verbal fica comprometida: ao invés de concordar com o sujeito representado pelo relativo *que*, que recupera o antecedente singular *alimento especial*, é feita uma contaminação com a idéia de plural presente no sintagma nominal objeto direto (*as*) e predicativo (*fêmeas férteis*). Resultado: o verbo é usado no plural (*transformam*).

Na frase 3, não se leva em consideração o preceito normativo que estabelece o uso da forma de terceira pessoa do plural no verbo que se refere a substantivos próprios precedidos de artigo no plural (Cf. abaixo.).

6.5.1.8. Caso: Sujeito é nome próprio precedido de artigo plural

QUADRO 9 - Sujeito é nome próprio precedido de artigo plural

Exemplo	GT Sim	GT Não
1 ...os Estados Unidos se tornaram o único país com... (<i>Geografia</i>)	X	
2 ...o país que mais avançou...foram os Estados Unidos... (<i>Geografia</i>)	X	

“O artigo no plural exige o verbo no plural, não importando o que o termo signifique, se dá ou não idéia de unidade; a língua se guia por normas sintáticas, e não pela lógica. Antigamente, nas escolas, fazíamos análise lógica; hoje, descoberta a impropriedade do termo, se faz análise sintática. Portanto: *Os Estados Unidos são uma potência.*” (SACCONI: 1990 a, p. 297-298)

Será de fato possível separar em faixas estanques a Sintaxe e a Lógica? Não parece ser este o entendimento dos lingüistas modernos, que estudam a Sintaxe inserida no discurso, o que faz arejar os estudos sintáticos, com novas visões propostas pela Semântica, pela Pragmática...

Com relação à concordância, o mesmo é dito por Cegalla, FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO, Bechara, Cunha, Almeida, Cipro Neto, *Editora Abril*.

6.5.2. Concordância nominal

6.5.2.1. Caso: predicativo / oração reduzida, antepostos ao núcleo do sujeito

Foram coletadas 86 frases semelhantes às desta amostra:

QUADRO 10 - Predicativo / oração reduzida, antepostos ao núcleo do sujeito

Exemplos	GT	GT
	Sim	Não
...atendidas as qualificações profissionais... <i>(Constituído)</i>	X	
...garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto... <i>(Constituído)</i>	X	
...assegurada ao proprietário indenização ulterior... <i>(Constituído)</i>	X	
...ressalvados os casos previstos nesta Constituição... <i>(Constituído)</i>	X	
...vedada a [associação] de caráter paramilitar... <i>(Constituído)</i>	X	
...vedada a interferência estatal em seu funcionamento... <i>(Constituído)</i>	X	
...assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações... <i>(Constituído)</i>	X	

A totalidade dos exemplos colhidos está em sintonia com a norma canônica estabelecida pelos gramáticos e demais estudiosos que se manifestaram a respeito desse tópico. Segundo BECHARA, “o vocábulo determinante irá para o gênero e número do vocábulo determinado.” (1987, p. 296)

O mesmo se dá com os dados do quadro abaixo, que representa uma amostragem dos 42 exemplos levantados:

6.5.2.2. Caso: sujeito posposto

QUADRO 11 - Sujeito posposto

Exemplos	GT	GT
	Sim	Não
...é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa... <i>(Constituído)</i>	X	
...é plena a liberdade de associação para fins lícitos... <i>(Constituído)</i>	X	
...é reconhecida a instituição do júri... <i>(Constituído)</i>	X	
...são assegurados o contraditório e a ampla defesa... <i>(Constituído)</i>	X	
...será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se... <i>(Constituído)</i>	X	
...foi aprovada uma nova paralisação de um dia em 24 de junho. <i>(O Globo)</i>	X	
...são necessárias políticas públicas para mudar a situação. <i>(O Globo)</i>	X	

Contrariamente ao hábito da fala coloquial, em cem por cento das sentenças coletadas nos textos formais, há perfeita concordância verbo-nominal no caso de sujeito posposto, conforme preconiza toda a bibliografia teórica normativa.

6.5.2.3. Caso: O plural se dá no *substantivo* e não no *adjetivo*

QUADRO 12 - Substantivo é que concorda com o adjetivo

Exemplos	GT Sim	GT Não
1 ...ordenação dos transportes aéreo, aquático e terrestre... (<i>Constituição</i>)	X	
2 ... complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. (<i>Constituição</i>)	X	
3 ... o que são economias planificada e de mercado. (<i>Geografia</i>)	X	

Não há consenso entre os estudiosos no que se refere a esse ponto da gramática. NASCIMENTO é radicalmente contrário à concordância das três estruturas sintáticas acima.

“Dá-se o caso de dois ou mais adjetivos se referirem a um substantivo, ocasionando uma concordância errada e muito em uso: *Os quadros brasileiro e francês entraram. // As bandeiras Portuguesa e Brasileira. Quadro e Bandeira* são substantivos e não podem variar para concordar com os dois adjetivos no singular, sem contar que a expressão: “*Os quadros brasileiro e francês*” – significa mais de um quadro composto de brasileiros e franceses e não um quadro só de franceses e outro só de brasileiros. (...) O correto é *O quadro brasileiro e o francês. // A bandeira Brasileira e a Portuguesa*. Aparecem, nos jornais e rádio, contextos assim: *o 1º e 2º Exércitos*. O certo é: *o I Exército e o II; ou o I e o II Exército*.” (1987, p. 19)

Além de criticar o uso generalizado (‘muito em uso’), a mídia impressa e falada (‘jornais e rádios’), NASCIMENTO não perdoa nem mesmo a Academia Brasileira de Letras:

“O Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, ed. de 1943 (V.O.A.B), tem esta dedicatória: ‘*Às Nações Brasileira e Portuguesa*’. Seria mais correto escrever ‘*À Nação Brasileira e à Portuguesa*’, porém os ‘imortais’ pensaram diferentemente... (Em latim há essa concordância).” (1987, p. 19)

Sendo o Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa uma referência segura para os usuários da língua portuguesa usada em solo brasileiro, como conciliar a proibição adotada por Nascimento e o uso efetivo dos “imortais”?

ALMEIDA, sob o título “concordância às avessas”, faz uma longa exposição em sua obra, condenando concordâncias dentro de sintagmas do seguinte tipo: *o primeiro e o segundo batalhões*. Considera este autor um “atrevimento de concordância” o que se faz em “*de toda a mão, cujos dedos índice e polegar...*”. Preconceituosamente classifica ele de “concordância de sapateiro” a sintaxe “*Pediu aos governos municipais, estaduais e federal...*”. E conclui:

“Alcança a fronteira do ridículo exemplo de disparate de concordância como este de correspondente de Madri: ‘...*para lembrar a data das mortes do general Francisco Franco e de José Antônio Primo de Rivera.*’” (1996, p. 108)

A orientação que O ESTADO DE SÃO PAULO dá aos seus jornalistas é mais flexível e defende a redação condenada por Nascimento e por Almeida.

Há três possibilidades: *Os governos brasileiro e francês; o governo brasileiro e o francês; o governo brasileiro e francês*. (...) A primeira forma (...) é jornalisticamente a mais recomendável, embora a segunda (...) soe melhor. Convém, apenas, evitar a terceira (...), por induzir a duplo sentido. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p.135)

Como vemos, a opção preferida por *O Estado de São Paulo* é exatamente a estigmatizada pelos dois gramáticos acima citados.

Além de autores de manuais de redação jornalística, gramáticos há que defendem explicitamente a concordância escolhida no texto que compõe o nosso *corpus*:

“Quando dois ou mais adjetivos se referem ao mesmo substantivo determinado pelo artigo, ocorrem dois tipos de construção, um e outro legítimos: *Estudo as línguas inglesa e francesa. / Estudo a língua inglesa e a francesa. // Os dedos indicador e médio estavam feridos. / O dedo indicador e o médio estavam feridos.*” (CEGALLA, 1988, p. 369)

No exemplo em estudo, o substantivo não está determinado pelo artigo, mas acreditamos poder utilizar o raciocínio como pertinente ao caso.

Cipro Neto (1998: 495) admite as sintaxes *a cultura italiana e a francesa* e *as culturas italiana e francesa*, mas não aceita *a cultura italiana e francesa*, em virtude da ambigüidade presente nesta última organização. A segunda opção aprovada por Cipro Neto é a usada nos textos formais e condenada por Nascimento e por Almeida.

Parecendo-nos pouco definida a questão, marcamos as frases encontradas nos textos formais como coincidentes com a norma canônica.

6.5.2.4. Caso: Hegemonia do masculino

QUADRO 13 - Hegemonia do masculino

Exemplos	GT Sim	GT Não
1 ...os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público. <i>(Constituição)</i>	X	
2 acolhimento...de criança ou adolescente órfão ou abandonado... <i>(Constituição)</i>	X	

Além do caso a ser tratado por nós à frente, no item 6.6.1.5, estamos diante de mais dois exemplos que demonstram a supremacia do masculino. Concordâncias inteiramente compatíveis com as normas prescritas pela tradição gramatical:

“Se os vocábulos determinados forem de gêneros diferentes, o vocábulo determinante irá para o plural masculino ou concordará em gênero e número com o mais próximo.” (BECHARA: 1987, p. 297)

Todas as vozes dos teóricos gramaticais estão afinadas neste ponto:

“O adjetivo irá para o plural masculino quando pelo menos um dos substantivos for masculino: *homens e mulheres bons. / Médico e enfermeiras dedicados. / Aí compreendidos estes e aquelas.*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 134)

“Quando há um nome masculino no sujeito, o adjetivo predicativo ou o particípio não podem estar no feminino, em nenhuma hipótese. Portanto: O cão, a mulher e as crianças ficaram presos no quintal. / A casa, o prédio e as demais propriedades estavam vendidos. / O homem, as filhas e a mulher estão nus.” (SACCONI, 1990 b, p. 383)

Vemos que, em gramática, como em muitos setores das atividades humanas, cruzam-se várias linhas de raciocínio das mais diversas ordens. Resquícios ideológicos não deixariam de passar por aqui e imprimir suas marcas subliminares, mas indeléveis, em nossas mentes...

6.5.3. Paralelismo sintático

1 ...é utilizada na sua respiração e o restante para formar... <i>(Biologia)</i>
2 ...À esquerda, líquen...No centro, corte...ampliação à direita. <i>(Biologia)</i>
3 ...o amparo às crianças e adolescentes carentes... <i>(Constituição)</i>
4 René foi condenado a seis anos ..e a pagar US\$110 mil... <i>(O Globo)</i>

GARCIA (1973) dedica quase dez páginas de sua obra ao estudo do paralelismo relacionado à coordenação e à correlação. São dele as seguintes palavras: “(...) a idéias similares deve corresponder forma verbal similar. Isto é o que se costuma chamar paralelismo ou simetria de construção.” (1973, p. 21)

E adverte esse autor:

“Entretanto, o paralelismo não constitui uma norma rígida; nem sempre é, pode ou deve ser levado à risca, pois a índole e as tradições da língua impõem ou justificam outros padrões. Trata-se, portanto, de uma diretriz, mas diretriz extremamente eficaz, que muitas vezes saneia a frase, evitando construções incorretas, algumas, inadequadas, outras.” (1973, p. 21)

De acordo com as lições de Garcia, falta paralelismo nas quatro frases em exame.

Na frase 1, há descompasso entre as preposições usadas:

“...é utilizada na sua respiração e o restante para...” --> Soluções possíveis, aplicando os ensinamentos de GARCIA: “...é utilizada na sua respiração e o restante na formação.../” OU: “...é utilizada para permitir a respiração e o restante para formar...”.

Na frase 2, “...À esquerda, líquen...No centro, corte...ampliação à direita...”

-->Redação a partir da proposta de GARCIA: “...À esquerda, líquen...No centro, corte... à direita, ampliação...”

Na frase 3, o problema criado se situa no âmbito da regência: “...o amparo às crianças e adolescentes carentes...”. -->Esta frase, restabelecido o paralelismo sintático, ficaria assim: “...o amparo às crianças e aos adolescentes carentes...”

Na frase 4, “René foi condenado a seis anos... e a pagar US\$110 mil ...” a ausência de paralelismo aparece na correlação entre uma estrutura de núcleo nominal (anos) e uma constituída por verbo (pagar). Aplicando-se o paralelismo, poder-se-ia ter, por exemplo: “...a seis anos...e ao pagamento de...” OU mesmo: “...a passar seis anos na prisão e a pagar..”

De qualquer forma, como lembra Garcia, essas construções registradas no *corpus* em estudo não se distanciam da norma canônica, pois se situam no campo subjetivo da Estilística, dentro do quadro das preferências pessoais do autor do texto.

Entre as obras com as quais já estabelecemos maior intimidade, uma vez que dezenas de vezes já foram citadas por nós neste trabalho, só localizamos manifestação a respeito desse tópico em estudo no manual de redação e estilo da *Editora Abril*. Vale a pena citar a passagem dessa publicação, pois a orientação ali encontrada é exatamente o oposto do que propõe Garcia.

Procure não iniciar frases e parágrafos com palavras ou estruturas iguais – incluindo artigos, flexionados ou não. NÃO: *A decoração de interiores exige alguns cuidados. As cores das paredes, para começar, irão influir no*

ambiente. Os móveis devem combinar com o estilo da arquitetura. SIM: A decoração de interiores exige alguns cuidados. Para começar, as cores das paredes irão influir no ambiente. Os móveis devem combinar com o estilo da arquitetura. (EDITORA ABRIL, 1990, p. 36)

6.5.4. Fuga da passiva sintética

Foram coletadas, em toda a pesquisa, 390 frases em que se empregam estruturas alternativas para a passiva sintética; destas, há uma preferência quase que absoluta para a passiva analítica (99%) e um pequeno percentual (1%) de emprego da 1ª pessoa do discurso.

TABELA 88 - Fuga da passiva sintética

Passiva analítica		1ª pessoa		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
389	99	04	1	393	100

Se compararmos o número total de passivas sintéticas empregadas – 98 (com a soma, inclusive, dos casos em que se empregam 2 núcleos verbais) ao total de estruturas alternativas – 393 (item 6.5.4), detectamos a tendência expressiva para a fuga da voz passiva sintética, com 80% de preferência dos textos formais pelas estruturas alternativas.

TABELA 89 - Passiva sintética e estruturas alternativas

Passiva sintética		Estruturas alternativas		TOTAL	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
98	20	393	80	491	100

Essa tendência pode ser explicada pela dificuldade apresentada pela passiva sintética quanto à concordância verbal.

6.5.5. Ambigüidade no possessivo

QUADRO 14 - Ambigüidade no uso do possessivo

Exemplo	GT Sim	GT Não
O decreto do estado de sítio indicará sua duração... (<i>Constituição</i>)		X

O pronome se refere a decreto ou a estado de sítio?

Ensina GONÇALVES:

“Seu, sua, seus, suas - Como boa norma estilística, convém não abusar destes possessivos, adjetivos ou pronomes. Quando tal abuso não descamba para construções afrancesadas, torna a frase pobre, monótona e, muitas vezes, ambígua. Por ex.: *Pedro recebeu Luís em sua casa de campo e falou-lhe de seus novos projetos*. Projetos de quem? de Pedro? de Luís? – É difícil sabê-lo. Evitar-se-ia a dúvida, modificando a redação: – *Pedro recebeu Luís em sua casa de campo e falou-lhe dos projetos deste*.” (1965, p. 179)

Também abordam esse item gramatical os seguintes autores: Bechara, Sacconi e Almeida. O ensinamento dos três passa pelo mesmo raciocínio.

6.5.6. Estrutura sintática alternativa

QUADRO 15 - Estrutura sintática alternativa

Exemplos	GT Sim	GT Não
... o planejamento familiar é livre decisão do casal... (<i>Constituição</i>)	X	
... seus liderados. Os quais só se debaterão por mais e mais cargos... (<i>Folha on line</i>)		X

A frase encontrada na Constituição brasileira altera a sintaxe comum da expressão corrente ‘ser de livre escolha’.

Na frase recolhida em texto da *Folha de São Paulo*, há a fragmentação de um período em dois, seccionando-se a informação no ponto de início da oração subordinada. Com isso, o segundo período inicia-se por um pronome relativo, cuja

característica básica é vincular-se a um termo antecedente situado no mesmo período em que ele se encontra.

A gramática tradicional condena tal construção, relativamente bem aceita entre os usuários comuns da língua portuguesa, especialmente em situações em que pretendem imprimir a idéia de ênfase em suas produções escritas pouco formais.

É assim que DECAT explica a opção pela fragmentação dos períodos em textos utilizados em sua pesquisa lingüística, conforme vimos na análise da frase 18 do teste aplicado aos professores e alunos.

C. Recursos lexicais e morfossintáticos especiais

Entre os fenômenos lingüísticos em estudo, o léxico é um campo muito fértil para inovações: aqui é que, normalmente, se espera encontrar o maior número de construções não-coincidentes com a norma canônica.

Vejamos se essa hipótese se confirma. Vamos por partes.

6.6. Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais

6.6.1. Termos técnicos

No campo lexical, detectamos, na bibliografia que nos serviu de *corpus*, a presença de termos técnicos, traço inteiramente apoiado nas normas tradicionais, na busca de caracterização científica dos textos. Apenas como exemplificação, citamos: “...*fitoplâncton* (...que significa *plantas que flutuam*).” (Livro de *Biologia*); “Divisão regional da Europa por critérios fisiográficos.” (Livro de *Geografia*) etc.

6.5.2. Opção entre formas

Muito comum, também, o registro de uma forma destacada de uma cadeia de opções à disposição do falante; no entanto, ainda neste caso, a escolha está

freqüentemente fixada pelas preferências pessoais de gramáticos prescritivistas. A opção por uma forma e não por outra é quase sempre decidida pelos normativistas dogmaticamente, ou seja, sem qualquer aceno para as razões lógicas ou de outra ordem qualquer. Os autores de textos escritos formais freqüentemente buscam as formas coincidentes com as preferidas pelos gramáticos, como veremos abaixo.

6.6.2.1. advérbio ou adjetivo?

1) independentemente / independente

TABELA 90 - independentemente / independente - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
01	03	01	10	00	00	00	00	00
15 casos = 100 %				0 casos = 0 %				

No uso do princípio da economia e do menor esforço, na fala do homem brasileiro comum, ouvem-se freqüentemente construções tais como: '*Independente de qualquer coisa, conte comigo.*'.

Em todo o material consultado, foram encontradas 15 frases com a utilização de um termo desse par em foco. Apenas uma contém o emprego de *independente* (6,6%) em lugar de *independentemente* (93,3 %): esse caso desviante da norma está registrado no livro de Linguística, que persevera em sua demonstração de emancipação no que se refere aos cânones vernaculares.

SACCONI não quer deixar dúvidas:

"Há muita gente que usa *independente* no lugar de *independentemente*, advérbio. Anote: *Independentemente da vontade dos pais, ela casou.* / *O Brasil progredirá independentemente dos políticos que tem.*" (1990 a, p. 120)

CEGGALA concorda com SACCONI:

“É incorreto usar *independente* (adjetivo) em vez de *independentemente* (advérbio), em frases como: ‘*O contrato terminará no prazo estipulado, independente de qualquer notificação*’. Troque-se o adjetivo pelo advérbio e a frase ficará correta, como neste exemplo: ‘*O casamento seria realizado, independentemente da vontade dos pais dos noivos.(...)*.’ (1999, p. 206)

Outras obras que compõem o nosso conjunto selecionado para consulta são da mesma opinião: *O Estado de São Paulo*, *O Globo*.

2) justamente / justo

QUADRO 16 - justamente / justo

Exemplo	Adv	Adj
Justo nesse cenário de beleza... (<i>Superinteressante</i>)		X

Coloquialmente, fala o brasileiro: “Justo hoje que estou sem dinheiro, chegou essa conta!”

Na escrita formal, observamos que, no caso anterior, como vimos, entre as 15 frases encontradas, 14 (93,3%) seguem o preceito fixado pela norma gramatical.

Neste item, em que se emprega *justo*, inverte-se a relação com a norma: o *único* exemplo encontrado, retirado da revista *Superinteressante*, não coincide com esta.

Para apresentar a regra, damos a palavra novamente a SACCONI, mas lamentamos a “fineza” com que ele defende o preceito.

“*Justo hoje começa a chover? Justamente hoje você começa a dizer tantas asneiras?* É assim que devemos perguntar às pessoas que trocam **justamente** por **justo**. Quem tem bom-senso prefere dizer em português: *Justamente hoje começa a chover? / Justamente, agora, que eu ia sair, chegam visitas!* (...) Podemos usar, no lugar de **justamente** a palavra **logo**:

Logo hoje foi acontecer isto comigo! / Então, Susana, você vem brigar logo comigo!? Logo com quem, Susana!?" (1990a, p. 160)

ALMEIDA também nos adverte com sua lição:

"Justo quando - "Justamente quando ele chegou", diz-se em legítimo português, e não à inglesa ou à italiana, 'justo quando ele chegou'. 'Just em inglês e giusto em italiano são advérbios, e o advérbio nosso que os traduz é justamente, e não justo. Justo em português é adjetivo; numa frase temporal aparece a modificar substantivo: no justo momento em que chegou. (...) Justamente por ter deixado a faculdade, deve o bacharel encher-se de brio e iniciar um estudo sério de seu idioma pátrio: emprestará honra ao diploma." (1996, p. 298)

O ESTADO DE SÃO PAULO compartilha dessa opinião: *"Justo agora – Escreva com maior precisão: justamente agora, justamente hoje, logo hoje, logo agora."* (1990, p. 192).

6.6.2.2. Entre dois verbos

1) - diferencar / diferenciar

Encontrados apenas dois exemplos.

QUADRO 17 - diferencar / diferenciar

Exemplos	diferencar	diferenciar
...uma cultura que a diferencia inteiramente...(Geografia Crítica)		X
Se ele não soubesse diferenciar um do outro... (Superinteressante)		X

Diferenciar é a forma comum nas conversas informais e nas falas mais formais do povo brasileiro. Observe-se que o uso no texto formal faz a mesma opção.

Os teóricos gramaticais não se entendem. SACCONI julga-se senhor da verdade e, portanto, capaz de "puxar a orelha" dos dicionaristas brasileiros:

"Ela não sabe diferenciar zebra de elefante.- O mais grave é o que fazem certos dicionários: não sabem diferencar o verbo diferencar do verbo diferenciar. Diferenciar é distinguir, discriminar, estabelecer diferença entre: Ela não sabe diferencar zebra de elefante. // É preciso saber diferencar alhos de bugalhos. // No Brasil ninguém diferença homem de mulher: todos

são iguais perante a lei... Diferenciar é alterar, mudar, transformar: Alguns deputados gostariam de diferenciar certos itens do projeto, mas não foi isso possível.// A cor dos carros diferencia com o passar dos tempos.// Ficou trinta dias na praia; sua pele diferenciou tanto de tom, que ninguém mais o reconheceu. Que os abalizados dicionários saibam, nas próximas edições, diferenciar os dois verbos!” (SACCONI, 1990a, p. 345)

CEGALLA, neste ponto, é mais moderado, e aceita ambas as formas.

“**Diferenciar, diferenciar.** Ambas as formas são corretas. A segunda nos parece formada sobre o substantivo latino *differentia*; a primeira, a partir do port. *diferença*. Na língua moderna, há nítida preferência pela forma *diferenciar*. *É difícil diferenciar um gêmeo do outro. /O que diferencia um do outro/ / O temperamento e os hábitos é que os diferenciam./ Eram tribos que se diferenciavam pelos seus ritos.*” (CEGALLA, 1999, p. 122)

ALMEIDA defende a forma *diferenciar*.

“**Diferenciar-** Ninguém diz *diferençação* nem *diferençativo* nem *diferençal*, mas *diferenciação*, *diferenciativo*, *diferencial* (*cálculo diferencial*); não há discutir sobre a preferência da forma generalizada *diferenciar*. (...) Como dizer que *diferenciar*, com “i”, é erro? Acaso a ausência do “i” no substantivo deve obrigar-nos à exclusão dessa vogal no verbo? De *presença* não tivemos *presenciar*, com “i”, e *licenciar* não vem de *licença*.” (1996, p. 149)

A esse propósito, ALMEIDA dá demonstração de extremo bom-senso, quando afirma:

“Se incerteza existiu e persiste na sufixação dos próprios substantivos (*sofrença* e *sofrimento*; ainda possuímos *nascença* e *nascimento*), incerteza que ao uso cabe extinguir mais do que à doutrinação impensada ou à imposição de vocabulários oficiais, não podemos levemente preterir uma forma para preferir outra. (...) O perigo da incoerência manifesta-se e logo se patenteia nos próprios derivados do verbo em apreço; relegar *diferenciar* é não aceitar *diferencial*, *diferenciação*; querer ressuscitar ‘diferençar’ é teimar contra fatos que se justificam à plena luz do idioma.” (1996, p. 149-150)

Nossa manifestação de apoio a Almeida, nesse caso. De fato, é ao uso que cabe a definição da norma e não à “doutrinação impensada”. E, no caso em pauta, a preferência absoluta das obras consultadas é pela forma *diferenciar* e não *diferençar*. Consideramos que o uso nesse ponto coincidiu com a maioria (66,7%) das indicações feitas pelos estudiosos .

2) - dizer / falar

TABELA 91 - Dizer / falar - Fontes dos dados

Publicações científicas			Publicação técnica	Publicações jornalísticas				
Biologia	Geografia	Linguística	Constituição	Folha on line	Folha de São Paulo	O Globo	Veja	Superinteressante
00	00	00	00	21	05	20	03	
00 casos = 0 %				49 casos = 100 %				

No material publicado que nos serviu de *corpus*, das quarenta e nove frases encontradas, encontra-se o uso exclusivo de *dizer*. Em nenhuma das sentenças apareceu o verbo *falar*.

Interessante destacar que, no caso anterior (*diferençar / diferenciar*) o uso atual no texto formal escrito coincide com o uso coloquial: em ambas as situações, os brasileiros têm demonstrado preferência pela segunda forma. O contrário observa-se com a opção *dizer / falar*: segundo nossas observações do cotidiano, a tendência na fala descontraída dos brasileiros, destacando-se os paulistas e os mineiros, é pelo verbo *falar*, ao passo que, na escrita formal, o uso registrado na pesquisa que fizemos aponta para a escolha absoluta de *dizer*, coincidindo plenamente esta preferência com os preceitos normativos. Observe-se o que estabelece NASCIMENTO:

“Há (...) muita diferença entre *falar* e *dizer*. Empregamos DIZER quando houver objeto direto. Ex.: *Ele disse que ia*. Usamos FALAR quando não houver objeto. Ex.: *João falou por metáforas. Antônio falou de sua viagem. / Antônio disse a verdade. / Falou acerca de tudo. / Disse tudo. / Falou sobre política. / Disse que política não se aprende. / Carlos disse que viajaria*. Regra prática: na linguagem corrente, o verbo *falar*, ou é empregado sem complemento (intransitivo) ou seu complemento vem sempre com preposição (objeto indireto ou adjunto adverbial). *O orador falou duas horas. / Todos falavam. / Falei sobre o assunto. / Falávamos de sua gente.*” (1987, p. 43)

A mesma defesa é feita por todas as obras que citam o assunto: Cegalla, Almeida, *O Globo*, Sacconi, *Abril*.

6.6.2.3. Entre dois substantivos

Detectado, em todo o *corpus*, somente um exemplo.

QUADRO 18 - Justificação/justificativa

Exemplo	justificação	justificativa
...com especificação e justificação das providências (<i>Constituição</i>)	X	

É do conhecimento geral que os brasileiros têm nítida preferência por **justificativa** em detrimento de **justificação**. A opção, no texto constitucional, pelo termo menos comum revela o conhecimento por parte do autor (ou do revisor) da sutil distinção estabelecida entre os termos *justificativa* e *justificação* por estudiosos normativistas da língua, como o dicionarista Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA, que prescreve: “Justificação (Do latim *Justificatione*) S.f. 1- ação ou efeito de justificar(-se). 2- Razão, causa, desculpa. (...)” e “*Justificativa* – (fem. Substantivado de *justificativo*) S.f. Causa, prova ou documento que comprova a realidade do fato ou a veracidade de uma proposição (...)” (1986, p. 996-997). Como se vê, o substantivo por excelência é *justificação*, a sua variante (*justificativa*) é adjetivo substantivado. Será essa a razão da escolha feita no texto: a forma original?

Parece ser mesmo a busca das origens latinas que explica a escolha de *justificação* nos textos produzidos pelo Congresso Nacional, conforme pudemos verificar, por exemplo, em estudo que fizemos do Projeto de Lei 1676/99, de autoria do Deputado Aldo Rebelo,³⁴ que assim se inicia:

³⁴ LIMA (2002, Texto inédito) estuda o referido projeto.

“JUSTIFICAÇÃO – A História nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura – seus valores, tradições, costumes, inclusive o modelo socioeconômico e o regime político.”

6.6.2.4. Construções com preposição *em* ou *a*

Em conversas entre familiares, entre amigos, mesmo em situações de maior formalidade de uso da fala, os brasileiros usam com muita freqüência a preposição *em* como integrante de locuções e expressões tais como: *no começo, naquele tempo, nas margens de, no fundo...* Ao necessitar de tais expressões na escrita formal, surgem freqüentes dúvidas: *no* ou *ao*? *naquele* ou *àquele*? Tanto na oralidade, quanto na escrita, há oscilações entre *à medida que/ à medida em que/ na medida em que; a meu ver/ ao meu ver/ em meu ver; em princípio/ a princípio* etc. Com o objetivo de conhecer o uso que tem maior ocorrência nos textos formais da atualidade, coletamos em nosso *corpus* frases em que se utilizam estruturas como estas.

Na tentativa de organizar os dados encontrados, pensamos em diversas possibilidades de agrupamento.

Decidimos distinguir alguns usos diferenciados em um primeiro grupo, de acordo com os sentidos expressos pelas construções: espaço, tempo e modo; os demais por pares alternativos.

Os QUADROS 19, 20, 21 e 22 expõem todos os exemplos coletados em cada categoria.

1) - idéias de tempo, de espaço e de modo

QUADRO 19 - Construções com *em/a* - idéia de tempo

Exemplos (Destaques nossos)	em	a
...destroçada ao final da Segunda Guerra Mundial... <i>(Geografia)</i>		X
...fizeram no início o jogo dos sérvios... <i>(Geografia)</i>	X	
Isso também reforçou, naquela época... <i>(Geografia)</i>	X	
...porque na época os norte-americanos receavam... <i>(Geografia)</i>	X	
...já na época do latim vulgar publicava... <i>(Lingüística)</i>	X	
...consomem alimentos gordurosos na véspera de... <i>(Veja)</i>	X	
...às vésperas do aniversário... <i>(Veja)</i>		X
Na época, o ditador... <i>(Veja)</i>	X	
Na época, o autor se queixou... <i>(Veja)</i>	X	
Na ocasião, cogitou... <i>(Veja)</i>	X	
Na época, estava no auge da forma ... <i>(Veja)</i>	X	
...na hora de fechar o balanço... <i>(Veja)</i>	X	

QUADRO 20 - Construções com *em/a* - idéia de espaço

Exemplos (Destaques nossos)	em	a
...pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no... <i>(Constituição)</i>	X	
...leia reportagem na página A-9... <i>(Folha on line)</i>	X	
...apresentam a Europa no centro. <i>(Geografia)</i>	X	
...nas margens do rio Meno... <i>(Geografia)</i>	X	
...às margens do rio São Lourenço... <i>(Geografia)</i>		X
...localizada às margens do lago Michigan... <i>(Geografia)</i>		X
...ele usa na página 149... <i>(Lingüística)</i>	X	
...explica na p. 77... <i>(Lingüística)</i>	X	
...que começa na página 26. <i>(Superinteressante)</i>	X	
Você viu na página 26 os bonobos... <i>(Superinteressante)</i>	X	
...você viu na página 27... <i>(Superinteressante)</i>	X	
...à direita, na Gruta do Janelão... <i>(Superinteressante)</i>	X	
...numa vala, às margens de uma rodovia... <i>(Veja)</i>		X
...(veja quadro na pág. 74). <i>(Veja)</i>	X	
...(veja trecho na pág. 74). <i>(Veja)</i>	X	
...(veja o trecho...na pág. 76.) <i>(Veja)</i>	X	
... (...veja trecho...na pág. 70). <i>(Veja)</i>	X	
...(veja trecho...na pág. 72) <i>(Veja)</i>	X	
Ali, à margem da BR-153... <i>(Veja)</i>		X
...(veja quadro na pág. 115). <i>(Veja)</i>	X	
...à frente de Faustão... <i>(Veja)</i>		X
...(veja quadro na pág. 116). <i>(Veja)</i>	X	
Ao fundo, Jair, o Sereno. <i>(Veja)</i>		X
...(veja quadro na pág. ao lado). <i>(Veja)</i>	X	
...a boa atitude à mesa não é suficiente... <i>(Veja)</i>		X

QUADRO 21- Construções com *em/a* - idéia de modo

Exemplos (Destaques nossos)	em	a
...estão muito na frente com relação... <i>(Geografia)</i>	X	
Em meio à crise, Kia precisava... <i>(Superinteressante)</i>	X	
...mantinha as mulheres à margem. <i>(Veja)</i>		X
...levam a vida na base de pequenos golpes... <i>(Veja)</i>	X	

QUADRO 22- Construções com *em/a* - idéias de modo e espaço

Exemplos (Destques nossos)	em	a
...passar as noites na frente da TV... (<i>Superinteressante</i>)	X	
No meio da moçada, Serra estava mais jovem... (<i>Veja</i>)	X	
...horas na frente dos computadores... (<i>Veja</i>)	X	
...todos à frente de programas... (<i>Veja</i>)		X

Organizando esses dados em uma tabela, temos a seguinte estatística:

TABELA 92 - Construções com preposição *em* ou *a*, com sentidos diversos

Tipos de construções	em		a	
	Nº	%	Nº	%
Tempo	10	83,3	02	16,7
Espaço	17	68	08	32
Modo	02	50	02	50
Modo e espaço	03	75	01	15
TOTAL	22	62,9	13	37,1

Pelos dados coletados, percebe-se, no geral, a primazia da preposição *em* sobre a *a*.

Com o significado tendendo para as idéias de tempo e espaço, é substancial a preferência por *em*: são 27 (73%) ocorrências contra 10 (27%).

Envolvendo o sentido de modo (simples ou mesclado com espaço), essa proporção cai: *em* – 62,5% X *a* – 37,5%.

Não parece haver uma razão especial para a utilização, nos textos estudados, de uma preposição em detrimento de outra. Na nossa realidade concreta, o que observamos é a hegemonia da preposição *em* nas falas cotidianas de toda a gente brasileira. Nós, brasileiros, temos predileção por *em* na escolha dentro do par *em/a*. Isso pode ser ver comprovado, por exemplo, com relação à insistência com que os

nossos gramáticos repisam a regra de obrigatoriedade da escolha de *a* com verbos de movimento, e não como o fazemos ordinariamente, dando quase que absoluta preferência por *em*. Já foram travadas entre puristas e não-puristas muitas disputas com foco nessa questão.

Por outro lado, observamos, também, uma realidade incontestável: a criação de um discurso próprio pelos profissionais da área jurídica, que criam e multiplicam regras. É comum encontrarmos, na linguagem forense, talvez em virtude do que os lingüistas denominam de *processo de hipercorreção*, o uso generalizado da preposição *a* em lugar de *em*, razão que leva nossos “protetores do idioma” a “esclarecer” permanentemente a população.

*“A casa está situada à Rua Ônix. Situado, assim como sito, residente e morador, pede a preposição em, e não a preposição a. Portanto: A casa está situada na Rua Ônix. / O edifício, sito na Avenida Atlântica, foi construído ano passado. Filipe, residente na Praça da Paz, teve sua casa assaltada. Seu parente, morador na Alameda Ipê, presenciou o assalto. Não se constrói ‘sito a esta rua’, mas ‘sito nesta rua’; ‘residente ao bairro’, mas residente no bairro’ etc. Muitos empregam a preposição a argumentando que a casa não fica na rua, mas próximo à rua. Equivocam-se: a casa fica na rua, pois rua compreende o conjunto do leito da via pública com as casas. Outros pensam que ter uma casa situada na rua é tê-la no meio da rua. Equivocam-se igualmente. A preposição em não exprime com precisão a idéia de meio. Num de nossos jornais se leu: Na agência do Banco..., sita à Avenida Ipiranga, 210, deu-se um fato deveras imoral, quando oito funcionárias foram obrigadas a entrar no banheiro e tirar as roupas, para serem revistadas por uma funcionária. Fatos deveras desaconselháveis, ambos os dois.”*³⁵ (SACCONI, 1990a, p. 320-321)

As locuções listadas estão presentes no banco de dados que montamos com os textos formais, mas nem todas são objeto de estudo nas obras teóricas

³⁵ Nessas palavras, mais uma prova de que definitivamente os que decretam as normas não se entendem, pois passam as regras pelo crivo das preferências pessoais. Enquanto SACCONI usa em seu texto ‘ambos os dois’, CEGALLA condena a expressão e justifica: ‘Redundância usada por escritores clássicos, mas que hoje deve ser evitada.’ O que fica para o leitor de tantas controvérsias é o uso do bom-senso e a adesão àquilo que ele julgar pertinente. É mais que isso: a sensibilidade para desenvolver a aceitação das diferenças...

consultadas. Vejamos em breve exposição a síntese das defesas que fazem os autores sobre algumas delas:

- *naquela época / àquela época*: CEGALLA considera “lícitas as duas locuções.” (1999, p.14);
- *na ocasião / à ocasião*: ALMEIDA só aceita *na ocasião* (1996, p. 364);
- *na hora de / à hora de*: CEGALLA diz que ambas são corretas. (1999, p. 17);
- *residente, domiciliado, morador, sito, morar, residir, situado em / a*: Unanimidade entre os autores na preferência pela preposição *em* – ALMEIDA (1996, p. 350), BECHARA (1987, p. 319-321), O ESTADO DE SÃO PAULO (1990, p. 207, 209, 265, 275), GONÇALVES (1965, p. 134), CEGALLA (1999, p. 356), ELIA (1979, p. 64);
- *em frente de / à frente de*: CEGALLA (1999, p. 135) considera ambas as locuções corretas; ALMEIDA (1996, p. 170; 203) só admite *em frente de*, mas considera correta também a locução *em frente a* e *frente a*;
- *na mesa / à mesa; na janela / à janela*: SACCONI (1990a, p. 179,176) prescreve a preposição *a*; LESSA (1976, p. 87-88), com base em vasta exemplificação de usos pelos modernistas brasileiros, acata *em* em vez de *a*: *sentar-se (beber, estar) na mesa; ficar (surgir, estar, parar, aparecer) na porta; estar (aparecer, ficar) na janela.*

2) - na medida em que / à medida que

QUADRO 23 - Construções com *na medida em que* X *à medida que*

Exemplo	na ... em que	à ... que
...tende a se esvaziar à medida que seus membros... (Geografia)		X

O único exemplo registrado faz-nos concluir que é pouco expressiva a apresentação de tal fenômeno no *corpus* em estudo, mas optamos por manter o registro do exemplo, uma vez que gera controvérsias entre os especialistas.

FERREIRA (1986, p.1109-1110) só registra a forma *à medida que*, com a acepção de *à proporção que, conforme*: “*À medida que a menina ia crescendo, a Senhora Antunes... ia-lhe ensinando(...)*”. ALMEIDA (1996, p. 4-5), o manual da FOLHA DE SÃO PAULO (1992, p. 52), O GLOBO (1992, p. 120), SACCONI (1990 a, p. 169), todos são favoráveis à locução *à medida que* e não *na medida em que*.

CEGALLA ensina:

“*À medida que*- 1. Equivale à locução conjuntiva *à proporção que*: *A vida, nas grandes cidades, se deteriora à medida que a população cresce. (...)* 2. É incorreta a variante *à medida em que (...)*. Num jornal do Rio, de 7/3/97, dizia um economista: *‘O BB e o BNDES também emprestaram dinheiro ao projeto à medida em que a situação financeira do Jari não melhorava.’*” (1999, p. 24)

No verbete *na medida em que*, CEGALLA apresenta os seguintes

comentários:

“É uma adulteração moderna da locução vernácula *à medida que* (= *à proporção que*). Vem sendo repetida abusivamente pelos meios de comunicação, com significado nem sempre claros, ora para exprimir proporcionalidade, ora causa, ora condição ou hipótese. Exemplos colhidos em textos jornalísticos, por nós adaptados: (a) *Na medida em que o líder russo cresceu no palco político, o mundo foi se habituando à sua personalidade descomunal.(...)* (b) *Isso, em síntese, significa absurdo total, na medida em que os assalariados iriam pagar mais imposto de renda do que o devido. (...)* (c) *Para ele, na medida em que a sociedade referendar a inflação, esta ficará mais difícil de ser combatida.(...)*. As frases supra ficarão corretas substituindo-se *na medida em que* por: *à medida que* ou *à proporção que* (no grupo a); *porque* ou *porquanto* ou *visto que* (no grupo b); *se* (no grupo c)” (1999, p. 274)

CEGALLA esclarece ainda:

“É correta a expressão *na medida em que* em construções como estas: *‘A rigor, tal cordialidade não existe na medida em que é apregoada.’* (Viana Moog) / *‘Prevaleceram os fatores econômicos na Idade média na mesma medida em que prevalecem nos tempos atuais’* (idem). (...) Observe-se que nas frases (...) a expressão em foco exprime quantidade e que a palavra *que* é pronome relativo, não é parte de locução conjuntiva, como *à medida que*.” (1999, p. 274)

No manual de redação e estilo de O ESTADO DE SÃO PAULO, lê-se:

“À medida que, na medida em que. 1 - À medida que (e não à medida em que) equivale a à proporção que, ao mesmo tempo que, conforme: *As mortes iam aumentando à medida que a epidemia se alastrava. / Á medida que conquistava cargos, tornava-se mais autoritário.* 2 - Na medida em que corresponde a tendo em vista que: *Na medida em que não tenham ficado claras as acusações, todos estão sob suspeita. / É preciso cumprir as leis, na medida em que elas existem.* 3 - Quando a locução na medida em que puder ser substituída por *se, uma vez que, porque, desde que*, use uma destas formas: *O pacto só será possível se (e não na medida em que) as partes interessadas mantiverem entendimentos de alto nível. / A mudança de país é boa porque (e não na medida em que) abre perspectivas favoráveis para o jogador. (...)*” (1990, p. 96-97)

Conforme se pode observar, o exemplo coletado atende às exigências das normas preceituadas pelos gramáticos.

3) - em seu (meu) ver / a seu (meu) ver

QUADRO 24 - em seu (meu) ver / a seu (meu) ver

Exemplos	em	a
...país que, a seu ver, tem poucos atrativos. <i>(Geografia)</i>		X
...não passa, a meu ver, da ‘falsa consciência’... <i>(Linguística)</i>		X

Ambos os exemplos localizados no *corpus*, retirados dos textos formais estão de acordo com as normas preconizadas pelos teóricos.

Decreta SACCONI:

“*A meu ver isso está certo. Perfeitamente! Usamos a ou em meu ver, a ou em meus pés, e ou em meu modo de ver, etc., e não: ao meu ver, aos meus pés, ao meu modo de ver, etc.*” (1990a, p. 223)

Concorda O ESTADO DE SÃO PAULO: “*A meu ver. E não ao meu ver.*”

4) - em(no) nível de / a(o) nível de

QUADRO 25 - em(no) nível de / a(o) nível de

Exemplos	em	a
...quando comparadas no nível do gênero literário... (<i>Linguística</i>)	X	
No nível científico, a visão de mundo... (<i>Linguística</i>)	X	

Essas duas frases, retiradas do livro *Dramática da Língua Portuguesa*, constituem-se nos dois exemplos registrados em todo o conjunto. Elas provocam polêmica entre os legisladores gramaticais.

SACCONI, irritadiço, expõe sua opinião; para ele, em vez de a, deve-se optar por em:

“A reunião será a nível de diretoria. Convém eliminar esse a, que pertence mais à construção francesa que à portuguesa, em que se usa melhor em: A reunião será em nível de diretoria. / A conversa prosseguiu em bom nível. / Nesse nível transcorreu toda a reunião. Os jornalistas desconhecem completamente o assunto. Basta ler os jornais diariamente para verificar.” (1990 a, p. 97)

Os demais estudiosos são mais radicais neste ponto: nem a nem em, eles prescrevem a extinção do uso de tal expressão. É o caso de CEGALLA:

“a nível de. Locução em voga, porém inútil, como nesta frase de um jornal carioca: ‘A pesquisa da FGV mostrou estabilidade nos preços tanto a nível de atacado quanto no varejo’. Bastaria ter escrito: ‘...tanto no atacado quanto no varejo’. A legítima locução portuguesa é ao nível de, que significa à mesma altura: Era um solo baixo, quase ao nível do mar. / Certos vícios rebaixam o homem ao nível dos brutos.(...)” (1999, p. 26)

Repare-se na preocupação do gramático com a *legitimidade da locução portuguesa*, em franca defesa do idioma contra estrangeirismos ou qualquer outro tipo de inovações vocabulares.

O novo manual da redação da FOLHA DE SÃO PAULO, também preconiza:

“a nível de / em nível de: A expressão *ao nível de* significa *na mesma altura de: ao nível do mar*. É errado usar *ao nível de* significando *em termos de* ou *no plano de*; *a nível federal*, o governo agirá; *por isso não está ao nível da nossa amizade*. O certo seria: *em nível federal*; *no nível da nossa amizade*. apesar de aceitável, evite a expressão, já desgastada pelo uso abusivo.” (1992, p. 53)

No manual de redação e estilo de O ESTADO DE SÃO PAULO (1990), página 97, lemos:

“A nível de 1. Modismo desnecessário e condenável. Não use. *Decisão a nível de diretoria é simplesmente decisão de diretoria. Decisão a nível de governo é decisão governamental. Conselho a nível de pai é conselho paterno (...)*.”

Curiosas as defesas de determinadas posições por parte dos teóricos da língua: ora estão numa ponta mais radical, ora se colocam ao centro ou são até mesmo bastante democráticos, mais flexíveis. Exemplo disso temos aqui, com SACCONI e o grupo formado pelos demais vernaculistas. Comparem-se as posições antagônicas entre o que admite SACCONI e, por exemplo, a condenação de *O Estado de São Paulo*. Observe-se que, nas duas obras citadas, usa-se o mesmo exemplo para abonar o uso ou para condená-lo: “... a nível de diretoria”.

O manual de redação da *Editora Abril* e o de *O Globo* também sugerem que se evite a locução. ALMEIDA, que faz leve alteração na expressão “*reunião a nível de diretoria*”, para “*reunião a nível de ministros*”, comenta bem-humorado:

“Se os aracnídeos têm épocas e lugares de reprodução, as pragas lingüísticas estão libertas das estações do ano e das limitações geográficas. ‘A nível de’ é a importunação do momento, só não desagradável aos levianos novidadeiros, que consideram manifestação de progresso a introdução de pragas léxicas e fraseológicas: ‘reunião a nível de ministros’, ‘protestos a nível de operários’, ‘congresso a nível de empresários’ (...) Por que ‘reunião a nível de ministros’ em vez de ‘reunião ministerial’ ou ‘reunião de ministros’? (...)” (1996, p. 5-6)

Concluimos, pelo que expusemos, que o emprego da locução empregada nos textos formais não atende à prescrição gramatical: a maioria (75%) do conjunto de gramáticos e demais estudiosos orienta o consulente a evitar a expressão, por se constituir esta mero modismo de linguagem.

5) - em princípio / a princípio

Também só foi percebida por nós a presença de um único caso neste campo.

QUADRO 26 - em princípio / a princípio

Exemplo	em	a
Em princípio, também não tem... <i>(Veja)</i>	X	

FERREIRA só registra em seu dicionário, no verbete *princípio*, a expressão *em princípio*, para a qual consigna o sentido de *antes de qualquer consideração, antes de tudo, antes de mais nada* (1986, p. 1393).

Entendimento diferente parece ter a redação de O GLOBO, que ensina, em seu manual de redação e estilo, no capítulo denominado *Palavras Perigosas*: ‘A princípio – Significa *no início*. Não confundir com ‘em princípio’ (*segundo os princípios*) (1992, p. 95).

Segundo FERREIRA, a expressão usada no exemplo em tela está correta. Por outro lado, as normas de *O Globo* a dão como inadequada. Não foram encontrados outros registros nas obras consultadas.

Com tal indefinição por parte dos reguladores normativos, não há como definir pela coincidência ou não do uso feito com a norma.

6.6.2.5. Construções com locuções diversas

Indo além das construções com as preposições em e a, em nossa pesquisa levantamos dados cujo foco é o jogo alternativo entre locuções de diferentes configurações sintáticas.

Nem sempre os falantes do português parecem dar atenção ao emprego de **através de**. Isso acontece somente nas linhas da informalidade ou os textos formais também revelam tal característica?

Viver às custas dos pais é construção comum na fala. E o é também na escrita?

O brasileiro usa indiscriminadamente *em vez de/ao invés de*, como formas sinônimas?

Vejamos caso a caso.

1) - através de / por meio de (por, mediante, por intermédio de)

QUADRO 27 - através de / por meio de (por, mediante, por intermédio de)

Exemplos	através de	por meio de
...povo, que o exerce por meio de representantes... <i>(Constituição)</i>		X
...centralizava...decisões através de seus técnicos... <i>(Geografia)</i>	X	
...integração...através da união monetária... <i>(Geografia)</i>	X	

Os normativistas se dividem neste item em três segmentos: (a) os que aprovam o emprego indiscriminado das opções, (b) os que fazem rígida distinção entre elas, (c) os que reconhecem a distinção, mas aceitam-na parcialmente.

No primeiro segmento, solitariamente se posiciona SACCONI, que aprova a utilização irrestrita de **através de**, com o argumento (discriminatório, parece-nos) de que “grande número de escritores clássicos” adotaram tal construção.

“Antigamente se usava **através de** apenas em casos que evidenciassem passagem de algo de um lado a outro. Assim, por exemplo: *A luz passa através do cristal. / Fantasmas passam através de paredes.* Já não tem muito sentido tal exigência, em vista do grande número de escritores clássicos que adotaram o emprego de **através de** como se faz na língua contemporânea. Sempre há, contudo, os que desejam ser mais realistas que o rei. Esses, então, que construam somente: *Ouvi a notícia pelo rádio. / É mediante os jornais que se toma conhecimento dos fatos. / O cheque foi liquidado pelo serviço de compensação. / Soubemos da contusão do jogador pelo médico do clube.*” (1990a, p. 305)

No segundo grupo, em que se acham os que fazem rigorosa defesa das diferenças entre as opções, destacam-se O GLOBO e O ESTADO DE SÃO PAULO.

“**Através** - *De lado a lado, pelo meio de alguma coisa.* Não se deve confundir com *por meio de*, que significa *por intermédio de, mediante.*” (O GLOBO, 1992, p. 99)

“A locução, no seu sentido mais correto, equivale a *por dentro de, de um lado a outro, ao longo de: Cavalgou através dos prados e florestas. / Viajou através de todo o país. / Olhava através da janela. / Foi sempre o mesmo homem honesto através de anos e anos.* Por isso evite o uso, que está se generalizando, de **através de** como *por meio de, por intermédio de* ou *por simplesmente (...).*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 112)

O terceiro grupo, o que tem mais adeptos, é composto por aqueles que reconhecem a existência de distinção de uso entre, de um lado, *através de* e, de outro, as palavras e locuções enumeradas acima. Aqui, se aglomeram ALMEIDA, CEGALLA e o manual da FOLHA DE SÃO PAULO.

“Se constitui erro empregar **através de** para indicar o agente da passiva (*O erro foi feito através do jogador Tal*), não se deve por outro lado cair no exagero oposto de julgar que a locução só é possível quando significa ‘de um lado para o outro’, ‘de lado a lado’ (*Passou através da multidão – Passou a espada através do corpo*). Não vemos erro em: ‘*A palavra veio-nos do latim através do francês*’ (...) Vezes há em que a simples preposição **por** ou a preposição **de** expressam suficiente e completamente a idéia sem o pelintra ‘através de’: ‘Por dois processos podemos conseguir o que desejamos’ – ‘*Provou por testemunhas*’ – além de outras preposições ou locuções prepositivas: *mediante outros recursos, durante dois anos de luta, por meio de artificios.*” (ALMEIDA, 1996, p. 57)

“Através de. (...) Está legitimado o emprego desta locução no sentido de ‘por meio de’, ‘por intermédio de’. Por isso, não há senão legitimá-lo: *Soube a notícia através da imprensa. / Conseguiu emprego através de amigo influente (...).*” (CEGALLA, 1999, p. 43)

“Através - Embora muitos gramáticos condenem, a palavra *através*, que originalmente significa *de lado a lado, transversalmente*, é cada vez mais usada no sentido de *por*. Assim, um jornalista pode fazer revelações *através do jornal*, mas a revelação não pode ser feita *através do jornalista*. Em outras palavras, *através* não pode ser usado para introduzir o agente da passiva, que em português se constrói com *por* ou *de*. De qualquer forma, o *através de* pode muitas vezes ser mesmo substituído por um simples *por*, que é mais econômico.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992, p. 57)

Aplicando as lições acima expostas, entendemos que o exemplo 1 (...*povo, que o exerce por meio de representantes...*) e 3 (...*integração... através da união monetária...*) têm a aprovação dos gramáticos e dos demais teóricos. Quanto à segunda frase (...*centralizava...decisões...através de seus técnicos...*), esta nos parece ferir o argumento de que *através de* não pode se referir ao agente da passiva, quesito básico para demiti-la da lista de aprovações pelos grupos 2 e 3. Com isso, concluímos que, no caso em pauta, o índice de coincidência com as normas é de 66,7%.

2) - à custa de / às custas de

Encontrados cinco casos.

QUADRO 28 - à custa de / às custas de

Exemplos	à custa de	às custas de
...à custa de outros países. (<i>Geografia</i>)	X	
...se desenvolveu à custa das outras... (<i>Geografia</i>)	X	
...sob o seu controle à custa de uma violenta... (<i>Geografia</i>)	X	
...à custa de medicamentos... (<i>Veja</i>)	X	
...à custa de uma massa de telespectadores... (<i>Veja</i>)	X	

Conforme se pode constatar, todos os exemplos coletados registram a locução *à custa de*. E isso está perfeitamente em sintonia com as normas prescritas pelo maior número de teóricos.

CEGALLA é o único gramático que considera lícita a locução *às custas de*. Argumenta ele, na nossa opinião sensatamente, que a legitimação de tal locução é justificada pelo uso generalizado.

“à custa de/ às custas de. À custa de significa *à força de, a poder de, com o emprego de, a expensas de: Realizei meu sonho à custa de muito suor. / Burro só anda à custa de chicotadas. (...) 2. Às custas de: o uso generalizado legitima a variante às custas de, no sentido de a expensas de: João vive às custas do pai (...).*” (CEGALLA, 1999, p.10)

Os demais autores censuram a locução preferida pelos brasileiros em uso informal da linguagem.

“Viver às custas da mulher. Isso é triste!... Sim, porque as locuções prepositivas não devem ter elementos pluralizados, com exceção de a *expensas de*, mas convém lembrar que *expensas* é palavra só usada no plural, não existindo o singular *expensa*. Portanto: Viver à custa da mulher.(...)” (SACCONI, 1990a, p. 327-328)

À custa de - Assim se diz, e não ‘às custas de’ (...) (ALMEIDA, 1996, p. 2)

3) - em vez de / ao invés de

QUADRO 29 - em vez de / ao invés de

Exemplo	em vez de	ao invés de
...em vez de induzir os professores a... (<i>Linguística</i>)	X	

O exemplo encontrado enquadra-se perfeitamente nas prescrições normativas presentes na obra de ALMEIDA, pois o sentido da sentença é o de *em lugar de*:

“Ao invés de - É necessário distinguir: *em vez de* significa, simplesmente, *em lugar de*: ‘Em vez de física, estude química’. *Ao invés de* significa *ao contrário de*, e somente com tal acepção deve ser usada essa locução prepositiva: ‘Ao invés de ficar quieto, começou a responder-lhe’. A primeira

locução – **em vez de** – pode ser usada nos dois casos; a segunda, que se prende ao étimo *inverse* (inversamente), denota sempre contraste, oposição; não pode ser empregada como simples sinônima da primeira. Não tem sentido dizer ‘*Paguei vinte cruzeiros ao invés de quinze*’, como sentido não tem dizer ‘*Ao invés de sentar-se na cadeira sentou-se no banco.*’” (1996, p. 45)

CEGALLA, neste ponto, quebra o preconceito purista e declara sua simpatia pela posição mais liberal adotada pelos falantes em geral, tanto nos textos orais quanto nos escritos:

“2. *Ao invés de viajar de avião, preferiu ir de ônibus. / Deixei a carta sobre a mesa, ao invés de guardá-la na gaveta.* 3. A nosso ver, só um gramaticalismo estreito poderia condenar o emprego de **ao invés de** nas frases do grupo 2, nas quais a dita locução representa um caso de evolução semântica natural, sancionado pela língua de hoje.” (CEGALLA, 1999, p. 29)

6.6.2.6. Construções com conjunções

Os intelectuais, como qualquer outro segmento social, têm sua forma especial de se comunicar. E, por se constituírem na classe de maior cultura, eles se tornam modelo para a definição do uso mais bem aceito socialmente. Dessa forma, os modismos dos portadores de títulos de escolaridade superior são adotados com certa facilidade pelo conjunto da sociedade. É isso que justifica a presença maciça na linguagem falada e escrita de palavras e expressões execradas pelos teóricos que consultamos. Entre elas, temos: *colocação* (por *observação*), *colocar que* (*declarar que*), *a nível de*, *a longo prazo*, *em termos de*, *até porque*, *resgatar*, *praticar preços*, *referencial*, *diferencial*, *emergencial*, *como um todo*, *a curto/médio/longo prazo*, *descartar uma hipótese*, *filme ou espetáculo imperdível*, *implementar*, *penalizar* (=punir), *reverter a situação*, *transparência* (=limpidez, franqueza), *a escalada da violência*, *dizer alto e bom som*, *a ciranda dos preços*, *o fantasma do desemprego*, *a corrida armamentista*, *apostar todas as fichas*, *o vilão da inflação*. Destaca-se,

também, atualmente, o exagero no emprego do gerúndio em sentenças/frases tais como: *livro contendo gravuras, trabalho envolvendo esforço físico, 'Amanhã, vou estar ligando para você...'*. E não podemos nos esquecer de uma conjunção moderna, que circula livremente nos corredores universitários: *enquanto*, com o significado de *como*.³⁶

QUADRO 30 - enquanto / como

Exemplos	enquanto	como
...ridicularizá-lo enquanto ser humano. (<i>Lingüística</i>)	X	
...deveríamos, enquanto pensadores, nos preocupar... (<i>Lingüística</i>)	X	

Os dois casos foram colhidos na obra de *Lingüística* e não coincidem com o preceito fixado pelos estudiosos da língua.

“**Enquanto** - Conjunção usada em referência a passagem de tempo. Com o sentido de ‘sob o aspecto de’ ou ‘considerado como’ (p.ex. ‘*a mulher enquanto ser humano*’) é detestável modismo.” (O GLOBO, 1992, p. 110)

“A leitor acostumado a ler bons escritores a declaração ‘*digo isto enquanto mulher*’ não tem sentido. (...) Quer-nos parecer que a origem do erro (...) está no receio de alguma cacofonia no redigir ‘*digo isto como mulher*’. Ou o erro está em confundir **enquanto** com **conquanto**? Sinônimo de *embora*, **conquanto** é que é a conjunção concessiva para o caso(...): ‘*Digo isto conquanto mulher*’.” (ALMEIDA, 1996, p. 176)

6.6.2.7. Construções com pronomes

Nas conversações, nos anúncios, estamos sempre diante de ‘*Quero um de cada.*’, ‘*Um real cada.*’ Essas frases não seguem a orientação da gramática.

³⁶ Não queremos deixar a falsa impressão de que estamos ilesos a tais usos. Na verdade, neste trabalho, quase sempre, as nossas observações quase sempre se voltam contra nós mesmos. A linguagem, como bem social, é patrimônio de todos, e, sem vigilância – que, aliás, é a condição natural dos falantes –, as frases saem livremente, carregadas de construções que deixam os puristas de cabelos em pé. Preferimos assim. Mesmo porque, conquistar e manter amigos é mais importante que agradar aos gramáticos e cultivar as pequenas vaidades...

Vamos ao levantamento de uso nos textos formais.

QUADRO 31 - Cada / cada um

Exemplos	cada	cada um(a)
...de 7,5 toneladas cada; acionadas por cabos... (<i>Superinteressante</i>)	X	

O exemplo encontrado não coincide com a norma prescrita pelos estudiosos.

Emprega-se **cada um(a)**, e não simplesmente *cada*, em frases como: *Os livros custaram 50 reais cada um.* (...) (CEGALLA, 1999, p. 60)

“**Cada um** é a forma correta nas referências a valores expressos anteriormente: *As blusas custam 5 mil cruzeiros cada uma* (e não *5 mil cruzeiros cada*) (...).” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p. 117)

A mesma orientação é dada por Sacconi e Nascimento.

6.6.3. Coloquialidade

6.6.3.1. Opções por gradações variadas

Bastante usual é o uso que o falante faz de graus em certas classes de palavras. E isso se percebe nas mais diversas formas de linguagem. A fala infantil, por exemplo, é fértil em substantivos e adjetivos marcados por gradações das idéias. A criança, pequena, mede-se todo o tempo com relação ao mundo, grande. E os adultos não são diferentes, também estruturam o mundo com base em comparações: bom/mau, feio/bonito, grande/pequeno.

Aqui, não estaremos enfocando exatamente a coincidência ou não com a norma culta, mas buscamos apenas registrar algo que nos chamou a atenção na leitura que fizemos dos textos formais: os usos estilísticos de determinados recursos morfossintáticos.

Todos os exemplos encontrados estão listados abaixo.

A) Uso de flexões de graus com determinados *substantivos* ou *adjetivos*, com finalidade e/ou efeitos diversos, tais como³⁷:

a) ênfase

Pacotaço de DVDs com o melhor do mestre... (*Superinteressante*)

Gatão é amazônico. (*Superinteressante*)

Isso mesmo: um **carrão**, todo cheio dos truques... (*Veja*)

...nenhuma delas bate a **campeoníssima** Companhia... (*Veja*)

...sonha com o **megapresente** que dará... (*Veja*)

b) ironia

O **priminho** da rainha Elizabeth admitiu... (*Veja*)

Mogilevich, o **bandidão** refugiado na Hungria... (*Veja*)

Jeitão sério, pasta na mão... (*Veja*)

A **loirinha**, ultimamente estressada... (*Veja*)

Num **jantarzinho** organizado no Rio... (*Veja*)

...vencimentos dos **medalhões**... (*Veja*)

...resolveu dar uma **ajudazinha** aos pobres homens (*Veja*)

...**figurões** do primeiro escalão de sua administração. (*Veja*)

Observamos que todos os exemplos do bloco a pertencem a textos da mídia. O texto técnico e os científicos não ofereceram campo para a coleta de exemplificação do fenômeno lingüístico-estilístico em foco. O aumentativo e o diminutivo, nas frases selecionadas, criam um clima de informalidade, que é um recurso buscado pelo texto jornalístico, com o objetivo de aproximar-se mais da realidade vivida diariamente pelo leitor. Isso explica a ausência desses recursos no texto científico e no técnico: estes, quando se fixam ao padrão, usam uma aparência mais circunspecta. Um parece sorrir para o leitor, os outros procuram sua credibilidade na aparência mais séria. É lógico que estamos de alguma forma caricaturando esses tipos de texto, pois a criatividade do autor pode criar surpresas em qualquer

³⁷ Observação: Os destaques nos exemplos são nossos.

categoria de texto. Estamos comentando apenas as características de tipos estandarizados.³⁸

B) Deslocamento morfológico - grau³⁹

São bastante comuns, na espontaneidade da fala, os deslocamentos de classes de palavras, o que, conseqüentemente, gera alterações morfossintáticas, em especial no nível da terminologia técnica: “A classificação léxica é andaime de construção: terminada esta, põe-se ele abaixo.” (ALMEIDA, 1996, p. 24)

Nos exemplos coletados, encontram-se traços de expressividade muito próprios da linguagem coloquial em diversos exemplos de cruzamento morfológico, com deslocamentos de grau. Destacamos o emprego de flexão de grau própria do substantivo (aumentativo e diminutivo), com outras classes de palavras.

a) flexões próprias do substantivo deslocadas para o adjetivo

...Piorzinho. Marte é um planeta menor que... (*Superinteressante*)

Muitos, principalmente os grandalhões herbívoros. (*Superinteressante*)

Queridinhos da Academia. (*Superinteressante*)

...e estes carregam o piano nas costas sozinhos. (*Veja*)

...uma companhia aérea todinha dele... (*Veja*)

...equipes bem fraquinhas... (*Veja*)

...apenas 1,3 bilhão de dólares, coitadinhos. (*Veja*)

...insultos entre militares durões... (*Nota: destaques nossos*) (*Veja*)

b) flexões próprias do substantivo deslocadas para o advérbio

Possivelmente andará um pouquinho mais rápido... (*Superinteressante*)

...soubes direitinho onde jogar sua meada... (*Nota: destaques nossos*) (*Veja*)

³⁸ A presença desse adjetivo fere as susceptibilidades de puristas.

³⁹ Observação: Os destaques nos exemplos são nossos.

Conforme atesta CEGALLA,

“Na linguagem emotiva e coloquial, é comum o emprego de adjetivos com as flexões próprias do aumentativo e diminutivo. Exemplos: *menino bonzinho; garoto espertinho; areia branquinha (...); moço bonito (...)*. Note-se que essas formas aumentativas e diminutivas dos adjetivos equivalem, geralmente, a superlativos: *areia branquinha = areia muito branca, moço bonito = moço muito bonito.*” (1988, p. 132)

O ESTADO DE SÃO PAULO também comenta: “*Muitíssimo*. Superlativo mal formado. Aceitável apenas na linguagem coloquial ou em declarações.” (1990, p. 207)

SACCONI (1990 a, p. 109) também se manifesta contrário a deslocamentos de graus entre as classes de palavras:

“Existe o artigo de *primeiríssima* qualidade? Sem dúvida, existe, assim como existem escritores de *primeiríssima* água. *Primeiro*, como numeral que é, não aceita sufixo, mas na linguagem comercial, na língua cotidiana, esse acréscimo já se tornou um fato lingüístico. Assim é que tal sufixo se junta não só a numeral, como também a pronomes, advérbios e substantivos: notícia em *primeiríssima* mão, *tantíssimas* vezes, *pouquíssimas* possibilidades, *mesmíssimo* tratamento, escola *longíssima*, *coisíssima* nenhuma, *muitíssimo* obrigado.”

Observamos que essas marcas de coloquialidade foram detectadas novamente apenas nos textos jornalísticos.

6.6.3.2. Substantivos empregados expressivamente, por meio de⁴⁰

a) *onomatopéias e termos de sons repetidos*

...sem eles - o **blabláblá** e os bem-intencionados. (*Folha on line*)

...não passam de um **blabláblá** de bem-intencionados. (*Folha on line*)

...enfrentou ...o **lengalenga** do PMDB... (*O Globo*)

Pivot não fazia **oba-oba**. (*Veja*)

b) *vocábulos populares ou caracterizados como gírias*

Se quisessem, em vez de estimular a **fofoca**... (*Folha on line*)

...fazia os **baseados** que fumariam mais tarde. (*Folha de São Paulo*)

...o apelido de “três porquinhos” depois da **lambança**... (*Folha de São Paulo*)

⁴⁰ Observação: Os destaques nos exemplos são nossos.

...**capanga** fora de moda, mas cara honesta e risonha... *(Folha de São Paulo)*

... cortes orçamentários bem maiores do que o **buraco** *(O Globo)*

...enfrentou a **brigalhada** tucana... *(O Globo)*

... ao conhecer o “**cara certo**”, descobriu que... *(O Globo)*

...desestimular **pilstras** abastados a tentarem... *(O Globo)*

Se a coisa é assim... *(Linguística)*

O mérito é de um **time** de [médicos] brasileiros *(Superinteressante)*

...saber de cor esse **monte** de números... *(Superinteressante)*

...épicos...como o **arrasa-quarteirão** de Ridley Scott. *(Superinteressante)*

Macacada aparentada *(Superinteressante)*

Mas a nova **onda** é... carro movido a gás natural... *(Veja)*

...**as coisas vão melhorar.** *(Veja)*

Os títulos custam uma **pechincha.** *(Veja)*

Ambos são **feras** do mercado... *(Veja)*

Cada um quer a coisa de um jeito. *(Veja)*

...um bom exemplo de como as **coisas** funcionam. *(Veja)*

E há também outros profissionais nesse **time.** *(Veja)*

A democratização ...foi a **onda** mais recente. *(Veja)*

A **febre** da crise parece ter incendiado o continente. *(Veja)*

...e as **coisas** ainda podem piorar. *(Veja)*

...as **coisas** não podem continuar... *(Veja)*

...é dono de uma **bolada** estimada em 5,3 bilhões... *(Veja)*

...acreditam na **bobagem** de que o Brasil seria... *(Veja)*

...nos detalhes, aquelas **coisinhas** diferentes... *(Veja)*

...onde a **coisa** chega a virar **caso de polícia.** *(Veja)*

...porque tem (...) aquelas **coisinhas** diferentes... *(Veja)*

...traz **dicas** para as próximas férias... *(Veja)*

...explicar a **garra** com que esses desportistas... *(Veja)*

...seu **ganha-pão** dependia da beleza física. *(Veja)*

...de outras **agitadoras** da sociedade carioca. *(Veja)*

...prosecco... **primo** menos sofisticado do champagne *(Veja)*

Claro que não se pode comparar uma **delícia** dessas... *(Veja)*

...o **estrago** que os anabolizantes podem causar... *(Veja)*

...seus **galãs** ganhavam os salários mais altos... *(Veja)*

A nova cara da TV *(Veja)*

...embora ganhe uma **dinheirama** fora da televisão. *(Veja)*

Os rendimentos da **turma** podem chegar... *(Veja)*

...o **rega-bofe megalomaniaco**... *(Veja)*

...a crise da masculinidade nos... e em outras **bandas**. *(Veja)*

A coisa não foi para a frente. *(Veja)*

...uma boa **escalada** pede **badalo**... *(Veja)*

O segundo **rega-bofe** de impacto foi no aniversário... *(Veja)*

...desde que lançaram suas **pechinchas**. *(Veja)*

Lentamente, porque o **tranco** foi muito forte. *(Veja)*

...do tipo que confunde **soup** (sopa) com **soap** (sabão). *(Veja)*

...entabular um diálogo civilizado com um **gringo**. *(Veja)*

...um parceiro de **malhação** é importante... *(Veja)*

...uma decisão tomada com base na **papelada**. *(Veja)*

...até que as **coisas** se complicam... *(Veja)*

...na arte de distribuir **sopapos**. *(Veja)*

...o supremo **cê-dê-efe** de nosso esporte. *(Veja)*

O **cê-dê-efe** é diminuído, menosprezado... *(Veja)*

Os **endinheirados** brasileiros, por sua vez... *(Veja)*

...**Gigantes** do surfe *(Veja)*

Essa **dinheirama** se refere ao valor total de... *(Veja)*

c) emprego de apelidos ou de nomes da linguagem infantil

...força para se adaptarem à nova tática de **Felipão**. *(O Globo)*

O carro da firma era um **Fusca** velho... *(Veja)*

O **totó** é meu *(Veja)*

Separar-se do **lulu**, no entanto, pode ser... *(Veja)*

Encontramos, em meio ao grande acervo de exemplos de textos jornalísticos, com 65 ocorrências, apenas uma frase retirada de texto científico, do livro de *Linguística*. Novamente, reafirma-se a preferência pelos textos da mídia por processos linguísticos peculiares da linguagem mais descontraída.

6.6.3.3. Adjetivos empregados expressivamente, quase sempre com efeito de ironia/humor⁴¹:

... boa parte da culpa pela corrupção **grossa**. *(Folha on line)*

...disputou uma eleição majoritária na **danada** da vida. *(Folha de são Paulo)*

...por que não os mais **escrachados**? *(O Globo)*

...uma senhora que recebia um **polpudo** salário... *(O Globo)*

...anos de policiamento **gramatiqueiro**. *(Lingüística)*

...a pedagogia **gramatiqueira** só obtém... *(Lingüística)*

... uma auto-ajuda **gramatiqueira** rala... *(Lingüística)*

...para propiciar arte de **primeira**. *(Superinteressante)*

...metais liquefeitos **chacoalhados** pelo movimento... *(Superinteressante)*

A velha e boa privacidade já é coisa do passado. *(Superinteressante)*

...o monetarista é um **chato**... *(Veja)*

...a mais recente sensação **brega**... *(Veja)*

[crise]...**menos feia** do que... *(Veja)*

Os investidores externos, escaldados pelas crises... *(Veja)*

...mentiras **deslavadas**... *(Veja)*

...eventos **badalados**... *(Veja)*

.. o turista mais **endinheirado** procura... *(Veja)*

...refúgio de turistas **endinheirados**. *(Veja)*

...a **nanica** prefeitura... *(Veja)*

...os doces podem ser a parte mais **salgada** da notinha *(Veja)*

...Três são **tarimbados**... *(Veja)*

A **loirinha**, ultimamente **estressada**... *(Veja)*

...alto índices de audiência com produtos **chinfrins**... *(Veja)*

Uma **feminista das boas**, a jornalista... *(Veja)*

...fugiu do lugar-comum, mas ficou **chata**. *(Veja)*

...esta **loura mechada** escreveu seu próprio conto... *(Veja)*

...é **chato**. **Chato**, não, **chatíssimo**. *(Veja)*

Fazer exercícios é **chatíssimo**... *(Veja)*

Os críticos festivaleiros o elogiaram... *(Veja)*

⁴¹ Observação: Os destaques nos exemplos são nossos.

Nessa seção, vêm-se três citações da obra de Linguística, com o uso de um neologismo, *gramatiqueiro*, criado com o objetivo de ironizar a prática pedagógica vigente nas escolas brasileiras. Afora essas três sentenças, as demais se encontram em textos jornalísticos.

6.6.3.4. Advérbios empregados expressivamente, por meio de mudança de classe:

A) adjetivos transformados em advérbios⁴²

E investir pesado no social o que se arrecadou. (*Folha de São Paulo*)

...não funciona direito com água salgada? (*Superinteressante*)

... porque não procuraram direito. (*Superinteressante*)

...pule direto para o cafezinho... (*Veja*)

...entrou pesado na ginástica... (*Veja*)

...trabalhador que dá duro oito horas por dia... (*Veja*)

Ensina O ESTADO DE SÃO PAULO:

“É comum o uso do adjetivo com o valor de advérbio, quando então fica invariável (em geral, pode ser substituído pela forma em mente ou pela expressão de modo...): *Falem baixo (de modo baixo)*. / *Respondam alto (de modo alto)* / *Eram pessoas demasiado (demasiadamente) desconfiadas (...)*.” (1990, p. 92)

B) numerais transformados em advérbios

Primeiro, criaram Roseana Sarney e deu no que deu. (*Folha de São Paulo*)

C) expressões com valor circunstancial

...que volta e meia pega o lagarto no colo. (*Superinteressante*)

E, volta e meia, um dos dois termina... (*Superinteressante*)

Volta e meia, põe-se a fazer reflexões... (*Veja*)

...de dois anos para cá... (*Veja*)

...estar no controle o tempo todo. (*Veja*)

...será lançado no mês que vem nos Estados Unidos... (*Veja*)

...outros tantos piercings e cicatrizes a rodo... (*Veja*)

⁴² Observação: Os destaques nos exemplos são nossos.

Quer dizer, **uma hora Sprague vai superar...** *(Veja)*

O ano que vem marca o centenário... *(Veja)*

...aos pobres, a partir **do ano que vem.** *(Veja)*

...nas eleições **do ano que vem.** *(Veja)*

E a partir da semana que vem os caixas... *(Veja)*

...derrota eleitoral ao governo federal **no ano que vem.** *(Veja)*

O ESTADO DE SÃO PAULO legisla, na página 169 de seu manual de redação e estilo:

“Próximo e passado podem ser usados livremente para designar o mês, assim como a expressão **que vem**: *X volta ao Brasil no próximo mês (no mês que vem) / Y viajou para a Europa no mês passado.*”

Não há registro, nos textos científicos e no técnico por nós estudados, da expressão “que vem” com o significado de “próximo”. Entendemos que essa é mais uma estrutura coloquial encampada pela linguagem jornalística.

6.6.3.5. Verbos empregados expressivamente, por intermédio da opção pela linguagem descontraída, de cunho mais popular, muitas vezes com interferência de gírias⁴³:

...as pessoas podem **mexer** em sua conta bancária... *(Geografia)*

Escândalos **têm pipocado** pelo mundo desenvolvido... *(O Globo)*

...e podem **brecá-la** por atrito. *(Superinteressante)*

A ventania **que breca** o planeta... *(Superinteressante)*

...substâncias, como cálcio...**que bagunçam** tudo... *(Superinteressante)*

Deu nos jornais que o americano... *(Veja)*

Quando joga bem, o time **arrasa**... *(Veja)*

Onde tem doutor tem bom aluno. *(Veja)*

... **espinafrando** a política econômica. *(Veja)*

...**amargando** baixíssimos índices de popularidade... *(Veja)*

Dá 7% da população. *(Veja)*

⁴³ Observação: Os destaques nos exemplos são nossos.

- ...resolveu **mexer** nos impostos. (Veja)
- ...se a crise econômica **apertar** por lá... (Veja)
- ...o preço do petróleo **estoura**. (Veja)
- ...**não tinha** chance... (Veja)
- ...a concorrência se **descabela**... (Veja)
- Emplacar** no exterior o produto...**exige**... (Veja)
- Suas exportações...**devem bater** em 57000 neste ano... (Veja)
- ...**comparece** com metade dos 1000 reais... (Veja)
- ...teve de **bancar** a babá. (Veja)
- ...**tem** gente tomando... entrega o promotor de festas... (Veja)
- ...uma torta de maçã sai por 15 reais... (Veja)
- ...**embolsem** mais de 100 000 reais... (Veja)
- ...que **embolsavam**... (Veja)
- ...**embolsa** 240 000 reais a cada dia 30. (Veja)
- O irmão **rebola** no grupo... (Veja)
- ...e **vitaminar** novos negócios. (Veja)
- Outro gigante que **derrapou** foi...[Empresário falido] (Veja)
- Não basta **malhar**, é preciso estar bem acompanhado. (Veja)
- ...**terá** de desembolsar salgados 18 dólares. (Veja)
- ...oposição que sempre **chiou** alto se mostra. (Veja)
- Foi com esse sentimento que o governo **mexeu**. (Veja)

Chamam a atenção nessa seleção dois verbos muito comuns no nível mais informal da linguagem: **mexer** e **ter**, este último na acepção de *haver, existir*.

Mexer é uma bengala lingüística polissêmica que apóia a fala espontânea nas mais diversas circunstâncias: *mexer a comida na panela, mexer com matemática, mexer com assunto proibido, mexer com a moça*, etc.

Quanto ao *ter* em lugar de *haver, existir*, aconselha ALMEIDA:

“**Ter** não significa *existir*. Todo o possível devemos fazer para evitar o emprego de *ter* com a significação de *existir*. Não devemos permitir frases como estas: ‘*Não tem nada na gaveta*’ (em vez de ‘*Não há nada na gaveta*.’), ‘*Não tem de quê*.’ (em vez de ‘*Não há de quê*.’) (...)”. (1996, p. 554)

Da mesma forma, pronunciam-se *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *Nascimento*.

LESSA, por outro lado, destaca a ampla substituição de *ter* por *haver* nos textos literários atuais, “dado o afã dos nossos modernistas (...) de aproximarem a língua escrita da língua falada brasileira.” (1976, p. 84)

Nos casos coletados, detectamos a presença de uma única frase com o emprego de uma das palavras destacadas na relação acima: *mexer*, vocábulo registrado em obra didática, aqui caracterizada como texto científico. Os demais, como nos últimos itens, pertencem todos a textos jornalísticos.

6.6.3.6. Expressões variadas empregadas estilisticamente, conforme o uso cotidiano da fala informal, em especial a de caráter mais popular⁴⁴:

Como lucram, estes fazem **vista grossa**... (Folha on line)

...doou vasta fortuna ao foragido..e, **de quebra**, ao banco (Folha on line)

...Serra **entrou no jogo** do PMDB...para enfraquecer... (Folha on line)

...**pularia para 20** e poucos por cento das intenções de... (Folha de São Paulo)

Agora, querem criar Silvio Santos **para o que der e vier**. (Folha de São Paulo) (Curiosidade: **para**)

É padre, de uma ordem religiosa, **tem 40 e poucos anos**... (Folha de São Paulo)

...o que SS **tem a ver com** o partido deles. (Folha de São Paulo)

...**fizeram** no início o **jogó** dos sérvios... (Geografia)

Com um computador, **dá para** ouvir em casa... (Superinteressante) (Curiosidade: **para**)

Brasileiros **dão rasteira** na tuberculose. (Superinteressante)

...convoca uma **tropa de elite**, as células de defesa. (Superinteressante)

Vai passar raspando. (Superinteressante)

Veja como as estrelas podem **tirar um fino do Sol**. (Superinteressante)

...**dá para** confiar na bússola. (Superinteressante) (Curiosidade: **para**)

...mas **dá para** usá-lo para encontrar o caminho. (Superinteressante) (Curiosidade: **para**)

Ele **bateu as botas** seis semanas após a violação... (Superinteressante)

Microrganismos...**acabaram com a festa**... (Superinteressante)

⁴⁴ Observação: Os destaques nos exemplos são nossos.

Cadê o suspeito? *(Superinteressante)*

Os pesquisadores...passaram um mau bocado... *(Superinteressante)*

Tom Zé passa a peneira em sua discoteca. *(Superinteressante)*

...taxista que tenta passar o freguês para trás... *(Superinteressante)* (Curiosidade: para)

Dá para não ler? *(Superinteressante)* (Curiosidade: para)

Só resta à leoa partir para cima. *(Superinteressante)* (Curiosidade: para)

... dá para recarregar pilhas usadas... *(Superinteressante)* (Curiosidade: para)

Hoje dá aulas na PUC do Rio de Janeiro. *(Veja)*

Está de olho no setor de autopeças. *(Veja)*

...está passando maus bocados na Argentina... *(Veja)*

...tem tudo para provocar dor de cabeça. *(Veja)* (Curiosidade: para)

Mas é bom não exagerar. *(Veja)*

Mas tem parado por aí. *(Veja)*

Um abacaxi no colo do Ministro *(Veja)*

... metiam a colher de pau na sopa. *(Veja)*

...saía do sufoco... *(Veja)*

Se o objetivo era...ele chegou lá. *(Veja)*

O dólar, que andava arrogante, baixou a crista... *(Veja)*

Embora tenha muito jogo de cintura... *(Veja)*

...desta vez é para valer. *(Veja)* (Curiosidade: 'para')

...o governo...decidiu carregar a mão no imposto... *(Veja)*

Mentira das grossas. *(Veja)*

...será uma ajuda e tanto. *(Veja)*

...crise para ninguém botar defeito... *(Veja)* (Curiosidade: para)

Os países...costumam andar em bando. *(Veja)*

...deixando os observadores de orelha em pé. *(Veja)*

...é chegada a hora de virar o caldeirão. *(Veja)*

...já viram que não vai dar. *(Veja)*

O Brasil não quer nem ouvir falar de uma intervenção... *(Veja)*

...a recuperação econômica da Ásia vai pelo ralo... *(Veja)*

Ao deus-dará... *(Veja)*

Pode sobrar até para o Brasil. *(Veja)*

...a causa timorense virou politicamente correta. *(Veja)*

...governo da Indonésia faz vista grossa *(Veja)*

...Fujimori desmentiu, feliz da vida... *(Veja)*

...muito tempo sem uma boa onda de fofocas. *(Veja)*

...quer disputar para valer a candidatura presidencial... *(Veja)* (Curiosidade: 'para')

Como ele sempre se opôs ... **pegou mal...** *(Veja)*
 ...compraram a preço de banana obras... *(Veja)*
Batem de longe os Windsor... *(Veja)*
Que Windsor, que nada! *(Veja)*
 ... dinheiro atravessou...**por baixo do pano...** *(Veja)*
 A ficha corrida ...**é de matar de inveja...** *(Veja)*
 Contrabando de armas é **café pequeno** para... *(Veja)*
Nada mau para quem começou... *(Veja)*
A última do ditador libio, no entanto, é insuperável. *(Veja)*
Para piorar as coisas, o autor aceitou... *(Veja)*
 ...um dos pontos mais **badalados do litoral...** *(Veja)*
 ...Slama **fala de boca cheia** sobre as vendas... *(Veja)*
Parece coisa de novela. *(Veja)*
Por aqui, cada um se ajeita como pode *(Veja)*
 ...causando **dor de cabeça...** *(Veja)*
 ...**custar os olhos da cara...** *(Veja)*
 ... a **novela reinava absoluta...** *(Veja)*
 ...**corta um dobrado** para coordenar a platéia... *(Veja)*
 ...de tanto a rainha **torcer o nariz**, ele teve de... *(Veja)*
Não que ela se incomode. *(Veja)*
Reza forte em Wall Street *(Veja)*
Mudou a cara da televisão brasileira. *(Veja)*
 ...penar...**sem muita chance de alterar...** *(Veja)*
 ...**deixando os outros ... comendo poeira...** *(Veja)*
 ...**gosta de torrar dinheiro** com viagens... *(Veja)*
 ...**que deu para comemorar...** *(Veja)*
 ...**vai de vento em popa...** *(Veja)*
Na ponta do lápis: abriu mão de... *(Veja)*
 ...**subiu na vida** porque... *(Veja)*
 ...**virava as costas para eles** até pouco tempo... *(Veja)*
Aproveitou o embalo e... *(Veja)*
 ...criando, a **toque de caixa**, um programa... *(Veja)*
Como Raul Gil ganhava de goleada... *(Veja)*
 ...**dançam conforme a música.** *(Veja)*
 ...**desafiando o domínio masculino e ponto final.** *(Veja)*
 ...**(quem era doido de fazer isso nos Estados Unidos?)** *(Veja)*
A coisa não foi para a frente. *(Veja)*

E, para piorar, ao contrário das oprimidas... *(Veja)* **(Curiosidade: para)**

...dá aulas de bod-mod... *(Veja)*

Aos 62 anos, Loomis chutou a mesa, virou Musafar... *(Veja)*

O decorador...captou o espírito da coisa... *(Veja)*

...caiu para trás. *(Veja)* **(Curiosidade: para)**

...uma boa escalada pede badalo... *(Veja)*

...120 delas entregaram os pontos... *(Veja)*

...mais tempo pendurado ao telefone... *(Veja)*

... você não é um caso terminal em matéria de inglês... *(Veja)*

Não, não pense que você está velho para isso. *(Veja)*

... que o colega de suplício não seja... *(Veja)*

...sacrifício de sacudir o esqueleto... *(Veja)*

...simplesmente jogam a toalha antes que... *(Veja)*

Mas alguma coisa dá errado na hora da entrevista... *(Veja)*

...levam a vida na base de pequenos golpes... *(Veja)*

...só pode dar em besteira. *(Veja)*

Deu em besteira. *(Veja)*

No caso, deu mesmo. [deu em besteira] *(Veja)*

Travolta exhibe o sorriso e as tiradas de sempre... *(Veja)*

...erram a mão em fita sobre vaqueiros. *(Veja)*

...sinônimo de papo cabeça... *(Veja)*

...pobres e ricos podem ter sucesso, é só dar duro. *(Veja)*

ESG: quem te viu e quem te vê *(Veja)*

Nada mau para um ano de eleição. *(Veja)*

Sede da ESG, no Rio: grana curta. *(Veja)*

Na prática, não tem um tostão furado. *(Veja)*

...o treinador deu a volta por cima ao conquistar... *(Veja)*

...quer as coisas andem bem ou andem mal. *(Veja)*

Em 119 exemplos encontrados, neste item, apenas um pertence a texto científico, os demais aparecem em textos da mídia. Um dado surpreendente é que a *Veja* é a publicação que mais concentra expressões características da linguagem informal: são 95 casos contra 16 da revista *Superinteressante*, que se destina a jovens.

Comentemos rapidamente algumas das expressões listadas:

Cadê - *cadê, quédê e quéde* são formas da língua falada; na escrita podem ser substituídas por *que é de* ou *que é feito de*. (SACCONI, 1990 a, p. 30)

FERREIRA (1986, p. 520) apresenta mais de cem significados para o verbo **dar**. Entre as expressões usadas nos textos formais, destacamos algumas que trazem esse verbo em diversas acepções de cunho popular.

para o que der e vier - para enfrentar qualquer situação;

dá para ouvir - é possível ouvir;

dá aulas - leciona;

deu em besteira - teve maus resultados;

dar duro - trabalhar muito, duramente;

deu a volta por cima - recuperou-se.

6.6.3.7. Metáforas da Cultura Geral, constituídas de expressões conotativas:

- a) próprias da cultura mundial – de certas áreas profissionais, ou da cultura humana mundial, mas repassadas ao conhecimento público e empregadas expressivamente, conforme o uso cotidiano da fala informal de setores mais intelectualizados da população;
- b) ou características da cultura popular brasileira.

QUADRO 32 - Metáforas da cultura mundial e da cultura popular brasileira⁴⁵

Exemplos	Cultura mundial	Cultura popular
... abrir essa caixa-preta financeira... (<i>Folha on line</i>)	X	
Para felicidade geral dos leitores... (<i>Veja</i>)		X
Aonde a Ford vai, a Madragon vai atrás. (<i>Veja</i>)		X
...da química que venha a existir entre ele e... (<i>Veja</i>)		X
Cavaleiro do Apocalipse [presidente Bush] (<i>Superinteressante</i>)	X	
A estratégia da leoa tarda, mas não falha. (<i>Superinteressante</i>)		X
Se correr, o bicho pega (<i>Superinteressante</i>)		X
Água mole em pedra dura... (<i>Superinteressante</i>)		X

⁴⁵ Observação: Os destaques nos exemplos são nossos.

6.6.3.8. Artigo precede nome próprio, empregado, assim, em construções típicas da linguagem mais íntima

... o Bersluconi já dá um trabalho danado por lá. (*Folha de São Paulo*)

Não foi ao show do Gilberto Gil, mas à casa da noiva... (*Folha de São Paulo*)

Esse dilema sobre colar ou não o Serra ao... (*O Globo*)

Nem sempre a prática acompanha a teoria. Um dos três contra-exemplos encontrados (a terceira frase desta lista) está em O GLOBO, que é enfático quanto a isso:

“É inaceitável usar artigos definidos antes de nomes (‘o Brizola’, ‘a Zélia’): essa forma íntima de tratamento é imprópria em textos de jornal. A não ser, naturalmente, em frases de terceiros.” (1992, p. 49)

Almeida e Nascimento também se pronunciam, comungando dessa mesma opinião de *O Globo*.

6.6.3.9. Contração de preposição com artigo, construção típica da fala espontânea

...olham pro céu. (*Superinteressante*) (Destaque nosso.)

Buscando a fidelidade do texto escrito à fala, define O ESTADO DE SÃO PAULO:

“Na reprodução de frases populares, use pra e não para: *Pra chuchu. / Pra burro.; Pernas pra que te quer. Nos demais casos, para: Para a frente, Para trás. / Chegou para ficar.*” (1990, p. 246)

SACCONI não é tão explícito quanto à configuração popular da contração, deixando no leitor dúvidas sobre o grau de formalidade das construções que anuncia.

Vejamos:

“O para pode reduzir-se a pra (sem acento) (...). Podemos usar ainda corretamente pro (para o), pros (para os), pras (para as), prum (para um), pruma (para uma), estas menos comuns: *Vá pro Diabo que o carregue! Vá pros quintos dos infernos! A promessa foi pras calendas gregas.*” (1990 a: 134)

Com as palavras “Podemos usar ainda corretamente...”, estará o gramático se referindo ao uso formal da linguagem? Em caso positivo, rebatemos a observação

do autor com o fato incontestável da baixíssima frequência da contração no conjunto de textos formais com os quais trabalhamos. Registramos apenas esse exemplo da *Superinteressante*, citado num universo de aproximadamente onze mil casos.

O que percebemos, com uma certa regularidade, é o contrário: construções tipicamente coloquiais, nas quais o emprego da preposição dissilábica para aparece comumente como um monossílabo átono ou contraída com o artigo definido e o indefinido, são transportadas para o registro formal como termos isolados. Isso pode ser comprovado, por exemplo, em frases do item 20.6.3 acima, ao lado dos quais registramos, entre parênteses, a observação: “Curiosidade: *para*”. Chamam a atenção em especial os casos que correspondem a clichês bastante comuns no gosto popular, tais como: “Agora, querem criar Sílvio Santos para o que der e vier...” (uso generalizado: “pro que der e vier”), “...crise para ninguém botar defeito...” (uso comuníssimo: “pra”).

6.6.3.10. Conjunção e outros articuladores morfossintáticos, utilizados para o estabelecimento de coesão entre informações de um texto, resultando a construção em algo eminentemente informal⁴⁶:

Só que, um dia, eles foram infectados... (*Superinteressante*)

...associação com a água. **Aí**, a sujeira não sai. (*Superinteressante*)

Só que o brasileiro sua a camisa... (*Veja*)

Só que, na época, estava... (*Veja*)

Só para fazer uma comparação...com esse dinheiro... (*Veja*)

...de Torentino, **só que** com uma diferença... (*Veja*)

Só que o velho triângulo amoroso... (*Veja*)

⁴⁶ Observação: Os destaques nos exemplos são nossos.

Somente em textos jornalísticos, apareceram esses conectores da oralidade.

Categoricamente, ALMEIDA censura:

“Só que - Não existe a locução conjuntiva ‘só que’; despreze-se. Dada a significação adversativa, substitua-se por *mas*: ‘Vocabulário é mera reunião de palavras; dicionário é também uma reunião de palavras, *mas* traz o significado das palavras’ (e não: ‘só que traz...’).” (1996, p. 527)

Aí traz, na segunda frase ds nossa lista, valor conclusivo.

6.6.3.11. Interjeição (simples ou em forma de locução) empregada de modo a dar ao texto a leveza própria da fala descontraída e/ou natural continuidade das idéias

Tudo bem, parece insuficiente. (*Superinteressante*)

...levando ... para debaixo d’água. **Adeus**. (*Superinteressante*)

...porque tem, **bem**, aquelas coisinhas diferentes... (*Veja*)

Lua de mel? **Que nada** - estavam lá para... (*Veja*)

Coitados, eles se sentem meros homens-objeto. (*Veja*)

...foto que exemplifique o dano. **Beleza**. Curioso é que... (*Veja*)

Cigarros Ih, falhou...

Algumas dessas frases poderiam também compor a listagem feita em 4.9, pois, de certa forma, contribuem para a coesão textual. Decidimos destacá-las, por ver nelas interjeições, palavras, no nosso modo de ver, utilizadas mais com finalidade fática que lógica.

6.6.3.12. Repetição

...oferecer ao povo o que o povo...quer. (*Veja*)

... **disse** aO *Globo* que seu cliente nada **disse** na audiência... (*O Globo*)

Observe-se que, no primeiro exemplo, foge-se de um sinônimo ou do pronome demonstrativo este, ou do pronome pessoal ele, em função, talvez, de uma busca de maior clareza e facilidade de leitura. Exatamente, como se faz na fala cotidiana. O autor da frase pensa como a redação da *Folha*:

“Uma velha regra de estilo recomenda não repetir palavras ao longo de um texto. O emprego de vocabulário amplo enriquece de fato o texto de jornal, mas atenção: o uso de sinônimos para designar uma mesma coisa pode tornar o texto impreciso e confuso. *Causídico, jurista e doutor*, por exemplo, são péssimos substitutos de *advogado*. **Em muitos casos, não há mal em repetir palavras.**” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1992, p. 107. Destaque nosso.)

No segundo, o verbo *dizer* está repetido, possivelmente em virtude da seguinte justificativa apresentada por um manual de redação jornalística:

“A repetição desnecessária de palavras, como a dos cardápios, é enjoativa. Procure variar para que seu leitor não perca o apetite. Por isso, salvo como recurso estilístico ou quando está em jogo a clareza, evite escrever mais de uma vez: a mesma conjunção (...), o mesmo adjetivo; o mesmo verbo *dicendi*, exceto ‘dizer’.” (ABRIL, 1990, p. 35-36. Destaque nosso.)

6.6.3.13. Sentenças que buscam contato mais íntimo com o interlocutor, travando em certo diálogo com o leitor:

O sexo problemático também é outro, vejam só. (*Veja*)

Já pensou? (*Veja*)

Achou barato? Pois a MCI e a Sprint baixaram... (*Veja*)

Não, não pense que você está velho para isso. (*Veja*)

... você não é um caso terminal em matéria de inglês... (*Veja*)

Ok, você não é um caso... (*Veja*)

...grave num CD canções capturadas na internet. (*Veja*)

Todos os exemplos catalogados nesse item foram encontrados na *Veja*.

Tendo por base todo o conjunto do item 6.6, que enfoca a interferência da oralidade nas produções formais técnicas, científicas e jornalísticas, podemos sistematizar algumas observações:

- entre todas as publicações, a revista *Veja* é a campeã em acatar construções informais: de um total de 322 casos registrados, 240 localizam-se na *Veja*, ou seja, um grande percentual de 74,5%;

- a revista *Superinteressante*, apesar de se destinar a um público jovem e de ocupar a segunda posição em grau de informalidade da linguagem adotada, fica bastante atrás da *Veja*, com 14,1%;
- os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* ocupam, respectivamente, o terceiro e o quarto lugar com os seguintes índices: 6,2% e 3,4%;
- as publicações científicas têm desempenho absolutamente inexpressivo: juntas, totalizam 2,2,% entre as obras em que ocorreram traços de oralidade.

6.6.4. Expressões condenadas por certos gramáticos como vício de linguagem (figura de sintaxe): o pleonasma

...prejuízo ao erário público... //...multa proporcional ao dano causado ao erário...
(Constituição)

... mas em seguida voltou atrás. (Folha on line)

...condenado unanimemente por todos os comandos... (Linguística)

...teve de voltar atrás... (Veja)

Essa é uma das poucas sentenças da Constituição que aparecem como portadora de algo condenado pela Gramática Tradicional. O primeiro exemplo da lista traz duas frases dessa publicação: uma com a estrutura desviante da norma conservadora, outra com construção adaptada aos padrões da gramática normativa. Observemos o que nos dizem as vozes da prescrição.

“Erário - O latim *aerarium* tem por primeira significação ‘tesouro público’ (...). em português ‘erário público’ é expressão perissológica igual a ‘hemorragia sangüínea’, ‘pensamento mental’. Fugamos do pleonasma.” (ALMEIDA, 1996, p. 183)

“Erário público - Redundância. O erário é sempre público.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1990, p.162)

Como se pode observar nos exemplos colhidos, no texto da Constituição, há oscilação entre o uso de erário com e sem o adjetivo de significação redundante.

O que nos dizem os gramáticos a respeito do terceiro exemplo?

“Todos foram unânimes nessa opinião. Todos unânimes é asneira, pois unânime, por si só, já significa relativo a todos. Quem usa essa asneira também está pronto, acabado para subir para cima e descer para baixo, sem falar em exportar para fora, que são coisas de dementes mentais... Ou usamos ‘todos foram concordes com essa opinião’ ou ‘houve unanimidade nessa opinião’.” (SACCONI, 1990 a, p. 328-329)

“Unânimes - Este adjetivo, por sua própria natureza, repele o emprego de todos a concordar com ele. Diga-se, portanto, eles foram unânimes. Nunca, todavia: eles foram todos unânimes; ou elas foram todas unânimes.” (GONÇALVES, 1965, p. 215)

Assim como unanimemente por todos, é sintaxe execrada pelos puristas, voltar atrás (segundo exemplo) também não tem aceitação no meio normativo, uma vez que não há como voltar em outra direção que não seja atrás.

É extensa a relação de redundâncias condenadas pelas obras que consultamos: *encarar de frente, elo de ligação, há...atrás, manter o mesmo, quantia de dinheiro, sua autobiografia, consenso geral, previsão para o futuro, experiência passada, surpresa inesperada, templo sagrado...*

6.6.5. Estrangeirismos

Muito já se discutiu sobre os empréstimos lingüísticos no português, suas ações inofensivas ou devastadoras sobre o idioma: teses e outros estudos acadêmicos, projetos de lei, debates promovidos em âmbito universitário, toda uma movimentação já foi feita em torno do assunto, que é de interesse nacional, mas não sensibiliza a população brasileira.

De nossa parte, consideramos haver muito exagero em certas “defesas do vernáculo”, conforme nos pronunciámos em trabalho anterior:⁴⁷ a intervenção de estrangeirismos lingüísticos é algo inevitável, dada a premência do intercâmbio

⁴⁷ LIMA, 2003. Estrangeirismos na Língua Portuguesa – Sobre o Projeto de Lei 1676/99. Texto inédito.

entre os povos para as trocas de produtos naturais e industrializados, o que, necessariamente põe em contato e permanente convívio hábitos e culturas diferentes.

Por outro lado, exageradas nos parecem também às vezes certas adoções apressadas de termos absolutamente desnecessários à nossa língua, se nela já são usados termos equivalentes. É o caso, por exemplo, do verbo “printar”, neologismo surgido no fascinante mundo da informática, nascido de palavra inglesa, para substituir o velho *imprimir*, que tem nos servido tão bem.

O caminho do centro é, mais uma vez, acreditamos, o mais acertado, por se pautar no equilíbrio.

Ao coletarmos elementos para compor a nossa lista de estrangeirismos, não nos preocupamos com os que nos parecem resultado de pura intolerância dos autores que nos sustentam nesta pesquisa. Preocupam-se eles, muitas vezes, com termos já definitivamente incorporados ao léxico do português, e não nos parece natural tratá-los como elementos estranhos ao nosso idioma. Esdrúxulas são, sim, freqüentemente as formas substitutivas que alguns vernaculistas propõem, tais como:

SACCONI (1990 a, p. 257-258):

- best-seller: êxito de livraria
- jeans: brim
- top less: maminhas ao léu
- video-tape: videofita

GONÇALVES (1965: passim):

- a menos que: a não ser que, se
- ballet: bailado
- banal: corriqueiro, vulgar
- bibelô: tetéia

- cocktail: cacharolete
- creche: abrigo, lactário, asilo, albergue, berço, ninho, infantário
- garçon/garçonete: garção/garçoa
- qualquer um: cada um/qualquer pessoa/um qualquer

Apenas para documentar o grau de ocorrência de alguns vocábulos, reunidos aqui no item 6.6.5.1, selecionamos uma pequena lista de certos empréstimos repetidos exaustivamente nas obras específicas. Nossos olhos se detiveram naqueles que resultaram na lista que virá abaixo, a “6.6.5.3 - Emprego de estrangeirismos característicos de acervo vocabular técnico”.

Os manuais de redação e estilo de jornais se pronunciam sobre o assunto.

Tomemos como exemplo a FOLHA DE SÃO PAULO:

“**Estrangeirismo-** Palavras ou expressões estrangeiras são usadas quando não existe equivalente em português ou foram consagradas pelo uso corrente: *rock, show, pop, punk, réveillon, status, blitz, kitsch, overnight, outdoor, know-how, lobby, software* etc. Nesses casos são grafadas sem aspas.” (1992, p. 73)

Ao criticarem a mídia (com uma frequência tão alta que escapa ao bom-senso), muitas vezes certos puristas dão a entender que os jornalistas usam irresponsavelmente a linguagem, por exemplo abusando do estrangeirismo. A *Folha de São Paulo* faz a defesa de um jornalismo consciente e sério, quando esclarece:

O uso gratuito ou excessivo de estrangeirismos torna o texto pedante. Palavra ou expressão estrangeira menos conhecida e de difícil tradução, ainda que em noticiário especializado deve ser acompanhada de explicação: ‘*spread*’, *taxa de risco nos empréstimos internacionais*. (1992, p. 73)

O Estado de São Paulo segue diretrizes semelhantes: apregoa o equilíbrio.

6.6.5.1. Emprego de termos já consagrados na língua portuguesa usada no Brasil

Detectados diversos vocábulos condenados como “estrangeirismos desnecessários” pelos puristas:

QUADRO 33 - Estrangeirismos “desnecessários”, segundo a gramática tradicional

Vocábulo	Número de ocorrências
chance	07
sucesso	05
chique	05
recorde	06
charme	01
estressada	01
suingue	01
surfista	01
surfe	01

Observamos que, considerando o total de estrangeirismos coletados, 89,3% pertencem aos textos da revista *Veja*.

Vejam algumas prescrições e registros feitos pelos estudiosos da língua portuguesa:

Chance - NASCIMENTO (1987, p. 66) recomenda *ensejo, oportunidade, ocasião, momento propício*.

Sucesso - NASCIMENTO (1987, p. 65) indica *êxito, bom sucesso, feliz sucesso* (“*Sucesso* – particípio passado irregular de *suced*er. No sentido de *acontecimento* é vernáculo, pode ser bom ou mau. Ex.: *Bom sucesso, mau sucesso*”).

Chique - NASCIMENTO (1987, p. 66): aceita *chique*, mas não *chic*.

Recorde - ALMEIDA (1996, p. 466) recomenda a forma aporuguesada como paroxítana.

Charme - FERREIRA (1986, p. 392) registra o francesismo *charme*, no sentido de *atração, encanto, sedução, simpatia*.

Estressada - SACCONI (1990a, p. 258): recomenda *tensa*.

Suingue - FOLHA DE SÃO PAULO (1992, p. 268) registra *swing*.

Surfista - FERREIRA (1986, p. 1633) registra o adjetivo proveniente da forma inglesa *surf* como um termo da gíria brasileira.

Surfe - SACCONI (1990a, p. 258): sugere prancha.

Eis a relação de ocorrências:

Mas as **chances** da deputada reduziram-se com... (*O Globo*)

...refletem precisamente o **sucesso** da ideologia... (*Linguística*)

...para aliviar o estresse ou porque... (*Superinteressante*)

Isso faz crescer a **chance de sucesso**... (*Veja*)

A grande **chance** veio... (*Veja*)

Morro ficou **chique** (*Veja*)

...um jeito **chique** de ir... (*Veja*)

...virou uma marca **chique**, classuda... (*Veja*)

...bateram seu próprio **recorde**... (*Veja*)

...um dos restaurantes mais **chiques** de São Paulo... (*Veja*)

...simplesmente encantou... com seu **charme**... (*Veja*)

A loirinha, ultimamente **estressada**... (*Veja*)

...agora é freqüentadora das ilhas **chiques**... (*Veja*)

...quebra do **recorde** de 1981 (*Veja*)

Batido o **recorde** mundial dos 1000 metros rasos... (*Veja*)

Era o **recorde** mais antigo... (*Veja*)

...com **chances** contra qualquer candidato. (*Veja*)

...a **chance** de ter colegas brasileiros... (*Veja*)

Como a **chance** de encontrar brasileiros... (*Veja*)

É a **chance** de unir a prática... (*Veja*)

... procura o **suingue** de sabor brasileiro... (*Veja*)

...uma carreira de **sucesso** como solista. (*Veja*)

Quem faz **sucesso** de verdade... (*Veja*)

...fez um estrondoso **sucesso**... (*Veja*)

O programas bateu **recordes** de audiência. (*Veja*)

...bateu um **recorde**: recebeu 257 comentários... (*Veja*)

Uma equipe de **surfistas** brasileiros vem explorando... (*Veja*)

...**Gigantes do surfe**. (*Veja*)

Honestamente, não reconhecemos nada de estranho em qualquer uma das palavras destacadas nas frases acima. São todas já tão incorporadas ao dia-a-dia brasileiro, diríamos até já bastante banalizadas⁴⁸. Estão presentes neste nosso trabalho por representarem objeto de preocupação de algumas pessoas comuns e de certos especialistas.

6.6.5.2. Emprego de formas alternativas, propostas pelos puristas para substituição a estrangeirismos

Foram encontradas, ainda que em número reduzidíssimo, formas alternativas portuguesas recomendadas por autoridades lingüísticas para serem usadas em lugar de vocábulos estrangeiros:

...socialites, convescotes e muito champagne... (Veja)

...foi um êxito estrondoso em todo o mundo. (Veja)

O primeiro caso parece-nos um emprego com traços de ironia: convescote substitui o famigerado *picnic* (*picknick*), termo inglês. Ensina-nos ALMEIDA:

“Convescote - Neologismo criado no Brasil e já de largo uso no Rio de Janeiro e em São Paulo para designar ‘refeição campestre’, correspondente à palavra inglesa ‘picknick’, aportuguesada oficialmente em Portugal e no Brasil em piquenique, sem hífen.” (1996, p. 120)

Será, de fato, “convescote” “de largo uso no Rio de Janeiro e em São Paulo” conforme decreta o autor?

Quanto ao segundo caso (*êxito*), este, sim, nos parece termo usado na linguagem da elite cultural brasileira. Mesmo assim, a julgar pelo que detectamos no material pesquisado, em que a relação é de 6 ocorrências por 1 em favor do estrangeirismo, suspeitamos que, no uso da linguagem pelos brasileiros em geral, a

⁴⁸ *Banal* é adjetivo condenado por GONÇALVES (1965) . Parece-nos ótimo sinônimo de *corriqueteiro*, *comum*, *vulgar*. Nada temos contra esse termo.

freqüência do termo abonado pelos puristas (*êxito*) é menor do que a do concorrente estrangeiro (*sucesso*).

6.6.5.3. Emprego de estrangeirismos característicos de acervo vocabular técnico

- ...logos, que quer dizer estudo... *(Biologia)*
- ...oikos, que significa casa... *(Biologia)*
- ...trofos é palavra grega que significa alimento. *(Biologia)*
- ...o da espécie humana é **Homo sapiens**.. *(Biologia)*
- ...o do gato doméstico é **Felis domestica**... *(Biologia)*
- ...o do milho é **Zea mays**... *(Biologia)*
- ...o do pinheiro-do-paraná é **Araucária angustifolia**. *(Biologia)*
- ... de organismos de um mesmo **habitat**. *(Biologia)*
- ...conceitos de **habitat** e de nicho ecológico... *(Biologia)*
- ...em um mesmo **habitat**... *(Biologia)*
- ...de seres vivos de **habitats** diferentes *(Biologia)*
- ...organismos de **habitats** diferentes... *(Biologia)*
- ...permanece no mesmo **habitat**... *(Biologia)*
- ...reunidas em um mesmo **habitat**... *(Biologia)*
- ...comparou o **habitat** de uma espécie ao seu... *(Biologia)*
- ...vivem em **habitats** semelhantes... *(Biologia)*
- ...laterização (**de later**, palavra latina que significa tijolo). *(Biologia)*
- ...favorável a lei pessoal do **de cuius**... *(Constituição)*
- ...conceder-se-á **habeas corpus** sempre que... *(Constituição)*
- ...conceder-se-á **habeas data** para assegurar... *(Constituição)*
- ...não amparado por **habeas corpus**... *(Constituição)*
- ...não amparado por...**habeas data**... *(Constituição)*
- ...são gratuitas as ações de **habeas corpus e habeas data**... *(Constituição)*
- ...pessoas referidas no **caput** deste artigo... *(Constituição)*
- ...de que sejam demissíveis **ad nutum**... *(Constituição)*
- ...sejam admissíveis **ad nutum**... *(Constituição)*
- Não caberá **habeas corpus** em relação a punições... *(Constituição)*
- ...imposto de que trata o inciso V do **caput** deste artigo... *(Constituição)*
- ...se o **de cuius** possuía bens, era residente... *(Constituição)*
- ... lei complementar referida no **caput**... *(Constituição)*
- ...o aproveitamento... a que se refere o **caput** deste artigo... *(Constituição)*
- ...cumprimento do disposto no **caput** deste artigo... *(Constituição)*

... salvo, ad referendum do Congresso Nacional... *(Constituição)*

... demissíveis ad nutum... *(Constituição)*

...arrecadação de que trata o caput deste artigo... *(Constituição)*

Dos recursos mencionados no caput deste artigo... *(Constituição)*

...esse “ranking” espanta investimentos fundamentais... *(Folha on line)*

Energia é hoje a “big word”. *(Folha on line)*

...foi juntado ...ao pedido de habeas corpus... *(Folha on line)*

...déficit de US\$780,9 milhões. *(Folha de São Paulo)*

As estimativas sobre superávit comercial brasileiro vão... *(Folha de São Paulo)*

Estava ele se preparando para ir a um show de Gilberto Gil... *(Folha de São Paulo)*

Não foi ao show do Gilberto Gil, mas à casa da noiva... *(Folha de São Paulo)*

...existem vários sites para consulta... *(Geografia)*

...tenham acesso à Internet... *(Geografia)*

...conectado à Internet... *(Geografia)*

...da Internet, o desempenho atual... *(Geografia)*

...entre no site da União Européia... *(Geografia)*

...revistas e nos sites... *(Geografia)*

...acesso à Internet... *(Geografia)*

...alguns jornais portugueses com home pages... *(Geografia)*

...visite os seguintes sites... *(Geografia)*

...navegar em sites que possuem... *(Geografia)*

...nesse site húngaro existem textos... *(Geografia)*

...tiverem acesso à Internet... *(Geografia)*

...estão conectados à Internet... *(Geografia)*

...existem vários sites... *(Geografia)*

...podem ser acessados via Internet *(Geografia)*

...tiverem acesso à Internet... *(Geografia)*

...renda per capita de 4100 dólares... *(Geografia)*

...a mais elevada renda *per capita* da CEI... *(Geografia)*

...com baixa renda *per capita*... *(Geografia)*

Sua renda per capita é a mais baixa de... *(Geografia)*

...existem alguns sites onde... *(Geografia)*

...tiverem acesso à Internet... *(Geografia)*

...home page da Biblioteca do Congresso... *(Geografia)*

...home page da CIA... *(Geografia)*

...home page da sede do governo federal... *(Geografia)*

...home page do governo canadense... *(Geografia)*

- ... **home page** do Nafta... *(Geografia)*
- ...tiverem acesso à **Internet**... *(Geografia)*
- ...um passeio virtual até os seguintes **sites**... *(Geografia)*
- ... **home page** do Ministério... *(Geografia)*
- ...jornal impresso quanto pela **Internet**... *(Geografia)*
- Dois **sites** interessantes... *(Geografia)*
- A renda **per capita** da Austrália é superior a... *(Geografia)*
- ...indicavam uma renda **per capita** superior a... *(Geografia)*
- ... **home page** de um jornal... *(Geografia)*
- ...nos seguintes **sites**... *(Geografia)*
- ...**site** da embaixada australiana... *(Geografia)*
- ...**sites** que fornecem informações sobre... *(Geografia)*
- ...tiverem acesso à **Internet**... *(Geografia)*
- ...você pode acessar o **site**... *(Geografia)*
- Na **Internet**, você pode acessar... *(Geografia)*
- ...fazer compras pela **Internet**. *(Geografia)*
- ... no estacionamento de um **shopping**. *(O Globo)*
- ...desde 1993 – se conheceram pela **internet**. *(O Globo)*
- Namoro pela **internet** termina em estrangulamento... *(O Globo)*
- ...a manutenção das metas de inflação e o **superávit**... *(O Globo)*
- ...preços abusivos em licitações de **softwares**... *(O Globo)*
- ... Christina e Saul se conheceram pela **internet**. *(O Globo)*
- ... sedução de menor via **internet**, que é federal. *(O Globo)*
- ... ter usado a **internet** para seduzir menor de idade... *(O Globo)*
- ...no estacionamento de um **shopping**, o brasileiro... *(O Globo)*
- ...no **shopping** Danbury Fair... *(O Globo)*
- ...o assassinato foi noticiado por veículos **on-line**... *(O Globo)*
- ... encontrou um novo namoro na **internet**... *(O Globo)*
- deixada por sua tia...num **shopping** em Danbury. *(O Globo)*
- No **site** pessoal de Christina, ela dizia que gostava... *(O Globo)*
- ... memórias, que se tornaram um **best-seller**... *(O Globo)*
- ...num **fast-food** insosso... *(Linguística)*
- ...dá alento, vigor e **ex-sistentia** ao 'ser'... *(Linguística)*
- ...idéias de Platão, **mundus intelligibilis**... *(Linguística)*
- ...**mundus sensibilis**, físico. *(Linguística)*
- ... aplicado **ipsis literis** à Gramática Tradicional... *(Linguística)*
- ...se tornam **communis opinio**... *(Linguística)*

A repetição *ad nauseam* dos bordões... (*Lingüística*)

...identificada com o *modus vivendi* de uma única... (*Lingüística*)

Essa opinião... não é assim tão *communis*... (*Lingüística*)

...o francês da *intelligentsia* revolucionária... (*Lingüística*)

A tecnologia americana exporta junto aos produtos que cria os termos que lhe são próprios. É o que vemos na atualidade, por exemplo, com a evolução da informática, cujo acervo vocabular se vulgarizou a tal ponto que passa aos nossos olhos desatentos como conjunto de termos da nossa própria língua. Em nossa pesquisa, registramos o uso de

- *Internet* 19 ocorrências
- *site(s)* 15 ocorrências
- *home page(s)* 08 ocorrências

Da mesma forma, usamos repetidas vezes empréstimos do inglês comuns em outras áreas: comércio, lazer, hábitos – *shopping(s)*, *show(s)*, *fast food*.

Nesta nossa pesquisa, fizemos as seguintes observações:

- os anglicismos atuais foram detectados em textos do livro didático de Geografia (38 ocorrências), da mídia (19 ocorrências) e um único caso no texto de Lingüística.
- os termos mais eruditos, vinculados ao latim e ao grego, estão presentes nos seguintes textos: Constituição (19 ocorrências), Biologia (17 casos), Lingüística (09 ocorrências), Geografia (06 casos), *Folha de São Paulo* (03 casos).

Chama a atenção, nos exemplos coletados, a grafia inusitada de palavras latinas com acento gráfico: *superávit* e *déficit*.⁴⁹ Ambos os termos aparecem em textos da *Folha de São Paulo* e do jornal *O Globo*. No Novo Manual de Redação, a FOLHA DE SÃO PAULO (1992, p. 264-269) lista os “principais estrangeirismos”,

⁴⁹ GONÇALVES propõe a grafia *défice*. (1965: 68)

entre os quais se incluem os dois termos em estudo. E justifica: “Faz parte da evolução natural da língua incorporar palavras estrangeiras.”

Reafirmamos o nosso ponto de vista de que o empréstimo lingüístico só passa a se constituir problema quando cai nas malhas dos excessos, do exagero. Moderação e bom-senso impedem o aparecimento de muitos males. Um docente da Universidade de São Paulo expõe com muita propriedade essa idéia:

“Há colegas universitários que falam um verdadeiro português, mistura de português e inglês, onde artigo é paper, revista é journal, equipamento é hardware, folheto é leaflet, (...) e assim por diante. Forçoso é reconhecer que expressões novas são necessárias e aparecem normalmente na evolução natural de qualquer idioma. Mas há um meio-termo sadio entre o purismo exagerado, que rejeita qualquer inovação, e o descaso completo que, associado à ignorância, aceita novidades desnecessárias e até ridículas.” (GOMES, F. Pimentel. *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo*, vol. 20, nº 1, p. 35, Campinas, 1995. APUD CEGALLA, 1999, p. 374)

6.6.6. Emprego de vocábulo *com sentido pouco comum*

... a crise tem uma **formidável** atenuante. (*Veja*)

O adjetivo *formidável* tem, no registro histórico, três fases em sua significação, no campo da sensação/sentimento e no da impressão visual. Caracterização *negativa*: amedrontador; *neutra*: enorme; *positiva*: sensacional. É, hoje, amplamente empregado com sua significação *positiva* e mais raramente nos dois outros estratos significativos. LESSA nos dá comprovações desse uso atual nos textos dos modernistas (1976, p. 123). CEGALLA (1999, p. 173) também registra a evolução semântica desse adjetivo.

“Primitiva e etimologicamente, do latim *formidabilem*, terrível, amedrontador, denota o medo que incute certa coisa. Sabiamente soube o povo emprestar-lhe nova e natural significação, indicando com ela tudo quanto impressiona grandemente os nossos sentidos.” (ALMEIDA, 1996, p.443)

“**Formidável** - Terrível, medonho, tremendo, pavoroso, formidando. Enorme, colossal, descomunal. Sensacional, soberbo, admirável (acepção moderna).” (FERNANDES, 1991, p. 466-467)

No exemplo coletado, destaca-se o emprego pouco usual do adjetivo em sua significação *neutra*, com referência a tamanho.

6.6.7. Emprego incomum de *classes de palavras*

Em toda sua carreira, ele jamais... (*Veja*)

Ora entendido como pronome indefinido, ora como adjetivo, o vocábulo **todo**, para garantir o sentido de inteiro, é, no português usado atualmente no Brasil, seguido do artigo: **todo o**, conforme recomendado por CEGALLA:

“Pronome indefinido **todo** - Modernamente, costuma-se distinguir todo (= cada, qualquer) e todo o (=inteiro, completo): *Li todo o livro*. [= o livro todo ou inteiro]. // *Lia todo livro que encontrasse*. [= cada ou qualquer livro]” (1988, p. 470)

A mesma lição apresentam FERREIRA: “Todo - Adj. 1. Completo, inteiro, total: *Esperei-a toda a semana (...)*” (1986, p. 1685), CEGALLA (1999, p. 396-397), GONÇALVES (1965, p. 201-202), ALMEIDA (1996, p. 560); FOLHA DE SÃO PAULO (1992, p. 114), O ESTADO DE SÃO PAULO (1990, p. 284), EDITORA ABRIL (1990, p. 60), O GLOBO (1992, p. 130), ELIA (1979, p. 106).

6.6.8. Neologismos

Muito fértil é a tendência atual para a utilização de termos não-dicionarizados, conforme se comprova em todo o *corpus* isolado para estudo.

Chamaram-nos a atenção os seguintes termos.

QUADRO 34 - Neologismos

Item lexical	Formação	Processo	Com empréstimo recente?	
			Sim	Não
antiapagão	Anti + apagão (prefixo + base)	Derivação prefixal		X
apagão	Apagar + ão (base + sufixo) (polissemia)	Derivação		X
apenas-natural	Apenas + natural (base+base)	Composição		X
bandidagem	Bandido + agem (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
cê-dê-efe	... de ferro (base + prep. + base)	Derivação siglada		X
classicizante	Classicizar + nte (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
coisas-em-si	Coisas + em + si (base+prep.+base)	Composição		X
corruptômetro	Corrupto + metro (base + base)	Composição		X
denuncistas	Denúncia + ista (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
dequeísmo	Deque + ismo (base + sufixo)	Derivação sufixal	X	
desdialetoizado	Des + dialetizado (prefixo + base)	Derivação prefixal		X
des-historicizado	Des+historicizado (prefixo + adjet.)	Derivação prefixal		X
des-historização	Des + historização (prefixo + base)	Derivação prefixal		X
desincompatibilizado ¹	Des + incompatibilizar (pref. + base)	Derivação prefixal		X
disponibiliza	Disponível + izar (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
dolarização ²	Dolarizar + ção (base + sufixo)	Derivação sufixal	X	
estressante	Estressar + nte (base + sufixo)	Derivação sufixal	X	
ex	Ex + (substantivo)	Truncamento		X
festivaleiros	Festival + eiros (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
fonomorfofossintáticas	Fono+morfo+sintáticas (base+base+base)	Composição		X
goleada	Golear + ada (base + sufixo)	Derivação sufixal	X	
gramatigueira	Gramática + eira (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
gramatigueiro	Gramática + eiro (base + eiro)	Derivação sufixal		X
gramsciano	Gramsci + ano (base + sufixo)	Derivação sufixal	X	
ibope	Instituto + brasileiro... (base+base+base...)	Derivação siglada		X
implicitude ³	Implícito + itude (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
inocentação	Inocentar + ção (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
internauta	Inter + nauta (prefixo + base)	Derivação prefixal	X	
ler-escrever	Ler + escrever (base + base)	Composição		X
macheza	Macho + eza (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
mixagem	Mixar + agem (base + sufixo)	Derivação sufixal	X	
mixar	Mix + ar (base + sufixo)	Derivação sufixal	X	
mochileiro	Mochila + eiro (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
monotongos	Mono + tongos (base + base)	Composição		X
mudança-variação	Mudança+variação (base + base)	Composição		X
neo-udenistas ⁴	Neo + udenistas (base + base)	composição		X
olhada	Olhar + ada (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
peemedebista	PMDB + ista (base + sufixo)	Derivação sufixal		X
pegadinha	Pegada + inha (base + sufixo)	Derivação sufixal		X

presidenciáveis	Presidência + ável (base + sufixo)	Derivação sufixal	X
quentinha	Quente + inha (base + sufixo) - polissemia	Derivação sufixal	X
resolvedor	Resolver + dor (base + sufixo)	Derivação sufixal	X
sacoleiro	Sacola + eiro (base + sufixo)	Derivação sufixal	X
supersubstantivos	Super + substantivos (prefixo + base)	Derivação prefixal	X
supra-natural	Supra + natural (prefixo + base)	Derivação prefixal	X

Algumas observações a respeito do QUADRO 34:

1-*desincompatibilizado* – particípio (flexão) de *desincompatibilizar*. Por isso estamos considerando *des + incompatibilizar*;

2-*dolarização* – consideramos que *dólar*, sim, é um empréstimo, mas que *dolarização* já é uma derivação sufixal de *dolarizar*, palavra aportuguesada. Esse princípio se aplica a outras palavras. *Gramsci* é um empréstimo, mas *gramsciano* é uma formação portuguesa, com recursos do português. De qualquer forma, preferimos apresentar a quarta coluna (“Com empréstimo recente?”), a fim de termos elementos para reconhecer o grau de abrangência da influência de línguas estrangeiras atuais na formação de palavras no texto formal brasileiro;

3- *implicitude*: nesta palavra, está presente o sufixo *-itude*, que, na lista colhida nos textos, nos parece o único improdutivo no português atual;

4- *neo-udenistas* – de acordo com os princípios gerais da Morfologia Gerativa, estamos considerando como base a formação imediatamente anterior, no caso, *udenistas*. Entendemos não ser necessário o detalhamento, por exemplo, de onde vem *udenista*, *UDN*, etc. O mesmo procedimento tivemos com outras palavras desta lista.

Não encontramos nos dicionários consultados o registro de *disponibilizar*, inclusive em FERREIRA (1986), obra reconhecida como aberta a inovações, razão pela qual, aliás, não agrada a todos. ALMEIDA (1990, p. 4), por exemplo, compara “o

Aurélio” a uma “rede de arrastão”, conforme vimos anteriormente. Assim, passamos a interpretar tal verbo como neologismo moderno e o inserimos na listagem para estudo.

Como se pode constatar, o número de inovações lingüísticas construídas com recursos exclusivamente vernaculares é muito superior aos que tomam por base vocábulos estrangeiros, transferidos para o português com alterações. Encontramos desde pequenas alterações, como as mencionadas anteriormente – *déficit* e *superávit*, em que se usa apenas o acento agudo e mantém-se a grafia original latina –, até mudanças mais complexas, tal como *desincompatibilizado* – termo rico em sua formação. De qualquer forma, tais alterações se dão com recursos produtivos à disposição dos usuários da língua no sistema lingüístico do idioma nacional. No caso de *desincompatibilizado*, assim como em muitos outros vocábulos em uso nos textos formais, há polêmica entre os estudiosos. Ferreira, Nascentes, Cegalla (1999) não registram (e, portanto, não reconhecem como termo existente do português atual) *compatibilizar*. Por outro lado, Luft e Fernandes fazem desse verbo um verbete em seus dicionários. Na nossa pesquisa, localizamos dois empregos desse verbo na Constituição:

Serão compatibilizadas as ações de política agrícola... (Constituição)
 ...será compatibilizada ... com o plano nacional de... (Constituição)

O manual de redação de O ESTADO DE SÃO PAULO é bastante claro em sua posição sobre o assunto. Sob o título *palavras inexistentes*, recomenda:

“Certifique-se sempre de que a palavra que você quer usar existe no idioma. Assim, por exemplo, os dicionários não registram *gemeção*, mas *gemedeira*, nem *reconciliamento*, mas *reconciliação* e outras como essas. Além disso, evite antecipar-se ao dicionário e partir para a criação indiscriminada de vocábulos(...)”. (1990, p. 59)

O que se percebe aqui, nas observações feitas pelo famoso jornal da grande imprensa brasileira é a concretização do que expusemos anteriormente: a crença preconceituosa de que a existência de uma palavra é determinada não pelo uso que dela se faz, mas pela sua consignação em dicionários.

Não tivemos a intenção de nos aprofundar no estudo do neologismo, que não é o nosso centro de interesse neste trabalho. Julgamos apenas pertinente mencioná-lo ao passar pelo estudo do léxico dos textos que compõem o nosso *corpus*. De propósito, não nos fixamos em uma lista mais ampla. Há palavras condenadas pelos puristas que já se encontram de tal forma infiltradas no nosso dia-a-dia, que nem mesmo as rotamos mais e – mais que isso – nós as adotamos, com naturalidade, como parte do nosso acervo vocabular. Vejamos alguns exemplos:

- *maximizar, minimizar, listar, elencar, institucionalizar, conscientização*: neste último caso, Almeida recomenda *consciencização*!;
- *agilizar*: substituições propostas por Almeida – *agilizar*; por *O Estado de São Paulo* – *dinamizar, tornar mais ágil, acelerar, apressar, estimular, incentivar*;
- *ambiental*: Almeida é dogmático: ‘Não existe essa forma nem dela precisamos: as condições ambientais, a poluição ambiente, é que devemos dizer, como dizemos *água corrente* e não *água corrental*;
- *deflagrar*: substituições propostas por *O Estado de São Paulo* – *decretar, iniciar, abrir, provocar, desencadear*;
- *agendado, coletivizar, conveniado, defasagem, dimensionamento, direcionamento, embasamento, energizante, enfocar, enfoque, equacionar, excepcionalidade, extrapolar, flexibilização, instrumentalizar, mentalização, operacionalizar, palatável, palestrante, palestrista, parabenizar, paradigmático, posicionamento, postura, priorizar, obstaculizar, relativizar, usuário, verbalização, zerar*: todos esses termos são condenados por *O Estado de São Paulo*.

Com relação à caracterização dos neologismos, percebemos que existem especificidades subordinadas ao tipo de texto:

- no texto técnico e no científico: presença de termos mais formais, com maior grau de erudição, como em *des-historização*, *supra-natural*, *fonomorfossintáticas*, *gramsciano* etc.
- no texto jornalístico: seleção lexical mais eclética, de acordo com o tema tratado. Há vocábulos bastantes formais e outros com aparência popular: *desincompatibilizado*, *homo digitalis*, *resolvedor*, *bandidagem*, *mochileiros* etc.

Organizaremos, agora, uma síntese dos itens 6.5 - *Estruturas morfossintáticas complementares* e 6.6 - *Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais*, tendo em vista as estatísticas em relação à norma canônica.

TABELA 93 - Estruturas morfossintáticas complementares / Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais e norma tradicional

Itens	GT Sim %	GT Não %	Não se aplica
6.5) Estruturas morfossintáticas complementares			
6.5.1. Concordância verbal			
6.5.1.1 é que	75	25	
6.5.1.2 Percentual e numeral fracionário	100		
6.5.1.3 um dos que	100		
6.5.1.4 Sujeito oracional composto	100		
6.5.1.5 Núcleos do sujeito unidos por ou	100		
6.5.1.6 um e outro	100		
6.5.1.7 Sujeito é pronomes relativo	66,7	33,3	
6.5.1.8 Sujeito é nome próprio precedido de artigo no plural	100		
6.5.2 Concordância nominal			
6.5.2.1 Predicativo / oração reduzida, antepostos ao verbo	100		
6.5.2.2 Sujeito posposto	100		
6.5.2.3 Plural no substantivo e não no adjetivo	100		
6.5.2.4 Hegemonia do masculino	100		
6.5.3 Paralelismo sintático	??	??	
6.5.4 Fuga da passiva sintética	100		
6.5.5 Ambigüidade no possessivo		100	
6.5.6 Estrutura sintática alternativa	50	50	
6.6) Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais			
6.6.1 Termos técnicos	100		
6.6.2 Opções entre formas			
6.6.2.1 Advérbio / adjetivo			
1) independentemente / independente	93,3	6,7	
2) justamente/justo		100	
6.6.2.2 Entre dois verbos			
1) diferenciar / diferenciar	100		
2) dizer / falar	100		
6.6.2.3 Entre dois substantivos			
justificação / justificativa	100		
6.6.2.4 Construções com preposição em ou a			
1) idéias de tempo/ espaço / modo	100		
2) na medida em que / à medida que	100		
3) em seu (meu) ver / a seu (meu) ver	100		
4) em nível de / a(o) nível de		100	
5) em princípio / a princípio	??	??	
6.6.2.5 Construções com locuções diversas			
1) através de / por meio de	66,7	33,3	
2) à custa de / às custas de	100		
3) em vez de / ao invés de	100		
6.6.2.6 Construções com conjunções		100	
6.6.2.7 Construções com pronomes		100	
6.6.3 Coloquialidade			X
6.6.4 Expressões condenadas		100	
6.6.5 Estrangeirismos			X
6.6.6 Emprego de vocábulo com sentido pouco comum	100		
6.6.7 Emprego incomum de classes de palavras		100	
6.6.8 Neologismos			X

Essa tabela tem um elemento que dificulta uma análise racional: ela lida com dados de diferente natureza. Enquanto o item 6.5.4 abriga todos os exemplos presentes na amostra que nos serviu de *corpus*, 6.5.5 só registra o caso excepcional encontrado de um pronome possessivo cujo emprego gerou ambigüidade, pois este é que nos chamou a atenção e não os milhares de emprego do mesmo pronome em situação de perfeita compreensão lógica.

Uma forma que julgamos mais acertada para a reconstrução da tabela é fazer os devidos cortes, eliminando o que nos parece pouco consistente. Vamos deixar apenas os casos em que todo o conjunto de dados presentes no *corpus* tenha sido considerado por nós, ainda que o número de casos seja pequeno. Nessa perspectiva, a nova tabela fica assim configurada:

TABELA 94 - Estruturas morfossintáticas complementares / Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais e norma tradicional - versão II

Itens	GT Sim %	GT Não %	Não se aplica
6.5) Estruturas morfossintáticas complementares			
6.5.1.1 é que	75	25	
6.5.1.2 Percentual e numeral fracionário	100		
6.5.1.3 um dos que	100		
6.5.1.4 Sujeito oracional composto	100		
6.5.1.5 Núcleos do sujeito unidos por ou	100		
6.5.1.6 um e outro	100		
6.5.1.8 Sujeito é nome próprio precedido de artigo no plural	100		
6.5.2 Concordância nominal			
6.5.2.1 Predicativo / oração reduzida, antepostos ao verbo	100		
6.5.2.2 Sujeito posposto	100		
6.5.2.3 Plural no substantivo e não no adjetivo	100		
6.5.4 Fuga da passiva sintética	100		
6.6) Estruturas lexicais e morfossintáticas especiais			
6.6.1 Termos técnicos	100		
6.6.2 Opções entre formas			
6.6.2.1 Advérbio / adjetivo			
1) independentemente / independente	93,3	6,7	

O que observamos é, mais uma vez, nos textos escritos em linguagem formal, um alto grau de coincidência entre as escolhas feitas e as normas prescritas.

7. Conclusões

“Vale lembrar que a língua é um costume. Como tal, qualquer transgressão, ou chamado erro, deixa de sê-lo no exato instante em que a maioria absoluta o comete, passando, assim, a constituir um fato lingüístico.” (SACCONI, 1990 b, p. 12)

I. Quanto à valorização da gramática tradicional pelos informantes

A gramática tradicional destacou-se como presença marcante na prática das salas de aulas de Português dos nossos informantes nos três níveis do ensino. Segundo as respostas que obtivemos na consulta feita a professores e alunos da área de Letras, parece estar havendo, atualmente, valorização das normas tradicionais.

A normativa é o tipo de gramática que tem a preferência da maioria dos informantes em exercício na profissão e atuantes na sala de aula; em seguida, vêm a descritiva e a explícita/teórica; seguidas pela reflexiva e pela implícita.

Avaliados internamente em seu grupo, os professores de nível superior demonstram ter preferência pela gramática reflexiva e pela implícita. Os dados percentuais mostram-nos que o trabalho que eles realizam em sala de aula é voltado igualmente tanto para a reflexão quanto para o trabalho da gramática implícita. Em segundo lugar, vem, entre eles, a gramática explícita ou teórica, seguida pela gramática normativa.

Os professores de Lingüística declaram sua preferência pela gramática descritiva e, em seguida, deixam empatadas a tradicional, a implícita e a explícita/teórica.

Os professores de Português do ensino fundamental e médio dão à gramática tradicional hegemonia sobre as demais. A implícita e a explícita ou teórica aparecem em segundo lugar na indicação desse grupo.

Em todos os grupos, a razão principal para o ensino de gramática é a garantia de um bom desempenho (melhor expressão, melhor comunicação, melhor

compreensão). Assim, o que os informantes consideram relevante é o lado instrumental do ensino da gramática, ou seja, sua vertente pragmática. Tal concepção de ensino de gramática exclui a idéia conservadora de que o aluno deve estudar gramática para saber classificar fatos lingüísticos, o que nada mais é do que os conhecimentos gramaticais com finalidade em si mesmos.

Na pesquisa realizada com professores e alunos da área de Letras, foram bastante citados como objetivos para o ensino de gramática a garantia de maior conhecimento do padrão culto e a possibilidade de aquisição de um conhecimento sistemático da língua. Ou seja, a gramática é vista como instrumento para o alcance de um desempenho mais apurado do usuário em suas recepções e produções textuais e para o desenvolvimento de habilidades de raciocínio e de reflexão crítica.

Os quatro últimos objetivos da lista apresentada aos informantes são: (10) Garantir a aprovação em concursos públicos; (11) Possibilitar maior aceitação do aprendiz na sociedade; (12) Possibilitar o sucesso do aprendiz diante dos mais diversos desafios da vida; (13) Garantir o sucesso profissional do aprendiz. Na avaliação dos professores de Português do ensino superior, tais razões são as últimas a serem consideradas; já para os professores do ensino fundamental e médio, esses itens são fortes motivos para o ensino da gramática. O item 11 ocupou o terceiro lugar entre os mais apontados por esse grupo de informantes.

II. Quanto ao grau de coincidência com a norma canônica

Em muitos momentos, detectamos expressiva aproximação entre os dois grandes grupos de informantes (professores e alunos da área de Letras), aliados em posições distintas daquelas determinadas pela rigidez normativa da tradição

gramatical. Uma hipótese que levantamos para tal fato é a possível sensibilidade desses dois grupos de especialistas da língua para o caráter dinâmico do idioma, até mesmo em virtude da percepção que têm do caráter irrefreável das mudanças. Esses grupos se consideram membros de uma sociedade humana caracterizada pelas constantes inovações em todas as áreas e vêem a si mesmos como usuários comuns da língua.

Por outro lado, nos textos formais analisados por nós, a incorporação de mudanças evolutivas da língua segue ritmo bem mais lento.

Em outras palavras, há maior distância da norma tradicional por parte dos informantes do que por parte dos textos formais.

O grau de coincidência entre o uso efetivo nos textos formais estudados e a norma canônica é bastante superior ao gerado pelas avaliações dos professores e alunos que consultamos.

Se o julgamento dos nossos informantes é aplicado em suas produções formais, o que eles escrevem tem menor afinidade com a norma adotada pela tradição gramatical do que os textos formais que nos servem de *corpus*.

Se o julgamento se faz num plano meramente teórico, e a prática se aproxima mais da gramática tradicional, vislumbramos a seguinte hipótese: a aceitação por parte de professores e estudantes de Letras de estruturas próprias da oralidade no seio da escrita formal é prenúncio de variação das normas gramaticais.

III. Quanto à deriva da língua escrita formal: reflexões e explicitações de tendências da norma canônica

Gostaríamos de deixar claro o seguinte pensamento: é importante que façamos distinção entre os dados que

- fundamentam um modelo da norma escrita atual: são aqueles que estão resumidos no QUADRO 1 e nas tabelas 45, 46, 86, 92 e 93
- caracterizam as tendências de variações lingüísticas: são as sintetizadas abaixo.

Encontramos a seguinte distribuição: (a) traços comuns de tendências nos três conjuntos (os informantes, os vernaculistas e os textos formais); (b) outros em evidência nos textos formais; (c) e, finalmente, alguns presentes apenas entre os informantes. O primeiro e o segundo tipo, pela sua magnitude, parecem-nos elementos capazes de promover variações lingüísticas e possível alteração da norma (embora em futuro ainda bastante distante e indefinido). Os últimos, na nossa opinião, têm caminho bem mais longo pela frente para atingir o alvo.

Destacamos, inicialmente, as tendências comuns aos três conjuntos (os informantes, os vernaculistas e os textos formais):

- 1) eliminação da teoria de que se encontra a passiva sintética em frases em que há como núcleo do predicado uma locução verbal correspondente a um verbo transitivo direto, seguido de se (*Podem-se vender livros --> Pode-se vender livros*);
- 2) anulação da obrigatoriedade de uso de complementos diferentes para estrutura com verbos de regências distintas (... *podem entrar na cidade ou dela sair...* --> ... *podem entrar ou sair da cidade...*);

3) aceitação, na formação do futuro do indicativo, não somente da forma simples (*cantarei*) e composta (*terei cantado/teria cantado*), mas também da perífrase verbal em que se usa o verbo *ir* como auxiliar (*vou cantar/ia cantar*);

4) segmentação do período composto por coordenação adversativa em dois períodos ou mesmo dois parágrafos em atendimento a razões de ordem semântico-sintático-estilística: clareza, estética, ênfase (*Tudo ficou acertado, mas há um detalhe que me incomoda. --> Tudo ficou acertado. Mas há um detalhe que me incomoda.*)

Com referência aos textos formais, fazemos alguns destaques, retomando análises e reflexões e apontando tendências já apresentadas ao longo de nosso trabalho.

1) O estudo da colocação de pronomes átonos merece atualização por parte de nossas gramáticas, que desconhecem completamente ou inserem em plano secundário a sintaxe brasileira e dão primazia às construções portuguesas. Conforme vimos, a ordem VPV (verbo, pronome, verbo) é a mais usada nos textos formais, com 61,3% das preferências. A segunda posição é a da ordem VVP e, finalmente, em último lugar, PVV;

2) Com exceção do texto da Constituição da República Federativa do Brasil, verificamos que, em textos formais, há uma tendência na língua escrita brasileira atual para o abandono da mesóclise e adoção sistemática da próclise (“...ele se faria em progressão geométrica...”, “...a capacidade limite se elevará...”, “As pessoas se sentirão...”). A mesóclise é freqüentemente substituída pela próclise, por meio de recursos que impedem o aparecimento do pronome oblíquo no interior do verbo (pronomes relativos, conjunções subordinativas, certos advérbios, pronomes

indefinidos etc.) ou que permitem construção alternativa, com, por exemplo, a explicitação do sujeito;

4) Embora as gramáticas garantam ao usuário a liberdade de escolha na concordância do sujeito formado por expressões partitivas, os usuários cultos da língua portuguesa em uso no Brasil concentram sua preferência no texto escrito, ao contrário do que se ouve nas falas coloquiais, na concordância do verbo com o núcleo do sujeito (86,4%, contra 14,6% de casos de concordância com o adjunto adnominal);

5) Na escolha entre *haver* e *existir*, evidencia-se, de acordo com os textos escritos formais que estudamos, manifesta preferência pelo emprego do verbo *haver* (69,7%). O uso de *ter*, no sentido de *haver*, *existir*, recurso fartamente encontrado na linguagem coloquial dos brasileiros de todas as classes sociais, é relativamente raro na escrita formal, com índice de aparecimento de apenas 1,7%;

6) Na linguagem descontraída das conversas informais entre os usuários brasileiros do português, é comum a referência ao passado anterior a um tempo já mencionado, por meio da construção com o mais-que-perfeito composto (*havia visto*, *tinha encontrado*). Nos textos escritos formais, detectamos outra direção da tendência da língua: aqui, vence a forma mais compacta (*vira*, *comprara*), com um índice de 71,4%;

7) Em publicações jornalísticas, encontram-se com profusão traços de oralidade, sobretudo fenômenos lexicais. Entre todas as publicações, a revista *Veja* é a campeã em acatar construções informais; a revista *Superinteressante*, apesar de se destinar a um público jovem fica bastante atrás da *Veja*; os jornais *Folha de São Paulo* e *O*

Globo ocupam, respectivamente, o terceiro e o quarto lugar; as publicações científicas têm desempenho absolutamente inexpressivo entre as obras em que ocorreram traços de oralidade;

8) De todas as obras do nosso *corpus*, a Constituição é a que apresenta maior número de coincidências com as normas prescritas pelos gramáticos e demais especialistas.

9) Detectamos a tendência expressiva para a fuga da voz passiva sintética, com 80% de preferência dos textos formais pelas estruturas alternativas.

Destacamos como tendências delineadas pela avaliação da maioria dos informantes os seguintes traços:

1) aceitação de maior liberdade de colocação pronominal, com a utilização do clítico após o particípio e fuga da mesóclise (“*Ele lhes teria causado...*” OU “*Ter-lhes-ia causado...*” --> “*Ele teria causado-lhes...*”);

2) extinção da chamada passiva sintética e conseqüente interpretação do sujeito passivo como objeto direto; nesse caso, entendendo-se o sujeito da sentença como indeterminado, não há como sustentar a exigência da concordância em, por exemplo, “*Venderam-se os livros*”, aceitando-se a alternativa “*Vendeu-se os livros*”;

3) indiscriminação no uso de *este/esse* em referência ao discurso, possivelmente em decorrência da baixa concretude por parte dos manuais de orientação gramatical, cujas teorias nesse ponto são incompletas, incoerentes e confusas (“*Bairro grande,*

bairro pequeno. Essa classificação é relativa.” OU “Bairro grande, bairro pequeno. Esta classificação é relativa.”);

4) alargamento do espectro de aceitação de regências sintonizadas com o uso estabelecido pelos falantes na linguagem coloquial. Os informantes acatam estruturas alternativas condenadas pela norma canônica: ‘...*não há o que discordar...*’, ‘...*o fato dele não propor...*’, ‘...*apresente-o para os colegas.*’, ‘...*assistiu a democratização...*’, ‘...*chegam a cada ano nos países ricos.*’, ‘...*dá margem para o crescimento...*’, ‘...*hora de lembrar da senha...*’, ‘...*vai lhe pedir para repetir...*’, ‘...*responder essas perguntas...*’, ‘*O país ainda se sobressai...*’;

Vejamos, agora, a tendência revelada por parcela significativa dos informantes (de 30 a 40% do grupo):

(*) não-adesão proposital a certas determinações da tradição gramatical, em virtude da não-aceitação do discurso autoritário da norma canônica. Na consulta feita, as sentenças 2 (*Nos devemos bater é...*), 5 (*Deve chegar...equipamentos...*), 8 (*...fez eu descobrir...*), 9 (*...leva ele...*) e 14 (*...no fato dele não propor...*) foram vetadas unanimemente pelos autores das obras consultadas, mas foram aceitas por essa parcela de informantes. Essas frases em análise são típicas de linguagem oral.

IV - Quanto à nossa contribuição para o ensino de Língua Portuguesa, para a elaboração e revisão de textos escritos em registro formal e para a construção de uma gramática do texto formal escrito atual

Após o exame minucioso do material utilizado como *corpus*, composto este de aproximadamente 11.000 exemplos, julgamos pertinentes as seguintes conclusões:

- 1) O alto índice de coincidência entre as normas preconizadas pelas gramáticas, estudos lingüísticos de cunho mais tradicionalista e os usos efetivos nos textos técnico-científicos e jornalísticos não deixa dúvida de que os textos formais de língua portuguesa produzidos no Brasil se pautam pelo conservadorismo da norma conhecida como canônica;
- 2) Aceita a premissa por nós defendida de que os textos técnico-científicos e jornalísticos produzidos na atualidade são modelos para o texto formal escrito brasileiro, o peso dos dados levantados nos leva a reconhecer que a norma canônica, com as devidas ressalvas vistas neste trabalho, é a norma gramatical em uso atualmente e como tal deve ser a adotada no ensino de Língua Portuguesa, a que deve estar presente em trabalhos formais escritos – textos escolares, acadêmicos, científicos, técnicos, jornalísticos – e a que deve subsidiar a criação de modernas gramáticas da língua portuguesa usada no Brasil;
- 3) Na composição do corpo doutrinário a ser fixado para uma gramática do português escrito formal modernamente usado no Brasil, deverão ser eliminadas as regras que se baseiam no que não mais se usa de forma produtiva atualmente. O supérfluo está, por exemplo, na obrigatoriedade de emprego da mesóclise,

facilmente “driblada” por meio de recursos comuns, tais como a explicitação do sujeito. A exigência da mesóclise e a de outras regras de baixa produtividade⁵⁰ no português atual, conforme vimos neste estudo, deverão ser afastadas: esses casos particulares deverão receber um tratamento diferenciado para a garantia de criação de uma gramática real e não de uma gramática ideal para os brasileiros.

4) O estudo realizado por nós, com base em dados estatísticos, aponta-nos uma realidade incontestável: constitui fato isolado a apropriação pelo texto escrito formal de determinadas construções próprias de língua oral, caso aqui estudado com base no livro de *Linguística* de nosso *corpus*. Não há indícios de alteração da norma canônica em muitos pontos que detectamos nessa obra, e isso por inexistência de um uso coletivo que abone variações ou mudanças evolutivas. Por maior que seja a nossa simpatia pelas inovações registradas nessa obra, que nos forneceu tantos dados para pesquisa, por mais que desejemos ver as mudanças sancionadas pelas normas gramaticais do padrão formal escrito e ainda que a língua formal do discurso oral agregue com naturalidade fatos lingüísticos divergentes dos listados em gramáticas normativas, o padrão rígido das regras tradicionais ainda engessa substancialmente o texto formal na sua feição escrita. São raros os pontos divergentes generalizadamente aceitos e usados na escrita padrão.

5) O engessamento do texto formal, por outro lado, como vimos, é muitas vezes quebrado por usos diferenciados e aceitos coletivamente, que asseguram a

⁵⁰ Tópicos presentes nas gramáticas tradicionais e que não tiveram um único registro em todo o material por nós pesquisado deverão ter repensada sua forma de inclusão numa nova gramática. São eles, por exemplo: o pronome átono usado como objeto duplo em sintaxe do tipo: *Ele me deu o livro --> Ele mo deu*. Exceto em textos muito específicos, como os religiosos, não se observa mais a presença desse pronome em frases brasileiras, por mais formais que sejam os textos. O mesmo se dá com o emprego do pronome pessoal de 2ª pessoa do plural e seus pares, também encontrado hoje somente no campo religioso, em que se dá – curiosamente – até na linguagem oral.

presença de variações nos horizontes da norma gramatical tradicionalmente aceita e cultuada pelos brasileiros escolarizados em suas produções escritas formais. O ideal seria que todo o conjunto de **tendências de traços evolutivos** levantados por nós fosse incorporado – de forma adequada – aos novos compêndios gramaticais e obras de correção idiomática para que, finalmente, pudéssemos ter material de consulta mais condizente com a realidade brasileira.

Referências

- ABAURRE, Maria Bernadete Marques; POSSENTI, Sírio. *Vestibular Unicamp: Língua Portuguesa*. São Paulo: Globo, 1993.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de questões vernáculas*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. O caçador de erros. *Isto É Senhor*, 24 jan. 1990.
- _____. *Veja*, 24 fev. 1993.
- BAGNO, Marcos. *Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola, 2000.
- BASTOS, Lúcia Kopschitz; MATTOS, Maria Augusta de. *A produção escrita e a gramática*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Aula de Português: discurso e saberes escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática: opressão? liberdade?* São Paulo: Ática, 1985.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. 31. ed. São Paulo: Nacional, 1987.
- BITTENCOURT, Vanda de Oliveira. Variação, mudança e ensino do português. In DELL'ISOLLA, Regina Lúcia Péret; MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. (Org.) *Reflexões sobre a língua portuguesa: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1997.
- BRITTO, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua X tradição gramatical*. São Paulo: ALB, 1997.
- BURNETT, Lago. *A língua envergonhada*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização & lingüística*. São Paulo: Scipione, 1995.
- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1978
- CAMPOS, Edson Nascimento. A relação entre o processo e produto na escrita do texto. *Educação em revista*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1986.
- CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e Coordenação. Confrontos e Contrastes*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *Morfossintaxe*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1980.
- CARVALHO, Nelly. *Empréstimos lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *O que é neologismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino do Português*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____; PRETI, Dino (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo: Vol. I - Elocuções formais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1986.

_____; (Org.). *Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário de dificuldades da Língua Portuguesa*. 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *Novíssima gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1988.

CIPRO NETO, Pasquale. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

CLEFFI, Norma Maria. *Curso de Biologia: Ecologia*. São Paulo: Harbra, 1986.

COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COHN, Gabriel (Org.) *Comunicação e indústria cultural*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1978.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: 1988. 15. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000.

COSERIU, Eugenio. *Teoria da linguagem e lingüística geral: cinco estudos*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA VAL, Maria da Graça Ferreira. A interação lingüística como objeto de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. *Educação em revista*. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1992.

COUTO, Hildo H. do. *O que é português brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, Celso Ferreira da. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

_____; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do Português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, Celso Ferreira da. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1977.

_____. *Uma política do idioma*. 5. ed. Atualizada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Concordância verbal, topicalização e posposição de sujeito. *Ensaio de Lingüística*. Belo Horizonte, UFMG, p. 9-47.

_____. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de 'unidade informacional'. *Scripta*. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1º sem. 1999.

DILLINGER, Mike. O ensino gramatical: uma autópsia. In: SEMANA DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, I, 1993. *Anais...* Belo Horizonte: Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras da UFMG, 1995, v. I, p.31-65.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret; MENDES, Eliana Amarante de Mendonça (Org.). *Reflexões sobre a Língua Portuguesa: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1997.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

EDITORA ABRIL. *Manual de estilo*. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

ELIA, Hamilton; ELIA, Sílvio. *100 textos errados e corrigidos: de acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 27. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. As sete pragas do ensino de Português. In: GERALDI, João Wanderley. *O texto em sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Assoeste, 1987.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. *Lingüística textual: introdução*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. 39. ed. São Paulo: Globo, 1993.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual geral da Redação*. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1987.

_____. *Manual geral da Redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1984.

_____. *Novo Manual da Redação*. 8. ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1998.

_____. São Paulo, edição impressa de 30/04/2002.

_____. São Paulo, edição *on line* de 01/06/2001.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

GEBARA, Ester et al. A Lingüística e o ensino de língua materna. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto em sala de aula: leitura & produção*. Cascavel: Assoeste, 1987.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: _____ (Org.). *O texto em sala de aula: leitura & produção*. Cascavel: Assoeste, 1987.

GNERRE, Maurício. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GONÇALVES, Maximiano A. *Dificuldades básicas da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1965.

GUERIOS, R. F. Mansur. *A nomenclatura gramatical brasileira definida e exemplificada*. São Paulo: Saraiva, 1960.

GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do Português do Brasil: a gramaticalização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Org.). *Língua e cidadania: o Português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Texto e argumentação: um estudo das conjunções do português*. Campinas: Pontes, 1987.

- GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática padrão da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1983.
- HAYAKAWA, S. I. *Uso e mau uso da linguagem*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- ILARI, Rodolfo. *A lingüística e o ensino da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. (Org.). *Gramática do português falado - volume VI: desenvolvimentos*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp/Fapesp, 1997.
- KURY, Adriano da Gama et al. *Gramática objetiva da língua portuguesa.: sintaxe*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1977.
- _____. *Novas lições de análise sintática*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.
- _____. *Linguagem jornalística*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- LAMBUTH, David. *The golden book on writing*. Nova York: Penguin Books, 1987.
- LEME, Odilon Soares et al. *Assim se escreve... gramática - Assim escreveram... literatura*. Brasil/Portugal, São Paulo: E.P.U., 1981.
- LEAL, Maria Auxiliadora da Fonseca O ensino do Português na escola atual: análise de alguns fenômenos de mudança. In: DELL'ISOLLA Regina Lúcia Péret; MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. (Org.). *Reflexões sobre a Língua Portuguesa: ensino e pesquisa*. Campinas: Pontes, 1997.
- LESSA, Luiz Carlos. *O Modernismo brasileiro e a Língua Portuguesa*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.
- LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 28. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- LIMA, Rosângela Borges. O papel faz a diferença. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, UFMG/FALE, 1993.
- _____. *Recebedor: sujeito da comunicação?* 1984. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência nominal*. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 1987.
- _____. *Moderna gramática brasileira*. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1986.
- MARTINS, Maria Helena (Org.). *Questões de linguagem*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem: understanding media*. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

- MEDEIROS, João Bosco; GOBBES, Adilson. *Dicionário de erros correntes da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MELO, José Marques de. *Estudo de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. A questão do oral/escrito nos telejornais. In: *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p. 403-414.
- MURRIE, Zuleika de Felice (Org.). *O ensino de Português: do primeiro grau à universidade*. São Paulo: Contexto, 1992.
- NASCENTES, Antenor. *O problema da regência: regência integral e viva*. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Freitas Bastos, 1967.
- _____. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1960
- NASCIMENTO, Edmundo Dantes. *Os cem erros mais correntes da Língua Portuguesa falada no Brasil e sua correção sob forma prática*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1990.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. *Manual de redação e estilo*. Organizado e editado por Eduardo Martins. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1990.
- O GLOBO. *Manual de redação e estilo*. Organizado por Luiz Garcia. 16. ed. São Paulo: O Globo, 1992.
- _____. Rio de Janeiro, edição impressa de 22/05/2002.
- OLIVEIRA, Édison de. *Todo o mundo tem dúvida, inclusive você*. 5. ed. São Paulo: Sagra Luzzatto, 1998.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli et al. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. *Manual de telejornalismo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PAULINO, Graça et al. *Intertextualidades: teoria e prática*. Belo Horizonte: Lê, 1995.
- PEREZ, J. R. R. *Lição de Português: tradição e modernidade no livro escolar*. Campinas: Editora da Unicamp/Cortez, 1991.
- PERINI, Mário Alberto. *Para uma nova gramática do Português*. São Paulo: Ática, 1985.
- _____. *Sofrendo a gramática*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *Gramática descritiva do Português*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.
- PIRES, Maria Sueli de Oliveira. *Estratégias discursivas na adolescência*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas: ALB/Mercado de Letras, 1999.
- PIGNATARI, Décio. *Informação. Linguagem. Comunicação.* 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- PIMENTA, Reinaldo. *Português urgente: método simples e rápido para escrever sem errar.* 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- PINTO, Edith Pimentel. *A língua escrita no Brasil.* São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *O Português popular escrito: a linguagem das ruas e das feiras, linguagem urbana e Português popular, impressos, volantes e cartas.* São Paulo: Contexto, 1990.
- PLATÃO, F.; FIORIN, J. L. *Lições de texto: leitura e redação.* São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *Para entender o texto: leitura e redação.* 11. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- PORCHAT, Maria Elisa. *Manual de Radiojornalismo Jovem Pan.* 2. ed. Rev. São Paulo: Ática, 1989.
- POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade.* São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. Gramática e Política. In: GERALDI, João Wanderley. *O texto em sala de aula: leitura e produção.* Cascavel: Assoeste, 1987.
- PRETI, Dino; URBANO, Hudinilson (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo - Volume IV: Estudos.* São Paulo: FAPESP, 1990.
- RAMOS, Jânia. *O espaço da oralidade na sala de aula.* São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- REDE GLOBO DE TELEVISÃO. *Manual de telejornalismo.* Rio de Janeiro: s/d
- REIS, Márcia Elizabeth B. Análise do ensino da norma padrão para falantes de dialetos não-padrão. *Trabalhos em Lingüística Aplicada.* Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, 1989.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do Português.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- _____. Por que ensinar gramática? In: SEMANA DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, *Anais...*, I, V. II, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1979, p. 19-29.
- _____. *Gramática: nunca mais - o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática.* Belo Horizonte: Edit. UFMG, 2002.
- ROCHA, Vanderléa Martins da. Produção de textos no 1º e 2º graus: a necessidade de separar o português padrão do português literário. In: SEMANA DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, *Anais...*, I, V. II, Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1979, p. 57-59..
- ROMUALDO, J. A Gramaticalidade e aceitabilidade: uma nova reformulação do certo-errado. *Cadernos de Estudos lingüísticos*, 5, Campinas, IEL/Unicamp, 1983.

- ROSSI-LANDI, Ferruccio. *A linguagem como trabalho e como mercado: uma teoria da produção e da alienação lingüísticas*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- SACCONI, Luiz Antônio. *Nossa gramática*. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1990a.
- _____. *Não erre mais!* 13. ed. rev. e aum. São Paulo: Atual, 1990b.
- SAID ALI, Manuel. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- SANDMANN, Antônio José. *A linguagem da propaganda: linguagens especiais, morfossintaxe e semântica da propaganda, propaganda e retórica*. São Paulo: Contexto, 1993.
- SANTOS, Emmanoel dos. *Certo ou errado? Atitudes e crenças no ensino da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 9. ed. São Paulo: Cultrix.
- SCHMIDT, Siegfried J. *Lingüística e teoria do texto: os problemas de uma lingüística voltada para a comunicação*. São Paulo: Pioneira, 1978.
- SENA, Wagner da Rocha. *Contribuição ao estudo da norma culta escrita do Português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado) – PUC, Rio de Janeiro.
- SILVA, Rosa Mattos e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. *Contradições no ensino de Português*. São Paulo: Contexto, 1995.
- SOARES, Magda Becker. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 1986.
- SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnica de redação: o texto nos meios de informação*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- _____. *A comunicação do grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SQUIRRA, Sebastião Carlos de M. *Aprender telejornalismo: produção e técnica*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SUPERINTERESANTE, São Paulo, edição de agosto de 1999 e de maio de 2001.
- TERZI, Sylvia Bueno. *Processos de relevância no texto jornalístico: títulos enviesados e tangenciais. Trabalhos em lingüística aplicada*. Campinas: UNICAMP/IEL, 1992.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática na escola de 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1998
- _____. et al. *Metodologia e prática de ensino da Língua Portuguesa*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- VANOYE, Francis. *Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- VEJA, São Paulo, edição impressa de 15/09/1999 e de 06/06/2001.

VESENTINI, J. Willian; VLACH, Vânia. *Geografia crítica*: vol. 4, geografia do mundo industrializado, livro do professor. 16. ed. ref. e atualiz. São Paulo: Ática, 2000.

VILELA, José Fernandes. Por que ensinar gramática. In: SEMANA DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, *Anais...*, I, 1993. Belo Horizonte: Departamento de Letras Vernáculas, Faculdade de Letras da UFMG, 1995, v. II, p. 35-38.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

ZANDWAIS, Ana. Gramática e ensino: pressupostos teóricos e metodológicos. *Organon*, Porto Alegre, Instituto de Letras da UFRGS, v. 11, n. 25, 1997.

QUADRO 35 - Regência dos verbos de acordo com os sentidos usados no corpus

Verbo (uso)	Bech	Cegal	Cipr	Cunh	Lima	Luft	Sacc	Elia	Gonç	Ferman	Almei	Nasce	Ferre	Nasci	Folha	Abril	Est SP	Globo	Lessa
admitir (a)						(-)				(-)			(-)						
ajustar (para)						a/com				a		a/com	a						
apresentar (para)						a				a		a	a						
assistir (-)	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a	a (-)	a (-)	a	a	a	a	a	a
chegar (em)	a	a	a			a		a	a	a		a (em)	a				a	a	a (em)
colocar (-)						em/sobre				em			em						
dar (para)	a	a				a				a		a	a				a		
deparar (se com)	com	(se) com				(se) com		não se não com		(se) com		com	(se) com						(se) co
eleger (a)						para				para			para						
eliminar (para)						de				de			de						
fazer (com que)		(com) que				(com) que		(com) que		(com) que			que				[com] que		
ficar (-)						em				em			em						
gabar (se que)	se de					se de				se de		se de	se de				(se) de		
implicar (em)			(-)		(-)	(-)		(-)		(-)	(-)		(-)		(-)		(-)		
indenizar (em)	de	de/por				de/por				(-)			(-)						
lembrar (de)	se de	se de	se de	se de	se de (de + or)	se de (de + or)	se de			se de	se de	se de (de + or)	se de	se de				se de	se de
obedecer (-)	a	a	a	a	a	a	a	a		a		a	a				a	a	a
oferecer (para)						a				a		a	a						
pedir (para)	(-)	(para) que				(para) que	(-)	(-)		(para) que			(-)	(-)			(-)	(-)	(para) que
perguntar (-)	a					a		a		a		a	a					a	
referir (se -)	se a	se a				se a		a		se a		a	se a						
responder (-)		a				a	a	a		a	a	a (-)	a				a	a	a
sobressair (se)	em/por	a				(-)	(-)	(-)		(-)	(-)	a	(-)				(-)		

* Admite a regência, mas não recomenda.

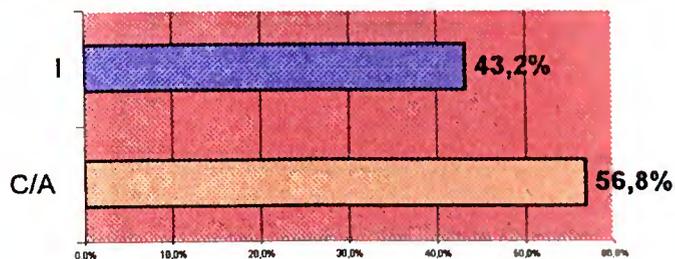
Graus de coincidência: informantes e GT

Frase 1 C/A 56,8%
I 43,2%

FRASE 1 - 'Ele teria causado-lhes mal-estar.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

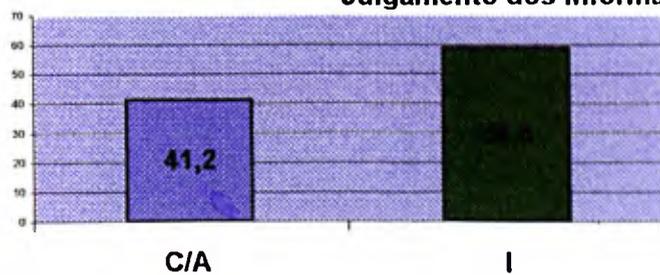


Frase 2 C/A 41,2
I 58,8

FRASE 2 - 'Nos devemos bater é contra os usos e os abusos perpetrados por pessoas que se julgam superiores aos outros.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

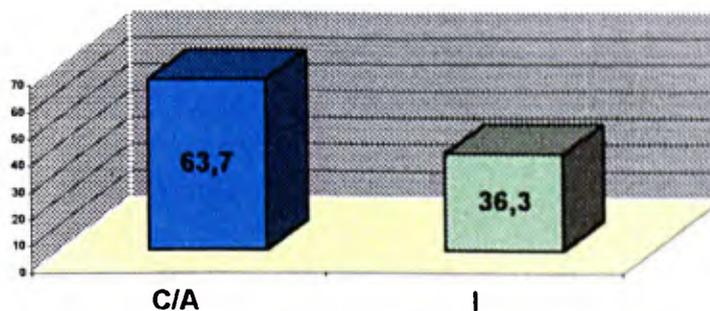


Frase 3 C/A 63,7
I 36,3

FRASE 3 - 'Escreve-se em seqüência os nomes dos organismos.'

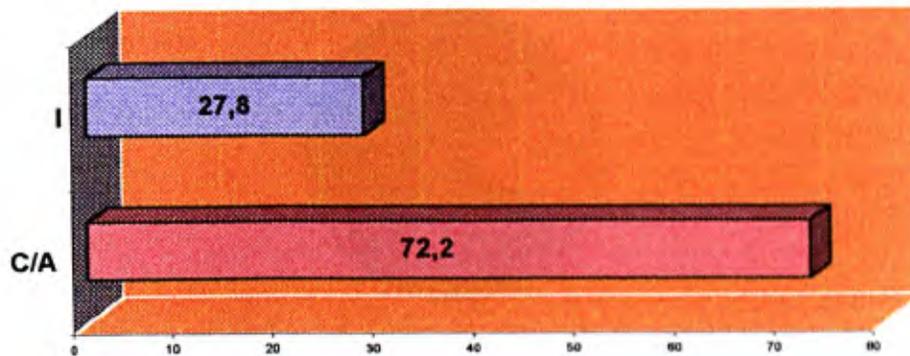
Condenada pela GT

Julgamento dos informantes



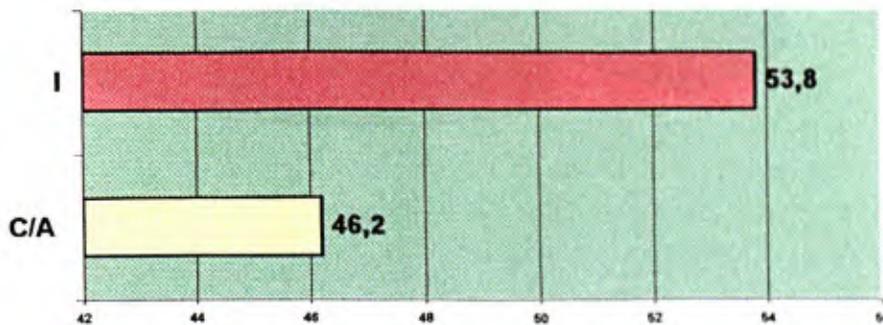
Frase 4 C/A 72,2
I 27,8

FRASE 4 - 'No local, caberia 1 milhão de quadrados.'
Aprovada pela GT
Julgamento dos informantes



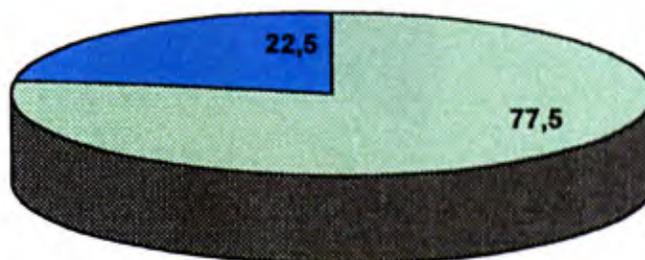
Frase 5 C/A 46,2
I 53,8

FRASE 5 - 'Deve chegar ao Brasil equipamentos que substituam os perdidos no incêndio.'
Condenada pela GT
Julgamento dos informantes



Frase 6 C/A 77,5
I 22,5

FRASE 6 - 'Não se pode atribuir a ele as atrocidades que vimos.'
Condenada pela GT
Julgamento dos informantes

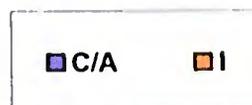
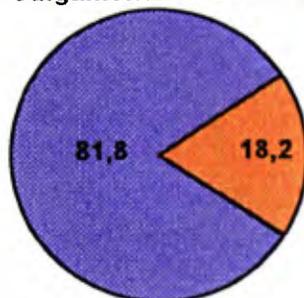


Frase 7 C/A 81,8
I 18,2

FRASE 7 - 'Bairro grande, bairro pequeno. Esta classificação é relativa.'

Aprovada pela GT

Julgamento dos informantes

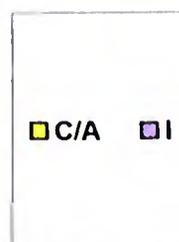
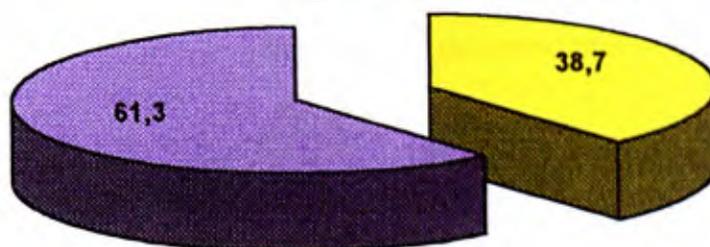


Frase 8 C/A 38,7
I 61,3

FRASE 8 - 'Ela fez eu descobrir que estava errado.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

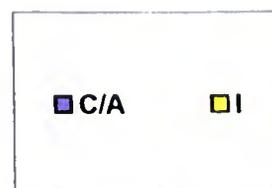
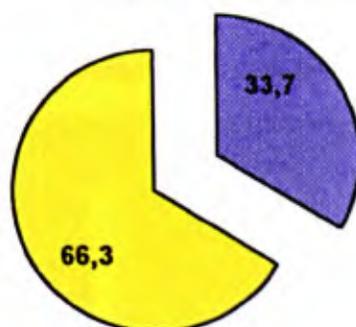


Frase 9 C/A 33,7
I 66,3

FRASE 9 - 'O apego de Almeida à tradição leva ele a ultrapassar os limites do bom senso.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

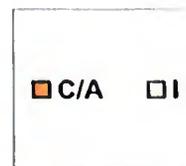
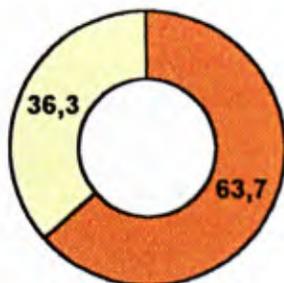


Frase 10 C/A 63,7
I 36,3

FRASE 10 - 'Forneceu-lhes as substâncias que necessitam.'

Aprovada pela GT

Julgamento dos informantes

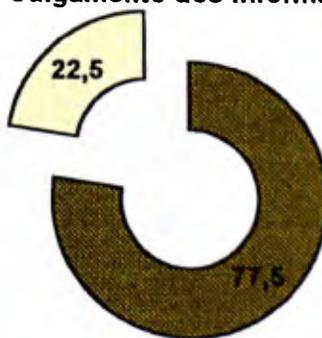


Frase 11 C/A 77,5
I 22,5

FRASE 11 - 'Nesse ponto, não há o que discordar.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

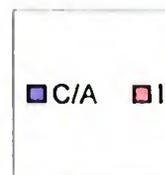
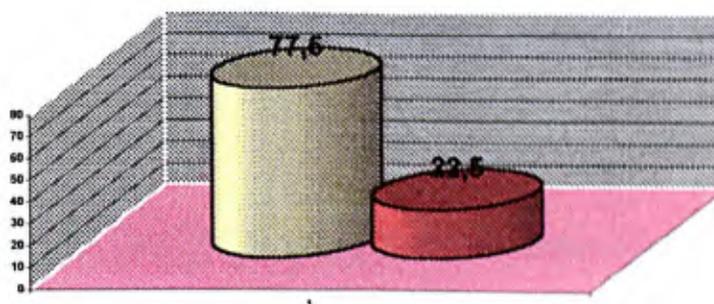


Frase 12 C/A 77,5
I 22,5

FRASE 12 - 'Os machos que irão fecundar parte dos ovos.'

Indefinição na GT

Julgamento dos informantes

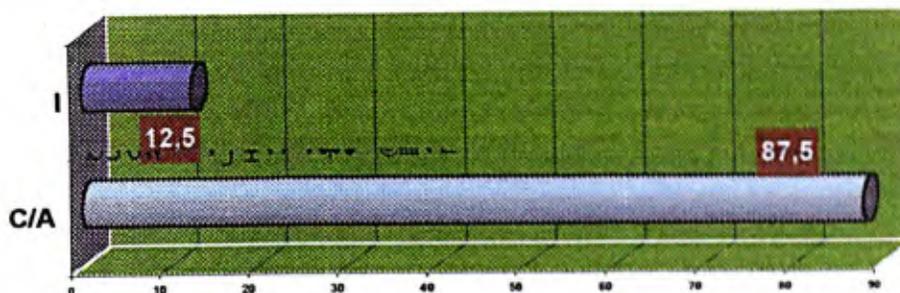


Frase 13 C/A 87,5
I 12,5

FRASE 13 - 'Tudo ficou acertado. Mas há um detalhe que me incomoda.'

Indefinição na GT

Julgamento dos informantes

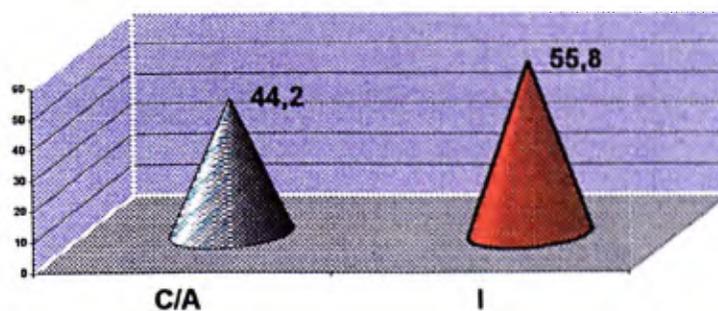


Frase 14 C/A 44,2
I 55,8

FRASE 14 - 'Deixou dúvidas no fato dele não propor o que pagar.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

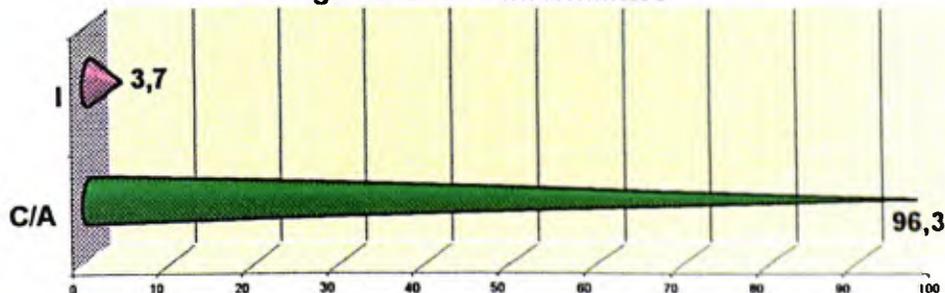


Frase 15 C/A 96,3
I 3,7

FRASE 15 - 'Indagado por uma rádio sobre um suposto romance, o artista esquivou-se.'

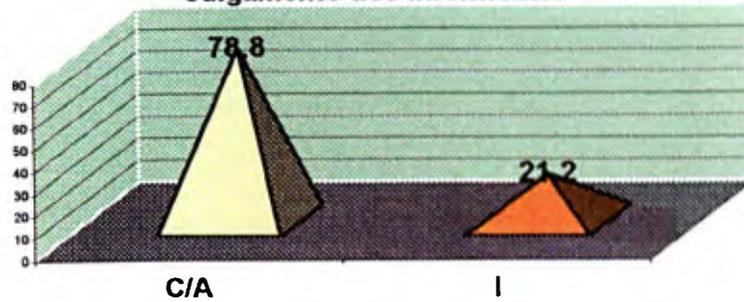
Condenada pela GT

Julgamento dos informantes



Frase 16 C/A 78,8
I 21,2

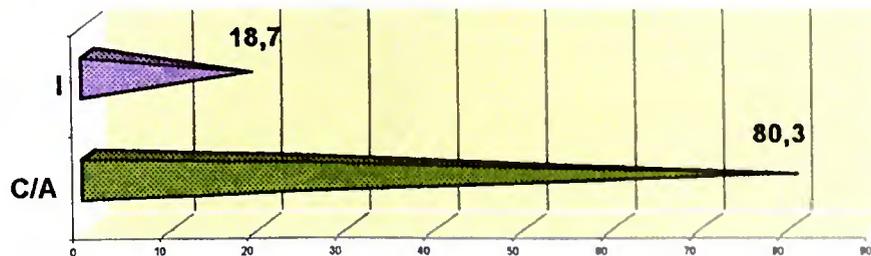
FRASE 16 - 'Conheceram cidades em que indivíduos podem entrar ou sair livremente.' **Condenada pela GT**
Julgamento dos informantes



Frase 17 C/A 80,3
I 18,7

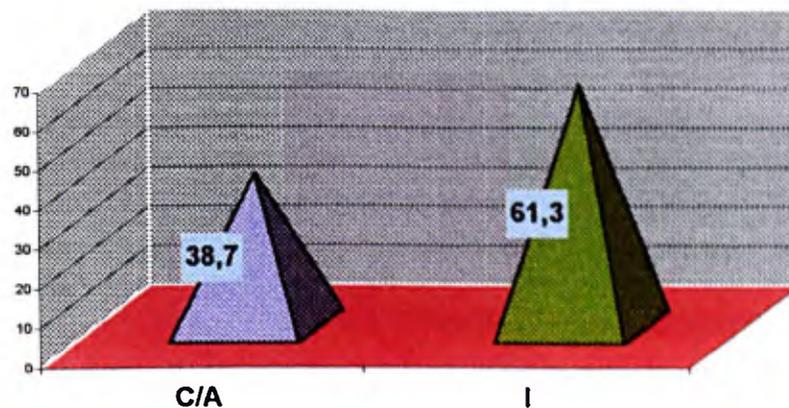
FRASE 17 - 'Todo indivíduo livre tem direito a votar e ser votado.'

Condenada pela GT
Julgamento dos informantes



Frase 18 C/A 38,7
I 61,3

FRASE 18 'Criticou seus liderados. Os quais só se debaterão por mais e mais cargos.' **Condenada pela GT**
Julgamento dos informantes

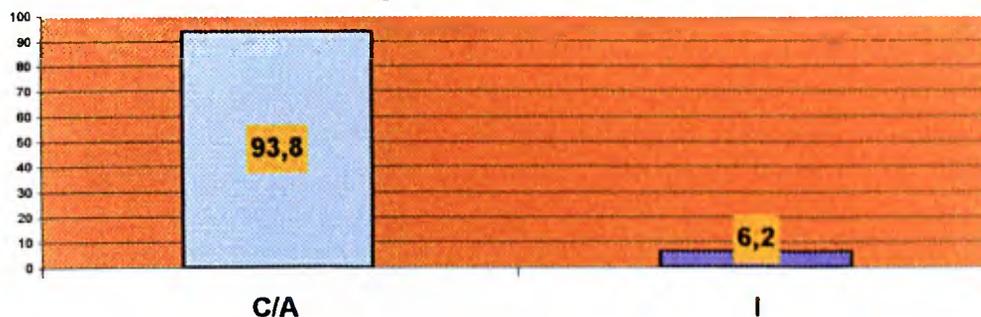


Frase 19 C/A 93,8
I 6,2

FRASE 19 - 'Chame o novato e apresente-o para os colegas.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

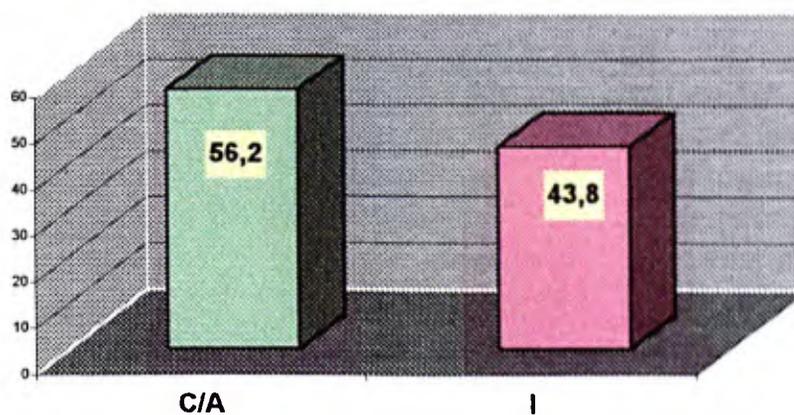


Frase 20 C/A 56,2
I 43,8

FRASE 20 - 'Esse período assistiu a democratização das antigas estruturas'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

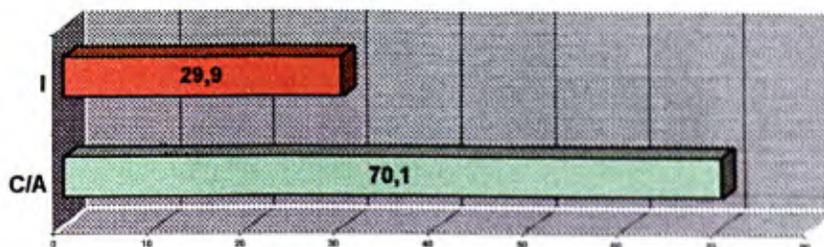


Frase 21 C/A 70,1
I 29,9

FRASE 21 - 'Refugiados que chegam a cada ano nos países ricos.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

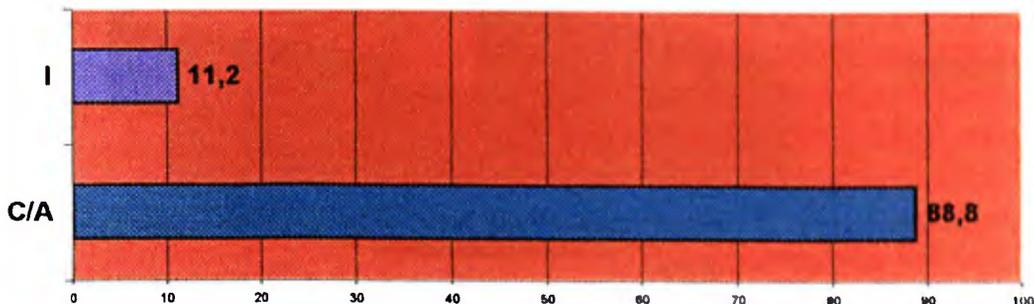


Frase 22 C/A 88,8
I 11,2

FRASE 22 - 'Tal medida dá margem para o crescimento dos opositores.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

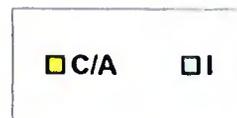
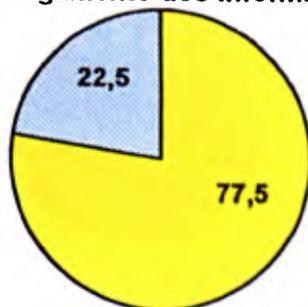


Frase 23 C/A 77,5
I 22,5

FRASE 23 - 'Nada vai fazer com que o número de indivíduos baixe.'

Indefinição na GT

Julgamento dos informantes

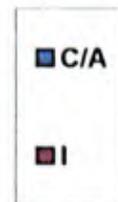


Frase 24 C/A 85,7
I 14,3

FRASE 24 - 'Pedi ajuda na hora de lembrar da senha.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes



Frase 25 C/A 81,3
I 18,7

FRASE 25 - 'O computador vai lhe pedir para repetir.'

Indefinição na GT

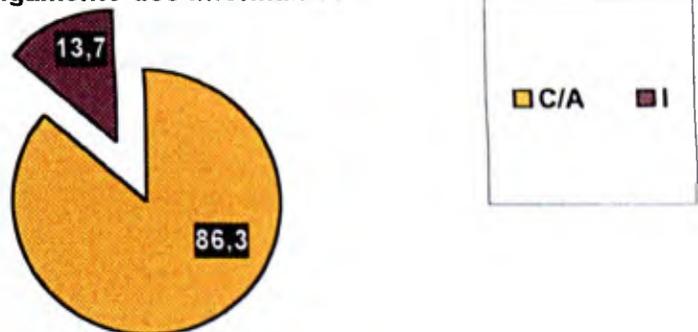


Frase 26 C/A 86,3
I 13,7

FRASE 26 - 'Ao responder essas perguntas, fique tranquilo.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

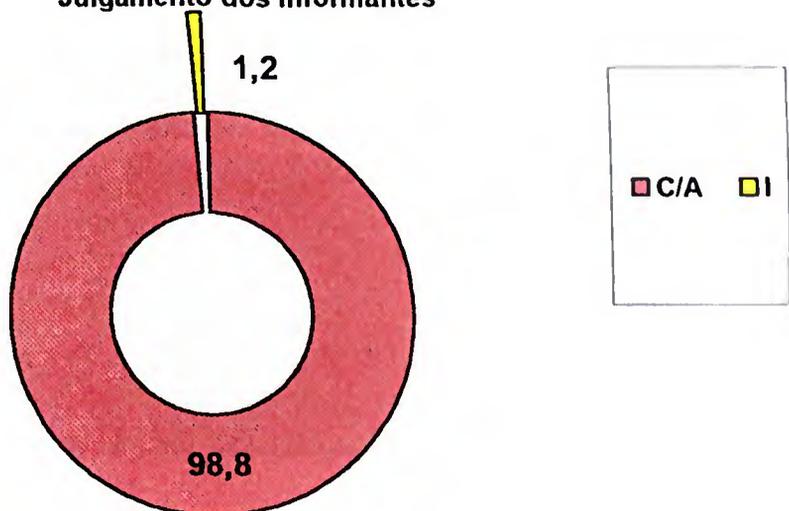


Frase 27 C/A 98,8
I 1,2

FRASE 27 - 'Eis uma questão que precisa ser respondida.'

Indefinição na GT

Julgamento dos informantes

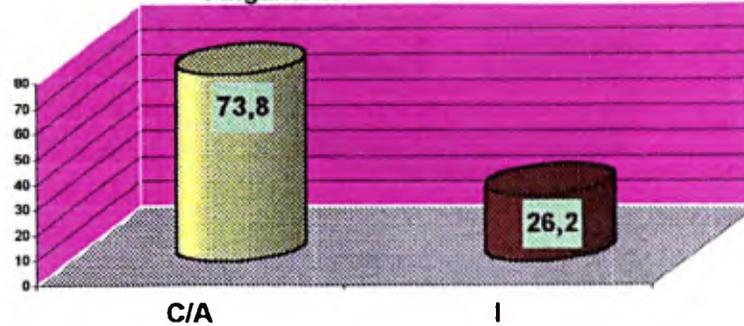


Frase 28 C/A 73,8
I 26,2

FRASE 28 - 'O país ainda se sobressai junto aos menores.'

Condenada pela GT

Julgamento dos informantes

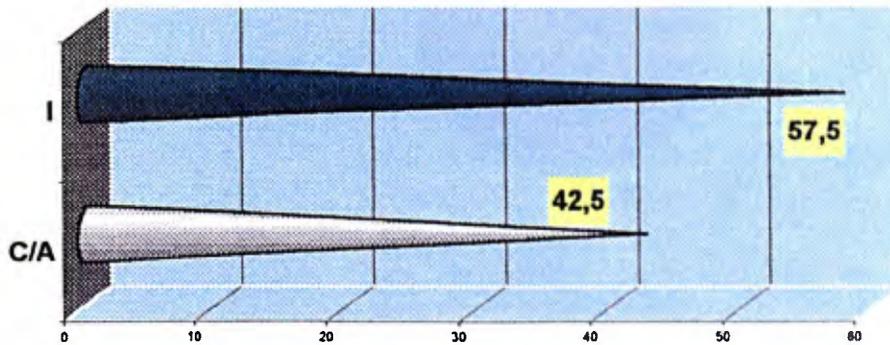


Frase 29 C/A 42,5
I 57,5

FRASE 29 - 'As crianças se ajoelharam diante da imagem, dos olhos da qual brotavam lágrimas.'

Aprovada pela GT

Julgamento dos informantes

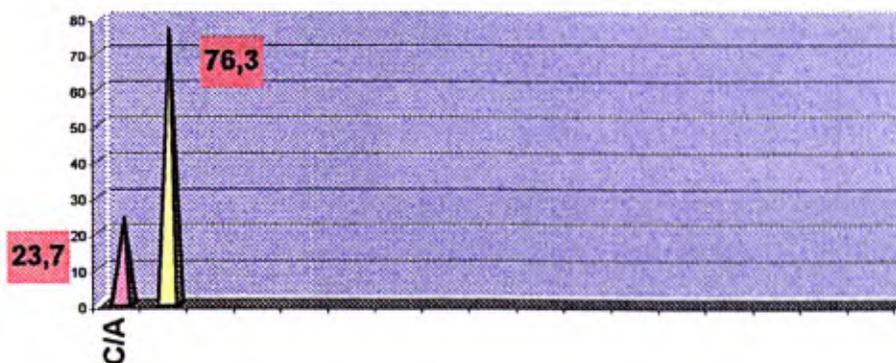


Frase 30 C/A 23,7
I 76,3

FRASE 30 - 'Recebeu uma carta de uma amiga, de cujas notícias não tinha há tempos.'

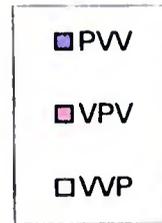
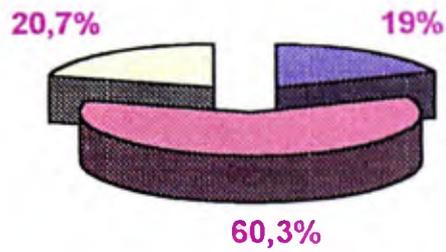
Condenada pela GT

Julgamento dos informantes



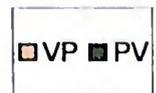
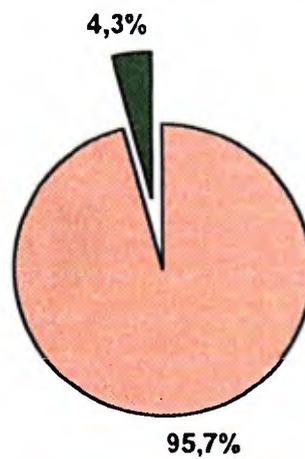
Colocação de pronomes átonos em encontros verbais

PVV 19%
 VPV 60,3%
 VVP 20,7%



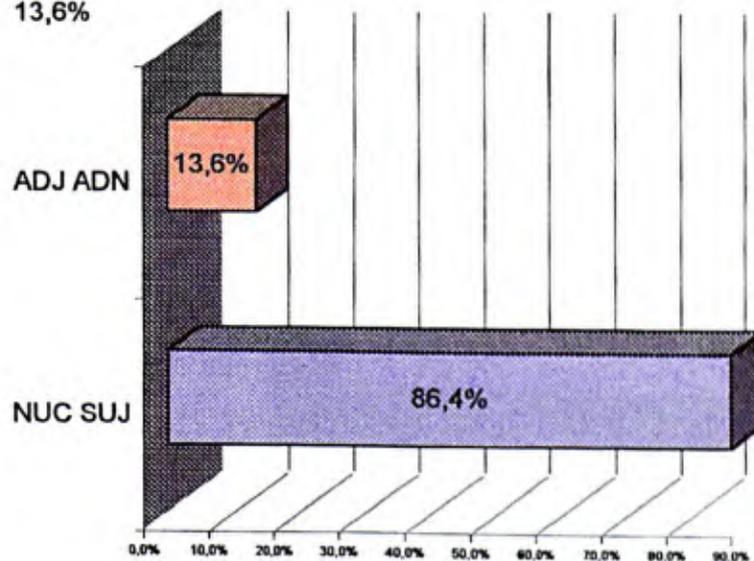
Colocação de pronomes átonos em início de oração e de período

VP 95,7%
 PV 4,3%



Concordância verbal - Expressões partitivas

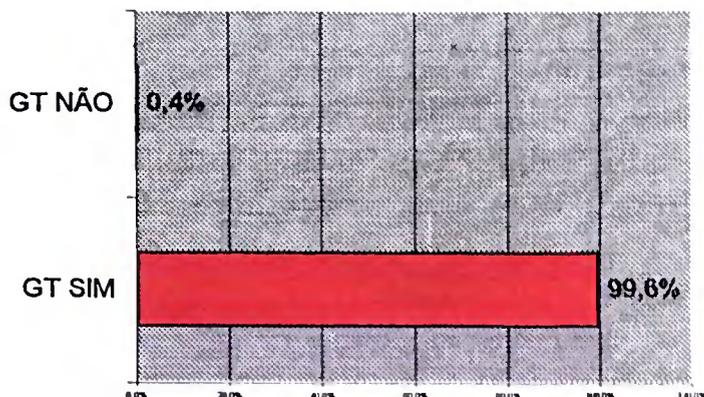
NUC SUJ 86,4%
 ADJ ADN 13,6%



Concordância verbal - Sujeito posposto

GT SIM
GT NÃO

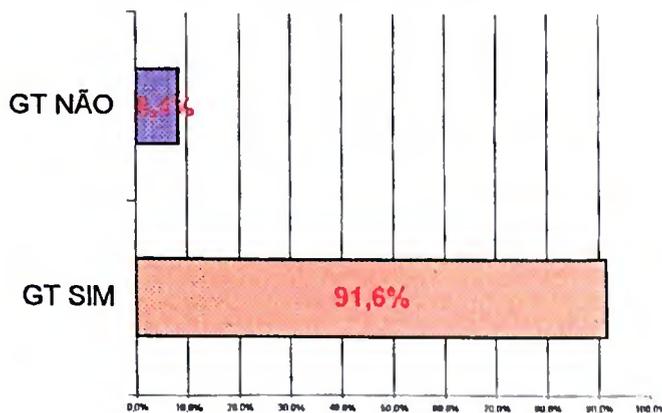
99,6%
0,4%



Concordância verbal - Voz passiva sintética com 1 núcleo verbal

GT SIM
GT NÃO

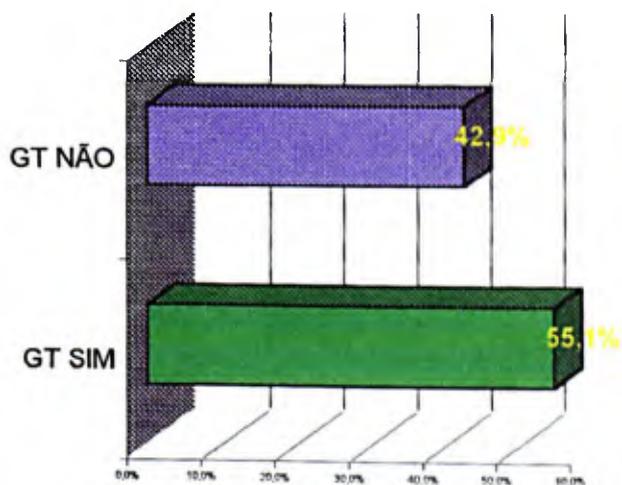
91,6%
8,4%



Concordância verbal - Voz passiva sintética com 2 núcleos verbais

GT SIM
GT NÃO

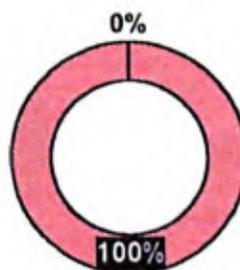
55,1%
42,9%



Emprego de cujo

GT SIM
GT NÃO

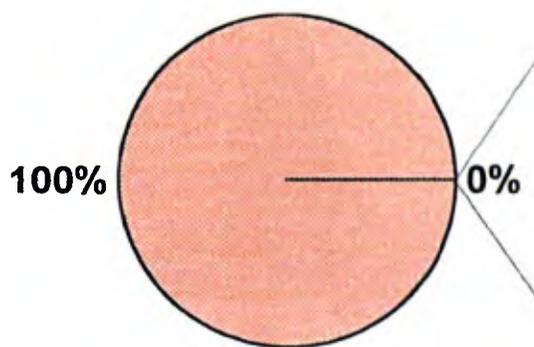
100%
0%



Emprego de pronomes demonstrativos

GT SIM
GT NÃO

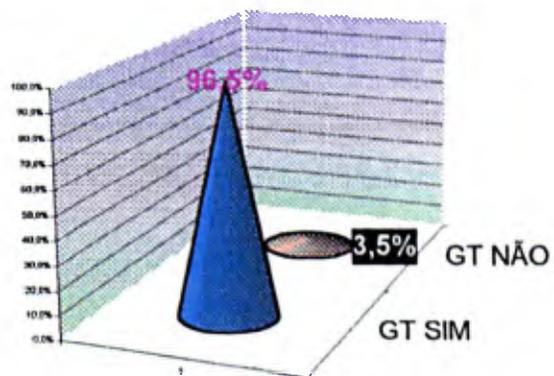
100%
0%



Emprego de pronomes pessoais

GT SIM
GT NÃO

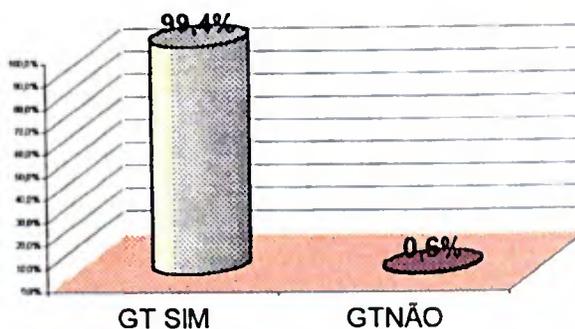
96,5%
3,5%



Emprego de pronomes relativos preposicionados

GT SIM
GTNÃO

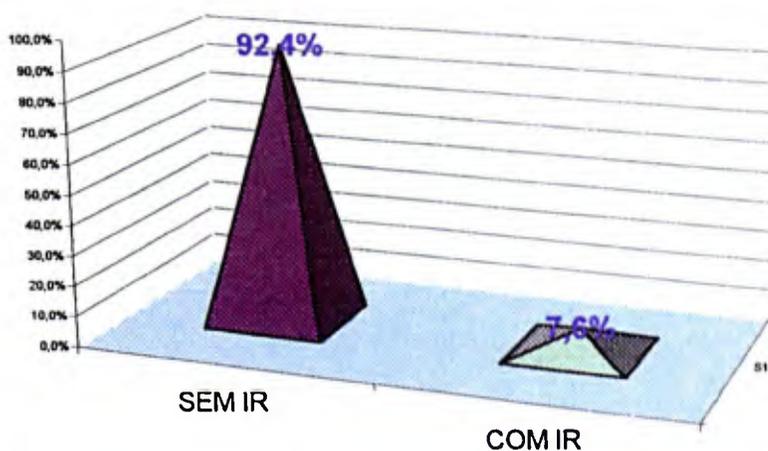
99,4%
0,6%



Emprego de futuro simples/futuro composto com auxiliar *ir*

SEM IR
COM IR

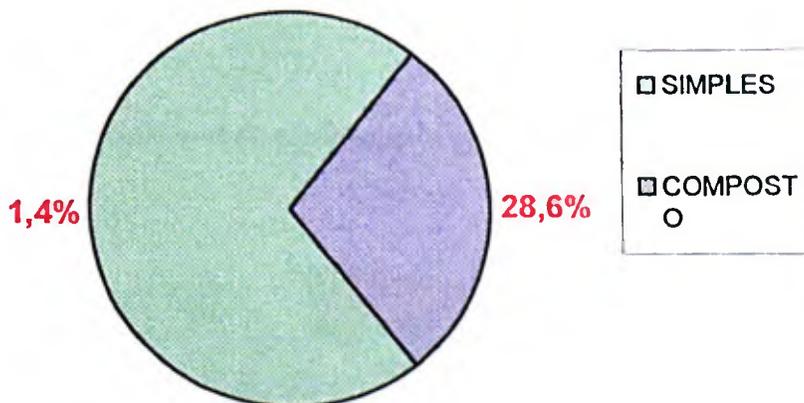
92,4%
7,6%



Emprego do pretérito mais que perfeito

SIMPLES
COMPOSTO

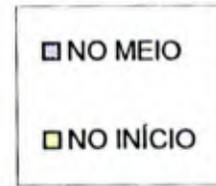
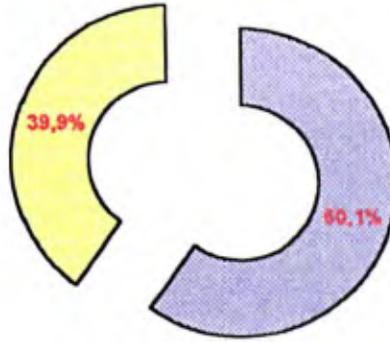
71,4%
28,6%



Emprego de conjunções adversativas

NO MEIO
NO INÍCIO

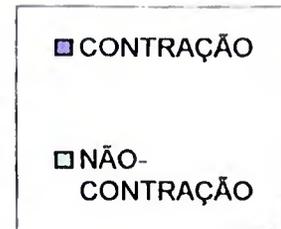
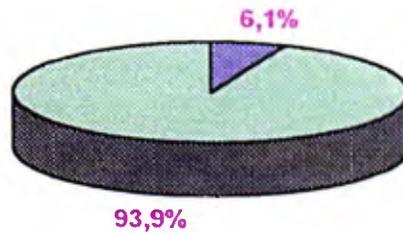
60,1%
39,9%



Emprego da preposição - Núcleo do sujeito precedido por preposição

CONTRAÇÃO
NÃO-CONTRAÇÃO

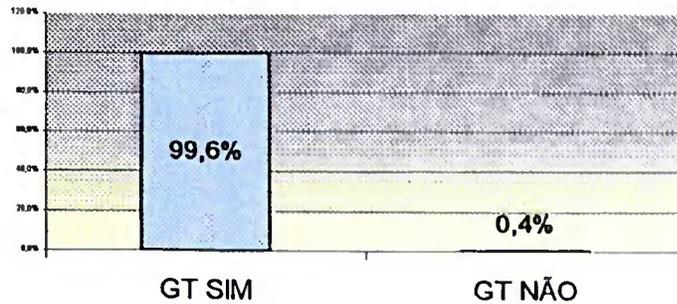
6,1%
93,9%



Emprego da preposição - Regência nominal

GT SIM
GT NÃO

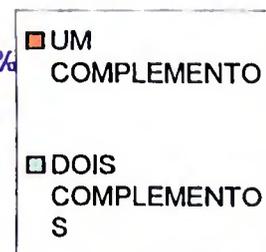
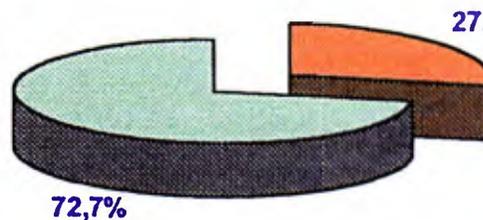
99,6%
0,4%



Emprego da preposição - Regência verbal: complemento único/duplo

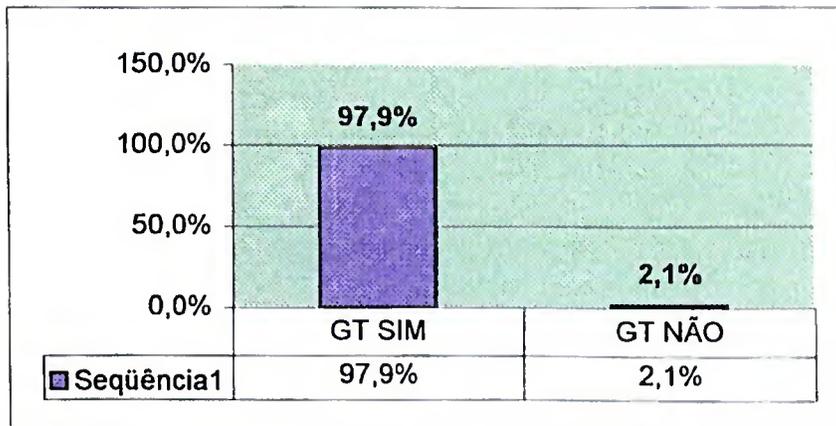
UM COMPLEMENTO
DOIS COMPLEMENTOS

27,3%
72,7%



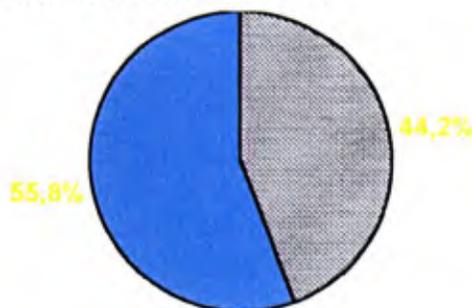
Emprego da preposição - Regência verbal: Verbos coletados que apresentam oscilações de usos

GT SIM 97,9%
GT NÃO 2,1%



Emprego do pronome pessoal - Mesóclise

NÃO-USO 44,2%
USO 55,8%



Emprego dos verbos ter/haver/existir

TER 1,7%
HAVER 69,7%
EXISTIR 28,6%

